

Dos Cedros aos Pampas

Esta obra refere-se à memória da imigração sírio e libanesa no Rio Grande do Sul, no período que vai da última década do século XIX até o fim da década de 1940, mais precisamente entre os anos de 1890 e 1949, lapso temporal que corresponde a duas gerações, entre a chegada, adaptação e integração desses imigrantes. O objetivo de nosso trabalho foi conhecer a história da imigração levantina no Rio Grande do Sul, mas também a sua memória que está presente em diversas manifestações. Para isso, utilizamos algumas das fontes disponíveis aonde realizamos pesquisas sistemática, usando metodologias diversas para poder nos acercar de uma parte do passado.



Júlio Bittencourt Francisco, 58 anos, nascido no Rio de Janeiro, Brasil. Professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul-UFRGS/Porto Alegre. Doutor em História pela PUCRS, Mestre em Memória Social pela UNIRIO. Museólogo e Advogado.



978-620-2-03259-9

Dos Cedros aos Pampas

Bittencourt-Francisco



Julio Bittencourt-Francisco

Dos Cedros aos Pampas

Memória da Imigração. Sírios e libaneses no Sul do Brasil (1890-1949)

 Novas Edições
Acadêmicas

Julio Bittencourt-Francisco

Dos Cedros aos Pampas

Julio Bittencourt-Francisco

Dos Cedros aos Pampas

**Memória da Imigração. Sírios e libaneses no Sul do
Brasil (1890-1949)**

Novas Edições Acadêmicas

Imprint

Any brand names and product names mentioned in this book are subject to trademark, brand or patent protection and are trademarks or registered trademarks of their respective holders. The use of brand names, product names, common names, trade names, product descriptions etc. even without a particular marking in this work is in no way to be construed to mean that such names may be regarded as unrestricted in respect of trademark and brand protection legislation and could thus be used by anyone.

Cover image: www.ingimage.com

Publisher:

Novas Edições Acadêmicas

is a trademark of

International Book Market Service Ltd., member of OmniScriptum Publishing Group

17 Meldrum Street, Beau Bassin 71504, Mauritius

Printed at: see last page

ISBN: 978-620-2-03259-9

Zugl. / Aprovado/a pela/pelo: Porto Alegre, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

Copyright © Julio Bittencourt-Francisco

Copyright © 2017 International Book Market Service Ltd., member of OmniScriptum Publishing Group

All rights reserved. Beau Bassin 2017

A memória dos meus pais. Rafic Antônio Francisco, filho de imigrantes que me ensinou a ser um pouco árabe, e Maria Luiza Moojen Bittencourt, gaúcha de fibra, cuja vida, coragem e inteligência ilumina gerações.

AGRADECIMENTOS

Uma vez concluído este trabalho, me vem à lembrança os anos de dedicação e a dura caminhada para fazer o que realmente me dá prazer: a pesquisa histórica. No momento em que finalizo esta etapa, quero agradecer, primeiramente, aos que estão no meu entorno. Ao meu irmão Rafic Bittencourt Francisco, que em boa hora me proporcionou suporte financeiro, sem o qual teria sido muito mais difícil minha jornada; à minha companheira Rô Polenz, por seu amor e tolerância; pelo carinho nas horas de espanto frente ao volume de trabalho e que, com seu exemplo, me fez forte para continuar; e, por último, a minhas filhas Laila e Vivian Melchior.

Deixo aqui minha gratidão também a todos que me auxiliaram com seus conhecimentos e apoio, como foram os casos de Luciana Murari, minha orientadora, e de Regina Weber, que sempre me incentivou e, muitas vezes, apontou-me o caminho. Também agradeço a Sérgio Lamarão, pelo incentivo e amizade e a Luís Octávio Souza pela exaustiva revisão de meus textos; a Cecília Kemel e Suzana Porcello Schilling, que, além do apoio e estímulo, cederam de suas bibliotecas títulos preciosos para minha pesquisa. À professora Núncia Constantino (*in memoriam*), vai o meu mais profundo reconhecimento pelos conselhos e pela oportunidade que me proporcionou aceitando orientar-me no início desta jornada.

Não poderia deixar também de me referir aos funcionários dos arquivos públicos e privados de Porto Alegre, os quais me franquearam o acesso a um “mundo” de informações preciosas para a concretização deste trabalho. Ao pessoal do Arquivo Histórico Moysés Velhinho; do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul; do Arquivo Delfos, da PUC/RS; do Memorial do Rio Grande do Sul; e do Jornal Correio do Povo; à Sra. Sidônia, secretária do Colégio Anchieta, onde pesquisei o livro dos egressos da escola; e à Sociedade Libanesa de Porto Alegre, na pessoa de seu diretor cultural, Salim Sessim Paulo (*in memoriam*), que gentilmente nos atendeu e se tornou um amigo, a todos o meu

muito obrigado. Ainda na capital, gostaria de mencionar os nomes de Aloyzio Achutti, Cirne Chamoun, Gisberto Sada, Zilmar Moussale, Sérgio de Martins e José Eduardo Buchabiqui, que também muito me auxiliaram.

No interior do estado contei com as inestimáveis colaborações de Anderson Correa e Luiz Felipe S. Pereira, de Alegrete; de Alan Dutra de Melo, de Jaguarão; de Ademar Campos Bindé, de Ijuí; de Sandra Barquete e Alex Vanin, de Passo Fundo; de Antônio Karini e Michel Hellau, de Pelotas e de Daiane Andrade, de São Leopoldo. No Rio de Janeiro, meus agradecimentos vão para os servidores do Arquivo Nacional, onde pude pesquisar livremente a documentação relativa aos imigrantes que se fixaram em terras gaúchas.

Um reconhecimento especial dedico à Universidade Federal do Rio Grande do Sul, particularmente à Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação e aos professores do Departamento de Ciências da Informação, por terem me liberado para estar exclusivamente a serviço das pesquisas e escrever esta tese, assim como ao pessoal da Escola de Desenvolvimento de Servidores da Universidade, pelo apoio financeiro e pelo carinho com que sempre fui tratado.

Finalmente, quero agradecer ao amigo Clayton de Araújo pela cooperação na confecção dos mapas e a todos os entrevistados que muito gentilmente abriram mão de parte de seu tempo e se dispuseram a narrar suas histórias. Sem os seus depoimentos, este trabalho teria ficado muito mais pobre.

RESUMO

Esta tese refere-se à história e à memória da imigração sírio-libanesa no Rio Grande do Sul, no período que vai do último decênio do século XIX até a década de 1940, mais precisamente entre os anos de 1890 e 1949, lapso temporal que corresponde a duas gerações de imigrantes, entre sua chegada ao país, adaptação à nova terra e integração à cultura gaúcha. Tem como objetivo contribuir para o conhecimento das origens da imigração árabe no estado, os períodos em que aqui chegaram os imigrantes, seus locais de fixação, as atividades que exerceram, as sociabilidades que construíram, as instituições que fundaram, especialmente em Porto Alegre. A análise está baseada na utilização de fontes diversas, tais como livros e artigos de periódicos; documentação primária reunida em arquivos históricos e museus; entrevistas; literatura acadêmica, memorialista e de cunho biográfico; além de sites e documentação eletrônica encontrados na internet. Do ponto de vista metodológico, destaca-se a utilização da história oral como instrumento privilegiado de produção, análise e interpretação de dados e informações coletados por meio de depoimentos concedidos ao autor por descendentes de imigrantes árabes residentes no Rio Grande do Sul. A fim de situar o imigrante sírio-libanês de fins do século XIX e início do XX, num Oriente Médio mergulhado em questões transnacionais, o trabalho aborda inicialmente o período de desintegração do Império Otomano, a implementação do Mandato Francês na Síria e no Líbano no começo da década de 1920 e as suas consequências no Rio Grande do Sul, até as independências desses países no fim da década de 1940. Procurou-se demonstrar quem são e de que forma esses imigrantes oriundos do Oriente Médio se organizaram e se inseriram no Rio Grande do Sul, onde se estabeleceram quando chegaram e de que forma construíram suas sociabilidades. Tudo isso em meio a um ambiente dominado por outras levas migratórias mais numerosas. O principal resultado da pesquisa foi a certeza de que o maior patrimônio dos descendentes de imigrantes sírios e libaneses é o pertencimento à cultura gaúcha, com a qual se identificaram, sem, no entanto, deixarem de se reconhecer como libaneses ou árabes, com todos os significados e representações que isso implica.

Palavras-chave: Sírios e Libaneses. Imigração. História. Brasil. Primeira República. Rio Grande do Sul. Porto Alegre. Identidade Cultural. Memória Social.

ABSTRACT

This thesis refers to the history and the memory of Syrian-Lebanese immigration in Rio Grande do Sul, in the period from the last decade of the nineteenth century to the 1940s, more precisely between the years of 1890 and 1949, a temporal lapse that corresponds to two generations of immigrants, between their arrival in the country, adaptation to the new land and integration with the 'gaucho' culture. It aims to contribute to the knowledge of the origins of the Arab immigration in the state, the periods in which immigrants arrived, their places of fixation, the activities they carried out, the sociability's they built, the institutions they founded, especially in Porto Alegre. The analysis is based on the use of diverse sources, such as books and periodicals; primary source documentation gathered in historical archives and museums; interviews; academic, memoirist and biographical literature; as well as websites and electronic documentation found on the internet. From a methodological point of view, the use of oral history as a privileged instrument for the production, analysis and interpretation of data and information made possible collected and highlight testimonies given by Arab descendants residing in Rio Grande do Sul. To situate the Levantine immigrant of the late nineteenth and early twentieth centuries, in a Middle East plunged in transnational issues, the work initially addresses the period of disintegration of the Ottoman Empire, the implementation of the French Mandate in Syria and Lebanon as well as the consequences of such fate in Porto Alegre. The independence of Lebanon and Syria in the 1940's closes the research chronological period. It was tried to demonstrate how these immigrants, coming from the Middle East, inserted and adapted in Rio Grande do Sul amid an environment dominated by other more numerous migratory waves, how they manage building their spaces of sociability's and its path. The main result of the research was the certainty that the greatest asset of the Syrian and Lebanese descendants is the belonging to the gaucho culture, which they are inserted, without, however, loose their Lebanese or Arab identity, with all the meanings and representations that this implies.

Keywords: Syrians and Lebanese. Immigration. History. Brazil. Brazilian First Republic. Rio Grande do Sul. Porto Alegre. Cultural Identity. Social Memory.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
NOTAS TOPONÍMICAS	16
A TESE E SUA ORGANIZAÇÃO	21
A QUESTÃO DAS FONTES	24
AS FONTES DOCUMENTAIS	27
AS FONTES SECUNDÁRIAS: PRODUÇÃO BIBLIOGRÁFICA SOBRE A IMIGRAÇÃO SÍRIO-LIBANESA E ALGUNS DE SEUS ASPECTOS	31
FONTES SECUNÁRIAS LOCAIS: TRABALHOS ACADÊMICOS E OUTROS TÍTULOS SOBRE IMIGRAÇÃO ÁRABE NO RIO GRANDE DO SUL	37
LITERATURA MEMORIALISTA, BIOGRÁFICA, BLOGS, REPORTAGENS, OBITUÁRIOS E HISTÓRIA ORAL	40
HISTÓRIA ORAL E AS ENTREVISTAS	44
1. A FORMAÇÃO DA SÍRIA E DO LÍBANO MODERNOS: O LEVANTE NO SÉCULO XIX E NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX	53
1.1 O DECLÍNIO DO IMPÉRIO OTOMANO E O RENASCIMENTO CULTURAL ÁRABE	53
1.2 INFLUÊNCIA OCIDENTAL E REAÇÃO OTOMANA	58
1.3 O MANDATO FRANCÊS NO LEVANTE	61
1.4 AS INDEPENDÊNCIAS DA SÍRIA E DO LÍBANO E A FORMAÇÃO DO ESTADO DE ISRAEL NA PALESTINA	65
1.5 SÍNTESE DOS FATORES QUE CONDUZIRAM SÍRIOS E LIBANESES À EMIGRAÇÃO 69	
2. O BRASIL E A IMIGRAÇÃO INTERNACIONAL	71
2.1 A IMIGRAÇÃO EUROPEIA	71
2.2 SÍRIOS, LIBANESES E AS ESTATÍSTICAS NACIONAIS DE IMIGRAÇÃO	74
2.3 OS ÁRABES NO BRASIL: IDENTIDADE, INTEGRAÇÃO E ASSIMILAÇÃO	77
3. A IMIGRAÇÃO INTERNACIONAL NO RIO GRANDE DO SUL	85
3.1 A COLONIZAÇÃO EUROPEIA	85
3.2 A IMIGRAÇÃO ÁRABE	93
3.3 SÍRIOS E LIBANESES NA FRONTEIRA E NO SUL DO ESTADO	100
3.4 SÍRIOS E LIBANESES NO NORTE DO ESTADO E NAS COLÔNIAS	110
3.5 A LITERATURA FICCIONAL GAÚCHA E A IMIGRAÇÃO ÁRABE	122

4. SÍRIOS E LIBANESES EM PORTO ALEGRE: ASPECTOS DE UMA IMIGRAÇÃO URBANA	127
4.1 PORTO ALEGRE E A HERANÇA GERMÂNICA	127
4.2 PORTO ALEGRE ENTRE O FIM DO SÉCULO XIX E INÍCIO DO SÉCULO XX	129
4.3 RUA ANDRADE NEVES, A PEQUENA SÍRIA DE PORTO ALEGRE	131
4.4 DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS SÍRIO-LIBANESES EM PORTO ALEGRE	139
4.5 PARTICIPAÇÃO ÁRABE NO COMERCIO DA CAPITAL	146
5. ASPECTOS SÓCIO-ANTROPOLÓGICOS DA IMIGRAÇÃO ÁRABE NO RIO GRANDE DO SUL	169
5.1 A MULHER IMIGRANTE ÁRABE	169
5.2 O HOMEM IMIGRANTE SÍRIO-LIBANÊS	177
5.3 DIFICULDADES DE INTEGRAÇÃO À SOCIEDADE RECEPTORA	181
5.4 EDUCAÇÃO E CASAMENTOS INTERÉTNICOS	185
5.5 UM ANCIÃO E A IMIGRAÇÃO ÁRABE NA CAPITAL	192
6. A IMIGRAÇÃO ÁRABE NO TEMPO, OS CLUBES ÉTNICOS E A SOCIABILIDADE DE SÍRIOS E LIBANESES	195
6.1 A PRIMEIRA LEVA DE IMIGRANTES	195
6.2 OS QUE CHEGARAM ENTRE 1900 E 1910	196
6.3 OS QUE VIERAM ENTRE 1911 E 1920	200
6.4 AS ÚLTIMAS GRANDES LEVAS DE IMIGRANTES	202
6.5 AS SOCIABILIDADES E AS LIDERANÇAS ÉTNICAS E INTELCTUAIS DE SÍRIOS E LIBANESES NO RIO GRANDE DO SUL	206
CONCLUSÃO	227
REFERÊNCIAS	235
_____. A imigração síria e libanesa nos Estados Unidos e no Brasil: uma perspectiva comparativa. História Revista, v.1, n.2, p.131-156, jan.-jun., 1997	251

LISTA DE MAPAS

Mapa 1: Províncias Otomanas no Oriente Próximo	54
Mapa2: Extensão do Império Otomano	54
Mapa 3: Regiões do Rio Grande do Sul	87
Mapa 4: Distribuição de imigrantes sírios e libaneses no Rio Grande do Sul por município (1899)	96
Mapa 5 : Distribuição de imigrantes sírios e libaneses no Rio Grande do Sul por município (1944)	97
Mapa 6: Distribuição de imigrantes sírios e libaneses no Rio Grande do Sul por município (1924)	98
Mapa 7: Malha ferroviária do Rio Grande do Sul em 1898.	120
Mapa 8: ÍNDICE. Divisão territorial do estado do Rio Grande do Sul (1944)	122
Mapa 9: Distribuição de Imigrantes Sírios e Libaneses em Porto Alegre (1939-1949).....	141

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1:Entrada de sírios e libaneses no Brasil (1898-1940)	75
Gráfico 2: População estrangeira no Rio Grande do Sul (1872-1940)	86
Gráfico 3: Cidades gaúchas por quantidade de imigrantes árabes (1939-1949).....	99
Gráfico 4: Distribuição de imigrantes sírios e libaneses por bairros de Porto Alegre (1939-1949).....	140
Gráfico 5: Distribuição de imigrantes sírio-libaneses por ruas de Porto Alegre (1939-1949)	143
Gráfico 6: Comércio árabe em Porto Alegre (1899-1905)	151
Gráfico 7: Comércio árabe em Porto Alegre (1915-1916)	152
Gráfico 8: Áreas de concentração de comércio árabe em Porto Alegre (1915-1916)	155
Gráfico 9: Comércio árabe em Porto Alegre (1924).....	156
Gráfico 10: Estabelecimentos comerciais sírios e libaneses no Centro de Porto Alegre (1924)	160
Gráfico 11: Comércio árabe em Porto Alegre (1930-1931)	161
Gráfico 12: Áreas de concentração de comércio árabe em Porto Alegre (1930-1931)	163
Gráfico 13: Arrecadação de imposto valor locatício pago por comerciantes árabes em Porto Alegre (1899-1931)	165
Gráfico 14: Imigrantes sírios e libaneses no Rio Grande do Sul. Profissões declaradas (1939 e 1949).....	178
Gráfico 15: Imigrantes sírios e libaneses no Rio Grande do Sul. Nacionalidade declarada (1939-1949)	180
Gráfico 16: Alunos (filhos de imigrantes) sírios e libaneses. Colégio Anchieta. Porto Alegre (1916-1931)	187

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Literatura memorialística da imigração árabe no Rio Grande do Sul autores e obras	41
Quadro 2: Lista de depoentes	49
Quadro 3: Habilitação de casamentos em Cachoeira do Sul (1915-1949).....	115
Quadro 4: Habilitação de casamentos em Ijuí.....	118
Quadro 5: Moradores da avenida Cascata e adjacências em Porto Alegre	144
Quadro 6: Comerciantes árabes estabelecidos no Centro de Porto Alegre (1899).....	148
Quadro 7: Comerciantes árabes em Porto Alegre por tipo de comércio (1900-1902)	149
Quadro 8: Comerciantes árabes em Porto Alegre por tipo de comércio (1903-1905)	150
Quadro 9: Comerciantes árabes em Porto Alegre por tipo de comércio (1915-1916)	153
Quadro 10: Comerciantes árabes em Porto Alegre por tipo de comércio (1924).....	157
Quadro 11: Comerciantes árabes em Porto Alegre por tipo de comércio (1930-1931)	162
Quadro 12: Cadastro de mulheres árabes em Porto Alegre e ramos de ocupação	171
Quadro 13: Habilitação de casamentos entre imigrantes árabes e membros de outras etnias	191
Quadro 14	197
Quadro 15: Imigrantes que chegaram ao RS entre as décadas de 1920 e 1940	205

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Municípios gaúchos mais populosos (1872).....	85
Tabela 2: População de Porto Alegre (1900-1940).....	129
Tabela 3: Entrada e saída de imigrantes sírios e árabes em Porto Alegre (1922-1923)	170

LISTA DE SIGLAS

- ABI – Associação Brasileira de Imprensa
- AGERT – Associação Gaúcha das Emissoras de Rádio e Televisão
- APERS – Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul
- Famurs – Federação das Associações de Municípios do Estado do Rio Grande do Sul
- Furg – Universidade Federal do Rio Grande
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- PCB – Partido Comunista do Brasil
- PUC/RS – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
- UESC – Universidade do Estado de Santa Cruz
- UFC – Universidade Federal do Ceará
- UFGD – Universidade Federal da Grande Dourados
- UFMT – Universidade Federal de Mato Grosso
- UFPB – Universidade Federal da Paraíba
- UFPEL – Universidade Federal de Pelotas
- UFPI – Universidade Federal do Piauí
- UFPR – Universidade Federal do Paraná
- UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
- UFSM – Universidade Federal de Santa Maria

- UnB – Universidade de Brasília
- Unesa – Universidade Estácio de Sá
- Unirio – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
- Unisc – Universidade de Santa Cruz do Sul
- Unisinos – Universidade do Vale do Rio dos Sinos
- USP - Universidade de São Paulo
- Varig - Viação Aérea Rio-Grandense

INTRODUÇÃO

Em 1907, o imigrante Antônio Francisco (Tanus Francis) chegou ao Rio de Janeiro, vindo da Síria, mais precisamente de Yabroud, cidade nas montanhas a 80 quilômetros ao norte de Damasco.¹ Tinha apenas 14 anos de idade e veio trabalhar com o irmão mais velho, que já havia estabelecido uma loja de armarinhos em São Paulo. Com 18 anos, e já com algum capital, Antônio voltou a sua pequena cidade para casar-se com Hadba (Adélia) Andraus Neme, no mesmo templo cristão ortodoxo em que ambos haviam sido batizados. Parte de uma mesma minoria étnica, as duas famílias, juntamente com mais cinco ou seis sobrenomes, todos eles aparentados entre si, viviam num mesmo bairro, bem perto da igreja local. O autor desta tese lembra-se do apego de seu avô à religião católica como um último elo de sua identidade cristã.

Depois de casados, Seu Antônio, como era chamado, e Adélia regressaram ao Brasil – ela ainda nos seus 14 anos. Ele passou a mascatear pelo interior de São Paulo e Minas Gerais, até que, na década de 1940, já então com sete filhos, se estabeleceu com uma lojinha de sapatos em Barra Mansa, no Sul Fluminense, reduto de muitos “patricios”² de Yabroud. Antônio comprou um terreno barato, no 8º Distrito da cidade, a chamada “parte nova”, onde hoje fica o município de Volta Redonda. Lá, com a ajuda dos filhos mais velhos, começou a construir uma galeria comercial que ligava as principais avenidas do distrito que mais tarde virou um movimentado centro urbano. No início da década de 1960, depois de vender sua última loja, comprou um apartamento na Avenida Atlântica, no Leme, Zona Sul do Rio de Janeiro, e se aposentou.

Foi ali, ao ouvir as histórias de seu avô e as de outros imigrantes contadas por ele, cada uma especial à sua maneira, que o autor destas linhas iria absorver a fonte mais preciosa de inspiração que lhe permitiria, anos mais tarde, se debruçar sobre a trajetória dos sírios e libaneses em diferentes lugares e situações no Brasil. Assim como em outros trabalhos publicados ao longo de minha vida acadêmica³, esta tese é fruto desse esforço e dessa memória.

¹ O nome de família foi traduzido de Francis para Francisco já nos documentos de entrada, “para parecer mais brasileiro”. Sabemos que, desde o início do século XIX, havia em Yabroud um mosteiro franciscano dos irmãos franceses de Lyon. É provável que o nome Francis(co) tenha vindo daí, posto que Francisco não é um santo (mártir ou profeta) do Oriente Médio, como costumam ser os nomes próprios dos árabes (Elias, Miguel, Jorge, Simão, Abraão, Salomão etc.).

² Patricio é a forma comum de um conterrâneo chamar o outro. É possível que, no Brasil, o termo tenha sido utilizado inicialmente por portugueses expatriados. No entanto, ainda hoje é amplamente empregado por sírios e libaneses para se referir a uma pessoa de mesma origem.

³ Minha primeira contribuição ao tema foi **Sírios e libaneses no Brasil: negociando uma identidade**, monografia de graduação em museologia apresentada à Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio), em 2002. Três anos depois, concluí, pelo Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Documento da Unirio, a dissertação de mestrado **Sírios e libaneses no Rio de Janeiro: escolhas individuais, memórias coletivas**,

NOTAS TOPONÍMICAS

Nos estudos da imigração sírio-libanesa no Brasil, especialmente no Rio Grande do Sul, a toponímia e o quadro terminológico empregado merecem uma análise bastante cuidadosa por parte do investigador. Isso porque a terminologia aplicada para descrever os diferentes grupos étnicos, dependendo das fontes utilizadas, pode variar consideravelmente, ao mesmo tempo em que utilizar as designações que as diferentes localidades e termos possuíam no passado pode ser motivo de confusão para o leitor, tendo em vista que, não raro, hoje em dia eles são identificados por outras denominações.

Na terra de destino, esses imigrantes foram chamados, muitas vezes indistintamente, de “sírios”, “libaneses”, “árabes” ou “turcos”⁴ ao passo que, entre si, denominavam-se simplesmente como “patrícios”. Sabemos que a origem étnica e geográfica dessas pessoas sempre foi um fator significativo para a formação de suas identidades e diz muito sobre o que elas são e a forma como vivem. Vinculá-las, portanto, a um determinado nome ou local de origem

investigação baseada em 34 depoimentos de imigrantes e seus descendentes residentes na cidade do Rio. Outro estudo acadêmico, este de 2008, foi **Análise dos casos de expulsão e pedidos de cidadania de sírios e libaneses no Brasil**, monografia apresentada ao final do Curso de Pós-Graduação em História do Direito no Brasil, na Universidade Estácio de Sá. Em parceria com o historiador Sérgio Lamarão, publiquei “Sírios e libaneses e a expulsão de estrangeiros na Primeira República” (*Acervo*, v.26, n.2, p.256-266, jul./dez. 2013. Disponível em: <<http://revista.arquivonacional.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/529/527>>. Acesso em: 11 maio 2016); e “Política imigratória e expulsão de estrangeiros: sírios e libaneses no Brasil no início do século XX” (*História* 2.0, v.3, n.6, p.132-146, jul./dez. 2013. Disponível em: <<http://historiaabierta.org/historia.2.0/index.php/revista/article/view/H2068/82>>. Acesso em: 11 maio 2016). Uma versão em inglês deste artigo, “Bye Bye Brazil! Syrian and Lebanese immigrants and the expulsion of foreigners in the beginning of 20th century”, foi publicada em *International Journal of Humanities and Cultural Studies*, v.1, n.4, p.207-219, Mar. 2015. Disponível em: <<http://www.ijhcs.com/index.php/ijhcs/article/view/263/273>>. Acesso em: 11 maio 2016). Entre 2013 e 2016, artigos de minha autoria sobre a imigração sírio-libanesa vieram a público em diferentes periódicos e anais de encontros da área, a exemplo de “Turco de cuia e bombacha: sírios e libaneses no Rio Grande do Sul”. In: VII Encontro Regional Sul de História Oral. Foz do Iguaçu (PR), 9 a 11 de outubro de 2013. *Anais... Foz do Iguaçu: Associação Brasileira de História Oral (ABHO)/Universidade Federal da Integração Latino Americana (Unila)*, 2013. Disponível em: <http://www.sul2013.historiaoral.org.br/resources/anais/5/1375763787_ARQUIVO_sirios%eLibanesesnoRGdosul.pdf>. Acesso em: 22 nov. 2015; “Festas, danças, família e comemorações: sírios e libaneses em Porto Alegre”. In: RAMOS, Eloisa Helena Capovilla da Luz; ARENDT, Isabel Cristina & WITT, Marcos Antônio (Orgs.). *Festas, comemorações e comemorações na imigração*. São Leopoldo (RS): Oikos, 2014, p.1227-1248. Disponível em: <http://www.academia.edu/15869880/Festas_comemoracao%3%A7%C3%B5es_e_rememoracao%3%A7%C3%B5es_na_imigracao%3%A7%C3%A3o_-_Ebook>. Acesso em: 22 nov. 2015; “Sírios e libaneses no Rio Grande do Sul: análise do cadastro de imigrantes do Arquivo Nacional do Rio de Janeiro – Arquivo Nacional (1939-1949) e outras fontes”. *Revista Semina*, v.14, n.2., p.130-157, 2015. Disponível em: <<http://www.upf.br/seer/index.php/ph/article/view/5622/3592>>. Acesso em: 21 dez. 2015; “História, memória e fontes de pesquisa: sírios e libaneses no Rio Grande do Sul”. In: XIII Mostra de Pesquisa: produzindo história a partir de fontes primárias do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 12 a 14 de setembro de 2016. *Anais* [recurso eletrônico]. Porto Alegre: APERS, 2016. Disponível em: <http://www.apers.rs.gov.br/arquivos/1482924634.2016.12.28_Anais_XIII_Mostra_Final.pdf>. Acesso em: 8 fev. 2017; e “Brasileirando: pedidos de cidadania e naturalização de sírios e libaneses no Brasil na primeira metade do século XX”. *Acervo*, v.29, n.1, p.189-206, jan./jul. 2016. Disponível em: <<http://revista.arquivonacional.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/628/699>>. Acesso em: 11 maio 2016.

⁴ Nos documentos oficiais brasileiros do século XIX e início do século XX, a terminologia para identificar os imigrantes sírios e libaneses varia entre os gentilícios “asiático”, “turco”, “turco-asiático”, “turco da Síria” e “sírio”.

significa, na prática, relacionar cada uma delas a características específicas de grupos nos quais, muito frequentemente, elas não se reconhecem.

Neste trabalho, basicamente, levaremos em conta a nomenclatura e designações encontradas na bibliografia, na interpretação dos nomes e toponímias que constam dos dados coletados nos arquivos históricos, assim como na fala dos entrevistados. Nesse sentido, seu emprego deverá ser compreendido em relação ao contexto em que está sendo empregado em cada caso particular.

O termo “árabe” será utilizado aqui para designar os imigrantes naturais de países de língua e cultura árabe, independentemente de suas religiões e se tais pessoas se consideram árabes ou não. Certamente, uma forma mais neutra de nos referirmos aos árabes seria chamá-los de “povos de língua e cultura árabe”, como faz o antropólogo Paulo Hilu da Rocha Pinto (2010). Optamos, porém, por utilizar a forma direta e reduzida “árabe” para nomear os imigrantes sírios e libaneses. É sabido que muitos libaneses, especialmente os católicos maronitas, não se consideram árabes, e preferem alinhar suas identidades a povos da antiguidade, como os fenícios. Ainda que no início da imigração os maronitas constituíssem a maioria da população no Líbano, mesmo assim o vocábulo árabe será usado para nos referirmos também a eles.

Patrícia Al Noor Hadjab (2014) observa que a palavra árabe carrega consigo um conjunto de significados e representações sociais, podendo ser aplicada com conotações distintas dependendo do contexto em que é empregada, seja ele o linguístico, o geográfico ou o histórico. A autora lembra que o termo com frequência é associado a assuntos religiosos e políticos, sendo comum despertar posicionamentos carregados de preconceito e desinformação.

Outra denominação utilizada no Brasil quase sempre de forma depreciativa para identificar o imigrante árabe é o gentílico “turco”. Os imigrantes sírio-libaneses eram frequentemente assim chamados por brasileiros e estrangeiros de outras nacionalidades radicados no país. No Brasil, a imigração de naturais da Turquia é inexpressiva, mas o fenômeno pode ser explicado pelo fato de que, no início da imigração, sírios e libaneses ingressavam no país com o passaporte turco⁵, por serem considerados súditos do Império Otomano. Ademais, assim como ocorreu com o vocábulo árabe, o termo “turco” é carregado de simbologia histórica negativa, especialmente no Ocidente, tendo em vista a ameaça que as invasões turcas na Europa mediterrânea e no Leste Europeu representaram desde o medievo até o século XIX.

Já o vocábulo “libanês” é aqui referido para designar os naturais do Líbano que vieram para o Brasil, muitos deles de religião maronita, mas também de outras

⁵ Essa prática se institucionalizou, sendo estendida aos cristãos sírio-libaneses a partir de 1909 como resultado das reformas modernizadoras levadas a cabo no Império Otomano.

confissões religiosas, especialmente cristãos ortodoxos e muçulmanos. O termo nem sempre remete à ideia de cristandade, ao contrário do árabe, que quase sempre lembra ou invoca o Islã. O libanês é quase sempre muito orgulhoso de sua origem. No Rio Grande do Sul, especialmente nas cidades maiores como Porto Alegre, Santa Maria, Pelotas e Rio Grande, sua identidade foi reforçada pela figura do comerciante que compõe a praça e a sociedade com distinção. Em terras gaúchas, o libanês se esforçou por estar inserido nos estratos mais elevados da sociedade, ao lado dos judeus e dos imigrantes de origem europeia (portugueses, italianos, alemães e poloneses). O “libanês gaúcho”, em sua maioria, é cristão, muitos de confissão maronita. Em Porto Alegre, há um clube e uma igreja libaneses, cujas presenças, social e missionária, respectivamente, são marcadas pela integração com os brasileiros e descendentes de outros imigrantes.

O “sírio”, neste trabalho, é o imigrante sírio ou sírio-libanês a que nos referimos. É o imigrante que chegou da Província Otomana da Síria e não mais voltou para o seu país natal (como muitos fizeram). Esse grupo foi considerado como sírio até o ano de 1920, quando foi criado o Estado do Grande Líbano, sob a administração do Mandato Francês da Síria, e os imigrantes sírios e libaneses que entravam no Brasil passaram a ser identificados separadamente nos registros oficiais.

O binômio “sírio-libanês”, segundo Rocha Pinto (2010), foi criado no Brasil pelos imigrantes dessas duas origens e tem caráter unificador, embora também se manifestem separadamente. Sírio-libanês é o imigrante árabe nascido no Monte-Líbano, na Síria, incluindo a Palestina, ou no Líbano. Todos eles eram provenientes das possessões árabes do Império Otomano no Levante⁶, durante o século XIX e início do século XX. Ao chegarem ao Brasil, foram chamados de turcos pelas autoridades e depois pelo povo. Antes de se estabelecerem as fronteiras entre a Síria, a Palestina e o Líbano, o território desses países, especialmente nas montanhas centrais onde hoje é o Líbano, se confundiam. A língua e a cultura da Síria, da Palestina e do Líbano são bastante parecidas.

Sírio-libanês é uma forma hifenizada, negociada entre essas etnias para representar uma categoria, uma ideia ou uma simplificação. Foi uma resposta à indefinição de suas identidades e ao estigma de “turco” (ROCHA PINTO, 2010). O sírio-libanês, em suma, é o imigrante levantino que chegou ao Brasil a partir das últimas décadas do século XIX, e que, por volta de 1926, passou a ser contado (nos registros de entradas) separadamente como sírio ou como libanês.

⁶ Extensa região do Oriente Médio, próxima ao Mar Mediterrâneo, cujas terras se estendem do sul da Turquia até o litoral norte da Palestina. De definição um tanto imprecisa, inclui, atualmente, os seguintes países: Síria, Jordânia, Israel, Palestina, Líbano e Chipre.

O binômio também se refere a uma certa igualdade entre o que significa ser sírio, com aquilo que é libanês. Não obstante, existem muitos fatores de aproximação e distanciamento entre essas etnias. Os de aproximação estão na língua, cultura e alimentação, e entre os de distanciamento estão o conservadorismo de um em contraste com o cosmopolitismo do outro, além de fatores confessionais como o maronismo, exclusivo dos libaneses cristãos. O libanês na sua origem, a rigor, é mais cosmopolita e ocidentalizado por causa da influência francesa, especialmente no Monte Líbano. O sírio cristão, por fazer parte de uma minoria étnica na origem, sentia-se oprimido pela maioria muçulmana e chegou ao Brasil com este trauma, ao passo que o libanês, em geral, sem sofrer tanto pelo mesmo motivo, foi mais impactado pelo fator econômico na decisão de emigrar. O termo sírio-libanês é usado para substituir a expressão “imigrante árabe” no Brasil, na Argentina e no Uruguai.

Historicamente, a Palestina, a Síria e o Líbano sempre guardaram laços sociais profundos, e suas fronteiras foram desenhadas pelos invasores que os dominaram politicamente. O idioma, a cultura, as religiões e muito da culinária, apesar de pequenas diferenças, aproximam ainda mais a Palestina da Síria e do Líbano. Por fim, cabe ressaltar que grande parte dos descendentes desses imigrantes são filhos de pessoas das duas origens: síria e libanesa. Eles são os filhos dos imigrantes que, naquela ocasião, faziam questão que seus filhos se casassem com outros sírios, ou libaneses, dentro da pequena colônia gaúcha de imigrantes árabes de então.

Também o gentílico “levantino” será usado indiscriminadamente nesta tese para representar o imigrante sírio, libanês ou palestino. Etimologicamente, a palavra "Levante" refere-se à “direção do sol nascente”, vista da perspectiva dos que originalmente cunharam a expressão, isto é, das terras da costa leste do Mediterrâneo.

O vocábulo “maronita” será aqui usado toda vez que quisermos nos referir a um imigrante ou seu descendente cristão, quase sempre libanês, que segue a doutrina de São Maron, um monge siríaco-arameu do século IV venerado como santo (EDDÉ, 1989). Os maronitas pertencem à Igreja Siríaca Maronita de Antíóquia. Sua sede patriarcal se encontra no Mosteiro de São Maron (Síria) e em diferentes partes do Líbano (ASADE, 2011)⁷.

Segundo Edeé (1989, p.168), “bizantinos, árabes e turcos não conseguiram arrancar dos maronitas a sua autonomia, nem reduzir sua identidade”. A origem dos maronitas remonta à comunidade fundada por Maron. Em Antíóquia e Alexandria, falava-se da natureza divina ou humana de Cristo. Foi, porém, o

⁷ Em Porto Alegre, a Igreja Maronita marca a forte presença da denominação na cidade. Fundada na década de 1960, realiza semanalmente um culto tradicional, em seu rito próprio e em língua árabe.

patriarca Nestor, de Constantinopla, que em 428 estabeleceu a heresia de um Jesus que não era filho de Maria e do Espírito Santo, o que foi combatido por Roma, mas acompanhado pelos maronitas do Líbano. Em razão de sua confissão cristã, os maronitas foram, desde muito cedo, vinculados espiritualmente ao Ocidente.

Neste trabalho, o termo “muçulmano”, utilizado de forma análoga a “islamita”, terá conotação generalizante, abrangendo os ramos *xi'ia*, *sunni*, *druzo* e *aluaui*. Segundo Montenegro (2002), entre as diferentes ondas de imigração árabe para o Brasil até 1940, os grupos muçulmanos foram bastante minoritários, já que, em todas as etapas, houve amplo domínio de árabes cristãos.

O Oriente Médio se estende do Egito ao Irã, incluindo a Turquia, mas, neste trabalho, vamos nos referir ao indivíduo médio-oriental para designar as pessoas de língua e cultura árabe. Médio oriental árabe é todo aquele nascido em alguns dos países do Oriente Médio de língua e cultura árabe, englobando a Síria, o Líbano, a Jordânia, a Palestina, o Iraque e a Arábia Saudita, além de Kuwait, Iêmen, Omã e dos pequenos principados localizados no leste da Península Arábica como o Bahrein e o Catar. O indivíduo médio-oriental tem a língua árabe como idioma materno independentemente de sua orientação religiosa. Suas identidades podem ser étnicas (do “árabe” genérico ao “sírio-libanês”, adotado no Brasil); locais (de Beirute, Zahle, Belém, Jerusalém, Homs, Alepo ou Damasco); ou nacionais (“sírio”, “libanês” ou “palestino”).

Neste trabalho, as categorias “primeira”, “segunda” e “terceira” geração serão utilizadas para definir os imigrantes, seus filhos e netos, respectivamente.

É importante pontuar, por fim, conforme destaca Bourdieu (1983, p.158), o discurso é um bem simbólico que pode receber valores muito diferentes segundo o ‘mercado’ em que ele se encontra. Por exemplo, uma língua pode definir uma cultura que se desvaloriza em relação a outra e, assim, a linguística toma um caráter de poder que é apropriado pelas pessoas. “O futuro da língua é comandado pelo futuro dado aos instrumentos de reprodução do capital linguístico” (por exemplo, o francês ou o árabe⁸), isto é, entre outras coisas, “ao sistema escolar; o sistema de ensino só é um espaço de luta tão importante porque ele tem o monopólio da produção em massa de produtores e de consumidores” – o monopólio, portanto, da reprodução do mercado de que depende o valor da competência linguística e sua capacidade de funcionar enquanto capital linguístico, muitas vezes, sem que haja consciência que estão exercendo. (BOURDIEU, 1983) Os termos linguísticos acima estudados definem-se,

⁸ Durante o mandato francês no Líbano, o sistema educacional promovido pelos colonizados priorizou a língua francesa em detrimento da árabe, o que também pode explicar, em parte, a multiplicidade da noção de identidade cultural naquele país que, não raro, nega suas raízes árabes.

portanto, como participantes de um espaço de luta em torno da identidade e da história.

A TESE E SUA ORGANIZAÇÃO

Em nossa investigação referente aos sírios e libaneses no Rio Grande do Sul, com destaque para a cidade de Porto Alegre, estabelecemos como eixo temporal de análise o período compreendido entre a chegada em números mais significativos dos primeiros grupos de imigrantes árabes ao estado (por volta de 1890) e o ingresso de seus filhos no mercado de trabalho brasileiro, durante a primeira metade do século XX (até 1949), observando suas estratégias de assimilação⁹ e inserção na sociedade hospedeira e a definição de suas identidades.

O período é relevante para se estudar as trajetórias profissionais desses imigrantes a partir da abertura dos primeiros estabelecimentos comerciais e dos primeiros empreendimentos sociais árabes na colônia. Foi também neste período que os herdeiros da “geração diaspórica” desenvolveram suas relações sociais, pautas matrimoniais e identidades culturais, que, por sua vez, vinculam-se às experiências e atividades profissionais que exerciam (fossem eles profissionais liberais, comerciantes, trabalhadores rurais, operários ou funcionários). O recorte temporal adotado nos permitiu, ainda, perceber como se deu a integração dos imigrantes e de seus descendentes na sociedade gaúcha, como se organizaram etnicamente, preservaram ou ressignificaram suas identidades. Assim, iremos encontrar, convivendo numa mesma época, grupos de imigrantes situados em “etapas sociais” distintas. Essa perspectiva enriqueceu a pesquisa, bem como seus resultados.

Adicionalmente, o recorte temporal proposto nos permitiu investigar e registrar, ao longo do tempo, as diferentes formas de sociabilidade e dissensões envolvendo sírios e libaneses. Essas últimas foram registradas principalmente em momentos de crise, especialmente antes e depois dos dois grandes conflitos mundiais do século XX. Assim sendo, cabe registrar que, durante da Primeira Guerra, estava em jogo o Mandato Francês sobre a Síria e o Líbano. Nesse contexto, registramos opiniões conflitantes que, a rigor, separaram “árabes” de “libaneses”, os primeiros a favor da independência e da formação de uma grande nação árabe unificada; os demais, favoráveis ao Mandato Francês no Levante e à separação do Líbano da Síria.

Depois da Segunda Grande Guerra, diante da independência dos países do Oriente Médio e da fundação do Estado de Israel na Palestina a identidade árabe na diáspora foi mais uma vez colocada à prova. Analisando a reação dos

⁹ Também é verdade que nem todos tinham essa preocupação, preferindo, em alguns casos, manterem-se culturalmente a margem da sociedade hospedeira.

imigrantes em relação à questão da Palestina, que, para eles, sempre foi considerada parte da Grande Síria, verificamos justificativas e posições neutra e contra a presença sionista na região, tal como se pode ver em alguns jornais de Porto Alegre (BARTEL, 2006). Tais manifestações escondiam, na realidade, investimentos identitários e posições definidas de grupos internos da colônia sírio-libanesa da capital, muitas vezes indiferentes ou defendidos com paixão. É por isso que a estrutura de nossa tese procurou levar em conta também os fatores históricos, sociais e políticos do Oriente Médio e do Brasil durante a maior parte do recorte temporal com que trabalhamos.

Considerando essa perspectiva, julgamos necessária a inclusão de algumas informações sobre a história recente dos povos árabes, notadamente na Síria e no Líbano, a partir do início do século XIX, para localizar o leitor no contexto histórico, mas também para explicitar o fenômeno migratório como resultado de processos histórico-sociais e antropológicos de dimensões globais, mas que repercutem em nível local e regional. Não é demasiado lembrar que o objeto central de nosso estudo são pessoas nascidas, em sua maior parte, entre a guerra franco-prussiana de 1870 e a Primeira Guerra Mundial, de 1914-1918, época em que o mundo experimentou intenso deslocamento populacional por razões econômicas e disputas hegemônicas por territórios estratégicos em contextos geopolíticos.

Moya (2005, p.15) chamou a atenção para o fato de que “a maioria dos acadêmicos tendeu a iniciar seus estudos depois que os imigrantes alcançaram seu destino”. Na avaliação deste autor, este enfoque é limitador, porque ignora “o *background* pré-migratório, os tempos e o ritmo das correntes e os mecanismos de migração”, elementos que “afetam fortemente a adaptação dos recém-chegados a seus novos entornos”. Para ele, lançar o foco “apenas em suas experiências em seu lugar de chegada significa perder a metade da história. É tratar os migrantes como tábula rasa”. Isso pode levar “a explicações que sobrevalorizam o peso do novo ambiente, perdendo-se assim possíveis continuidades e adaptações”. (MOYA, 2005, p.16). Em nosso trabalho, procuramos evitar, na medida do possível, tais limitações.

Assim, com o recorte cronológico que adotamos, tornou-se possível “periodizar” a imigração sírio-libanesa em todo o seu vigor: no início, uma aventura de médio-orientais em busca de melhores condições de vida em terras desconhecidas; depois, um deslocamento calculado e metódico, estabelecendo redes de pessoas, valores e interesses entre a terra de origem e seu novo lar na América.

E foi justamente no futuro da terra escolhida que aqueles imigrantes pioneiros apostaram. Na época, o Brasil reformava suas instituições e consolidava

a opção de se tornar um país multicultural. O trabalho livre passava a ser valorizado e abria oportunidades de crescimento a pessoas e empresas, possibilitando a acumulação de riquezas, ao mesmo tempo em que se aprofundavam as contradições do sistema capitalista mundial. A consolidação das instituições brasileiras foi um período também importante para a formação da identidade do país, que se constituía tendo como referência os valores de uma nação “civilizada” do mundo ocidental, tal como a França ou os Estados Unidos, mas que ainda preservava uma multiplicidade étnica vigorosa, característica de sua formação nacional.

O trabalho está dividido em seis capítulos. O primeiro trata de questões transnacionais relacionadas ao Oriente Médio, no qual traçamos uma visão histórica das províncias otomanas, de onde se originaram os imigrantes aqui tratados, bem como da situação econômica, política e social do Líbano e da Síria. Cronologicamente, estende-se do início do século XIX, quando a chamada Grande Síria englobava o que é hoje a Palestina, a Síria e o Líbano, até o período do Mandato Francês e as independências do Líbano e da Síria, em pleno século XX.

No segundo capítulo, o mesmo tratamento historiográfico é empregado em relação ao Brasil e às regiões receptoras desses imigrantes. Aqui, o foco da análise recai sobre o primeiro período republicano e a política migratória nacional, considerando as diversas etnias e suas estatísticas de entrada no país, notadamente no Rio Grande do Sul e em Porto Alegre.

O terceiro capítulo oferece um panorama detalhado da imigração árabe no Rio Grande do Sul, abordando os diversos grupos de imigrantes sírios¹⁰ em perspectiva temporal, regional e demográfica.

O capítulo quatro tem como objeto a cidade de Porto Alegre, destacando o seu desenvolvimento assimétrico em relação às outras regiões gaúchas e a contribuição dos imigrantes árabes para o comércio na capital. Aqui também recorreremos a outras fontes de natureza memorialista, o que inclui a análise de trechos das entrevistas que fizemos com alguns descendentes de sírios e libaneses.

Os dois capítulos seguintes apresentam de forma mais sistemática os resultados das pesquisas que fizemos nos arquivos históricos gaúchos incluindo os de Porto Alegre. O quinto capítulo é dedicado aos jovens, homens, mulheres e anciãos da colônia árabe gaúcha. A análise inclui os membros da elite econômica da comunidade e suas escolas na capital, assim como mascates e comerciantes que chegaram ainda jovens ao estado. Os homens e suas práticas sociais, as

¹⁰ Cabe lembrar que quando chegaram, no fim do século XIX, até a metade da segunda década do século XX, todos eles eram sírios, pois vinham da antiga província Otomana da Síria.

mulheres árabes e os mais velhos do grupo são abordados analiticamente a partir da interpretação da documentação encontrada.

No sexto e último capítulo da tese, prosseguimos a investigação situando as levas de imigrantes árabes no tempo. A partir das informações disponíveis sobre as diferentes levas migratórias que chegaram ao Rio Grande do Sul entre fins do século XIX e o final da década de 1930, discutimos analiticamente alguns aspectos da presença árabe no estado com ênfase na trajetória de um imigrante que chegou em uma determinada leva. Completa a investigação um relato sobre as sociabilidades, as lideranças e as dissensões verificadas entre os imigrantes e seus descendentes nascidos no Rio Grande do Sul na primeira metade do século XX. Para este item, nossa fonte de consulta e análise primordial foram as atas das reuniões das diretorias de alguns clubes árabes fundados na capital: o Club Syrio-libanês, de 1925; a Sociedade Sírio-Libanesa, de 1934; a Sociedade Libanesa, de 1936; e a Sociedade Síria, criada em 1949.

A QUESTÃO DAS FONTES

Para compreendermos os fatos, os caminhos e as escolhas dos imigrantes sírios e libaneses em sua trajetória de assimilação e integração à sociedade rio-grandense é relevante traçar considerações teóricas a respeito do ofício do historiador em face do material histórico depositado nos arquivos, como aqueles que utilizamos durante a confecção desta tese. O arquivo histórico não deve, pois, ser entendido como simples depósito de documentos antigos, mas sim como ferramenta estratégica de poder na construção de memórias e identidades sociais.

Primeiro, para explorarmos o limite e o potencial de determinado arquivo histórico, tendo acesso à parte do acervo de interesse para a nossa pesquisa, é necessário proceder a uma análise crítica das fontes. Podemos dizer que tais fontes são, antes de tudo, instâncias de poder¹¹ que controlam o que o futuro saberá do passado. Nessa perspectiva, os arquivos históricos são percebidos como construções sociais.

O filósofo Jacques Derrida (2010) crê que os arquivos possuem uma relação direta com as ideias de memória e verdade, influenciando a produção do conhecimento sobre o passado e os registros que moldam, no presente, as ideias de história, memória e identidade. Segundo o autor, os arquivos são lugares ativos onde o poder é negociado, contestado, confirmado, sobretudo pela atuação política dos pesquisadores, que agem de forma decisiva na interpretação do seu conteúdo, fazendo com que os documentos reflitam as suas diversas “vozes” ali

¹¹ O processo de salvaguardar documentos e tê-los em custódia numa instituição pública insere uma ação política.

adormecidas. Derrida compreende o documento histórico como “traços que deixam traços”, colocando em discussão a noção de original e autêntico, na qual o passado, enquanto tal, não poderia ser encontrado no arquivo, mas apenas uma interpretação dele.

Outro ponto discutido por Derrida é o que ele chama de “lugar de uma grande violência”, no sentido de que a prática arquivística comportaria um aspecto violento no simples ato de selecionar e conservar. Dessa forma, o pesquisador teria “o poder de privilegiar ou marginalizar, sendo que as informações dos arquivos podem ser ferramentas de hegemonia ou de resistência.” (COOK e SCHWARTZ, 2002, p.24).

Foucault (2007) defende que o ponto principal dessa nova abordagem de produção do conhecimento histórico é a crítica ao documento. Segundo o filósofo, a história em sua forma tradicional tinha como empreendimento memorizar os monumentos do passado e transformá-los em documentos. Foucault entende por “arquivo” um conjunto efetivo de discursos, o que, por sua vez, pressupõe um conjunto de acontecimentos ocorridos e que estão em suspenso nos “limbos ou no purgatório da história.”

Já Pierre Nora (1993, p.14) destaca que, embora “a memória seja vivida no interior dos indivíduos, quase sempre ela necessita de suportes exteriores e de referências tangíveis que só vivem através dela”. Para Paul Ricoeur (2007, p.177), o arquivo pode ser lido e consultado e apresenta-se “como um lugar físico que abriga o destino dessa espécie de rastro que cuidadosamente distinguimos do rastro cerebral e do rastro afetivo, a saber, o rastro documental.” Segundo este autor, um documento de arquivo está aberto a qualquer leitor do mesmo modo que ocorre com qualquer dado escrito e não tem, portanto, um destinatário específico – ao contrário, por exemplo, do testemunho oral, que pressupõe um interlocutor preciso. Já que testemunhos orais só se tornam documentos depois de registrados, pode-se entender que a passagem da esfera oral para a escrita acaba por provocar o distanciamento do que comumente chamamos de testemunho, uma vez que toda a tensão e a emoção do relato podem se perder durante a transcrição.

No caso das fontes jornalísticas, alguns cuidados metodológicos adicionais devem ser tomados pelo pesquisador. Elmir (2012) lembra que é necessária a devida mediação crítica deste tipo de material, especialmente quando se trata de investigação acadêmica que tem como base a apropriação direta de fontes jornalísticas. O autor alerta que, para sermos capazes de extrair do texto jornalístico uma história a mais fidedigna possível da realidade dos fatos narrados, todo cuidado é pouco, principalmente para não se “comprar gato por lebre”. Em primeiro lugar, devemos levar em conta que o texto jornalístico busca a eficácia de seu discurso junto ao leitor e que, para isso, utiliza como estratégia a

identificação entre quem elabora o texto e o seu destinatário, ou seja, aquele que lê. Depois, devemos ter em mente que pode existir nas matérias, intrinsecamente, um certo sensacionalismo. Segundo Elmir, há na grande mídia em geral uma evidente vinculação de sua atividade com interesses do capital, o que pode transformar o texto jornalístico, para além dos fatos que narra em suas reportagens, num tipo de literatura sensacionalista, que pouco tem a ver com a realidade que se busca retratar:

Na confluência de múltiplas subjetividades, os fios que as tecem também devem ser aqueles capazes de discriminar as partes que resultam na trama. Por mais que possa ser objeto de controvérsia, um dos mais recentes ensaios de Beatriz Sarlo (2007) publicado no Brasil (O tempo passado) nos faz pensar – contra o deslumbramento do testemunho e com a sua rápida elevação intelectual, ética e política à categoria de prova – que o “excesso de subjetividade” e a “retórica testemunhal”, definitivamente, não são dados negligenciáveis nos cuidados metodológicos para os quais todos devemos atentar em nossas pesquisas. Se não tratar de uma revelação inescrutável (religiosa, eu diria), todo discurso pode e deve ser submetido a um juízo crítico. Não é demais dizer que a imprensa, elencada entre nossas fontes, não está isenta desse esforço que nos cabe. (ELMIR, 2012, p.79).

Nossa pesquisa se baseou na análise de diversas fontes, importantes para construir o presente texto, e para compreendermos um pouco mais sobre a dinâmica social na qual estavam inseridos os imigrantes sírios e libaneses, desde quando aqui chegaram, no fim do século XIX, até sua integração à vida das comunidades em que se fixaram.

Basicamente, utilizamos três conjuntos distintos de fontes, objetivando recuperar uma parte da memória dessa imigração. A primeira corresponde às fontes bibliográficas, por exemplo, são livros de memórias de descendentes de imigrantes, mas também crônicas dos viajantes que visitaram as cidades gaúchas no início do século XX. A segunda foram as fontes primárias encontradas nos acervos de arquivos históricos, instituições detentoras de um maravilhoso manancial de informações que permitiu com que nos aproximássemos da realidade da época. O terceiro tipo de fonte de que fizemos uso constitui-se também num indispensável instrumento metodológico. Estamos falando da história oral, recurso que nos possibilitou preencher lacunas não cobertas pelas outras fontes que consultamos.

Além dos três modelos de fontes citados, recorremos algumas vezes a um tipo de fonte alternativa que são os diversos arquivos *online* depositados na internet, entre eles o do Colégio Rosário, de Porto Alegre, e os das faculdades de Direito, Medicina e de Economia e Administração da UFRGS. Neles, tivemos

acesso a listagens de ex-alunos, onde também procuramos por sobrenomes árabes. Assim, verificamos, primeiramente, que os filhos dos comerciantes cujos nomes encontramos em outras fontes estavam matriculados em escolas particulares por volta das primeiras duas décadas do século XX. A partir das décadas seguintes, foi possível encontrar os mesmos nomes começando a frequentar os bancos universitários das universidades públicas de Porto Alegre.

AS FONTES DOCUMENTAIS

Além da extensa bibliografia que consultamos, realizamos ao longo de nossa investigação volumosa pesquisa documental nos acervos de seis instituições, sobre as quais passamos a discorrer a seguir.

Instituição mais importante do país no que concerne à guarda e à preservação de nossa memória histórica, o Arquivo Nacional foi durante muito tempo nossa principal fonte de pesquisa de documentação primária. Sediada no Rio de Janeiro, a instituição guarda as informações dos imigrantes cadastrados no país, conforme as determinações contidas no Decreto-Lei nº 406, de 4 de maio de 1938, que dispunha sobre a entrada, permanência e cadastramento de estrangeiros no território nacional, sob pena de multa para aqueles que não realizassem este último procedimento. Assim, cada estrangeiro residente no Brasil foi compelido a cadastrar-se em uma delegacia da Polícia Federal a partir de maio de 1939. No Rio Grande do Sul, escritórios da Polícia Federal estavam localizados em Uruguaiana, Porto Alegre, Santa Maria e Rio Grande.

O arquivo correspondente ao Rio Grande do Sul é composto por aproximadamente 20 mil fichas em papel cartão (12x19cm), que ainda não foram digitalizadas e postas para consulta *online* via internet. Cada ficha/prontuário contém informações sobre um estrangeiro, de forma individualizada, residente em solo gaúcho na época de seu cadastramento. Inclui dados preenchidos pelo próprio imigrante, tais como nome completo, nacionalidade, filiação, data e local de nascimento, profissão, data de chegada ao país, endereços residenciais e comerciais. O verso da ficha é reservado para um histórico das mudanças de endereço. Os documentos comprobatórios eram juntados ao prontuário no momento do cadastramento (de 1939 até 1949) e retidos nos arquivos da Polícia Federal.

Examinamos manualmente cada um dos prontuários/fichas relativos ao arquivo gaúcho, em busca de nomes sírios e libaneses, árabes de uma forma geral. Num primeiro momento, as fichas selecionadas foram separadas pelo sobrenome da pessoa que cada uma continha. Com isso, logramos separar aproximadamente 1.200 fichas com sobrenomes árabes, (pela avaliação visual do último nome e

outras informações do prontuário, como filiação e local de nascimento), o que nos levou alguns dias só neste processo, entre as letras A e Z. Depois disso, filtramos por ordem de nacionalidade e data de chegada ao Brasil, para que as informações das fichas estivessem coerentes com o nosso recorte temporal e étnico. Com isso, dos cerca de 1.200 nomes previamente selecionados, apenas 753 permaneceram dentro do recorte temporal de nossa pesquisa, que corresponde ao período de chegada dos imigrantes ao Brasil, entre 1890 e as primeiras décadas do século XX.

As limitações que esse tipo de fonte e o método de pesquisa empregado podem apresentar são muitas, isso sem levar em conta, em primeiro lugar, que faltam os nomes das pessoas que simplesmente não se cadastraram na época¹². Quanto à pesquisa, temos consciência de que deixamos passar, ainda que inconscientemente, alguns nomes na fase de verificação manual, quando examinamos as fichas uma a uma, o que, para além de uma eventual desatenção, figuram os sobrenomes que foram abrigados e deixaram de ser considerados; outros que eventualmente fizeram crer ao pesquisador, erroneamente, que não fossem de árabes, quando de fato eram; e ainda uma série de outros erros possíveis. Apesar disso, considerando que o Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 1940 identificou 1.903 imigrantes sírios ou libaneses no estado gaúcho naquele ano (KNOWLTON, 1960), observamos que nossa seleção representou cerca de 40% dessa realidade, o que, por si só, já fornece uma boa amostra do fenômeno pesquisado.

Ainda assim, o critério de escolha que adotamos obedeceu a uma lógica que vale a pena reportar aqui. Concentramos nossas buscas nos imigrantes da primeira geração, os sírios e libaneses propriamente ditos, que chegaram ao Rio Grande do Sul entre o fim do século XIX e a década de 1930. Nesse contexto, se levarmos em conta que entre os 753 nomes que selecionamos estão incluídos, em grande parte, os imigrantes árabes vivos na década de 1940, quando o cadastramento foi realizado, verificaremos que, na verdade, a seleção indica com precisão que os mais velhos – os mesmos que haviam chegado nas últimas décadas do século XIX, com idades entre os 16 e os 22 anos –, estariam com idades entre os 66 e 72 anos quando o cadastramento foi realizado, sendo que, neste quadro, muitos deles já não estariam mais vivos, tendo em vista que a expectativa de vida média no Brasil, naquela época, não passava de 50 anos de idade.

¹² A distribuição dos escritórios da Polícia Federal por apenas quatro cidades (Porto Alegre, Santa Maria, Rio Grande e Uruguaiana) de certo não facilitava o acesso de imigrantes radicados em áreas distantes dessas regiões, notadamente os municípios situados a oeste e noroeste e as regiões de fronteira com a Argentina. Não acreditamos, entretanto, que este fato tenha tido grande peso no resultado de nossa pesquisa, que aponta para números muitos mais expressivos de árabes entre Porto Alegre, Santa Maria, Pelotas e Rio Grande.

Uma segunda instituição em que também nos fizemos presentes foi o Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERs), instituição que desde 1906 guarda a documentação dos poderes Executivo e Judiciário das diversas comarcas do estado. Embora criada no início do século XX, a instituição guarda muita documentação anterior a esse período que foi sendo incorporada ao longo do tempo. Isso fez do APERs um rico manancial em termos de documentação pessoal; ou seja, qualquer pessoa que, no passado, tenha vivido alguns anos no Rio Grande do Sul provavelmente deixou algum vestígio documental que pode estar neste arquivo, uma vez que o APERs reúne coleções do início da República e mesmo da época do Império, organizadas por sobrenomes das partes e pelas comarcas dos registros. Na instituição há ainda importante acervo de documentos que engloba, por município, desde processos de habilitação de casamentos, processos criminais, falências, disputas civis, até apelações e inventários. Parte de seu acervo pode ser acessada remotamente através do *site* do Arquivo. Por esse procedimento, nos foi possível, por exemplo, elaborar as tabelas e os quadros que dizem respeito às chamadas “habilitações de casamentos” de patrícios do início do século XX, na capital e nas cidades de Santo Ângelo, Rio Grande, Pelotas, Santa Maria, Cruz Alta, Lagoa Vermelha, Santo Antônio da Patrulha, Cachoeira do Sul e Ijuí, entre outras.

Interessados nos pioneiros da imigração sírio-libanesa no estado, e na forma como se desenvolveram suas relações sociais, comerciais, a pauta matrimonial e as sociabilidades desses imigrantes, selecionamos alguns processos da última década do século XIX e outros da primeira metade do século XX, como veremos no desenrolar de nosso trabalho.

Encontramos também no setor de biblioteca do arquivo uma coleção de literatura memorialista de diversos municípios gaúchos que foram de grande valia para a confecção desta tese, uma vez que ela apontava para sobrenomes árabes nesses municípios. Isso nos permitiu proceder à elaboração de mapas demográficos do estado para três períodos distintos, tornando possível visualizar a distribuição geográfica dos árabes radicados no Rio Grande do Sul ao longo do tempo.

No Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Velhinho, nós verificamos os livros de impostos, sob a rubrica “valor locatício”, cobrados pela prefeitura de Porto Alegre, de cada proprietário de estabelecimento comercial ou ambulante residente em local específico da capital. O valor cobrado de cada estabelecimento, ou de cada indivíduo, variava de uma loja para outra ou de pessoa para pessoa, de acordo com o tamanho físico do espaço ocupado pelo imóvel, quantidade de mercadorias adquiridas, ou com qualquer outro fator que porventura pudesse incidir na atribuição de valor dessas propriedades.

Os livros de impostos depositados no Arquivo estão divididos pelos vários endereços correspondentes aos distritos de Porto Alegre. No livro relativo ao 1º distrito (Centro Histórico da cidade), os nomes dos logradouros aparecem dispostos por ordem alfabética no alto da folha, em posição horizontal. Por razões estratégicas, decidimos concentrar nossas investigações na área central da cidade, não só porque era lá que se concentrava a maior parte dos empreendimentos comerciais dos árabes, mas também porque seria muito difícil localizar nomes sírio-libaneses distribuídos por outros logradouros e bairros da cidade, tendo em vista que, nestes últimos, os nomes dos imigrantes certamente estariam mais diluídos em meio a centenas de outros nomes de diversas origens (o que estenderia muito a pesquisa em termos de horas/resultados).

Os primeiros livros que analisamos no Moysés Velinho correspondem aos anos que vão de 1899 até 1905. Cada livro, em geral, abrange um período bianual. As informações em cada folha do livro, anotadas à mão, indicam os tipos de estabelecimentos comerciais (açougue, armário etc.), o nome de seus proprietários e os valores relativos a cada um dos impostos pagos – dispostos um em cada coluna, ao lado do nome do proprietário, do tipo de negócio e do número do estabelecimento naquela determinada rua. Na medida em que o imposto era arrecadado, a coluna correspondente era preenchida com o valor cobrado.

Já no Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, (localizado no Memorial do Rio Grande do Sul) nosso trabalho consistiu, basicamente, em examinar, entre tantos documentos, aqueles relacionados à evolução histórica da população do estado, incluindo a imigração. Durante um breve período, na década de 1920, havia um controle mais rígido das autoridades no porto da cidade¹³, o que incluía os registros de embarques e desembarques de estrangeiros. Os resultados desses controles estão nos anuários, livros publicados pelo poder público com os números de entradas e saídas, separados por cada etnia estrangeira que deixava a cidade, ou que ali chegava pelo lago Guaíba. De posse desses dados, pudemos elaborar um quadro que deu suporte a outras informações acerca da mobilidade dos sírio-libaneses que deixavam ou chegavam a Porto Alegre nos anos disponíveis: 1922 e 1923¹⁴.

O quinto arquivo que procuramos foi o do Colégio Anchieta de Porto Alegre. A secretaria da escola guarda exemplares dos anuários da instituição, editados desde a abertura da unidade, em 1890. As matrículas de alunos podem ser utilizadas como um parâmetro de ascensão social em Porto Alegre, ainda que alguns imigrantes possam ter chegado à cidade já com algum capital, uma vez que

¹³ Marcando um período de forte intervenção estatal nas instituições gaúchas.

¹⁴ Há ainda, no anuário referente ao ano de 1923, uma informação sobre impostos colhidos de associações recreativas, entre elas uma certa Associação Beneficente Sírio-Libanesa de Bagé.

o Anchieta era um colégio caro para os padrões do início do século XX (custava um conto de réis por ano)¹⁵.

No período pesquisado, o colégio era frequentado pelos filhos das elites da cidade e rapazes vindos do interior, assim como por filhos de imigrantes alemães, italianos e poloneses de Porto Alegre e também do interior, já que era também oferecido o regime de internato. Os primeiros nomes sírios do Colégio Anchieta começam a aparecer timidamente durante os anos 1920, ganhando força nas décadas seguintes. O “Relatório do Ginásio Anchieta em Porto Alegre, Rio Grande do Sul” tem encadernação em forma de livro e compila, em um único volume, diversas publicações anuais da escola. O anuário contém os relatórios de mérito e premiações de alunos, dando visibilidade aos melhores estudantes, que competiam por um lugar de prestígio na hierarquia acadêmica. Foi possível a pesquisa em busca de sobrenomes sírios e libaneses até o ano de 1931.

A última instituição que gostaríamos de mencionar é a Sociedade Libanesa de Porto Alegre, fundada em 1936 no bairro de São João. A Sociedade é um clube social e esportivo da capital gaúcha que sobreviveu a outros três clubes árabes que já encerraram suas atividades: o Clube Sírio-Libanês, fundado em 1925; a Sociedade Sírio-Libanesa, de 1934; e a Sociedade Síria, inaugurada em 1949.

O material por nós pesquisado, embora limitado pelo exíguo tempo de acesso que tivemos a ele na Sociedade Libanesa¹⁶, é muito rico e pouco explorado e corresponde às atas das reuniões de diretoria de alguns dos clubes acima mencionados. As decisões consignadas nas atas, revelam os problemas e as soluções adotadas no dia a dia desses espaços de sociabilidades, incluindo os investimentos e patrimônios investidos pelo grupo, suas dissensões e alianças, assim como o papel exercido por lideranças étnicas no processo de formação da identidade árabe na capital e na administração da memória do grupo.

AS FONTES SECUNDÁRIAS: PRODUÇÃO BIBLIOGRÁFICA SOBRE A IMIGRAÇÃO SÍRIO-LIBANESA E ALGUNS DE SEUS ASPECTOS

Em meados dos anos 1940, a comunidade sírio-libanesa no Brasil já alcançara certa proeminência econômica, possuindo numerosos representantes estabelecidos como comerciantes e industriais, além de profissionais liberais bem posicionados socialmente que logo se fariam presentes também na política. A

¹⁵ De acordo com Laurentino Gomes (2013), o valor corrigido corresponde hoje a quase R\$100.000,00. Ainda que haja certa relatividade dos preços praticados no início do século XX, comparando-os com os de agora, ainda assim tratava-se de valor considerável.

¹⁶ A Sociedade se tornou a guardiã da documentação histórica dos demais clubes. Nosso anfitrião, Salim Cecim Paulo, diretor cultural da entidade e única pessoa autorizada a acompanhar nossas pesquisas nos acervos da instituição, encontrava-se doente na época e, quando podia, acompanhava nosso trabalho que encontrou apenas quatro ocasiões, de duas horas cada, para realizar as investigações que foram levadas a cabo em julho de 2015.

trajetória de ascensão social desses imigrantes ao cabo de apenas uma geração deu início a uma rica literatura que iria se debruçar sobre a experiência dessa corrente migratória sob diferentes perspectivas.

Uma das primeiras obras a abordar o tema foi o *Álbum da colônia sírio-libanesa no Brasil*, de Salomão Jorge, datado de 1946. Da mesma década, são os trabalhos de Jamil Safady, que fundou na cidade de São Paulo o Centro Cultural Árabe Brasileiro. Do autor, foram editadas as obras *Panorama da imigração Árabe* e *O café e o mascate*, depois compiladas em dois volumes e publicadas como *Obras completas de Jamil Safady* (1972). Em *O café e o mascate*, Safady sugere que as remessas de dinheiro do Brasil para a Síria e o Líbano, inicialmente tão importantes para a economia daqueles países, foram escasseando a partir da emergência da segunda geração de imigrantes.

Em 1959, o professor e geógrafo Aziz Nacib Ab'Sáber, descendente já de terceira geração, escreveu *O intercâmbio cultural entre o Brasil e os países árabes*. O trabalho de Ab'Sáber introduziu um caráter mais científico à visão tradicional de cunho memorialista, ao complementar a narrativa com o uso de estatísticas e análise comparada da imigração sírio-libanesa em relação à de outras etnias. Ab'Sáber, além disso, valeu-se em sua obra de relatos biográficos isentos e mais confiáveis.

Sem prejuízo desses trabalhos pioneiros, títulos sobre a imigração árabe no Brasil só irão se tornar mais frequentes a partir da década de 1970, sobressaindo, principalmente, as memórias¹⁷, biografias e investigações sobre clubes e associações de cunho étnico. Em 1972, Jorge Salim Safady escreveu aquela que foi provavelmente a primeira monografia acadêmica sobre o tema, “A imigração árabe no Brasil: 1880-1971” sua dissertação de mestrado defendida na USP. A obra oferece um alentado panorama da cultura e da história árabe no Brasil.

Fazendo uma análise hierarquizada da bibliografia relativa a imigração sírio-libanesa no Brasil e no exterior, nivelamos como prioritários os títulos abaixo, por serem todos eles relevantes para nossa pesquisa. O historiador Jeffrey Lesser (1992), em *From peddlers to proprietor: lebanese, syrian, and jewish immigration in Brazil 1904-1945*, sugere terem os imigrantes sírios e libaneses (e também judeus) elaborado uma nova identidade ao romperem com suas origens e com as suas aldeias de procedência, estabelecendo uma moeda de troca que foi negociada a cada estágio da escalada de ascensão social desses imigrantes na terra estrangeira.

¹⁷ Muito antes do aparecimento dos primeiros livros de memória abordando a imigração árabe no Brasil, alguns intelectuais da colônia, especialmente os egressos da Universidade Americana de Beirute, já haviam escrito suas memórias diaspóricas. Entre eles, destaca-se o livro de Taufik Duoun (1943), *Confissões e indiscrições: meio século de experiências em quatro continentes*. Com efeito, boa parte do que foi escrito sobre a história da comunidade sírio-libanesa no país reveste-se desse mesmo caráter memorialístico.

As contribuições de dois autores estrangeiros têm sido prestigiadas pela bibliografia brasileira recente como fontes imprescindíveis para se conhecer a diáspora sírio-libanesa e suas repercussões no país. São eles Akram Fouad Khater (2001) e Maria da Luz Logroño-Narbona (2010). O primeiro, porque elabora um sólido trabalho de pesquisa histórica sobre o Levante, especialmente no Líbano da época áurea da imigração; e a segunda, por investigar a formação de uma rede migratória de caráter transnacional, patrocinada pela República Francesa através de seus consulados e embaixadas, que facilitou e promoveu a formação de uma identidade libanesa e síria entre os imigrantes na diáspora.

Ainda nessa linha investigativa, Eliane Fersan (2005) dirige um novo olhar para o tema em sua tese de doutorado defendida no Instituto Libanês de Pesquisas Imigratórias da Universidade de Notre Dame, em Beirute. “Les immigrés syro-libanais au Brésil, 1920 a 1926: *perception du corps consulaire français*” versa sobre o real interesse do cadastramento dos imigrantes sírios e libaneses no Brasil promovido pela chancelaria francesa, a qual representava os sírios e os libaneses dentro e fora de seus países no Oriente Médio, durante a época do Mandato Francês na Síria e no Líbano. Importante destacar, na obra, o interesse dos franceses pelo Rio Grande do Sul, onde sabiam haver muitos libaneses maronitas, mas também alemães, seus tradicionais oponentes no início do século XX.

As características transnacionais dessa imigração ficam evidentes, por exemplo, ao se analisar as correspondências trocadas pelo cônsul francês em Porto Alegre com o seu congênere em Pelotas, as quais comprovam os esforços dessas autoridades em estimular sírios e libaneses a fundarem suas agremiações como a “Liga Patriótica Syrio-Libanesa”, estabelecida em Pelotas em 1917¹⁸ (FERSAN, 2005; LAGROÑO-NARBONA, 2007); e o Clube Syrio-libanez de Porto Alegre, a exemplo do que ocorria em outros locais de imigração árabe no início do século XX.

Simon Jackson (2013), em *Diaspora, politics and developmental empire: syrian and lebanese in the League of Nations*, não foge de nosso interesse quando também investiga os arquivos diplomáticos franceses durante o período do Mandato da França no Líbano e na Síria (1923-1943/6). Jackson analisa as relações das autoridades do Alto Comissariado Francês no Levante com a Chancelaria em Paris e os cônsules de São Paulo, Belém, Porto Alegre, Rio de Janeiro e Salvador. O autor examina as ações do corpo diplomático francês em relação ao cadastramento de imigrantes sírios no sul do Brasil, Uruguai,

¹⁸ Fersan (2005); Simon Jackson (2013) Rocha Pinto (2010) e Narbona-Logroño (2007) detalham algumas organizações patrocinadas pela França, com suas sedes em Paris, que visavam a propaganda francesa junto aos imigrantes pela causa do país no Oriente Médio.

Argentina, Chile e Estados Unidos, também confirmando o caráter transnacional da imigração sírio-libanesa.

Igualmente importantes para se conhecer os aspectos mais gerais da imigração árabe, são os diversos trabalhos do Centro Moise A. Khayralla para Estudos da Diáspora Libanesa¹⁹, da Universidade da Carolina do Norte, nos Estados Unidos, entre eles, o artigo de Stacy Farenthold, “*Transnational modes and media: the syrian press in the mahjar and emigrant activism during world war I*” (2013). Nele, a autora investiga as primeiras manifestações nacionalistas sírias e libanesas, através das pautas e expressões de cunho político dos órgãos de imprensa das comunidades árabes em São Paulo, Buenos Aires e Nova York, locais de grande concentração de imigrantes do Oriente Médio, fato que certamente repercutiu nos árabes radicados no Rio Grande do Sul, que tiveram de escolher, à luz da documentação fornecida pelos franceses, entre serem identificados como libaneses, turcos, árabes ou sírios.

Uma das maiores referências no tema da emigração sírio-libanesa, o historiador Ernesto Capello (2004) é autor de uma teoria original sobre a diáspora árabe. Segundo ele, o processo migratório libanês²⁰ foi global e simétrico, tendo acontecido ao mesmo tempo em diversos lugares, inclusive dentro do próprio Líbano, quando cristãos das montanhas migraram para Beirute logo após os massacres contra eles ocorridos no início da década de 1860. Em Beirute e Damasco, segundo Capello, teria se iniciado o processo de ascensão social dos antigos lavradores e pastores do Monte Líbano e do interior da Síria. O autor chama a atenção para a espontaneidade da imigração dos libaneses em todos os continentes, na segunda metade do século XIX, como uma continuação do primeiro movimento que lhes retirou “de casa”, nas montanhas do Líbano. Nessa perspectiva, a imigração libanesa ganhou impulso no Brasil após o fechamento das fronteiras da América do Norte e surpreendeu as autoridades brasileiras, que não esperavam a chegada de tão numeroso contingente de árabes, desviados da América do Norte para os portos brasileiros, mas também para o México, Cuba, Uruguai e Argentina, nos primeiros anos da República. Aliás, esses dois últimos países vão impactar a imigração dos sírios e libaneses, especificamente no Rio Grande do Sul, conforme veremos.

¹⁹ O centro mantém uma revista, *Mashriq & Mahja* (interior e exterior, em tradução livre), que publica os diversos trabalhos acadêmicos produzidos na instituição sobre a diáspora árabe.

²⁰ Nesse caso, Capello se refere aos libaneses e ao Líbano especificamente, sem citar os sírios e a Síria.

Alguns trabalhos sobre imigração síria e libanesa em diferentes estados e cidades brasileiros se revelaram de especial interesse para nós por apresentarem um panorama local que, a rigor, revelam elementos comuns com alguns dos problemas abordados nesta tese. É oportuno pontuar que a maior parte dessa produção, com raras exceções, foi escrita por descendentes de imigrantes, os quais se valem de sua proximidade com o tema e de seus conhecimentos empíricos sobre a matéria. Se por um lado o descendente-pesquisador dispõe de uma carga considerável de informações por conta da posição que ocupa em relação a seu objeto de estudo, por outro, muitas vezes falta-lhe o distanciamento necessário para uma análise mais objetiva, a qual, um investigador não descendente, ao menos teoricamente, possui.

Sobre a Região Sudeste, vale destacar, em primeiro lugar, a contribuição pioneira da tese de doutorado do brasilianista Clark Knowlton, “Sírios e libaneses em São Paulo: mobilidade social e espacial”. A obra foi apresentada na Universidade Vanderbilt, no Tennessee, Estados Unidos, em 1954, e publicada no Brasil em 1960. Em seu trabalho, Knowlton usou técnicas e metodologias pouco utilizadas pelas ciências sociais brasileiras à época, como métodos quantitativos e qualitativos combinados. Fez também entrevistas com os mais velhos da colônia de imigrantes sírios e libaneses de São Paulo. O resultado final foi um trabalho de fôlego que ainda hoje é utilizado como referência não só no estudo da imigração sírio-libanesa, mas também no de outras etnias que vieram para o Brasil.

Igualmente significativo é o trabalho de Oswaldo Truzzi, *Patrícios: sírios e libaneses em São Paulo* (1997), estudo abrangente do processo migratório sírio-libanês naquele estado. Entre os vários capítulos da obra, destacamos “De mascate a doutor”, que analisa a trajetória percorrida por duas gerações de imigrantes; e “Patrícios na política”, que aborda a representação política dos descendentes desses imigrantes em São Paulo. Outra importante contribuição de Truzzi, incluída no livro *Fazer a América* (1999), organizado por Boris Fausto, é “Sírios e libaneses e seus descendentes na sociedade paulista”. Nesse texto, o autor desenvolve uma análise bastante arguta sobre diversos aspectos da inserção desses imigrantes na malha social paulista, servindo como inspiração para a realização de estudos similares dedicados a outras regiões do país.

Outro autor estrangeiro, Montie Bryan Pitts Jr., lançou em 2006, “*Forging ethnic identity through faith: religion and the syrian-lebanese community in São Paulo*” trabalho apresentado à Universidade Vanderbilt, nos Estados Unidos. Nele, o autor defende que as igrejas da comunidade sírio-libanesa, assim como os clubes e os jornais impressos em idioma árabe, atuaram e ainda atuam de modo decisivo para a formação e manutenção da identidade árabe no Brasil.

Um estudo que também aborda aspectos da imigração árabe em São Paulo é *Um outro arabesco: etnicidade sírio-libanesa no Brasil neoliberal* (2009), de John Toufic Karam. Na obra, Karam analisa as diferentes instâncias em que uma parte da identidade árabe se faz notar no Brasil, da literatura à televisão; da cozinha à política. Ao entrevistar e conviver com descendentes de sírios e libaneses de São Paulo, o autor, curiosamente, considera que grande parte dos descendentes de árabes paulistanos são adeptos do neoliberalismo, ou, em outras palavras, herdeiros de pequenas fortunas deixadas pelos pais e, portanto, pouco sensíveis, de uma maneira geral, aos graves problemas sociais do Brasil.

Outro trabalho instigante relacionado à Região Sudeste é o livro de Paulo Hilú da Rocha Pinto, *Árabes no Rio de Janeiro: uma identidade plural*, publicado em 2010. Na obra, o autor utiliza-se de fontes encontradas nos arquivos históricos brasileiros e nos arquivos diplomáticos franceses. Além disso, traz entrevistas com personagens da colônia sírio-libanesa carioca e faz uso de extensa literatura memorialística e de trabalhos acadêmicos nacionais e estrangeiros. Tudo isso empresta ao livro um caráter inovador e abrangente, num panorama analítico que vai do global ao municipal.

A imigração árabe em Goiás, de Heliane Prudente Nunes²¹ (1986), analisa a história dos árabes no estado, acompanhando as principais transformações econômicas, sociais e culturais vividas por três gerações de imigrantes, entre 1880 e 1970. O texto procura explicitar como eles conseguiram, relativamente em pouco tempo, grande progresso econômico, a ponto de monopolizar determinados setores da economia goiana.

Ainda de cunho regional, encontramos um outro conjunto de textos, desta vez sobre a Região Nordeste. O artigo de Sérgio Lamarão, “A dimensão nacional do processo migratório dos sírios e libaneses no Brasil: os patrícios no Nordeste”, que integra o livro *Os árabes e suas Américas* (2008), organizado por Denise Jardim e Marco Aurélio Machado de Oliveira, oferece uma visão de conjunto da presença da etnia em terras nordestinas.

As referências que citamos foram ainda importantes não só para a montagem de nosso arcabouço de conceitos, mas também para a costura metodológica que adotamos em nosso estudo. Entre outras coisas, sua leitura fez aflorar ideias sobre como encaminhar os problemas e questões que foram surgindo ao longo do desenvolvimento do nosso trabalho.

²¹ Nunes (1997) é também autora de um instigante artigo (“A imigração síria e libanesa nos Estados Unidos e no Brasil: uma perspectiva comparativa”) comparando a imigração árabe no Brasil e nos Estados Unidos, no qual discute questões relevantes para a nossa pesquisa.

FONTES SECUNÁRIAS LOCAIS: TRABALHOS ACADÊMICOS E OUTROS TÍTULOS SOBRE IMIGRAÇÃO ÁRABE NO RIO GRANDE DO SUL

Em relação aos títulos de trabalhos acadêmicos sobre imigração árabe no Rio Grande do Sul ao longo das últimas décadas, o primeiro que gostaríamos de mencionar é a monografia de conclusão do curso de Ciências Sociais da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), apresentada em 1987, por Rosi Maria Reis Selaimen²², e intitulado “A presença árabe no Rio Grande do Sul”. A monografia aborda, em primeiro lugar, os fatores de expulsão desses imigrantes do Líbano e os de atração pelo Brasil. Rosi Maria, que é descendente de uma tradicional família sírio-libanesa de Porto Alegre, menciona, entre outros fatos, a “Semana Árabe”, evento que aconteceu na capital em 1974, dentro das comemorações maiores do Mês dos Imigrantes no Rio Grande do Sul. Cita também um programa de rádio feito para a comunidade que foi ao ar até o início da década de 1970, assim como a doação de um monumento em granito produzido pelos sírios e libaneses de Porto Alegre. Datado de 1935, o pequeno obelisco arredondado, no estilo *art déco*, foi uma homenagem da colônia árabe ao centenário da Revolução Farroupilha e ainda pode ser visto no Parque da Redenção. Em sua monografia, a autora destaca como a comunidade de imigrantes assimilou a cultura gaúcha, referindo-se sempre aos “libaneses” e de como eles formularam uma identidade rio-grandense.

Em 2000, Cecília Kemel, uma pesquisadora gaúcha filha de sírios de Cachoeira do Sul, lançou *Sírios e libaneses: aspectos da identidade árabe no sul do Brasil*, um estudo antropológico sobre a imigração árabe no estado.

A dissertação de mestrado “A discreta presença muçulmana em Porto Alegre”, de Leonora Silveira Pereira, apresentada em 2001 no Programa de Pós-Graduação em Antropologia da UFRGS, apesar de mapear a chamada imigração moderna (depois de 1948), caracterizada especialmente pela presença de imigrantes islâmicos, principalmente vindos da Palestina, traz informações úteis sobre o período coberto por nosso trabalho. Pereira identifica algumas famílias sírias e libanesas de origem muçulmana radicadas em Porto Alegre que vieram na mesma leva de imigrantes que estudamos²³.

Em “Imigração e memória: sírios e libaneses no Rio Grande do Sul”, dissertação de mestrado defendida em 2004 na Universidade Federal de Santa

²² Os sobrenomes Chemale e Selaimen correspondem a duas famílias libanesas pioneiras que já vieram do Líbano unidas e continuaram assim em Porto Alegre. Foram, segundo Schilling (2007), os primeiros a se mudar para o 4º distrito de Porto Alegre, que veio a tornar-se, mais tarde, uma área da cidade com alta concentração de sírios e libaneses e onde foi criada, em 1936, a Sociedade Libanesa, fundada por libaneses maronitas do bairro São João.

²³ Corroborando a pesquisa realizada por Pereira, também encontramos algumas famílias muçulmanas que chegaram ao Rio Grande do Sul no início do século XX e que, para serem aceitas com mais facilidade, mudaram seus nomes para denominações menos óbvias como, por exemplo, Mohamed e Mahmud, que se tornaram Simão, Abraão ou ainda Antônio ou José.

Maria (UFSM), a professora Neida Ceccin Morales, ela também neta de imigrantes libaneses, entrevista um elenco de descendentes de árabes radicados em Santa Maria e municípios vizinhos. A autora aborda a importância do clube fundado por imigrantes para a vida comunitária local.

Carla Rosane Silveira da Rosa apresentou, em 2005, como trabalho de conclusão do curso de Pós-Graduação em História do Brasil, do Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), a monografia “Primeiros imigrantes sírios e libaneses na cidade de Pelotas: final do século XIX e início do século XX”. Sua fonte básica de pesquisa foi um livro de registros encontrados na Sociedade Libanesa de Pelotas²⁴ contendo os nomes dos sírios que residiam no município no ano de 1917. A análise deste material permitiu à autora verificar a presença de muitos imigrantes palestinos entre os sírios e os libaneses, que se identificavam declarando sua procedência ao lado de uma foto. A autora ainda usou como fonte algumas entrevistas feitas por Emerson Marques, que escreveu a monografia “Do Oriente Médio a Pelotas: análise da imigração sírio-libanesa em Pelotas”, trabalho apresentado na UFPEL, em 2000. Em ambos os textos, há menção à mobilização dos imigrantes sírios na fronteira sul durante as primeiras décadas do século XX, e notícias da fundação da Liga Patriótica Sírio-Libanesa em 1917.

Também uma dissertação de mestrado, “Imigrantes palestinos, famílias árabes: um estudo antropológico sobre a recriação das tradições através das festas e rituais de casamento”, de Roberta Peters, reproduz o conteúdo das entrevistas que a autora fez com membros da colônia árabe gaúcha. Defendida em 2006, a dissertação foi apresentada no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Antropologia da UFRGS. Durante a execução da pesquisa, Roberta recebeu orientação da professora Denise Jardim, também autora de alguns trabalhos sobre árabes e palestinos no Rio Grande do Sul, destacando-se *Palestinos no extremo sul do Brasil: identidade étnica e os mecanismos sociais da produção da etnicidade*, tese de doutorado defendida em 2001, no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional do Rio de Janeiro. Essas duas obras, em geral, se referem a processos migratórios posteriores aos de nosso estudo. Ainda assim, as autoras produziram trabalho de valor inestimável para o conhecimento da imigração árabe no Rio Grande do Sul e por isso merecem ser citadas.

Outra autora também oriunda da academia, é Liane Chipollino Assef. Historiadora, natural de Santana do Livramento, Liane escreveu alguns artigos

²⁴ O autor visitou a Sociedade Libanesa de Pelotas em 2015. A agremiação encontra-se praticamente abandonada e sobrevive graças ao empenho e auxílio de alguns comerciantes de origem libanesa e imigrantes árabes da cidade que recuperaram a sede, a qual já se encontrava abandonada nas décadas anteriores.

sobre os aspectos da imigração palestina e sírio-libanesa na fronteira. Em *Um olhar sobre a presença árabe na fronteira* (2014), a autora disserta sobre diversas características da identidade árabe no ambiente fronteiriço gaúcho, o que nos serviu para conhecer melhor a realidade da região além dos nomes de algumas famílias pioneiras.

Ainda mais recente é a dissertação de Cinara Neumann Alves, defendida em 2014 na Universidade de Santa Cruz do Sul (Unisc), “Cultura árabe e desenvolvimento econômico em regiões fronteiriças do sul do Brasil: a presença árabe no comércio de Santana do Livramento (Brasil) e Rivera (Uruguai)”. Na obra, encontramos dados que confirmam que, desde o fim do século XIX, Rivera já contava com uma pequena comunidade de imigrantes sírios atuando no comércio local, ao passo que do lado gaúcho esses imigrantes, em menor quantidade, só chegaram nas primeiras décadas do século XX.

Por fim, duas contribuições não acadêmicas, mas de consulta obrigatória a todos os interessados no estudo da presença árabe em território gaúcho, são *Uma história a ser lembrada: Sociedade Libanesa de Porto Alegre* (2007), e a seção do volume V da *Enciclopédia Rio-Grandense* (1958) dedicada à imigração levantina no estado. A primeira constitui-se na única obra que trata da imigração árabe em Porto Alegre de uma forma mais detalhada e abrangente, especialmente para o período que trabalhamos. Assinado pela pesquisadora Suzana Schilling, o livro foi lançado como parte das comemorações dos 70 anos da Sociedade Libanesa de Porto Alegre. Na obra, Schilling oferece ao leitor um apanhado histórico sobre a comunidade maronita de Porto Alegre. Por meio de entrevistas realizadas com os ex-presidentes da entidade, o livro recupera uma importante parte da história da comunidade libanesa no Rio Grande do Sul e particularmente na capital.

Já a seção sobre a imigração árabe incluída na *Enciclopédia Rio-Grandense* (1958) divide-se em duas partes: imigração libanesa e imigração sírio-árabe. O organizador da obra, Klaus Becker, escreveu “Os sírios e outros imigrantes árabes”, e o cônsul honorário do Líbano em Porto Alegre, Abdalla Adalberto Creidy, “Os libaneses e sua história”. O autor do segundo texto vincula os libaneses diretamente aos fenícios e aos cruzados, situando o Líbano em uma espécie de isolamento regional e renegando as raízes árabes presentes em seu território. Becker, ao contrário de Creidy, quando escreve sobre os sírios e os árabes, não deixa de mencionar os libaneses enquanto um povo árabe também.

Analisadas em seu conjunto, pode-se dizer que a quantidade de fontes, acadêmicas e literárias, de cunho ficcional ou memorialístico, sobre a imigração árabe no Rio Grande do Sul não é de todo escassa, porém, a maioria delas, antiga. No entanto, procuramos aproveitar todas nesta tese, uma vez que elas trazem

informações sobre os estabelecimentos comerciais dos imigrantes, assim como sobre a presença das primeiras famílias sírio-libanesas a povoar os municípios gaúchos onde algumas dessas obras são ambientadas.

LITERATURA MEMORIALISTA, BIOGRÁFICA, BLOGS, REPORTAGENS, OBITUÁRIOS E HISTÓRIA ORAL

A literatura memorialista e biográfica, pela importância e complexidade que apresenta, merece um tratamento particular. Um estudo dentro de nosso objeto de estudo. Isso se justifica porque essa literatura permite o acesso a representações desses imigrantes, mas também a construção da memória dos diferentes grupos até o momento atual. Nesse sentido, torna-se importante identificar aspectos comuns a todas elas, tais como: posição social dos autores; origens; obstáculos e dificuldades enfrentadas na imigração; memória familiar; herança cultural; ascensão social; aquisição de prestígio; lições de vida; defesa de valores morais; concepções de enriquecimento e trabalho; estratégias de negócios; ética comercial etc.

O caráter memorialístico das produções literárias, de acordo com Lejeune (2008), assume um conteúdo de reinvenção, que se estabelece no limite entre a ficção e a realidade. Neste gênero literário, quase sempre, os autores se identificam como personagens, na medida em que a maior parte das histórias são contadas na terceira pessoa, descaracterizando assim o texto autobiográfico. Nessa perspectiva, o autor pode ser definido como uma pessoa real e socialmente responsável e, ainda, como o produtor de um discurso. Além dos aspectos das representações e de construção da memória, a literatura memorialista, (auto)biográfica ou genealógica, que apresentamos a seguir, produzida em diversos municípios do interior do estado, nos serviu também para fechar lacunas deixadas por outras fontes, e se tornaram imprescindíveis na medida em que nosso objetivo foi reunir o maior número possível de manifestações e referências sobre a imigração sírio-libanesa no Rio Grande do Sul. Sendo assim, as pesquisas nos levaram a examinar uma série de publicações memorialistas, na maioria das vezes biografias, romances de imigrantes ou livros escritos por descendentes em homenagens a seus pais. Apresentamos abaixo um quadro descritivo desses autores e suas obras.

Quadro 1: Literatura memorialística da imigração árabe no Rio Grande do Sul autores e obras

Autor	Obra/Data de Publicação	Gênero	Assunto(s)	Observações
Jorge Bahlis (1900-1951)	<i>Coração e dever</i> (1920); <i>No vendaval da vida</i> (1925).	Teatro, romance, arqueologia e História Natural. Artigos políticos.	Imperialismo e conjuntura internacional; Em 1920 defendeu, em uma crônica o Mandato Francês no Líbano, mas em 1925, escreveu artigo contrário, classificando a França como Imperialista.	Nascido em Trípoli, no Líbano, Bahlis, um autodidata, foi contemporâneo de Mário Sada e Abílio Nequete. Radicou-se em Porto Alegre, onde foi proprietário de um curso profissionalizante. Em 1935, foi nomeado cônsul honorário do México em Porto Alegre.
Tanus Bastani (?)	<i>Os libaneses no Brasil</i> (1948); <i>Semana árabe em Porto Alegre</i> (1973).	Memórias.	História do Rio Grande do Sul; mascates e imigração árabe no Sul; memórias do pai imigrante em Uruguiana.	Orador da comunidade libanesa.
Abdalla Creidy (?-1966)	Verbete na Enciclopédia Rio-Grandense (1958).	Obra de referência.	Imigração libanesa no Rio de Grande do Sul; definição de Líbano e separação entre libanês e sírio.	Consul honorário do Líbano em Porto Alegre e filho de imigrantes. Era empresário e industrial.
Fuad Abdalla Nader (1925-2013)	<i>Abdalla Nader (1894-1953): De mascate a general do ar e amigo da cultura</i> (2005).	Memórias de Abdalla Nader que foi um importante líder comunitário e comerciante	Memórias do seu pai, Abdalla Nader, imigrante libanês. no sul do estado.	São memórias biográficas de um personagem do tipo <i>self made man</i> . História da cidade de Rio Grande
Mario Salomão Sada (1914-2008)	<i>Do Líbano ao Brasil: Construindo Sonhos.</i> (2009)	Autobiografia e memórias.	Conta a trajetória do pai, imigrante libanês que tornou-se grande empreendedor da cidade.	São memórias de uma trajetória ligada à história de Porto Alegre. Sada foi Grão-Mestre da maior loja maçônica da capital, forte comerciante de tecidos em Porto Alegre e proprietário

		no interior de São Paulo. (2009).		de uma casa de show “Mil e uma Noites”.
Edison Nequete (1926-2010)	<i>Herança da luta de Abílio Nequete</i> (2008).	Memórias e autobiografia . Edison tem uma redação irônica e poética e seu ‘depoimento’ autobiográfico completa o que se sabe de seu irmão e pai.	Memórias da família Nequete, incluindo, entre outros, o pai, Abílio e o irmão Lenine.	O autor, nascido em Porto Alegre, foi jornalista da Rádio Nacional no Rio de Janeiro. Sua narrativa humaniza personagens de quem pouco se sabe.
Luiz Simão Kalil (1937-2013)	<i>Salim faz preço, freguês. Samuel também faz, senhor</i> (2007).	Romance histórico ambientado em uma fictícia cidade do Sul do estado.	Trajetória de um imigrante libaneses em ambiente como o sul do Brasil.	Luiz é filho de imigrantes sírio-libaneses radicados em Bagé, onde nasceu. Foi médico e prefeito da cidade. Na obra, o autor utiliza-se de um imigrante judeu para fazer um contraponto com o imigrante árabe, comparando-lhes os <i>habitus</i> .
Pedro Vergara (1895-1979)	<i>Olhares sobre Jaguarão</i> (2010).	Memórias de juventude quando conheceu uma família árabe com quem trabalhou.	Alimentação, ambiente familiar, costumes e hábitos de uma família de imigrantes árabes de Jaguarão, referência da juventude do autor.	Escritor gaúcho nascido em Porto Alegre, Vergara foi também advogado, jurista e poeta.

Examinando o quadro acima, conclui-se que, entre os escritores descendentes, a maioria faz parte da segunda geração. São geralmente pessoas com um grau de instrução mais elevado do que o de seus pais imigrantes. As narrativas se referem a memórias familiares e em geral vêm associadas a reconhecimento e gratidão pela luta dessas pessoas.

Também vamos trabalhar com uma literatura vinculada à formação de municípios ou microrregiões do estado, servindo como uma espécie de

documentação da origem de algumas comunidades do Rio Grande do Sul e de seus fundadores. Caracteriza-se por ter sido escrita por autores locais que se dedicam a esse tipo de produção.

Os *blogs* são outra boa fonte de consulta de relatos de caráter memorialístico de descendentes de árabes disponíveis na internet. Um deles é a página *Histórias que meu pai contava*²⁵, mantida por Aloyzio Achutti. Outra fonte de material memorialístico encontrado na internet são reportagens como a do *Jornal Pioneiro*, que nos traz informações sobre a trajetória do imigrante libanês Kalil Sehbe, de Caxias do Sul. Outro tipo de fonte que fizemos uso foram as seções de obituário dos principais jornais do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, além dos informativos de entidades de classe. Cobrimos os anos entre 2003 e 2016²⁶, sendo que a maioria dessas fontes estão disponíveis na internet.

A respeito da literatura biográfica ou autobiográfica, mas também no caso da literatura memorialista, é importante pontuar que, de uma maneira geral, observa-se nelas uma tendência a alimentar-se de um modelo narrativo em que sucessos e derrotas são idealizados de acordo com o ponto final das trajetórias que narram. Esse processo foi previsto pelo sociólogo francês Pierre Bourdieu (2006), que traçou alguns caminhos críticos para entender como se apresentam as representações nesses casos específicos de literatura. Segundo o autor, a única maneira de apreendê-las como tal consiste em tentar recuperá-las na unidade de um relato totalizante com o fito de responder à seguinte questão: a imagem que esses indivíduos/autores construíram de si mesmos ou de seu objeto de estudo em suas obras correspondem à realidade? Eles exprimem com veracidade os fatos e indivíduos que descrevem? Ou suas narrativas significam apenas uma seleção de suas reminiscências?

Para Bourdieu (2005), as leis que regem a produção dos discursos em sua relação entre *habitus* e o mercado também se aplicam a essas formas particulares de expressão; ou seja, o relato de vida varia, tanto em sua forma quanto em seu conteúdo, segundo a qualidade social do mercado no qual é oferecido. Nessa perspectiva, a vida de uma pessoa não pode ser narrada linearmente sem se considerar as relações que elas estabelecem com distintos agentes, em diferentes campos de atuação, ao longo de sua existência. Uma vida é algo complexo, praticamente impossível de ser explicitado em um discurso cronologicamente ordenado e linearmente construído. Ela surge, porém, nas biografias e relatos memorialísticos como “um todo, um conjunto coerente e orientado, que pode e

²⁵ Disponível em: <<http://amicorextension.blogspot.com.br/2012/10/bortolo-achutti-1898-1977.html>>. Acesso em: 12 out. 2015.

²⁶ Os nomes aqui expostos não esgotam todos os casos ocorridos no recorte temporal supracitado, tampouco todas as fontes jornalísticas possíveis, mas foram aqueles que a pesquisa encontrou.

deve ser apreendido como expressão unitária de uma “intenção” objetiva e subjetiva de um projeto”. (BOURDIEU, 2006, p.184).

No caso específico da biografia, segundo Richard Holmes, (1985, p.83), ela "pode propiciar uma espécie de espelho ético, no qual podemos ver, com uma força súbita, nossas vidas sob diferentes ângulos". Talvez o maior desafio do trabalho bibliográfico seja a maneira como nossas subjetividades nos faz ver, sentir e perceber o outro. Assim, de acordo com Borges (2009, p.232), "a narrativa biográfica impõe uma modalidade de escrita da história profundamente imbricada com as subjetividades do biógrafo", o qual, ao falar de seu personagem no texto que produz, está, na verdade, falando “de si mesmo, projetando algo de suas emoções e de seus próprios valores e necessidades”.

HISTÓRIA ORAL E AS ENTREVISTAS

A imigração sírio-libanesa difere dos modelos de migração comumente encontrados no estado sulino, que é aquela feita por meio do assentamento de colonos em zonas rurais. A imigração que estudamos veio de modo espontâneo, em quantidade muito menor e se concentrou em áreas urbanas. Para dar conta dessa realidade, lançamos mão de uma metodologia de pesquisa que permite apreender dados relevantes sobre nosso objeto de estudo, sem perder de vista a relação entre o tempo biográfico e o tempo histórico-social. Referimo-nos aqui à história oral, que começou a ganhar espaço no Brasil a partir dos anos 1980, sobretudo entre profissionais das ciências sociais. Primo (2013, p.22) fornece uma boa descrição do significado desse relevante instrumento de análise, muitas vezes imprescindível ao trabalho do historiador:

Ao lançar-se mão dessa metodologia, os dados obtidos – lembranças, reflexões e análises sobre o passado – levam, muitas vezes, ao resgate de acontecimentos e contextos ausentes dos registros escritos. Em outras palavras, a história oral, enquanto metodologia de “tratamento” dos acontecimentos passados, ou descrição de objetos, vai na via contrária da “grande história”. Ao produzir novas fontes, transforma a história em espaço de organização e evocação das referências culturais coletivas ao serviço do conhecimento e desenvolvimento sustentado de sistemas de administração de memórias.

Já Jan Vansina (1985, p.8) observa que,

nem todo acúmulo de mensagens originais traz novidades, muitas vezes nenhuma, porém elas são expressões de experiências. Isso inclui reminiscências pessoais, comentários interpretativos de objetos existentes, como uma fotografia ou desenho, expressões linguísticas e contos populares, tradições e cosmogonias semelhantes às que acontecem na arte oral. Todos esses recursos são flexíveis, são produtos de reflexões sobre situações que existiram. Representam um estágio vital da consciência histórica que também é uma das fontes mais vigorosas da cultura.

Em nosso trabalho, a metodologia da história oral foi aplicada nas diversas entrevistas que realizamos com descendentes de imigrantes sírios e libaneses residentes em Porto Alegre, Pelotas, Santa Maria e Rio de Janeiro. Essas pessoas, todas com mais de 75 anos de idade, a maioria delas nascida na década de 1930, ou até mesmo antes, são naturais de Porto Alegre, Santa Maria, Pelotas, Rio Grande, Caxias do Sul e outras cidades do estado. Estivemos com comerciantes, aposentados, políticos e profissionais liberais que, em comum, possuem o fato de terem pais e mães imigrantes fixados no Rio Grande do Sul. Este fato serviu para que o entrevistado nos falasse de sua visão sobre seus pais e de como eles viveram no Brasil. A partir da síntese das informações colhidas em fontes documentais, da análise das narrativas dos entrevistados, e também da marca pessoal do autor, que cria a corrente e promove a ligação de seus elos, procuramos construir um saber próprio sobre o fenômeno migratório de árabes no Rio Grande do Sul.

Weller e Zardo (2013, p.132) destacam o emprego cada vez mais recorrente das narrativas nas pesquisas sociológicas, fenômeno justificado pela “(...) necessidade de compreender a relação entre indivíduo e estrutura e o esquema conceitual construído de maneira significativa pelos sujeitos ao relatarem suas experiências e trajetórias”. Os autores estabelecem uma aguda distinção entre essa perspectiva e “as interpretações arbitrárias que isolam as trajetórias biográficas singulares dos eventos sociais em sua complexidade”. O recurso do estudo de narrativas permite, assim, que se esclareça “como determinadas ações são projetadas, executadas e retrospectivamente acessadas pelos indivíduos, e ainda compreender os motivos que os levaram a estas ações”. A história oral lança vida para dentro da própria história, e isso alarga nosso campo de ação e também de conhecimento. No âmbito das histórias de família, por exemplo, os padrões internos de comportamento e de relações são geralmente inacessíveis sem a evidência oral (CARVALHO, 2002).

Deve-se levar em conta, neste universo, conforme salientam Amado e Ferreira (1996), que a história oral, na verdade, é um diálogo entre entrevistado e entrevistador, sendo inevitável o registro de informações pertinentes a dois sujeitos distintos. Por isso mesmo, sua natureza, além de investigativa, é intersubjetiva, ou seja, um diálogo de sujeitos.

Em nossa pesquisa, tomamos todo o cuidado que a situação exigia. Alguns membros da comunidade sírio-libanesa de Porto Alegre, se conhecem há décadas, muitos são parentes próximos, e alguns mantêm uma relação conflituosa entre si. Para evitar o papel de “leva e traz”, ou tomar partido em defesa deste ou daquele, diante de alguma história confidenciada, o bom senso e a discrição foram utilizados em seu grau máximo. Ainda assim, as potencialidades da história oral são inúmeras, a começar pelo fato de que ela pode revelar diversas versões para

uma mesma situação, e isso certamente enriquece o fazer histórico, concedendo a ele interlocuções e instrumentos para que se estabeleçam novos olhares e pontos de vistas sobre um mesmo evento.

Bauer e Gaskell (2010, p.65) enfatizam a importância da “compreensão dos mundos da vida dos entrevistados e de grupos sociais especificados”. É condição *sine qua non* da entrevista dita qualitativa. Para eles, “o fornecimento de uma ‘descrição detalhada’ de um meio social específico” tanto pode ser um fim em si mesmo, quanto “pode também ser empregado como uma base para construir um referencial de pesquisas futuras e fornecer dados para testar expectativas e hipóteses desenvolvidas”.

Quem se dispõe a trabalhar com história oral ou costuma lançar mão do gênero biográfico, irá se deparar necessariamente, em algum momento de sua atividade, e de forma determinante, com a discussão sobre memória. Sobre esse tema, Moraes (2000, p.92) lembra que “a memória é necessariamente seletiva” e está “circunscrita a um conjunto que mantém relações sociais sistemáticas, própria aos seus pares que pretendem que ela produza uma inscrição no social e domine um conteúdo simbólico e linguístico específico”. Paul Thompson (1992, p.44), ao analisar o valor do passado lembrado, afirma que “este pode proporcionar informação significativa, e muitas vezes, única sobre o passado”. Além disso, pode transmitir a consciência individual e coletiva, que são parte integrante desse mesmo passado.

Assim, quando colocamos como objetivo recuperar o passado por meio de entrevistas ou de literatura biográfica/memorialística, não podemos deixar de reconhecer a função psíquica da memória, que é sempre mais do que somente armazenamento de informações passadas, envolvendo sentimentos e paixões, posto que é inerente à condição humana. A memória, ao ser acionada, traz a marca da experiência, e ao se atualizar pela fala ou por escrito²⁷, mesmo nas experiências singulares e individuais, só pode ser expressa através de relações interpessoais, pois se desenvolve dentro de um grupo social. A passagem abaixo deixa claro as fronteiras existentes entre a construção da memória oral e sua codificação em um texto escrito, revelando suas diferenças:

A memória oral tem características próprias; não consiste numa repetição de conteúdo fixo e depende do contexto e de quem produz a lembrança. É uma “reconstrução generativa” do memorizado no âmbito de um esquema determinado. A escrita, pelo contrário, permite a transmissão de um *corpus* – religioso, jurídico, literário, científico, historiográfico – formalmente inalterável. É passível, por certo, de

²⁷ Para além das suas formas orais ou escritas, as práticas memoriais também operam por outros modos, tais como os rituais e as comemorações cívicas.

leituras distintas, mas as suas características intrínsecas de texto colocam limites à interpretação. (SOBRAL, 1995, p.5).

Bergson (1989) diz que toda consciência é memória e que somente a memória é capaz de organizar o tempo e as experiências humanas de forma não linear. Jan Assmann (1988), por sua vez, aborda uma questão fundamental da discussão quando confronta a noção de memória coletiva com a de identidade. Para ela, um novo discurso, tanto para memória, quanto para identidade, baseado na chamada “volta construtivista”, passou a admitir duas premissas: a primeira, a visão da “cultura simbólica como texto, imagem, rituais e suas mudanças históricas” – e que tem importante papel na formação das identidades; a segunda, a perspectiva de que “o passado é sempre reconstruído de acordo com as necessidades do presente”. (ASSMANN, 1988, p.15). A esse respeito, escreve Michael Pollak (1992, p.5):

Se podemos dizer que, em todos os níveis, a memória é um fenômeno construído social e individualmente, quando se trata da memória herdada podemos também dizer que há uma ligação fenomenológica muito estreita entre a memória e o sentimento de identidade. Isto é, a imagem que uma pessoa adquire ao longo da vida referente a ela própria, a imagem que ela constrói e apresenta aos outros e a si própria, para acreditar na sua própria representação, mas também para ser percebida da maneira como quer ser percebida pelos outros.

O que Pollak quer enfatizar com o texto acima é a importância do discurso no sentido da formação de uma imagem de si próprio e dos outros, e foi justamente em busca deste discurso que nos lançamos nessa pesquisa. A polifonia, que se revela inevitável quando se está diante de uma variedade de discursos, é importante para o pesquisador estabelecer pontos em comum entre eles, mas também para verificar suas contradições como fonte de conhecimento. Desta forma, é importante que o leitor perceba sempre as razões do pesquisador na escolha do personagem biografado, ao mesmo tempo em que a descrição que se faz deste deve vir devidamente contextualizada e de acordo com a metodologia do biógrafo, procedimentos que esperamos não ter desrespeitado na feitura desta obra.

Historiadores e cientistas sociais compreendem que o tal fazer histórico requer conhecimento, fidelidade e ética. As entrevistas, nesse sentido, devem passar por um tratamento rigoroso em todas as suas fases (tomada e transcrição dos depoimentos, análise e edição do texto final). A oportunidade do pesquisador, em contato com seu entrevistado, é única. Muitas vezes, além do próprio depoimento, é possível ter acesso a documentos e fontes iconográficas e literárias inéditas. Depoimentos tomados com base na metodologia da história oral complementam o que outras fontes não conseguem revelar.

As características específicas de nosso objeto de estudo, bem como o tipo de investigação que propusemos realizar, fizeram com que nos deparássemos, ao longo do trabalho, com questões essenciais relacionadas a fenômenos sociais como identificação, negação e pertencimento étnico. Como observa Fredrik Barth (1998, p.153), “o caráter inovador da noção de *ethnic boundary* (...) liga-se à ideia de que são as fronteiras étnicas, e não o conteúdo interno de cada grupo, que definem o próprio grupo étnico, permitindo que outros grupos se deem conta de sua existência.” Nesse contexto, ainda de acordo com Barth, a identificação das fronteiras é mais importante do que o próprio discurso, pois elas fazem os grupos visíveis, tanto na negação do outro, como na afirmação de si próprios. Os limites dessas fronteiras se estabelecem nas interações, negociações e trocas entre esses coletivos. Procuramos, portanto, em nossa tese, reconhecer as “proscrições e prescrições que regem as interações” dos grupos étnicos na manutenção e transformação de suas fronteiras (BARTH, 1998, p.152).

Tendo essa finalidade em vista, buscamos priorizar em nossas entrevistas os depoimentos dos mais velhos, filhos de imigrantes que chegaram ao Rio Grande do Sul no início do século XX. É oportuno mencionar que embora quase todos os entrevistados façam parte de uma ‘elite econômica’ a grande maioria dos entrevistados são filhos de comerciantes que chegaram ao Brasil até a década de 1920 em condições de pobreza e se fizeram mascates e comerciantes quando puderam educar seus filhos que entrevistamos. No quadro abaixo, apresentamos uma breve introdução a esses personagens, com a data da entrevista (as duas primeiras feitas para nossa dissertação de mestrado, mas não aproveitadas na ocasião), informações sobre o depoente, como nome completo e local de nascimento, além de algumas anotações que revelam um pouco das características de cada um deles e de seus familiares.

Quadro 2: Lista de depoentes

Nome	Idade (na data da entrevista)	Data da entrevista	Local de nascimento	Observações
Mohamed Baccar	71	23/02/2003	Santa Cruz do Sul/RS em 02/07/1932. Filho de um imigrante libanês muçulmano e de uma filha de libaneses cristã, nascida em Rio Pardo/RS.	Muçulmano, engenheiro da Petrobrás, residente no Rio de Janeiro. Casado com descendente de alemães. Foi importante elo entre brasileiros e iraquianos na fase de expansão internacional da Petrobras. Falecido em 2011.
Habib Abduch	84	19/05/2004	Santa Maria/RS em 10/10/1927. Filho de imigrantes sírios da Antíóquia.	Comerciante aposentado. Residente no Rio de Janeiro. Comenta sua infância no Rio Grande do Sul e a trajetória do pai, que foi um pequeno comerciante em Santa Maria nas décadas de 1920 e 1930.
Antônio Karam	100	22/06/2015	Nasceu em 27/05/1915 em Bagé/RS. Filho de imigrantes libaneses que entraram no Brasil pela fronteira uruguaia em 1908 e se estabeleceram em Bagé, e depois em Pelotas.	Bancário aposentado. Aos 100 anos, Antônio está ativo e bem de saúde. O entrevistado, que foi testemunha da revolução de 1923, é poeta, autor de diversos livros de memórias. Seu irmão, Luiz Karam, foi um dos primeiros descendentes de libaneses a ingressar na Escola de Medicina de Porto Alegre no início da década de 1930.
Antônio Karini	82	23/06/2015	Nasceu no Líbano em 08/02/1933. Karini, é filho de pais brasileiros e avós libaneses. Seus avós vieram para Pelotas ainda no século XIX, onde nasceram seus pais, que depois retornaram ao Líbano com a família. Karini só veio para o Brasil aos 15 anos de idade.	Comerciante aposentado. Karini é chamado de “enciclopédia viva”. Fala dos principais fatos históricos do Líbano, principalmente sobre aqueles que ligam o país aos fenícios e aos cruzados. Nas décadas de 1960 e 1970, foi um ativista da memória da imigração libanesa no Brasil, concedendo conferências e entrevistas em rádios e jornais gaúchos. Foi um dos fundadores do Clube Libanês de Pelotas.

Salim Sessim Paulo	78	30/06/2015	Nasceu em São José do Norte/RS em 27/10/1936. Filho de um imigrante libanês e de uma gaúcha descendente de sírios. Dentista aposentado, foi vereador em Osório e Palmares do Sul. (Falecido em 13 de janeiro de 2017).	Liderança política na região costeira lagunar, onde nasceu. É um entusiasta do Líbano, membro da atual diretoria da Sociedade Libanesa. O entrevistado nos abriu as portas mais inacessíveis da agremiação. Com antiga presença no comércio de diversas cidades, sua família é muito conhecida na região do Litoral Lagunar, sendo muito integrada à comunidade local. Salim acompanhou todo o crescimento e dissensões dos clubes da capital. Grande observador da vida social de sua comunidade.
Ivo Nesralla	76	20/07/2015	Nasceu em Porto Alegre, 18/08/1938. Filho de imigrantes sírio-libaneses (Seus pais nasceram em região da Síria incorporada ao Líbano em 1946.)	Cirurgião cardíaco e presidente da Orquestra Sinfônica de Porto Alegre. Responsável pelo primeiro transplante cardíaco do estado gaúcho. Seu pai obteve grande êxito com a loja de tecidos finos 'A Internacional', localizada na Rua Marechal Floriano, no Centro da Capital. Seu Abdalla, o pai, conseguiu pagar as melhores escolas para os filhos, porém foi apenas Ivo que se notabilizou em sua profissão. Na entrevista, ele conta a trajetória do pai e associa os libaneses às origens fenícias.
Elias Dabdab	78	01/06/2015	Nasceu em Porto Alegre em 1937. O pai, Raphael Dabdab, emigrou já formado alfaiate, aos 25 anos de idade, em 1925, da cidade de Antióquia. No Brasil, a família já era proprietária de lojas de tecidos em São Paulo e Rio de Janeiro. Raphael decidiu vir para Porto	Comerciante. Inauguradas em 1930, as Lojas Dabdab são, ainda hoje, importante comércio de tecidos em Porto Alegre. Elias Dabdab é um influente nome da comunidade síria porto-alegrense. Seu pai foi fundador da Sociedade Síria em 1949. Ele e sua empresa são um dos principais patrocinadores dos eventos da Sociedade Libanesa. Na entrevista, Elias manifesta desprezo pelos que se dizem libaneses e não se reconhecem como árabes. Sua casa é

			Alegre para abrir a sua loja. Falecido em 19 de fevereiro de 2016.	continuação informal do extinto Clube Sírio.
Pedro Simon	82	04/08/2015	Nasceu em Caxias do Sul/RS em 1930. Pai e mãe vieram diretamente do Líbano, em 1922, para Caxias, onde já havia primos e irmãos os aguardando.	Político aposentado. A trajetória política de Simon vai de Caxias do Sul, passando por Porto Alegre, e chega até Brasília. Na entrevista, ele conta a trajetória do pai, imigrante libanês, das demais famílias libanesas de Caxias do Sul, e suas estratégias de integração e interação com a comunidade local.
Gisberto Antônio Sada	78	05/08/2015	Nasceu em Porto Alegre, em 1937. Gisberto pertence à terceira geração da família. Seus avós eram Libaneses. O padrasto, assim como o pai, era filho de imigrantes por ambos os lados.	Comerciante na Casa X, tradicional loja de tecidos do Centro da capital gaúcha, ainda em funcionamento. Com a morte do pai ainda jovem, a mãe casou-se com Mario Sada, tio do entrevistado.
Rafique Germano João	87	17/09/2015	Nasceu em Porto Alegre em 1926. Filho de um casal de imigrantes sírios. Seu pai chegou ao Brasil em 1903, juntou muito dinheiro e voltou à Síria onde construiu casas. Com a proximidade da Primeira Guerra, retornou para o Brasil para não ser alistado no Exército turco. Falecido em 2016.	Aposentado. Vive em um asilo onde foi feita a entrevista. Rafique descreveu a trajetória do pai, comerciante sírio que chegou a Porto Alegre fugindo da gripe espanhola no Rio de Janeiro, onde morou inicialmente. Rafique nos contou sobre sua vida até a idade de 21 anos. Depois disso, não falou mais. Posteriormente, ficamos sabendo, por uma sobrinha, que o tio não teve êxito financeiro por ter sido adicto ao jogo.

Fonte: O autor (2017).

Ao priorizar o depoimento de pessoas mais velhas, a maioria filha dos primeiros imigrantes, optamos por um tipo de história oral conhecido como história de vida, que ocorre quando os entrevistados falam de suas trajetórias, histórias familiares e vivências na escola, no trabalho, no casamento, no clube, mas também no bairro, na cidade e no estado onde vivem ou viveram. O critério foi, na verdade, este; filhos de imigrantes pobres que se fizeram pela via do comércio, e que chegaram ao Brasil até a década de 1920. Assim, ao longo do trabalho, vamos conhecer um pouco mais das características de pais e filhos dessas duas gerações.

Todos os entrevistados são filhos de imigrantes – portanto descendentes de segunda geração – que foram comerciantes. As únicas exceções são Gisberto Sada, que é neto de libaneses, e Antônio Karini, que nasceu no Líbano, embora seus pais tenham nascido em Pelotas. Rafique João é o único que destoa desta tão falada e contada trajetória de sucesso entre os árabes de primeira e segunda gerações. Na verdade, ele e seu pai terminam as respectivas trajetórias, senão pobres e desgostosos, como veremos ao longo do trabalho, fracassados em seus projetos de vida.

O roteiro das entrevistas obedeceu a um critério cronológico, partindo da infância de cada um deles até chegar à vida adulta. Cada entrevista tem uma média de 80 minutos de gravação. Entre o período da entrevista e a escrita da tese, alguns de nossos entrevistados faleceram, como pode ser constatado no quadro acima.

1. A FORMAÇÃO DA SÍRIA E DO LÍBANO MODERNOS: O LEVANTE NO SÉCULO XIX E NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX

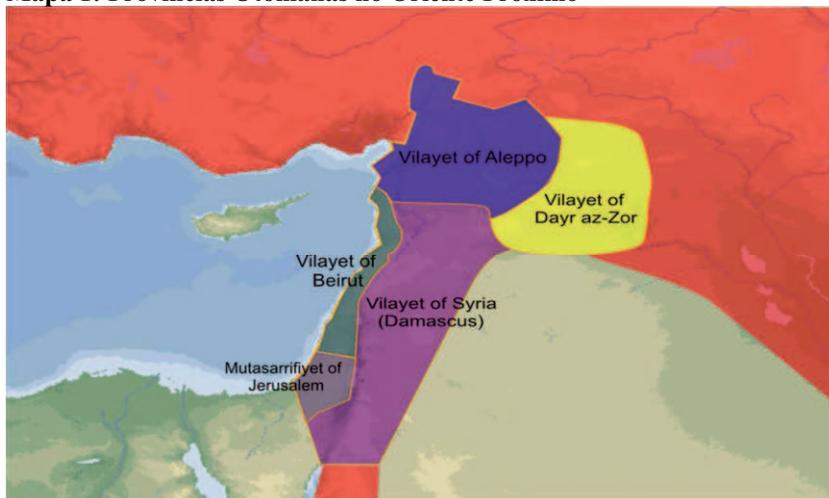
1.1 O DECLÍNIO DO IMPÉRIO OTOMANO E O RENASCIMENTO CULTURAL ÁRABE

Saídos da Península Arábica, os árabes haviam invadido o Levante ainda no século VII, quando expulsaram os cristãos bizantinos da Síria e do Líbano e passaram a coabitar a região ao lado dos cristãos ortodoxos e maronitas e de outros grupos étnicos.

A área geográfica de onde partiram os primeiros imigrantes sírio-libaneses que chegaram ao Brasil ainda no século XIX ocupa boa parte da região do Levante, tendo sido integrada ao Império Otomano no início do século XVI. Fundado em fins do século XIII, o Império iria se consolidar ao longo de um ambicioso e bem-sucedido processo de expansão, marcha iniciada com a ocupação da região ocidental da Ásia Menor, onde se encontravam alguns principados dos turcos nômades da Anatólia. Depois da tomada de Constantinopla e a consequente destruição do Império Bizantino, os turcos incorporaram os reinos da Bulgária e da Sérvia, expandindo-se depois para o Ocidente e outras regiões do Oriente. No século XVII, os otomanos estendiam seus domínios pela Ásia Ocidental, norte da África e sudoeste da Europa (QUATAERT, 2014).

Durante a maior parte do tempo em que perdurou a dominação otomana (1516-1918), eram cinco as províncias árabes no Levante: Jerusalém, Beirute, Síria, Aleppo e Dayr az-Zor. Essas cinco províncias, pela proximidade cultural e geográfica que mantinham entre si, eram chamadas de “A Grande Síria”.

Mapa 1: Províncias Otomanas no Oriente Próximo



Fonte: <https://en.wikipedia.org/wiki/Vilayet>

No século XVII, o Império Otomano se estendia por um vasto território, abrangendo a Ásia Ocidental, o norte da África e o sudoeste da Europa.

Mapa2: Extensão do Império Otomano



Fonte: https://commons.wikimedia.org/wiki/File%3AOtomano_europa_pt.svg

By (André Koehne)

Em suas províncias árabes, os otomanos instalaram a dupla administração ou *Caimacamats*: uma espécie de “acordo” que transformaram pequenos senhores drusos e maronitas em governantes de suas comunidades religiosas, ainda que sob controle otomano (MEIHY, 2016). Havia ainda outro sistema chamado de *millets*²⁸, entidades com contornos confessionais que permitiam a seus líderes gerenciar questões jurídicas e administrativas como matrimônio, heranças, educação e, sobretudo, cobrança de impostos. Tal sistema consolidou a separação dos súditos do Império por critérios religiosos, sedimentando juridicamente os grupos minoritários, a exemplo de cristãos e judeus, no interior da estrutura política otomana e sunita dominante (MEIHY, 2016).

Ao longo dos séculos XVIII e XIX, os poderes políticos provinciais ganharam maior autonomia em relação ao governo central turco, minando as pretensões expansionistas do regime. Meihy (2016) situa aí o início da decadência do Império. Este não foi, entretanto, o único fator responsável pelo declínio do poderio otomano. A ele veio se somar, por exemplo, uma conturbada conjuntura geopolítica, na qual os “impérios concorrentes (...), como a Inglaterra, a França e a Pérsia, (...) começaram a pressionar as frágeis fronteiras das terras do sultão, à medida que se desenvolviam tecnicamente no campo militar”. (MEIHY, 2016, p.50).

Outros elementos, talvez ainda mais significativos, foram os episódios que se seguiram à invasão do Egito por Napoleão Bonaparte em 1798. As reações às investidas da França logo se fizeram sentir. Selim III, sultão otomano entre 1789 e 1807, enviou ao Egito o general Mohamed Ali, que conseguiu expulsar as tropas napoleônicas em 1801. Como “recompensa”, o sultão nomeou Ali governador do Egito, poder que manteve entre 1805 e 1848. O historiador Edward Atiyah (1958, p.70), crítico da influência otomana nos países árabes, referiu-se assim à chegada de Ali ao poder: “De fato, Mohamed Ali logrou êxito em retirar o Egito do tacão dos mamelucos²⁹, representantes de um regime déspota e cristalizado no poder – que agia apenas como marionete de Istambul.”

Considerado o fundador do Egito moderno, Mohamed Ali realizou grandes reformas no país, entre elas a modernização do Exército e a construção de canais de irrigação para melhor distribuição das águas do rio Nilo. Sob seu comando, o Egito gozou de considerável autonomia em relação ao poder central do Império

²⁸ Meihy aponta o caráter ambíguo e contraditório do sistema. Ele avalia que os *millets* “eram muito prejudiciais às pretensões centralizadoras do Estado Otomano”, pois se, por um lado, o governo “exercia seu direito de atuar de forma direta nas decisões dos grupos confessionais”, por outro, “os integrantes dos *millets* (principalmente os não muçulmanos) passavam a reconhecer o sultão como um governante autoritário e distante da comunidade” (MEIHY, 2014, p.52).

²⁹ Os mamelucos eram escravos que, sob certas circunstâncias, podiam ser recrutados como soldados de milícias otomanas para atuar nas possessões do Império. Em algumas delas, como no Egito, chegaram a exercer o poder de fato.

(FAHMY, 1997). Fortalecido em seus domínios, Ali não tardaria a revelar suas pretensões expansionistas. A década de 1830 marcou o ápice desse processo. Após a consideração inicial de um impulso para o Oeste em direção a Trípoli, Mohamed Ali invadiu a Síria em 1831. Uma força de 30 mil homens, sob o comando de seu filho Ibrahim Paxá, capturou a cidade de Acre (localizada hoje no norte de Israel) após um cerco de seis meses e invadiu em seguida o restante da Síria, avançando depois em direção à Turquia. Em uma batalha nas planícies da Anatólia, ao norte de Konya, as forças egípcias derrotaram as tropas otomanas do paxá Muhammad Rashid, deixando o caminho livre para a tomada de Constantinopla e de seus palácios imperiais.

Ali, no entanto, hesitou em seguir esse caminho, e o sultão turco aproveitou a oportunidade para solicitar ajuda às potências europeias. Rejeitado pelos britânicos, Rashid persuadiu a Marinha russa a ajudá-lo. O resultado foi a Paz de Kutahya de 1833, que se por um lado preservou a existência do Império Otomano, por outro reconheceu a legitimidade de Mohamed Ali como *Wali* do Egito, do Hijaz e de Creta, e concedeu a Ibrahim Paxá o mesmo *status* em vários territórios sírios, inclusive com novas prerrogativas de coleta de impostos.

Uma segunda campanha gloriosa mostraria uma vez mais as habilidades militares de Ibrahim Paxá, quando, em 1839, as forças egípcias derrotaram as de Mahmud II na Batalha de Nezib, no sudeste da Turquia. Desta vez, foi a intervenção britânica que salvou os otomanos.

Com a morte de Mahmud II em 1839, as potências europeias³⁰ passaram a temer a desintegração do Império Turco. Visando proteger seus interesses, os líderes europeus ordenaram, em setembro de 1840, o bloqueio da costa da Síria, ao mesmo tempo em que incentivavam grupos dissidentes locais a se revoltarem contra o domínio egípcio. A iniciativa deu resultado e forçou a retirada de Ibrahim da Síria, com a consequente recondução do sultão da Turquia ao controle das províncias árabes. Mohamed Ali concordou em limitar seu exército a 18 mil homens e abandonou suas conquistas sírias. Em troca, foi declarado governador perpétuo do Egito e seu governo estendido a seus herdeiros, o que lhe conferiu um *status* único entre as diversas possessões do Império Otomano.

Sobre o período em que a Síria esteve sob domínio egípcio, Atiyah (1958, p.70) afirma que foi criado, “pela primeira vez no Oriente Médio colonial, um modelo de Estado-Nação”. O historiador atribui a Mohamed Ali uma estratégia para a conquista da Palestina, da Síria e do Líbano similar à empregada por Napoleão no Egito: “aquela seria sua grande oportunidade política: servir a um povo abandonado pelo Império Otomano, dando educação formal aos árabes,

³⁰ Leia-se Inglaterra, França, Rússia, Prússia, Áustria, Sardenha e Rússia.

criando neles um sentimento de união e orgulho que os turcos jamais ousaram propor”. (ATIYAH, 1958, p.71).³¹

As reformas de Ali impuseram a criação de escolas públicas primárias, ao passo que os próprios muçulmanos sírios também começaram a incentivar a educação pública (CHAEIB, 1956)³². Em 1831, os jesuítas franceses foram autorizados a retornar à Síria e rapidamente abriram escolas em todas as cidades onde houvesse uma comunidade cristã³³, contribuindo de forma decisiva para o progresso da educação na região (ATIYAH, 1958)³⁴. Mas as mudanças não se restringiram ao estabelecimento de escolas e universidades pelos jesuítas. O Renascimento Cultural árabe se deu também através da fundação de editoras e jornais e de uma revisão das práticas literárias, até então quase que exclusivamente voltadas para assuntos ligados à religião islâmica.

Por meio da propagação da cultura ocidental e de seus costumes, os católicos franceses prepararam gerações inteiras de sírios e libaneses para a aventura da emigração. Num primeiro momento, a diáspora sírio-libanesa foi um fenômeno restrito, levando camponeses do interior para cidades como Beirute e Damasco em busca de melhores condições de vida. O Egito, por sua proximidade, e por partilhar o idioma árabe³⁵, também recebeu muitos imigrantes vindos da Síria e do Líbano, assim como o vizinho Sudão (ZÉGHIDOUR, 1982).

Diversos estudiosos confirmam que a influência cultural dos sírio-libaneses, especialmente cristãos, no Egito e também no Sudão, foi expressiva (HITTI, 1924; KNOWLTON, 1960; HOURANI, 2006). Segundo esses autores, eles fundaram suas comunidades e influenciaram especialmente as letras e as artes daqueles países. Do Egito, muitos emigraram, inicialmente, aos Estados Unidos, como foi o caso do poeta Gibran Kalil Gibran; outros para o oeste da África; e o restante para a América do Sul³⁶. No início, a emigração árabe foi principalmente de cristãos educados ou de aventureiros de pequenas vilas, sem muito estudo e

³¹ Apesar desse reconhecimento, Atiyah admite que a missão cultural introduzida por Ali para angariar a simpatia dos árabes visava, na verdade, ganhar a confiança da população para depois impor seu próprio domínio autoritário.

³² Khatlab (2009) observa que, entre os pioneiros do Renascimento Cultural, prevaleceram os cristãos, ainda que os muçulmanos também tivessem dado sua colaboração do movimento.

³³ Esse movimento prosseguiu mesmo depois da retirada dos egípcios. Em 1866, uma missão protestante norte-americana fundou em Beirute a Universidade Americana, com o nome de Colégio Sírio Protestante. Já os jesuítas, em meados da década seguinte, inauguraram, também na mesma cidade, a Université Saint Joseph (PORTOCARRERO, 1985).

³⁴ Apesar da educação ter sido de fato o vetor determinante para o Renascimento Cultural na Síria, diversos outros fatores contribuíram, cada um à sua maneira, para o sucesso do empreendimento, podendo ser citados, entre outros, o domínio egípcio, a localização estratégica dos povos árabes do Mediterrâneo, a propagação das ideias ocidentais e o progresso dos meios de comunicação.

³⁵ Os sírios e libaneses levaram influência ocidental e europeia para o Egito, desempenhando papel pioneiro na modernização do país. Foram eles, por exemplo, os responsáveis pelo estabelecimento do jornal e da indústria de impressão egípcia, assim como de um sistema bancário moderno e eficiente (ATIYAH, 1958).

³⁶ Não estamos considerando nesta análise lugares como Caribe e América Central, Guianas e Europa, mas igualmente a Índia e a Oceania onde também houve imigração sírio-libanesa no fim do século XIX.

quase nada a perder, mas dispostos a mudar de vida. Zéguidour (1982) atribui aos cristãos do Líbano e da Síria a primazia desse movimento por terem sido eles os principais alvos das missões estrangeiras que formaram uma elite política e cultural no mundo árabe.

Em 1888, surgia o primeiro jornal árabe na imigração, o *Kaukaba*, editado em Nova York. Dezenas de jornais foram também fundados no Brasil, Argentina, México e outros países. Nas Américas, os imigrantes libaneses e sírios, muitos deles poetas, jornalistas e escritores, foram responsáveis pela produção de uma literatura rica e variada, sem precedentes no idioma. Num movimento reverso, livros, artigos e poesias, românticas ou modernas³⁷, passaram a ser lidos, com especial interesse, por muçulmanos e cristãos em todo o mundo árabe.

1.2 INFLUÊNCIA OCIDENTAL E REAÇÃO OTOMANA

A saída dos egípcios da Síria e o florescimento da cultura árabe não foram capazes, entretanto, de restabelecer a paz no Levante. Em fins dos anos 1850, o Líbano, por exemplo, estava novamente em convulsão. No norte do país, os camponeses maronitas haviam expulsado as famílias nobres e tomado suas terras. O movimento espalhou-se por toda a região e tornou-se um conflito entre os camponeses e os lordes drusos. Era a Guerra Civil de 1860. Sob a liderança de Said Jumblat, os drusos

provocaram grandes perdas entre seus oponentes e assumiram o controle sobre os camponeses maronitas – estima-se que em quatro semanas 11 mil cristãos tenham sido mortos pelos drusos; outros 4 mil morreram de desnutrição e 100 mil tornaram-se refugiados. (GATTAZ, 2007, p.19).

A reação do Ocidente se materializou com o envio à província otomana da Síria de uma força expedicionária francesa. Com isso, abriram-se negociações diplomáticas que foram concluídas no ano seguinte, em Constantinopla, com a assinatura de um acordo entre o grão-vizir Mohammed Amin Ali Paxá e os embaixadores de França, Grã-Bretanha, Prússia e Rússia. Na ocasião, foi reconhecida, sob a proteção da França, a autonomia de uma área no interior da atual costa libanesa. Situada entre as montanhas Líbano e Antilíbano, a região ficaria conhecida como Monte Líbano (KASSIR, 2003).

Essas concessões levaram o Império Otomano a criar no Monte Líbano uma *sanjak* (região administrativa) independente da Síria comandada por um

³⁷ No caso da poesia, a literatura árabe sofreu influência dos poetas brasileiros que participaram da Semana de Arte Moderna de 1922. O escritor Chafiq Maluf, por exemplo, manteve “relações íntimas e permanentes com os grandes literatos brasileiros que desempenharam um papel importante no movimento modernista.” (ZÉGUIDOUR 1982, p.83).

*mutassarif*³⁸. Um governador otomano de ascendência cristã não libanesa foi indicado para comandar a região.

A *sanjak* do Monte Líbano terminou por viabilizar a presença de instituições francesas no Líbano que não passavam pelo crivo dos turcos. Isso fez aumentar a influência ocidental naquele território, contribuindo para aumentar as divisões e conflitos entre dois sistemas políticos, sociais e religiosos inseridos numa mesma região geográfica (THIBAUT, 2009).

Se por um lado os otomanos mantinham o controle sobre a Síria, inclusive sobre Damasco, e a maior parte de Beirute; de outro, o Monte Líbano se “ocidentalizava” cada vez mais por meio de uma administração independente e forte presença francesa. Isso acabou por criar uma incrustação ocidental dentro do Império Otomano e serviu para acentuar as diferenças entre os árabes – agora identificados, mais do que nunca, por sua associação com o Islã –, e os libaneses do Monte Líbano, cuja maioria cristã, embora também de origem árabe, era alinhada com a vida e o pensamento ocidental. Tal dicotomia foi assim retratada por Zéguidour (1982, p.33):

O cristianismo esteve na origem do divórcio Ocidente-Oriente. O surgimento do Islã radicalizou-o, a entrada em cena dos turcos vai tornar a contradição árabe-muçulmano e ocidental-cristão, no arquétipo da oposição fatal, irremediável: o dia e a noite, a água e o fogo, o irracional e a razão, a democracia e o nepotismo. É inútil insistir em que as diferenças profundas entre as duas margens do Mediterrâneo são mais políticas do que antropológicas.

O avanço do Ocidente sobre o Oriente Médio não deixaria, é certo, de suscitar reações. Houve, até mesmos entre alguns segmentos árabes cristãos, um estímulo para que estes se convertessem ao Islã³⁹, por solidariedade à causa árabe representada pela Turquia, em oposição às grandes potências ocidentais. A esse respeito, Zéghidour (1980) lembra que, desde que os muçulmanos foram expulsos da Andaluzia, no final do século XV, a primazia da luta do Islã contra o cristianismo passou a ser do Império Otomano, o qual, naquela época, já dominava o mundo árabe desde a Argélia até o Iraque.

Pesquisando as instituições sociais da comunidade otomana, Quataert (2014) sustenta que, a despeito de toda a violência de que foi acusado o Império por muitos imigrantes árabes, até o século XVIII era possível falar de mobilidade social via aparelho de Estado. Foi através do *devçirme*⁴⁰, com seu administrador

³⁸ Durante o Império Otomano, um *Mutassariff* era uma autoridade administrativa de uma *sanjak* indicado diretamente pelo Sultão. Esta autoridade administrativa era, por vezes, independente (por exemplo, no Monte Líbano ou em Chipre), ou fazia parte de um *vilayet* (região) administrado por um *vali* (juiz).

³⁹ Um caso emblemático foi o do jornalista e escritor Faris Al Chidiac, que se tornou Ahmed Faris Al Chidiac depois de se converter ao islamismo (ZÉGHIDOUR, 1982).

⁴⁰ Também conhecido como “imposto de sangue”. Uma vez por ano, o Exército turco recrutava meninos de sete a 10 anos, entre os filhos de cristãos, para iniciar carreira político-administrativa em Istambul.

e oficiais *janízaros*⁴¹, que filhos de camponeses cristãos pobres podiam ascender a cargos elevados do poder político-militar, possibilitando-lhes a obtenção de riqueza e prestígio social. Esses fatores talvez ajudem a explicar o apoio que alguns cristãos emprestaram aos otomanos como guardiões da causa árabe frente às investidas das potências europeias.

De todo modo, nem mesmo no coração do Império a influência dos ventos soprados pelo Ocidente deixaram de marcar presença. Hourani (2006) observa que, se de um lado o autoritarismo do sultão preservava a independência e a autonomia do Islã, por ele representado no mundo muçulmano, por outro, as novas gerações de jovens oficiais turcos⁴², educados nas academias de Londres e Paris, viam no nepotismo e na corrupção institucionalizadas por toda a pátria um dos motivos de seu declínio. Para estes, “o Império só podia ser preservado transformando-o em uma monarquia constitucional, com direitos iguais para os muçulmanos e não muçulmanos, turcos e não turcos.” (HOURANI, 2006, p.276). Essas ideias se materializaram no “golpe de Estado de 1875” dando origem, no ano seguinte, ao “primeiro experimento constitucional da Turquia”. (HOURANI, 2006, p.278).

O fracasso do movimento dos Jovens Otomanos e a restauração do governo pessoal do sultão em 1876 levaram ao esfacelamento da oposição turca, a quem só restou o caminho da clandestinidade. Em fins do século XIX, a Turquia, temerosa em perder mais uma de suas províncias, implantou na Síria as reformas *Tanzimats*, um programa de medidas estruturais concebido em 1839 e que visava valorizar o Império Turco como ponta de lança do pensamento e da identidade islâmica no mundo árabe.

A implementação das reformas *Tanzimats* na Síria e no Líbano centralizaram as esferas públicas nas mãos de castas administrativas otomanas, fato que desagradou ainda mais a elite intelectual local, principalmente cristã, que, receosa da política pan-islâmica proposta pela Turquia, e temendo a repressão e a censura, preferia emigrar. Zéghidour (1980, p.33) sintetiza assim o significado dessa tentativa de *turquização* da Síria:

Os árabes serão, sob o regime turco, mais discriminados do que nunca. Quanto aos cristãos, foram marginalizados, reprimidos e considerados como não autóctones, mas, acima de tudo, como agentes do Ocidente, ou mesmo como uma espécie de quinta-coluna.

⁴¹ Tropa de infantaria de elite ligada ao palácio do sultão otomano. Teve seus dias de glória entre os séculos XV e XVII. Foi extinta no século XIX, quando contava com mais de 100 mil homens (PALMER, 2013).

⁴² Hourani (2006) sugere que, desde o início da década de 1860, parece ter havido algum tipo de contato entre os reformistas de Constantinopla e os jornalistas ocidentalizados do Líbano. Vale lembrar que aqueles foram anos em que algumas possessões otomanas experimentaram algum grau de liberdade de expressão e que, em Beirute, alguns periódicos manifestavam ideias mais ou menos equivalentes às dos Jovens Otomanos.

Para se ter uma ideia das consequências que a implementação das instituições coloniais otomanas tipo os *Tanzimats* tiveram na vida econômica, social e política do Líbano, da Síria e da Palestina, na virada do século XX, basta examinarmos as planilhas apresentadas por Jaulin (2009), que indicam o elevado número de indivíduos, cristãos e muçulmanos, cedidos ao mundo por cada região geográfica do Líbano, afetada em maior ou menor grau por essas mudanças.

Enquanto o poder imperial otomano buscava, por meio de reformas, garantir a integridade de suas possessões na Grande Síria, um novo influxo modernizante, inspirado no movimento de 1875, emergiria em fins do século XIX, dando origem à chamada “Revolução dos Jovens Turcos” e ao período que ficou conhecido como “Segunda Era Constitucional” da Turquia.

Apesar de seu caráter reformista e de algumas medidas de cunho liberalizante, a Revolução – vitoriosa em 1908 –, significou também uma reação à influência cultural do Ocidente nos domínios do Império Otomano, tendo como resultado a adoção de uma política de perseguição aos cristãos e a outros grupos étnicos ou religiosos⁴³. Nas províncias otomanas do Oriente Médio, cristãos e judeus viram com muita desconfiança as mudanças emanadas de Istambul, ainda que algumas delas supostamente elevassem seus direitos aos dos súditos muçulmanos. Para eles, as novas medidas trariam consigo obrigações inaceitáveis, tais como o serviço militar obrigatório e o aumento de impostos.

1.3 O MANDATO FRANCÊS NO LEVANTE

A Revolução do Jovens Turcos é considerada um dos marcos da dissolução do Império Otomano. A eclosão da Primeira Guerra Mundial, a derrota turca, e os eventos que a ela se seguiriam iriam acelerar o processo. No início do conflito, em 1914, os nacionalistas árabes aliaram-se à França e à Inglaterra contra os turcos na luta por sua independência em relação ao Império Otomano. Nesse período, muitos árabes, envolvidos nas lutas nacionalistas, decidiram emigrar devido às perseguições políticas e militares turcas (SOARES, 2004).

A negociação dos árabes com as duas nações europeias previa que, uma vez terminada a guerra e derrotadas as tropas turco-germânicas, seria concedida a independência total aos povos árabes e constituído um país soberano unificado, cujas fronteiras se estenderiam desde as montanhas Taurus, no sul da Anatólia, até o Iêmen, no sul da Península Arábica.

Em 1916, no entanto, Inglaterra e França decidiram descumprir o que haviam prometido aos árabes e celebraram uma reunião secreta visando definir

⁴³ À Revolução dos Jovens Turcos é imputada, por exemplo, a responsabilidade pelos genocídios armênio, assírio e grego.

suas áreas de influência no Oriente Médio, caso saíssem vitoriosas no embate contra o Império Otomano. Por meio dessa negociação, que ficaria conhecida como Acordo Sykes-Picot, as duas potências acertaram dividir em protetorados administrados por elas as antigas possessões otomanas.

Em fins do ano seguinte, tendo a Rússia se retirado da Guerra após a vitória da Revolução Bolchevique, França e Inglaterra declararam, de imediato, a internacionalização da Palestina (CHAEIB, 1956). Com isso, foi possível aos britânicos se comprometer com os sionistas, através da Declaração de Balfour⁴⁴, a construir um “lar” nacional para os judeus na região, iniciativa que a um só tempo servia de proteção a seus interesses estratégicos no canal de Suez e favorecia as ambições de judeus espalhados pela Rússia e por toda a Europa Central (KHATER, 2001).

No início de 1919, três delegações árabes foram convidadas a participar da conferência realizada em Paris⁴⁵ encarregada de fixar as condições que seriam impostas aos países derrotados na Primeira Guerra Mundial. Oficialmente, o objetivo das potências vencedoras era ouvir a voz das populações do Oriente Médio. A primeira comitiva, presidida pelo Rei Faiçal, filho do xerife de Meca, Hussein, encarnava as aspirações unitárias e independentistas dos países árabes no Oriente Médio,⁴⁶ proposta oficialmente apoiada pelo Reino Unido.⁴⁷ A segunda delegação foi conduzida pelo presidente do Comitê Central Sírio, Choukri Ghanen, que propunha reunir a Síria e o Líbano em uma só nação, sob a proteção francesa. O terceiro grupo, chefiado pelo patriarca maronita Elias Hayek, militava pelo estabelecimento de um Grande Líbano independente⁴⁸, com suas fronteiras ampliadas e também sob a proteção francesa (DALMÁZ, 2002).

De acordo com Fuad Chaieb (1956), diretor da Central Síria de Informações que compilou um volume com textos de historiadores e geógrafos sírios, na Conferência, os Aliados, pretendendo implementar a decisão de dividir o Oriente

⁴⁴ A Declaração de Balfour e a maior presença de judeus na Palestina provocou inquietação entre os árabes, levando o *mufiti* de Jerusalém (chefe do alto conselho do Islã), Hadj Amin Al Husaini, a protestar perante o governo inglês (MORAES, 2004).

⁴⁵ Participaram da Conferência 70 delegados representando 27 países. Estados Unidos, Reino Unido, França e Itália, os chamados “Quatro Grandes”, foram as grandes lideranças do encontro (KAUFMAN e MACPHERSON, 2009).

⁴⁶ De acordo com Atiyah (1958, p.89), tal projeto “inspirava-se nas glórias do passado, sonhando com a reconstituição, tanto quanto possível, do antigo Império Umayyada ou Abássida.

⁴⁷ Morales (2004) põe em dúvida as reais intenções dos ingleses, que na prática enveredaram pela seara política de fragmentação do mundo árabe.

⁴⁸ No Líbano, intelectuais cristãos formaram um movimento efêmero chamado Partido do Progresso, que se dividiu em dois blocos. Emile Eddé liderava o Bloco Nacional, que se apoiava na ideia da viabilidade de uma nação libanesa formada pela maioria cristã sob a proteção francesa. Do outro lado, estava Bechara al-Khoury, líder do Bloco Constitucional, que apoiava um estado libanês multiconfessional totalmente liberto do domínio francês. O Bloco Constitucional representava os interesses dos grandes comerciantes de Beirute, mas também de um grupo chamado de Novos Fenícios, que acreditavam que a antiga Fenícia poderia ser o denominador comum da identidade confessional libanesa. (MEIHY, 2016).

Médio entre eles, recorreram ao argumento de que os árabes, recém-libertados do domínio otomano, ainda não estavam prontos para um autogoverno e por isso necessitavam de uma “tutela provisória”⁴⁹.

O descontentamento com a proposta irrompeu entre os árabes, incluindo o desagrado dos muçulmanos em serem governados por cristãos. O “veneno” do colonialismo foi visto como sendo imposto sobre os povos árabes (THIBAUT, 2009). Faiçal não aceitou as resoluções da Conferência e, quando voltou a Damasco, nomeou um Conselho de Administração e organizou, no ano seguinte, um congresso pan-árabe que contou com a presença de 85 delegados de todas as regiões da Síria. Na ocasião, foi aprovada uma proposta de independência total da região, sob o comando do próprio Faiçal, que declarou a independência da Grande Síria. Evidentemente, a resolução não foi reconhecida pelas potências ocidentais. Em resposta, França e Inglaterra, reunidas na Convenção de San Remo, em 1920, decidiram impor seus mandatos à força.

O norte da Síria foi submetido à tutela francesa e a parte sul, assim como o Iraque, ficou sob o domínio da Inglaterra. De acordo com Chaieb (1956), em San Remo os Aliados “abandonaram a desfaçatez”, assumiram os desvios de suas promessas e intencionalmente traíram seus compromissos, desrespeitando o direito internacional. Em julho de 1920, o general Gouraud, comandante das tropas francesas de ocupação, enviou a Faiçal uma mensagem em forma de *ultimatum*, que determinava a capitulação e o cumprimento de quatro condições num prazo de quatro dias, a saber: 1) aceitação do Mandato Francês; 2) desmobilização do Exército árabe; 3) ajuste da moeda síria ao franco francês; 4) entrega da estrada de ferro Rayak-Aleppo para sua ocupação posterior.

A fim de salvar a honra da Pátria, o general sírio El-Azmé, ainda que mal armado e com poucos homens, marchou em direção aos franceses em Meisalún, mas foi trucidado. Com isso, teve efetivamente início a ocupação francesa na Síria (CHAIÉB, 1956). A Liga das Nações decidiu que a Síria e o Líbano, com suas fronteiras formais ainda não delimitadas, ficariam sob controle francês. Em 1920, a França proclamou o Estado do Grande Líbano, recuperando regiões que não faziam parte do antigo “Mutasarifato” do Monte Líbano (MEIHY, 2016). A questão territorial foi fundamental para os franceses conformarem sua governabilidade. Ao mesmo tempo em que cedeu o norte da Síria aos turcos, a França, incorporou novas terras ao Líbano, “unindo as montanhas à região de

⁴⁹ Inicialmente, a única voz destoante entre as potências vencedoras foi a do presidente Woodrow Wilson, dos Estados Unidos, mas que depois acabou sendo convencido pelos Aliados com a promessa de que os árabes iriam, em breve, adquirir sua independência.

Trípoli ao norte; Sidon e Tiro ao sul; e Beirute, garantindo assim a autossuficiência alimentar” ao país (MEIHY, 2016, p.56).

Atiyah (1958, p.120) nota que, desde 1918, um segmento dos cristãos libaneses começou a mudar de atitude em relação à França. Se por um lado uma parte dos maronitas continuava fiel aos europeus (os que negavam suas origens árabes e preferiam ser associados a povos da Antiguidade, como os fenícios), “outra seção (...), chefiada por alguns de seus mais cultos e eminentes mentores, cada vez se sentia mais desiludida em relação à França e se convencida de que o Líbano não podia isolar-se do mundo árabe muçulmano”. Como resultado, surgiu um novo movimento nacionalista árabe, de origem libanesa, que visava integrar cristãos e muçulmanos num mesmo movimento ideológico baseado em concessões recíprocas.

Ainda em 1920, a França, pressentindo o fortalecimento do nacionalismo entre os libaneses, autorizou a formação de uma Parlamento e a promulgação de uma Constituição no Líbano, porém sob o controle das autoridades coloniais.

Em Damasco, onde foi formado um governo árabe pró-francês, a agitação permaneceu mesmo depois da expulsão de Faiçal. A essa altura, os principais opositores à política francesa já se encontravam exilados no Egito ou na Europa (KAUFMAN, 2001). Em Genebra, foi fundado o Comitê Sírio-Palestino, cujo objetivo era a unificação em uma nação independente de todos os sírios, libaneses e palestinos, e o fim dos mandatos francês e britânico no Levante.

A resistência árabe continuou. O irmão de Faiçal, Abdullah, ao assumir a guerrilha árabe, procurou os britânicos pedindo apoio, mas foi aconselhado a desistir, alertado sobre a superioridade das forças francesas. A fim de evitar problemas com a França, restou ao Reino Unido oferecer a Abdullah, como uma espécie de prêmio de consolação, um território dentro da sua área de Mandato, na Transjordânia, que Abdullah prontamente aceitou (THIBAUT, 2009).

Até o final de 1921, os franceses reprimiram severamente rebeliões árabes no sul do Líbano e ao norte de Damasco, incluindo a cidade de Aleppo. Nessa época, inclusive, o Brasil recebeu mais um contingente de imigrantes sírios e libaneses⁵⁰. Em 1922, a França, através da Liga das Nações, conseguiu aprovar uma resolução separando definitivamente a Síria do Líbano com a demarcação formal de suas fronteiras.

A Síria, cuja população era de pouco mais de 2 milhões de pessoas, 85% das quais muçulmanas, e que viviam primordialmente nos centros urbanos, ficou com o maior território (CHAIEB, 1956). O país foi subdividido de acordo com as regiões geográficas onde havia maior concentração de grupos étnicos

⁵⁰ Inclusive o pai de um de nossos entrevistados, Ahmed Baccar.

homogêneos.⁵¹ O Líbano, conforme almejava o patriarcado maronita, foi finalmente formatado pelo Monte Líbano, de maioria cristã, pelas cidades costeiras (Beirute, Trípoli, Sidon e Tiro), de população predominantemente muçulmana⁵², e ainda pela incorporação da região produtora de cereais – o vale do Bekaa e a montanha Amel, no norte da Galileia. Assim se desenhou o Líbano moderno (THIBAUT, 2009).

Segundo seus críticos, o Mandato Francês estimulou a desunião entre os árabes e implantou um regime militar, no qual a desconfiança e a vigilância andavam juntas. Privilégios foram concedidos aos funcionários franceses, que gozavam de ampla influência e poder. O sistema de ensino priorizava o ensino do francês em detrimento da língua e da cultura árabes. A economia da Síria foi destruída com a equiparação da moeda síria ao franco. As empresas públicas, responsáveis pela administração de ferrovias, correios, alfândega e companhias de abastecimento, também passaram para o controle da administração francesa, que aterrorizava a população com suas altas tarifas e impostos (CHAIÉB, 1956).

Portocarrero (1985) e Atiyah (1958) atribuem à longa permanência dos franceses no Líbano e na Síria, bem como à utilização de métodos arbitrários de poder, o descontentamento generalizado dos árabes contra os europeus. Escreve Portocarrero (1985, p.53): “A permanência dos franceses em solo libanês, porém, acabou criando, no espírito cansado da população, certo descontentamento, que foi generalizando e por fim desembocou em verdadeira revolta popular”.

1.4 AS INDEPENDÊNCIAS DA SÍRIA E DO LÍBANO E A FORMAÇÃO DO ESTADO DE ISRAEL NA PALESTINA

As reações contra a política francesa não demoraram e violentas rebeliões não tardaram a eclodir por toda a Síria. Em julho de 1925, a população da Montanha dos Drusos⁵³ puxou a insurreição, que foi seguida por outras províncias. No Líbano, as regiões de Baalbeck, Hermel, Trípoli e Chouf também se rebelaram. O general Weygand reconheceu que as perdas francesas somaram cerca de 9 mil soldados e 250 oficiais. De acordo com Chaieb (1956), em Damasco, onde ocupavam alguns bairros, os franceses cometeram verdadeiras atrocidades, bombardeando e incendiando a cidade, dedicando-se à pilhagem e à matança de cidadãos inocentes. A rebelião foi por fim controlada com a chegada de mais tropas e a prisão de alguns de seus líderes.

⁵¹ Damasco e Aleppo, montanha drusa, Estado Alauíta e o *Sanjak* de Alexandretta (mais tarde repassado à Turquia).

⁵² Com exceção de Beirute, de população mista.

⁵³ No século XI, expulsa do Egito, uma pequena comunidade drusa “se refugiou no Líbano, na região de Wadi-t-Taym. Essa nova seita, fundada pelos Fatímidas do Egito, conquistou rapidamente muitos adeptos nos meios muçulmanos do Líbano e da Síria.” (EDEÉ, 1989, p.212).

Depois da troca do general Sarraïl, que reprimiu com excesso de violência os revoltosos, uma nova política de negociações com árabes foi iniciada. Por fim, um acordo de paz foi possível graças a uma negociação que incluiu a formação de um novo Alto Comissariado Francês e o estabelecimento de um regime constitucional no Líbano. Em 23 de maio de 1926, foi aprovada a primeira Constituição da República do Líbano, que adotou um sistema bicameral inspirado na Terceira República Francesa e instituiu o princípio da partilha proporcional de poder entre as comunidades de fé.

Na Síria, os franceses também atenderam a algumas reivindicações, como a união das províncias de Damasco e Aleppo. Contudo, devido à oposição dos libaneses, não conseguiram desmembrar do Líbano, para incorporar à Síria, a cidade portuária de Trípoli e a planície produtora de alimentos de Bekaa (THIBAUT, 2009).

Embora tenham sido criadas, por ordem do Alto Comissariado Francês, as nacionalidades síria e libanesa, não houve acordo em torno da permanência das tropas francesas e o impasse se instalou. No entanto, era preciso estabelecer, em consonância com as resoluções internacionais, o direito de opção dos imigrantes em decidir se queriam permanecer com as antigas nacionalidades, ou, quando fosse o caso, se iriam optar pela nacionalidade do território a que ficaram vinculados com a nova divisão (KHATER, 2001). No Líbano, a questão da nacionalidade dos imigrantes levantou um outro problema legal, pois a Constituição não era explícita em relação ao direito de votos desta parcela da população. De acordo com Meihy (2016), a Constituição de 1926 foi transformada em uma mescla jurídica que expunha a instabilidade política de um país repleto de contradições.

Entre 1926 e 1936, teve lugar uma nova fase de negociações que permitiu aos sírios e libaneses maior autonomia e alguma perspectiva de independência. Uma proposta neste sentido foi encaminhada ao Alto Comissariado, que, no entanto, se recusou a submetê-la ao Parlamento francês e pediu a abertura de novas negociações. No período do entreguerras, o governo britânico sustentou o insustentável⁵⁴, assim como a administração francesa em sua tentativa de prosseguir controlando o Líbano e a Síria. No fim de 1939, um novo Alto Comissariado tomou posse reivindicando todos os seus poderes, porém, com a eclosão da Segunda Grande Guerra, as coisas se complicaram ainda mais.

No Iraque, houve uma revolta que terminou com a expulsão dos ingleses e o estabelecimento de uma ordem própria. Com a eclosão da Segunda Guerra

⁵⁴ Nos referimos aqui a uma política ambígua por parte dos ingleses. Ao mesmo tempo que enviavam Comissões de Notáveis à Palestina para levantar a origem do crescente clima de tensão envolvendo judeus e palestinos, mantinham a promessa feita aos judeus do estabelecimento de um “lar na Palestina”.

Mundial e, num primeiro momento, em ambiente de muitas incertezas com a tomada da França pelos alemães e o estabelecimento do governo de Vichy, os ingleses, sabedores de que não poderiam contar com os árabes no caso de uma invasão alemã, reuniram mais tropas vindas da Oceania e, unindo-se aos franceses da França Livre⁵⁵, tomaram o Líbano e a Síria dos franceses de Vichy. No bojo desse movimento, o Líbano finalmente conquistou sua independência, em 1943. A Síria, no entanto, permaneceria sob domínio francês ainda depois da guerra, tornando-se uma nação independente somente em 1946. (KHATER, 2001).

Neste contexto é oportuno citar a criação da Liga Árabe em março de 1945. Essa espécie de confederação de países árabes tinha como objetivo “fortalecer os laços entre os estados participantes, coordenar seus programas políticos de forma a proporcionar maior e mais efetiva colaboração entre eles, salvaguardar a soberania e a independência de cada estado e estudar os negócios e interesses em geral dos países árabes⁵⁶” (ATIYAH, 1958, p.166).

Uma das primeiras preocupações da Liga foi a ameaça sionista à Palestina, onde diante do seu crescente poder, os judeus não tardaram anunciar as suas verdadeiras intenções⁵⁷. A sua organização oficial adotou o programa *Biltmore* (elaborado em Nova York em 1942), que pedia a fundação da Palestina como um estado judaico, a criação de um exército nacional e a abertura do país à imigração ilimitada. Durante todo esse tempo, de acordo com Atiyah (1958), os árabes da Palestina nada faziam para se prepararem para o combate que se avizinhava.

Na ONU, a partilha [da Palestina], em 1947, criando o Estado de Israel e o Estado Palestino, intensificou as posturas nacionalistas e o antissemitismo árabe. Sancionada a partilha, a Grande Sinagoga de Alepo, na Síria, foi incendiada, fato que chocou os judeus, pois no templo, possivelmente o mais antigo do mundo, guardavam-se manuscritos preciosos. (MIZRAHI, 2003 p.166)

Apesar de toda tensão na região, em 15 de maio de 1948, a Inglaterra retirou suas tropas da Palestina o que precipitou uma guerra entre judeus e árabes⁵⁸. A Liga Árabe interveio na Palestina empregando tropas de alguns de seus estados-membros, entre eles o Egito, a Jordânia, o Iraque e a Síria. O Líbano possuía apenas uma pequena guarnição; a Arábia Saudita e o Iêmen, especialmente os sauditas, só puderam contribuir com apoio financeiro. (ATIYAH, 1958)

⁵⁵Também chamado de França Combatente, França Livre é o nome como ficou conhecido o governo francês no exílio fundado pelo general Charles de Gaulle em junho de 1940. Sediado em Londres, notabilizou-se pelo combate às forças nazifascistas durante a Segunda Guerra Mundial e pela oposição ao Regime de Vichy, aliado dos nazistas.

⁵⁶Esses interesses seriam no campo financeiro e econômico, mas também em áreas como: comunicações, temas culturais ou relacionados com nacionalidades passaportes, vistos etc., além de assuntos relacionados com questões sociais e saúde pública.

⁵⁷Os judeus, organizados, fizeram pressão e conseguiram formar em 1944 uma brigada judaica incorporada na força expedicionária britânica, obtendo assim um exército de milhares de sionista com treinamento e experiência militar.

⁵⁸Na tarde de 14 de maio, isto é, um pouco antes de o mandato expirar oficialmente, os judeus proclamaram o Estado de Israel, que o presidente Truman, dos Estados Unidos, se apressou a reconhecer.

De acordo com Atiyah (1958, p.178) “os árabes, que na primeira fase da guerra mostraram superioridade, alcançaram algumas vantagens a ponto de obrigarem os judeus a renderem-se na parte nova de Jerusalém”. Foi quando as Nações Unidas decretaram um cessar-fogo de quatro semanas. Ainda segundo o mesmo autor, durante este tempo, “mesmo debaixo do nariz dos observadores das Nações Unidas; graças às muitas ligações que tinham em todos os países europeus, conseguiram contrabandear para a Palestina armas de todos os tipos, inclusive uma força aérea completa”. Desta forma, quando a guerra recomeçou, bastaram alguns meses para que os israelitas vencessem os exércitos árabes, “já de si minados pela desunião⁵⁹”. (ATIYAH, 1958, p.179)

Em relação aos nacionalismos árabe, sírio e libanês, cabe chamar a atenção para a dificuldade em se falar de nacionalismo em países que não se viam como tal, pelo menos até a segunda década do século XX. Tanto no Líbano como na Síria, a identidade de seus habitantes se ligava a tribos ou à religião da aldeia a qual pertenciam, e não havia, salvo em raras ocasiões, uma visão mais abrangente em termos da definição de fronteiras políticas de um determinado território. O nacionalismo árabe, que surgiu durante a Revolta de 1916, está ligado às supostas glórias passadas do califado e das dinastias árabes, e busca reviver o seu período áureo, a partir do século VII, quando o império árabe foi considerado um dos maiores do mundo. Já o nacionalismo libanês vincula-se à força da religião maronita, que historicamente domina as montanhas do Líbano, local de refúgio e resistência contra a expansão árabe (GELVIN, 1999).

Tanto libaneses quanto sírios desenvolveram seus nacionalismos a partir da rejeição comum à dominação estrangeira, porém, ambos não tiveram suas origens na ideia de Estado-Nação, tal como verificado na Europa a partir do século XVIII⁶⁰. Foi, portanto, somente a partir dos eventos ocorridos no início do século XX que a Síria e Líbano começaram a desenvolver identidades nacionais próprias, ainda que de forma instável e precária, uma vez que esses países tiveram suas fronteiras e nacionalidades determinadas por mandatários estrangeiros, pouco familiarizados com suas realidades (KHATER, 2001). Manifestações de nacionalismo árabe irão se refletir também nas terras da imigração, conforme veremos adiante.

⁵⁹ Além da derrota militar e das perdas territoriais, uma verdadeira catástrofe se abateu sobre o povo palestino quando quase um milhão de pessoas foram forçadas a se refugiar na Jordânia, no Líbano, na Síria e no Egito, abrindo uma nova etapa de imigração internacional, inclusive ao Brasil e especialmente no Rio Grande do Sul.

⁶⁰ Benedict Anderson (2008) define o nacionalismo como “comunidades imaginadas”, ou seja, aquilo que ocorre quando os componentes de uma mesma comunidade, por menor que seja, apesar de não conhecerem a maioria de seus membros, ou mesmo tendo jamais ouvido falar deles, porque, independentemente de desigualdades reais entre seus membros, o que prevalecia em cada um deles era o sentimento concebido como camaradagem profunda e horizontal.

1.5 SÍNTESE DOS FATORES QUE CONDUZIRAM SÍRIOS E LIBANESES À EMIGRAÇÃO

No fim do século XIX e início do XX, grandes levas de emigrantes árabes fugiram das províncias otomanas da Síria, Palestina e Monte Líbano e se estabeleceram na África, Oceania e nas Américas, ainda que muitos deles tivessem partido com a intenção de voltar. Esses emigrantes eram, em sua maioria, libaneses maronitas e sírios melquitas. Alguns fatos descritos anteriormente ajudam a explicar e justificam tanto a diáspora quanto o fato de ser este um deslocamento primordialmente de cristãos, embora também incluísse muçulmanos de diversas confissões e ainda, em menor número, judeus árabes.

O domínio do Império Turco-Otomano mediante decretos restritivos à liberdade de expressão e, acima de tudo, a extensão do serviço militar obrigatório, bem como vários conflitos envolvendo os grupos religiosos, são apontados como as principais causas da emigração. Além disso, no Líbano e Síria, o capitalismo desarticulou a indústria artesanal local, cujo produto principal era a seda, através da competição japonesa possibilitada pela abertura do canal de Suez (ROCHA PINTO, 2010).

As pressões econômicas e militares exercidas pelas potências ocidentais sobre o cambaleante Império Otomano, assim como as reformas introduzidas por este no esforço final para recuperar seus territórios, criaram um clima desfavorável à convivência harmoniosa entre muçulmanos e cristãos. Além disso, a mentalidade ocidental de parte dos moradores das regiões autônomas, como, por exemplo, do Monte Líbano, exacerbou a incompatibilidade entre o regime turco e a realidade desses territórios, onde a explosão demográfica tornava mais escassas as terras e dificultava a exploração de seus recursos naturais (THIBAUT, 2009).

A indefinição política após a saída dos turcos e a continuação do regime colonial, agora sob domínio francês, foram outros fatores a provocar o fenômeno migratório sírio-libanês. De acordo com Thibaut (2009), na época, líderes cristãos e muçulmanos tentaram encontrar uma fórmula consensual de divisão do poder no Líbano e na Síria, mas a evolução do componente demográfico entre as diferentes comunidades confessionais libanesas acabou por inviabilizar a iniciativa e é considerada uma das principais causas das crises políticas do país, o que também terminou por gerar expressivos deslocamentos de sua população.

A proximidade da comunidade maronita com os franceses no Líbano gerou uma série de reações entre os muçulmanos, o que também precipitou a migração. Já o Reino Unido, de acordo com Gattaz (2007), através do anglicanismo, buscou fortalecer os drusos, enquanto os franceses apoiavam os maronitas e os russos

defendiam os gregos ortodoxos, acirrando conflitos étnicos que também geraram migrações forçadas (THIBAUT, 2009).

No início do século XX, os esforços do Império Otomano para manter a hegemonia em suas províncias árabes, através de reformas de caráter político-confessionais, precipitaram sobremaneira a continuidade da saída de cristãos do Oriente Médio. Além disso, a aproximação do conflito mundial e a decisão dos turcos de recrutar cristãos para seus exércitos aumentou ainda mais a saída dessa população em direção a outros países, especialmente Brasil e Argentina. Por outro lado, houve historicamente um número significativo de retornos, que muitas vezes ultrapassou o de partidas. Ao longo do tempo, verificou-se também uma variação no perfil do emigrado, como veremos a seguir. Os períodos dos dois conflitos mundiais registram um declínio, de modo geral, nos fluxos migratórios. Diversos autores creditam à educação religiosa de jovens sírios e libaneses, patrocinadas por escolas cristãs e missões religiosas do Ocidente, o fato de elas terem inculcado no imaginário cultural da classe média valores ocidentais que predispôs esses jovens a emigrar. Muitos intelectuais sírios e libaneses, por sua vez, formados nessas escolas, diante da impossibilidade de se tornarem profissionais liberais em seus países, e dos obstáculos a sua incorporação à administração muçulmana, também preferiam emigrar em busca de melhores oportunidades de vida.

2. O BRASIL E A IMIGRAÇÃO INTERNACIONAL

2.1 A IMIGRAÇÃO EUROPEIA

O presente capítulo situa o leitor no início da etapa republicana da história nacional. Na época, que corresponde ao fim do século XIX e início do século XX, milhões de estrangeiros, quase todos viajando na terceira classe dos navios de carga e de passageiros, desembarcaram no Brasil na qualidade de imigrantes.

A primeira grande fase migratória da Europa para as Américas teve lugar entre os anos de 1800 e 1880. Os países que então mais atraíram força de trabalho do Velho Mundo foram, pela ordem, Estados Unidos, Argentina, Brasil e Canadá. Na origem do fenômeno estiveram presentes fatores como fome, pobreza, guerras e revoluções, assim como perseguições étnicas, políticas e religiosas. A eles não escaparam as populações de diversos países europeus, mas também do Oriente Médio, cujos territórios viviam a etapa final de um império colonial ao qual estiveram submetidos durante vários séculos (KLEIN, 1999).

Além desses aspectos, Klein (1999) atribui influência determinante ao fator demográfico para a ocorrência das migrações europeias. Embora as proles fossem numerosas, o crescimento populacional na região permaneceu limitado à ordem de 0,5% ao ano durante muito tempo. A “transição demográfica” aconteceu quando as taxas de mortalidade infantil começaram a cair. A implementação de saneamento básico nas cidades, a disseminação de campanhas de vacinação em massa, sobretudo contra a varíola, e o aumento da produção de alimentos também tiveram papel preponderante na explosão demográfica observada na Europa. Estima-se que só os avanços verificados na alimentação “asseguraram o aumento populacional, com margens de 1% ao ano, (...) a partir do século XVIII na França e Inglaterra”, o mesmo sendo observado a partir do século seguinte em outros países do continente (KLEIN, 1999, p. 15).

Durante a primeira metade do século XIX, o número de estrangeiros que entrou no Brasil foi reduzido. De todo modo, até por volta de 1880, o país absorveu uma pequena, porém importante parcela de imigrantes, principalmente vindos da Alemanha e do norte da Itália. Quase todos eram agricultores. Eles buscaram evitar as áreas de trabalho escravo e se instalaram preferencialmente em áreas de clima temperado, ao sul de São Paulo.

A política migratória brasileira começou logo após a Independência através de lei promulgada em janeiro de 1823. O dispositivo fazia distinção entre os cidadãos portugueses e os de outras nacionalidades, mas a todos era concedida a residência no Império. Como não havia muitos estrangeiros de outras nacionalidades no país, “a lei foi concebida especialmente para os lusitanos,

dando-lhes acesso à cidadania plena, desde que jurassem fidelidade ao Império”. (MENDES, 2011, p.64).

O Brasil participou mais intensamente do processo migratório internacional após o fim da escravidão em 1888. Como observa Diegues Jr. (1964, p.22), “tão logo o trabalho escravo entrou em declínio, ou se sentiu sua fraca presença em algumas regiões do Brasil, a imigração se desenvolveu”. O objetivo era que os imigrantes substituíssem a mão de obra escrava sobretudo nas lavouras de café, cuja produção para exportação era responsável pela principal fonte de recursos externos do país. Subsidiariamente, travava-se um intenso debate entre as elites nacionais sobre o sentido da modernização nacional, a qual, como pregavam algumas autoridades eugenistas da época, só seria possível mediante a implementação de um processo civilizador que incluísse o entrecruzamento dos elementos europeus com os brasileiros de origem mestiça, produzindo, com isso, o branqueamento da população e o aprimoramento da “raça”.

Cafeicultores da Região Sudeste, ávidos por novas frentes de lavoura, foram os principais incentivadores da imigração (CAPELLO, 2004). O país, recém-saído do sistema escravocrata, era essencialmente agrário e marcado por uma cultura na qual os privilégios surgiam como pesada herança do período da colonização. A realidade no campo caracterizava-se pela presença de grandes propriedades rurais, onde, de forma geral, era praticada a monocultura para exportação.

Os dados demográficos das primeiras décadas republicanas revelam que entre 1890 e 1920 o Brasil recebeu mais de 1 milhão de imigrantes. Em 1890, havia 351.545 estrangeiros no país, ao passo que em 1920 esse saldo havia subido para 1.565.961 (ZAMBERLLAN, 2009). Segundo dados extraídos dos censos e anuários oficiais, os anos entre 1890 até o fim da década de 1920, a quantidade de estrangeiros subiu de 2,5% para 5,2% do total da população residente no país. No período de imigração em massa, entre 1900 e 1910, a quantidade de estrangeiros chegou a representar 7,3% de uma população total de 33.568.000 pessoas.

Portugueses, espanhóis, italianos, alemães, russos, poloneses, japoneses, suíços e austríacos foram as principais etnias que entraram, em levadas, no país (WEBER, 2010a). As etnias mais numerosas se espalharam por vários estados, como foi o caso dos italianos, que se fixaram no Rio Grande do Sul, São Paulo, Minas Gerais, Paraná e Espírito Santo, ou dos alemães, que preferiram Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Paraná. Os japoneses concentraram-se majoritariamente em São Paulo, mas também podem ser encontrados no Paraná e no Pará, ou pulverizados em pequenos núcleos rurais por todo o país.

De acordo com Diegues Jr. (1964, p.26), desde 1819, “quando chegaram (...) os primeiros imigrantes – os suíços encaminhados para Nova Friburgo – até

o ano de 1959, entraram 5.536.035 pessoas” na condição de imigrantes no país. A participação dos portugueses representou o maior movimento migratório com pouco mais de 31% do total. A liderança lusitana cedeu lugar apenas em dois momentos: o primeiro, entre 1889 e 1914, quando foram suplantados pelos italianos; e o segundo, entre 1931 e 1939, quando foram superados pelos japoneses.

Depois dos portugueses, os italianos aparecem em segundo lugar, com 29% dos estrangeiros entrados no país, e em seguida os espanhóis, com 12,5%. Em quarto lugar, figuram os alemães⁶¹, que “contribuíram com 4,64% da imigração” no período. Em quinto lugar, aparecem os japoneses, posição bastante significativa, considerando-se o pouco tempo de imigração expressiva que tiveram, ente os anos de 1931 e 1939, quando cessou a chegada deste grupo. Os russos, muitos dos quais poloneses com passaporte russo, e poloneses, considerados como um só grupo, ocupam o sexto lugar, responsáveis por 2,27% dos estrangeiros que vieram para o país (DIEGUES JR., 1964).

Diegues Jr. (1964) sustenta que o processo migratório brasileiro apresentou diferenciações ou características próprias segundo as várias regiões do país.⁶² O Sudeste e o Sul receberam quase que totalidade dos imigrantes europeus. No Rio Grande do Sul, onde já se praticava o trabalho livre e a lavoura de subsistência em colônias rurais, a imigração ganhou contornos próprios, quando comparada ao observado em outros estados. Seyferth (2000, p.145) reforça essa visão, ao afirmar que se, no Sudeste a mão de obra era necessária “para as grandes plantações, a colonização no Sul do país foi preconizada para resolver dois problemas cruciais: abastecimento e povoamento.” Um exemplo disso aparece na análise da palavra "colono", que tem significado diferente nos dois contextos.

De acordo com Seyferth (1990), a ideia de colônia no Sul do Brasil significava um microcosmo familiar que está na base do surgimento de um *ethos* camponês específico. Regina Weber (2010a) sugere que esse *ethos* familiar específico de cada uma das etnias, que nas colônias convivem tão próximas, terá

⁶¹ O número de alemães que o Brasil recebeu varia de fonte para fonte. Lisboa (2011) estima que, entre 1824 e 1940, entraram de 235 mil a 280 mil alemães no país. Já Claudia Mauch (1994), embora destaque a precariedade dos dados estatísticos por não levar em conta o número de pessoas que retornaram a seus países ou que emigraram novamente, calcula que, entre 1850 e 1909, entraram no Brasil, em média, 15 mil alemães em cada década. O maior fluxo ocorreu após a Primeira Guerra Mundial, durante os anos 1920, quando o Brasil recebeu pouco mais de 75 mil alemães.

⁶² Os cafeicultores paulistas, por exemplo, tinham maior interesse na contratação de famílias do que de trabalhadores solteiros do sexo masculino, uma vez que os grupos familiares estavam na base da produção de suas lavouras (KLEIN, 1999). Mais tarde, a partir da virada do século XIX para o XX, a imigração urbana, ou dirigida às cidades onde se concentravam as indústrias emergentes, o comércio e os serviços (destacando-se São Paulo, Rio de Janeiro e também Porto Alegre), passou a ser uma alternativa para jovens solteiros, sobretudo portugueses, espanhóis, italianos e sírio-libaneses.

grande influência nas representações étnicas formuladas mesmo depois, num outro contexto histórico de uma sociedade mais urbanizada.

2.2 SÍRIOS, LIBANESES E AS ESTATÍSTICAS NACIONAIS DE IMIGRAÇÃO

As estatísticas da imigração brasileira entre 1880 e 1969 mostram que, enquanto portugueses representavam 31% das migrações, italianos 30%, espanhóis 14%, japoneses 5% e alemães 4%, os imigrantes do Oriente Médio totalizavam somente 3%⁶³, tendo iniciado sua entrada no Sudeste do país a partir de 1890⁶⁴ (LESSER, 1999).

Os dados sobre a chegada ao Brasil de cidadãos do Oriente Médio são, entretanto, muito imprecisos, sobretudo porque até 1892 todos eles (sírios, libaneses, palestinos e turcos) eram classificados indistintamente como turcos. (KNOWLTON, 1960; TRUZZI, 1997; CAPELLO, 2004). Na verdade, como demonstra Capello (2004), até 1908 todos os imigrantes do Império Otomano eram classificados no Brasil como “turco-árabes”⁶⁵. Por conseguinte, conclui o autor, torna-se “totalmente impossível ter à disposição dados estatísticos confiáveis acerca do número de imigrantes especificamente sírios ou libaneses” até esta época (CAPELLO, 2004, p.34). Apesar dessa dificuldade, como observa Pimentel (1986, p.121), “tanto antes como depois de 1892 a imensa maioria dos imigrantes registrados como turcos eram, de fato, sírios e libaneses”⁶⁶.

O gráfico abaixo apresenta os dados oficiais de ingresso anual de sírios e libaneses no Brasil entre 1898 e 1940.

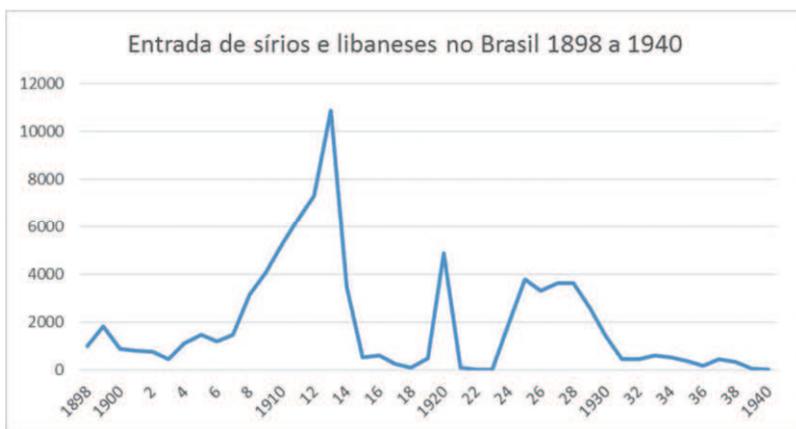
⁶³ Segundo Capello (2004), a imigração levantina não foi prevista pelas governantes brasileiros, que sequer a esperavam. Jeff Lesser (2001) lembra que os sírio-libaneses não eram exatamente o modelo de imigrante esperado pelas autoridades, que preferiam os europeus. Nos entanto, na ausência de leis que lhes barrassem a entrada, eles foram chegando.

⁶⁴ Na década anterior, sírios, libaneses e palestinos, a exemplo do que fizeram os judeus marroquinos e outros imigrantes do norte da África, acompanhando o clico da borracha e de outras riquezas do extrativismo amazônico, exploraram a região como “regatões”, espécie de ambulantes que vendiam suas mercadorias em pequenas embarcações ancoradas nos barrancos dos rios (LESSER, 1999).

⁶⁵ Rocha Pinto (2010), citando levantamento realizado por Natália Rodrigues Mendes no Arquivo Nacional, menciona também o uso frequente de gentílicos como “otomano”, “levantino”, “árabe” e, eventualmente, “sírio”, sendo que, a partir de 1904, o termo “sírio” começou a suplantir o uso de categorias mais genéricas como “turco” e “levantino”.

⁶⁶ As duas nacionalidades – síria e libanesa – “foram incluídas numa única categoria pelas autoridades brasileiras até 1926, ano em que o Líbano se separou da Síria”. (CAPELLO, 2004, p.5). Lesser (2001) calcula que aproximadamente 90% da imigração levantina vinha do que é hoje a Síria e o Líbano

Gráfico 1:Entrada de sírios e libaneses no Brasil (1898-1940)



Fonte: Universidade do Brasil (1950).

A análise do gráfico mostra que entre 1898 e 1910 entraram no país 22.516 imigrantes sírio-libaneses, com destaque para o ano de 1910, quando foi registrado o ingresso de 5.257 pessoas. Entre 1911 e 1920, chegaram ao país 34.793 imigrantes, 45% a mais que na década anterior, com destaque para o ano de 1913, quando foram computadas 10.886 entradas. Durante a Primeira Guerra Mundial, entre 1914 e 1918, o fluxo migratório diminuiu drasticamente. De acordo com os dados oficiais, estima-se que no Brasil permaneceram pouco mais de 50 mil sírios e libaneses antes do fim da Primeira Guerra Mundial, quando o transporte marítimo do Mediterrâneo às Américas praticamente cessou. Com a retomada da navegação no Atlântico no início dos anos 1920 e o Mandato Francês já tendo se consolidado na Síria, houve um momentâneo aumento da imigração, da ordem de 5 mil ingressos, no primeiro ano da década, para cair em seguida e só se reerguer depois da Grande Revolta de 1925 no Líbano, quando foi contabilizado o ingresso, em média, de aproximadamente 4 mil pessoas por ano até 1930. Ao longo de toda a década de 1920⁶⁷, o número total de ingressos de sírios e libaneses no Brasil caiu para 13.128⁶⁸.

⁶⁷ Os relatórios consulares franceses sugerem que na década de 1920 havia cerca de 130 mil imigrantes sírios e libaneses em São Paulo e em Santos; 20 mil no Pará; 15 mil no Rio de Janeiro; 14 mil no Rio Grande do Sul; e 12 mil na Bahia. (LESSER, 2001).

⁶⁸ Entre 1921 e 1923 não houve registro oficial de ingresso de sírios e libaneses no Brasil. Isso se deveu ao fato de não haver ainda, na época, definição sobre o *status* da Síria e do Líbano sob o Mandato Francês, o que só se efetivou em 1923.

Após a vitória da Revolução de 1930 e a chegada de Getúlio Vargas ao poder, uma nova política migratória foi estabelecida no país. Por meio do Decreto nº 19.482, de 12 de dezembro de 1930, o governo brasileiro limitou a imigração⁶⁹ aos estrangeiros já domiciliados no Brasil, àqueles cujos ingressos fossem solicitados pelo Ministério do Trabalho e, em certas condições, aos trabalhadores especializados (PIMENTEL, 1986). A adoção do sistema de cotas,⁷⁰ somada à depressão econômica, provocou uma redução substancial do fluxo imigratório em geral. No caso específico dos sírios e libaneses, entre 1930 e 1940, a média de entradas no Brasil ficou entre 100 e 500 por ano, totalizando no fim do período a chegada de apenas 3.399 pessoas. Com o advento da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), esses números tornaram-se ainda mais reduzidos (NUNES, 1986).

Apesar da imprecisão das estatísticas⁷¹, como já mencionado, é certo que nos períodos de 1895 a 1914, nos anos 1920 e no pós-1945, registraram-se as entradas mais expressivas desses imigrantes no país. No conjunto, os dados disponíveis contabilizam o ingresso de 57.020 pessoas entre 1895 e 1914, de somente 2.693 entre 1914 e 1919 e de 42.210, de 1920 a 1930, totalizando 101.923 imigrantes (ALMEIDA, 2000). Clark Knowlton (1960) estima em 106.184 o número total de imigrantes árabes que veio para o Brasil entre 1884 e 1943. Já Manuel Diegues Junior (1964), contabiliza a entrada de 98.090 sírios e libaneses entre 1889 e 1959. Giralda Seyferth (1990), por sua vez, registra o número de 79.509 indivíduos entre o início do século XIX e o ano de 1947.

Knowlton (1960) demonstra que a imigração sírio-libanesa, quando confrontada com a de outras etnias, foi a que apresentou maior índice de regresso à terra natal⁷² e também o maior número de ingresso de homens jovens e solteiros. As condições sociais, políticas e demográficas em curso na época, tanto no Oriente Médio quanto no Brasil, proporcionaram um encontro entre esses imigrantes árabes e um país em pleno desenvolvimento, com um projeto de

⁶⁹ O termo “imigrante” foi redefinido pelo Decreto nº 24.215, de 9 de maio de 1934, e passou a designar aquele que vinha ao Brasil para exercer um ofício ou profissão por mais de 30 dias; e não imigrante, por sua vez, era quem permanecia no país por até 30 dias. Essa definição foi considerada insatisfatória, e por conta disso, quatro anos depois, a legislação foi novamente alterada pelos decretos nº 406, de 4 de maio de 1938, e nº 2.010, de 20 de agosto de 1938, que estabeleceram agora as categorias “permanente” e “temporário”. Os classificados como temporários passaram a ser os turistas, viajantes em trânsito; e os permanentes, os que constituíssem lar definitivo no país (KNOWLTON, 1960; SIQUEIRA, 2002).

⁷⁰ O regime de cotas consistia no estabelecimento, por parte das autoridades brasileiras, de um determinado número de autorizações de ingressos no país por etnia. As cotas eram estabelecidas pela fixação de uma porcentagem do número total de ingressos de uma determinada etnia conferida nos censos nacionais anteriores.

⁷¹ A discrepância é tão significativa que no Líbano, país de onde sírios e libaneses partiram rumo às Américas, segundo Elie Safa (1960), o número de sírios que embarcaram para o Brasil chega à cifra de 350 mil pessoas. O mesmo autor contabiliza 400 mil sírios e libaneses nos Estados Unidos e 300 mil na Argentina entre o fim do século XIX e meados do século seguinte.

⁷² O fato evidencia que a maior parte não tinha o intuito de emigrar, mas sim fazer algum dinheiro e retornar para seus países de origem (TRUZZI, 1997; NUNES, 1997; LESSER, 2001; KARAN, 2005).

construção e povoamento em andamento, e cujas práticas comerciais ainda eram limitadas e arcaicas.

2.3 OS ÁRABES NO BRASIL: IDENTIDADE, INTEGRAÇÃO E ASSIMILAÇÃO

Segundo Weber e Bosenbecker (2010), a memória de um grupo, como a dos imigrantes e descendentes de sírios e libaneses, é escrita pela análise de seus modos de agregação internos e de suas relações com outros grupos; de organização de entidades e associações; de constituição de lideranças étnicas que formulam valores identitários, tanto para o grupo quanto para os não membros; de manifestações de divisões étnicas na esfera econômica, etc. Numa linha de raciocínio complementar, Oliveira (2010, p.12) lembra que

a memória é um objeto de luta pelo poder travada entre classes, grupos e indivíduos. Ao decidirem o que deverá ser lembrado e o que deverá ser esquecido, os indivíduos acabam demonstrando o controle de um grupo sobre outro. Memória individual e coletiva, portanto, se alimentam e têm pontos de contato com a memória histórica e, tal como ela, são socialmente negociadas. Guardam informações relevantes para os sujeitos e têm por função primordial garantir a coesão do grupo e o sentimento de pertinência entre seus membros.

Rocha Pinto, ao formular seu quadro interpretativo da imigração árabe no Brasil, considera que alguns mitos foram cultivados nas narrativas de pesquisadores desta imigração, os quais, segundo o autor, “tematizam a pobreza, opressão e intolerância religiosa do Império Otomano”. Para Rocha Pinto, tais mitos da imigração “não derivam da ‘verdade’ ou ‘falsidade’ dos temas, mas têm a finalidade de dar sentido, unidade e coesão à origem comum do grupo social, que é por natureza heterogênea”. (ROCHA PINTO, 2010, p.19).

Segundo ele, isso se aplica muito bem em relação aos sírios e libaneses e a suas memórias, que identificam na repressão turca a motivação que encontraram para emigrar. A opressão turca, no entanto, defende Rocha Pinto, era indireta e simbólica, em muitos casos. Segundo ele, as relações entre as minorias, o poder local e o comando colonial comportavam diferentes eixos transversais em termos identitários. Por exemplo: havia o corte árabe + muçulmanos + cristãos em oposição à cultura turca invasora/dominadora, mas também muçulmanos + turcos + árabes, em contraposição ao Ocidente cristão/imperialista. Poderiam ainda ser citadas outras combinações do tipo “nós contra eles”, de várias ordens: étnicas, sociais, religiosas, mas o fator político, aliado ao étnico e à luta pelo poder, era o que preponderava desde a derrota dos turcos no Levante em 1916/1918 (ROCHA PINTO, 2010).

Outra construção do imaginário que teve a função de dar unidade às trajetórias dos imigrantes árabes no Brasil foi a representação heroica da figura

do mascate sírio-libanês como indivíduos desbravadores e integradores do território nacional, o que permitiu a esses imigrantes negociar a legitimação de sua presença na sociedade brasileira (ROCHA PINTO, 2010). Truzzi (1999, p.333) sustenta que o mascate “constituiu a única base possível de identidade coletiva de uma colônia fragmentada”, ao que Meihy (2014, p.20) acrescenta não haver “dúvida de que os anos de atividade comercial foram fundamentais para a socialização dos árabes no Brasil. A possibilidade de cativar o freguês com um falso desconto ou com a venda a crédito diminuiu a distância social entre o brasileiro e o imigrante”, uma vez que “somente o comércio não seria capaz de permitir tão densa assimilação cultural.”.

Grande parte da população brasileira vivia em áreas rurais e sem acesso a novidades, mercadorias e ao comércio livre em geral. Em muitas propriedades rurais, havia apenas a vendinha do patrão. Ali, sem outra opção, o colono comprava ou negociava seus produtos e excedentes na prática do escambo por gêneros. Frente a esse quadro, escreve Truzzi (1997, p.58):

Não há dúvida, portanto, que os sírios e libaneses operaram, na qualidade de pioneiros, uma revolução nas práticas comerciais. De fato, eles arejaram o comércio, redefiniram as condições de realização do lucro para todo o setor, ao buscarem compensar a redução da margem de lucro por unidade, aumentando a quantidade vendida; ao buscarem uma alta rotatividade no estoque; ao inaugurarem a promoção de liquidações; ao reinvestirem os lucros no próprio negócio; e, finalmente, de um modo geral, ao dedicarem maior atenção às necessidades do consumidor. Por tudo isso, não seria demais afirmar que foram eles que, no Brasil, inventaram o comércio popular (...).

Os sírio-libaneses fizeram do comércio uma via de integração e assimilação cultural, além de seu meio de vida. Trabalhar como ambulante durante anos para depois se estabelecer com uma casa comercial, proporcionando boa educação aos filhos, com muito trabalho e economia, era o empreendimento principal. Os anos de mascateação serviram para o imigrante observar as paragens, reconhecer um vilarejo onde era bem tratado ou um bairro onde encontrava boa acolhida. Escolhia, acima de tudo, um lugar que lhe oferecesse vantagens como aluguel barato, proximidade de estradas, ferrovias ou rios para o transporte de mercadorias, mas também por estar próximo a outros patrícios ou parentes. Acomodavam-se quando havia economias suficientes, geralmente em um lugar que lhes oferecesse as condições ideais (TRUZZI, 1997).

A identidade nacional de cada imigrante, independentemente do seu local de origem, no caso dos sírios e libaneses, era o “turco”, de forma que dele era esperado que fosse mascate ou dono de pequeno comércio. O “turco” simbolizava a implantação do trabalho livre e o uso privado dos lucros dele provenientes.

A opção feita em massa pelos sírios, que decidiram pelo ramo de aviamentos, armarinhos e tecidos, de acordo com Knowlton (1960) e Truzzi (1999), possibilitou controlar desde a distribuição até a fabricação de alguns produtos têxteis e acessórios de costura. Associar a identidade ao comércio de tecidos e armarinhos também somou com o estereótipo do mascate comerciante, verdadeiro desbravador, empreendedor e negociante.

Mais tarde, eles experimentaram ou se expandiram para os ramos da estamparia, na produção de tecidos em larga escala, projetando a etnia na indústria. Somados aos representantes comerciais e contratos com outros distribuidores, quase todos eles patrícios, muitos até parentes entre si, lançava-se uma rede por sobre todo o país, controlando muito do mercado desses produtos em nível nacional. Além disso, tirando vantagem desta espécie de rede, comerciantes sírios e libaneses podiam se unir para fazer compras de modo a obter melhores preços no arremate de lotes de matéria prima, pleitear financiamentos e dar em garantia bens comuns, para obter desconto junto a bancos e outros fornecedores (VILELA, 2009).

Esses elementos marcaram a memória do grupo de forma inconfundível: a lojinha do “turco”, o mascate sírio, o armazém do libanês. A imagem dos árabes como perfeitos empreendedores tornou-se muito popular no Brasil inteiro. Diegues Jr. (1964), analisando os dados do censo de 1950, conclui que, embora os sírios e libaneses tenham sido o oitavo grupo em número de imigrantes presentes no Brasil, ocupavam a quarta posição quando o critério é o número de sócios de empresas por etnia, perdendo apenas para os italianos, espanhóis e portugueses. Porém “tomando-se a proporção de empresários sobre o total de imigrantes da etnia, os sírio-libaneses passam à primeira colocação, com índices de duas a três vezes superiores aos dos demais grupos”. (GATTAZ, 2007, p.46).

Também as disputas e debates nacionalistas ocorridos no Levante durante as décadas de 1910 e 1920 envolvendo as diversas etnias e confissões religiosas, como lembra Rocha Pinto (2010), contribuíram para formar verdadeiras “comunidades imaginárias” entre os imigrantes. Isso fez com que os árabes se mobilizassem em torno dos diferentes projetos nacionalistas, como a Grande Síria (que incluía o Líbano, a Transjordânia e a Palestina); ou o Grande Líbano, que somava ao Monte Líbano outras regiões do Líbano atual. De acordo com Logroño-Narbona (2007, p.42),

estabelecer conexões transnacionais com o Oriente Médio através do nacionalismo sírio ou libanês era a única forma de “negociar” a sua presença na sociedade brasileira como representantes de cidadãos de uma “nação” reconhecida pela comunidade internacional.

Assim, essas lutas internas arrebataram os imigrantes sírios e libaneses no Brasil, que tiveram suas identidades fragmentadas. Como veremos adiante, em Porto Alegre, por exemplo, uma parte deles, formada por cristãos maronitas, se afastou dos demais libaneses e dos sírios ortodoxos e muçulmanos para fundar o clube Sociedade Libanesa e a entidade assistencial Sociedade de Mulheres Monte Líbano. O mesmo aconteceu com os sírios que, ao fundarem a Sociedade Síria do Rio Grande do Sul, o fizeram adotando um sentido mais amplo para o termo “árabe”, identificado então com a ideia de “pan-arabismo”, que advoga que o árabe deve se instruir para escapar do obscurantismo religioso⁷³. (SATTOUF, 2015).

Revelou-se natural, portanto, que os acontecimentos no Oriente Médio mobilizassem os milhares de imigrantes sírios e libaneses no Brasil. A questão do apoio ao Mandato Francês no Líbano ou, pelo contrário, a militância pela independência dos países árabes no Levante foram os assuntos que mais mobilizaram os sírios radicados em solo brasileiro entre 1916 e 1920, manifestando-se inclusive através dos jornais impressos em árabe publicados no Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre.

O primeiro jornal da colônia árabe no Brasil foi o *el-Faiáb*, fundado em Campinas em 1895. Em 1902, podiam ser lidos três jornais em São Paulo e mais dois no Rio de Janeiro. Becker (1958) nos traz a informação que, no Rio Grande do Sul, os imigrantes de quase todas as etnias queriam lançar um jornal em sua língua pátria, mesmo que fosse bem modesto. Ele lembra que, para os idiomas com caracteres em latim, tal tarefa era fácil, mas para os árabes, gregos e ucranianos havia muita dificuldade, tanto é que o primeiro jornal árabe de Porto Alegre, de acordo com o autor,

apareceu somente em 1909, após quase 30 anos do início da imigração sírio-libanesa. (...) Ostentava o título *As utilidades* e foi fundado por Sumeiman Zughbi. O segundo jornal denominou-se *O caçador*, lançado em 1913 por José Khouri Mahfuz. Em dezembro de 1917, Elias Terbai e José Nahas fundaram outro periódico, *O vigilante*, e, depois da primeira guerra mundial, a diretoria do Clube Sírio Libanês lançou o jornal *O Cedro*. Foram todos pequenos, mas não deixaram de constituir uma iniciativa importante e elogiável desta então ainda pequena comunidade que se fixara entre nós. (BECKER, 1958, p.320).

Em 1914, já circulavam no país 14 periódicos, além da clássica publicação mensal *Al-Ushba al-Andalusiyya* (Liga Brasileira Novo Andaluz), reconhecida nacional e internacionalmente pela qualidade dos seus textos e que colocou a

⁷³ Importante pontuar que as sociabilidades dos grupos de sírios e de libaneses [maronitas] de Porto Alegre, como veremos no capítulo final, sofreu grande influência da política exterior francesa, mas também do papel que as lideranças étnicas tiveram nessas comunidades.

imigração levantina no Brasil na vanguarda cultural do mundo árabe (LESSER, 2001).

Safady (1972) listou 50 jornais e revistas árabes publicadas entre 1896 e 1950 no Rio de Janeiro. Já Rocha Pinto (2010) classificou diversos jornais de acordo com suas linhas editoriais. O *El-Hamra* (O Vermelho), de 1913, por exemplo, era simpático à tutela da França sobre a Síria e o Líbano. O nacionalismo sírio encontrava meio de expressão no *Suria al-Jadida* (A Nova Síria), de 1918, e o nacionalismo árabe no *Al-Tasahul* (A Tolerância), fundado em 1919, e no *Al-Arzat* (Os Cedros), editado desde 1916 pela Sociedade Cedro do Líbano e renomeado em 1922 como *Arzat Lubnan* (Cedros do Líbano)⁷⁴. Existiam ainda jornais satíricos, como o *Al-Fanus*, que publicava caricaturas.

Como se pode ver, os jornais árabes desempenharam um papel muito importante na manutenção dos laços dos imigrantes com as suas terras e culturas de origem, ao mesmo tempo em serviam como veículos de atualização da situação política no Oriente Médio. Fervores nacionalistas, república árabe, sultanato islâmico, pan-arabismos, fenicianismos e até mesmo Estado da Palestina era ideias recentes, algumas com pouco mais de um século desde que tinham sido propostas pela primeira vez. No Brasil, foram os jornais árabes que ajudaram a propagar esses conceitos entre os imigrantes, precipitando a escolha de cada um deles por uma determinada ideologia ou tendência política.

As instituições literárias da colônia árabe, embora tenham passado por um período clássico até o fim da década de 1920, não prosperaram contudo no sentido de acompanhar a evolução e o desenvolvimento da imigração sírio-libanesa, especialmente a partir da segunda geração (nascida entre 1920 e 1940), tampouco serviram como plataforma de crescimento empresarial, o que teria facilitado a sobrevivência de muitos intelectuais e jornalistas árabes impedidos de exercer os seus ofícios na terra da imigração.

Intelectuais e jornalistas sírio-libaneses tinham acompanhado a corrente migratória em diversos locais das Américas. Eles deixaram o Oriente Médio muitas vezes perseguidos e com suas vidas imersas em refregas de toda ordem. No Brasil, só escreviam em idioma árabe e por isso sofriam grande limitação de renda e emprego. Os que resistiam ao desemprego aceitavam contratação por ricos comerciantes muitas vezes contrários à sua ideologia, colocando-se a serviço dos

⁷⁴Safady (1972, p.305) lembra que, até o fim da Primeira Grande Guerra, havia uma linha de pensamento entre alguns intelectuais sírio-libaneses que tentava ligar a identidade árabe ao Império Otomano, sendo que o movimento contava com a adesão de dois jornais que publicavam editoriais pró-otomanos, o "*Al-Miqra'a* (A Chibata), fundado em 1914 por Salim Labaki e *Al Uthmani* (O Otomano), fundado em 1915 por Kais Labaki". De acordo com Rocha Pinto (2010, p.85), imigrantes e descendentes de sírios e libaneses, "para se contrapor às acusações de barbárie e atraso cultural [derivada do termo 'turco'] vão se apresentar como herdeiros da civilização árabe-islâmica, ressaltando sua contribuição para própria cultura europeia."

ideais políticos de seus padrões e publicando editoriais em revistas e jornais que também eram sustentados por eles (KNOWLTON, 1960). Truzzi (1999, p.341) chama a atenção para o fato de que

em geral, os ricos da colônia nada tinham de intelectuais. Eram homens rudes, enriquecidos entre as asperezas de muita labuta. Em função disso, mantinham relações ambíguas com os intelectuais, apreciando poder dar-se ao luxo de ter praticamente a seu serviço um homem letrado.

De acordo com o autor (1999 p.341) “o processo de adensamento e diferenciação da colônia não apenas estratificou seus membros” de acordo com o padrão de riqueza que alcançaram. “Seus próprios líderes mantiveram relações diferenciadas, mais ou menos estreitas” com o restante da colônia, “dependendo do grau de necessidade que precisavam se manter próximos para sustentarem seus *status* mais elevados”. Isso significa dizer que “ao contrário dos empresários bem-sucedidos, líderes religiosos e intelectuais tinham, em geral, a necessidade de cultivar laços mais estreitos com a comunidade”. No caso destes últimos, eles dependiam da classe empresarial para exercer o seu trabalho. Nesse contexto, “os intelectuais tenderam a ocupar-se como jornalistas de frágeis periódicos, (...) que tiveram duração efêmera”.

De acordo com Ortiz (1998), diferentes autores concordam que a identidade de povo historicamente colonizado e periférico no sistema internacional constituiu-se num aspecto comum a brasileiros e imigrantes sírios, assim como, para pelo menos uma parte deles, a devoção ao messianismo cristão revelou-se como ponto de contato e aproximação entre os dois mundos. Não é à toa, portanto, que Thomas Csordas (2004, p.168), vê na fé religiosa um elemento que compõe a identidade de um grupo. Segundo este autor, a religião pode funcionar como um “ponto de encontro dos sujeitos” que se dedicam a ela com devoção.

No caso dos imigrantes sírio-libaneses, a grande maioria, ao aqui chegar, foi trabalhar como mascate ou nas lojas de patrícios. Por força das atividades que exerceram foram eles, certamente, os estrangeiros que tiveram o maior contato direto com o povo, com o brasileiro das vilas, das fazendas e do comércio miúdo das cidades. O corpo foi o maior capital desses imigrantes. Os árabes levavam suas malas de mercadorias nas costas, usavam as pernas para andar léguas a fio e os braços para mostrar seus produtos ao povo. O corpo, transportado do Oriente Médio ao Brasil, era o grande potencial e avalista da liberdade para eles. Através dele construíram seus patrimônios, sua autonomia individual, sua capacidade de adaptação e seu alto poder de mobilidade.

Em geral, eram homens rudes e pobres, imersos num mundo onde viviam com o mínimo. Esses imigrantes, por força das circunstâncias, reduziram seus valores mais caros ao essencial: suas tradições e costumes. Ainda assim, muitas

vezes, tiveram de sublimar a própria língua, a roupa, o alimento que comiam e até mesmo a religião que professavam para se adaptar à vida na nova terra. O caminho da assimilação até a integração não foi mesmo fácil.

Normalmente, quando enriqueciam, muitos voltavam-se para a questão da identidade árabe-brasileira. Tratavam então de se naturalizar por se sentirem totalmente integrados ao país, mas também como uma forma de tentar escapar do estigma de “turco”. Para outros, apoiar a França em sua pretensão colonialista sob o Levante era “negociar sua presença na sociedade brasileira como representante de cidadãos de uma ‘nação’ reconhecida pela comunidade internacional.” (ROCHA PINTO, 2010, p.86).

No início da década de 1950, os sírios e libaneses já haviam consolidado a identidade brasileira e efetuado sua acomodação entre as demais etnias que conviviam na sociedade nacional desde o início do século. A interação entre árabes e brasileiros era tão grande que, com o passar do tempo, o contato genético com outros grupos tornou-se uma realidade evidente, vislumbrando-se o caminho da diluição integral na hibridez representada pelo cadinho brasileiro contemporâneo⁷⁵. Isso se deveu à integração completa do descendente de árabes na cultura nacional, às misturas interétnicas através de matrimônios, mas também à ausência de novos núcleos coloniais, causado pelo esgotamento do modelo migratório nos anos 1930.

Mesmo tendo chegado depois⁷⁶, se comparado aos imigrantes europeus, a inserção do imigrante sírio-libanês na sociedade brasileira foi mais rápida do que a dos outros grupos. A eles foi dado de antemão o direito à igualdade, ou seja, o de ser um brasileiro legítimo e igual aos outros, ainda que com uma identidade em muitos aspectos diversa. Como argumenta Hall (2003, p.83),

as comunidades migrantes trazem as marcas da diáspora, da “hibridização” e da *differance* em sua própria constituição. Sua integração vertical e as suas tradições de origem coexistem como vínculos laterais estabelecidos com outras “comunidades” de interesse, prática e aspiração, reais ou simbólicos. Os membros individuais, principalmente as gerações mais jovens, são atraídas por forças contraditórias. Muitos “estabelecem” seus próprios acordos ou os negociam dentro e fora de suas comunidades.

Os imigrantes árabes trouxeram do Oriente Médio seus projetos de vida e suas identidades ligadas à religião, à família e ao território que deixaram para trás.

⁷⁵ À medida que o tempo passa, as chamadas “elites” e outros “quatrocentões” vão dando lugar a novas fortunas, que se dividem em novas visões de mundo e oportunidades vão surgindo assim como novos desejos e visões estéticas. Hall (1992) demonstra que, à medida que os sistemas de significação e representações culturais se multiplicam e se expandem, envolvendo outros parceiros e padrões relacionais, somos confrontados por uma crescente multiplicidade de cambiantes identidades possíveis em cada uma das quais poderíamos nos identificar ao menos temporariamente.

⁷⁶ No Rio Grande do Sul, por exemplo, sem considerar os açorianos ou portugueses, os alemães detêm a primazia por terem sido aqueles que chegaram primeiro, seguidos pelos italianos.

Aqui, para sobreviver, tiveram de assimilar conhecimentos e hábitos novos, formas de convívio, e também novos valores. Eles refizeram seu espaço vivido no Brasil quando trouxeram seus aromas, suas ervas, seus costumes, que, de uma maneira ou de outra, foram sendo captados e ressemantizados pelas gerações posteriores.

As etnias que chegaram ao Brasil nos séculos XIX e XX e mantiveram casamentos dentro do grupo, pelo menos por uma geração, como são os casos de alemães, italianos, poloneses e japoneses, e também dos sírios e libaneses, formularam seus próprios mecanismos de integração à vida nacional, ficando plenamente inseridos, embora preservando uma identidade “estrangeira” que lhes diferenciava. Cabrera (2001, p.99) tem, portanto, razão, ao dizer que “a tradição está presente na construção dessas “novas paisagens na América. É importante considera-la porque a percepção que o indivíduo tem seu lugar de origem é que vai guia-lo no momento em que constrói o seu novo espaço, o seu novo modo de vida”.

3. A IMIGRAÇÃO INTERNACIONAL NO RIO GRANDE DO SUL

3.1 A COLONIZAÇÃO EUROPEIA

Antes da chegada das grandes levas migratórias na segunda metade do século XIX, a população da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul era de 110 mil habitantes. Até então, a colonização do atual estado gaúcho fora feita essencialmente por açorianos (1740), alemães (1824) e italianos (1875) (STAWINSKI, 1976). Fundamental tinha sido também a contribuição laboral do “forçado imigrante africano” para o avanço da economia da pecuária na Campanha e das charqueadas na região de Pelotas. Segundo Zamberllan (2009), em 1780 já havia 5.100 trabalhadores negros, e até 1840 esse número chegaria a representar 1/3 da população gaúcha.

O impacto demográfico da imigração alemã no Rio Grande do Sul até o início da década de 1870 não foi suficiente para reverter uma situação que ocorria desde os primeiros tempos da ocupação do território gaúcho. Assim, a metade sul, que inclui a depressão central da província, se a ela somarmos a capital, Porto Alegre, era a mais densamente povoada. Em 1872 – antes, portanto, da chegada de levas migratórias mais volumosas⁷⁷ –, os cinco municípios mais populosos situavam-se nessa porção da província, conforme se pode ver na tabela abaixo:

Tabela 1: Municípios gaúchos mais populosos (1872)

Município	População
Porto Alegre	24.914
Bagé	21.768
Pelotas	21.258
Rio Pardo	21.177
Rio Grande	21.062

Fonte: Monastério e Zell (2004).

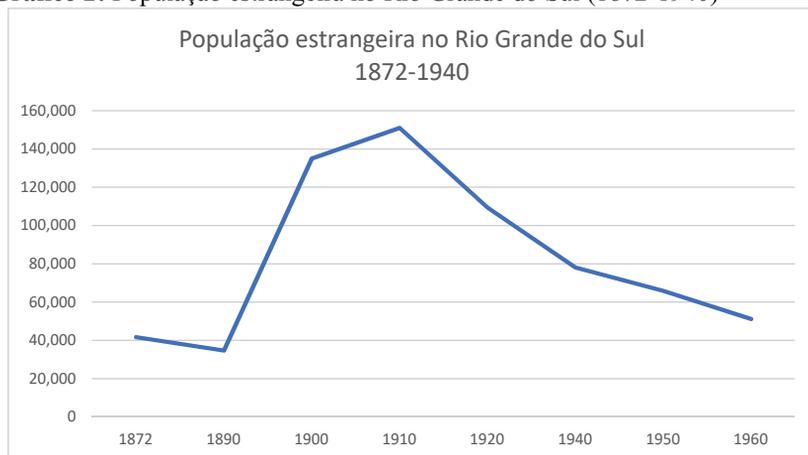
Três décadas depois, o quadro demográfico gaúcho apresenta os seguintes dados: “Em 1900, sua população representava 6,6% da população brasileira (...), passando de 1,1 milhões para 2,1 milhões em 1920, representando 7,2% da população nacional. Esse crescimento se [deveu] em grande parte à imigração.” (SOUZA, 2007, p.8). A população estrangeira passou de pouco menos de 40 mil pessoas em 1890, para mais de 150 mil em 1914⁷⁸.

⁷⁷ Nesse ano o Rio Grande do Sul foi o terceiro destino de imigrantes no Brasil, ficando atrás apenas de Rio de Janeiro e Minas Gerais (DIEGUES JR., 1964).

⁷⁸ Segundo Alvin (1999), esses dados devem ser, contudo, relativizados. De acordo com o autor, até 1882 as estatísticas de entrada de imigrantes no sul do país eram praticamente inexistentes.

O gráfico abaixo mostra que o quadro demográfico no Rio Grande Sul foi altamente impactado pela imigração estrangeira, principalmente italiana, portuguesa, polonesa, espanhola e, sobretudo, a germânica, que não parou de aumentar até a década de 1930.

Gráfico 2: População estrangeira no Rio Grande do Sul (1872-1940)



Fonte: O autor (2017).

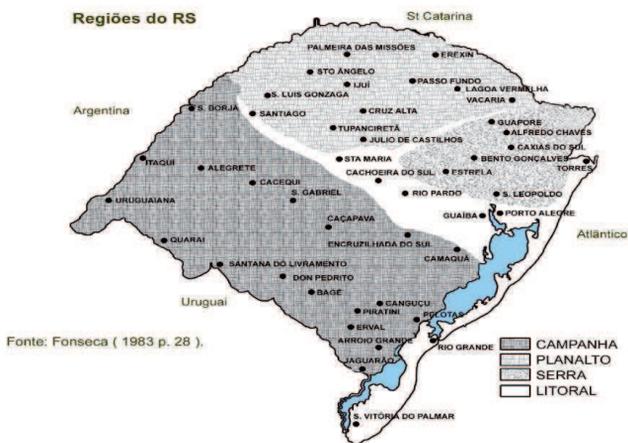
Em terras gaúchas, a imigração esteve subordinada à política de Estado, que promovia o povoamento e a colonização de terras devolutas, atraindo mão de obra europeia. Para a realização deste projeto, o governo brasileiro aplicou vários meios, incluindo a estratégia de arregimentação e aliciamento de pessoas pobres da Itália e da Polônia em busca de oportunidades. Na Europa, companhias de navegação, na expectativa de atrair viajantes dispostos a atravessar o oceano e se fixar no Novo Mundo, propagandeavam as vantagens da vida no continente americano, provocando, com isso, uma verdadeira “febre imigratória” (BORGES, 1993). Naturalmente, as coisas não se passavam exatamente assim. Farina (1992, p.28) descreve as dificuldades que a aventura impunha já na partida:

A travessia do oceano era feita através de navios superlotados sem as mínimas condições de higiene, iluminação precária, calor sufocante, deficiência alimentar, enjoos, distúrbios intestinais, gripes, pneumonias, escorbuto, promiscuidade de homens, mulheres e crianças amontoados, imundícies (ratos, baratas, pulgas, moscas). Por vezes o navio parecia mais um hospital nauseabundo do que um meio de transporte. Muitos sucumbiam e eram simplesmente jogados ao mar.

Sandra Pesavento (1989, p.138) analisa a situação econômico-social do Rio Grande do Sul como dois complexos distintos de acumulação. O primeiro e mais antigo, formado pela pecuária tradicional, inclui as regiões da Campanha, Missões

e o litoral marítimo lagunar. O segundo complexo abrange “as áreas de imigração alemã e italiana (Vale do Rio dos Sinos, encostas da Serra e Porto Alegre).” O mapa abaixo representa nitidamente essas duas regiões, além de áreas atípicas, conforme descrevemos abaixo:

Mapa 3: Regiões do Rio Grande do Sul



Fonte: Fonseca (1983).

Fonseca (1983) desenha uma divisão para o estado que compreende a metade sul, quase sem a marca migratória, incluindo-se nela as fronteiras, com as cidades de Livramento, Uruguiana, Jaguarão e Alegrete; e a região da Campanha, onde estão as cidades de Caçapava e Bagé. Na metade norte, o autor localiza a Serra Gaúcha e suas encostas, onde estão situadas as colônias italianas e alemãs mais antigas, mas também as novas colônias, em suas bordas mais afastadas. Ainda na metade norte está a área correspondente ao Planalto, que encampa os Campos de Cima da Serra, com as cidades de Lagoa Vermelha, Vacaria e Passo Fundo; e a noroeste, passando por Erechim, Palmeira das Missões e Santo Ângelo, já na região das Missões. A região litorânea, que vai de Torres até Santa Vitória do Palmar, inclui a região lagunar com Pelotas e Rio Grande. O mapa acima mostra, além da capital, as cidades de Cachoeira do Sul, Santa Maria e Santiago, inseridas em uma espécie de vale central, que se liga ao Litoral Lagunar como faixas atípicas de terra.

Em algumas regiões do estado, notadamente na metade norte, desenvolveu-se um tipo peculiar de comunidade camponesa que, desde o século XIX, baseia-se na pequena propriedade. O objetivo maior com as áreas de colonização rural era a produção de alimentos e para isso era necessário redimensionar o uso da terra. Paris (1999) salienta que, no Rio Grande do Sul, a imigração era necessária para a revitalização da agricultura, com ênfase na cultura do trigo, abandonada desde 1820.

Com o tempo, os núcleos coloniais mais antigos foram se transformando em municípios pequenos e médios, nos quais a atividade econômica mais importante tornou-se a indústria. A formação desses núcleos urbanos, onde se desenvolveu um processo de diversificação econômica, foi de fundamental importância para a adaptação de muitos imigrantes europeus (SEIFERTH, 1990).

De acordo com Pesavento (1989), a virada do século XIX para o XX marca o aprofundamento do processo de transição capitalista na sociedade brasileira. Herrlein Jr. e Dias (2004) sustentam que a diversidade histórica das formações regionais brasileiras implicou que os processos de constituição dos mercados urbano-industrial assumissem contornos específicos nas diversas regiões do país.

Em relação aos alemães, de acordo com Seyferth (1990), o ingresso deles no Rio Grande do Sul foi de 1.000 a 2 mil indivíduos por ano, em média, entre 1850 e 1940. Em 1858 o médico alemão Robert Avé-Lallemant, em visita à província, escreveu o seguinte sobre Porto Alegre:

(...) a reminiscência nórdica não se restringe apenas ao alto da cidade de Porto Alegre, de onde se pode contemplar a grande distância. Desce também à parte comercial. Ali em toda a parte se vê gente de raça loura perambulando. A cada momento se vê um alemão transitando, a cada momento se vê um nome alemão sobre as portas das casas e se ouve a fala rude da língua do Holstein e do dialeto pomerânio até o bávaro renano. Deve haver em Porto Alegre uns 3 mil alemães, ao passo que em toda a cidade não tem mais de 20 mil habitantes. (*apud* NOAL FILHO, 2004, p.110).

Jean Roche (1969, p.771) classifica como audaciosa a colonização alemã no estado. Primeiro, porque os núcleos se encontravam isolados na floresta, às vezes longe dos rios navegáveis, e porque corriam o risco de declinar; “depois e, sobretudo, porque a opinião pública da província considerava essas empresas uma dilapidação dos dinheiros públicos, deplorável em caso de fracasso, e perigoso em caso de sucesso”.

Também de acordo com este autor, a vocação comercial dos alemães foi percebida desde a fundação das colônias. A venda dos seus produtos representava a garantia de sobrevivência dos colonos. Na falta de feiras e mercados, eles efetuavam trocas e os negociantes foram seus únicos agentes. Nesse aspecto, deve-se destacar o poder comercial dos teuto-brasileiros, fenômeno explicado por

serem eles o grupo mais antigo, mas também pela rede comercial rural que construíram.

Os negociantes da capital estabeleceram fortes laços com os comerciantes rurais alemães e com os próprios colonos, mas também estreitaram laços com empresas da Alemanha, que, de fornecedoras, passaram à condição de clientes. As empresas alemãs na capital gaúcha, por exemplo, contratavam caixeiros viajantes que já podiam tirar vantagens dos novos meios de transportes para acessar o interior (ROCHE, 1969; MAUCH, 1994; LISBOA, 2011).

Os alemães ocuparam as margens da Lagoa dos Patos, onde fundaram a colônia de São Lourenço do Sul⁷⁹ e fixaram-se nas ricas planícies cortadas pelos rios dos Sinos, Caí, Gravataí, Jacuí e Guaíba (STAWINSKI, 1976). Os produtos coloniais eram escoados por via fluvial até Porto Alegre.

Não foram só camponeses, depauperados pela situação econômica de seus países, que emigraram. O Rio Grande do Sul também viu chegar alguns homens de letras e intelectuais, artistas, artesãos, refugiados políticos, professores, profissionais liberais e militares mercenários, muitos deles contratados pelo Império do Brasil para lutar na campanha contra Juan Manuel Rosas durante a Guerra do Prata (1851-1852), entre eles, Joseph Hörmeyer, Carlos Von Koseritz, Carlos Jansen e Herrmann Wendroth, que faziam parte do grupo de jovens soldados alemães, de bom nível intelectual, que ficaram conhecidos como os *brummers*⁸⁰ (SEIFERTH, 1990; FLORES, 2004).

A acumulação de capital proveniente do comércio, e depois investida na indústria, tornou os alemães ainda mais exitosos. Os chamados “capitães de indústria”⁸¹.

No final do século XIX, o Rio Grande do Sul também recebeu colonos italianos, austríacos, russos, ucranianos e poloneses, que ocuparam glebas na fronteira noroeste do estado. A chegada dos italianos em 1875 foi a que causou maior impacto. Deste último ano até 1914 entraram no Rio Grande do Sul entre 80 mil e 100 mil italianos (DE BONI e COSTA, 1984). Os italianos, escreve Souza (2007, p.8),

se instalaram no nordeste do Rio Grande do Sul. Ao chegar, limpavam o mato, depois cultivavam milho, trigo, soja e cevada; criavam animais para a obtenção de carne, couro, leite, ovos, banha, toucinho, presunto e queijo; plantavam árvores frutíferas, destacando-se videiras, que viria a construir com o vinho a sua principal atividade comercial; a produção era artesanal, mas difundiu-se rapidamente formando capitais para

⁷⁹ Para entender em detalhes a criação de uma dessas colônias particulares, e o “negócio” que era a implementação desses assentamentos, ver Weber e Bosenbecker (2010).

⁸⁰ “Resmungões”, ou “criadores de casos”, em tradução livre.

⁸¹ Proprietários e industriais de origem alemã que no Rio Grande do Sul faziam investimentos juntos, como no caso da fundação das Lojas Renner, da Viação Aérea Rio-Grandense (Varig) e das Indústrias Gerdau, entre outras.

oficinas e indústrias; da extração de pinheiro, cedro, ipê, angico e cabreúva, vieram as indústrias da madeira e mobiliário.

Em 1875, foram fundadas três colônias italianas no Rio Grande do Sul: Caxias do Sul, Bento Gonçalves e Garibaldi, não muito longe da capital. Em 1877, em homenagem ao senador do Império e futuro presidente da província, Gaspar Silveira Martins, foi fundada a colônia Silveira Martins, perto de Santa Maria, que ficaria conhecida como a “Quarta Colônia”. O núcleo inicial foi composto por 70 famílias provenientes do Vêneto, que subiram o rio Jacuí até a cidade de Rio Pardo, percorrendo o restante do caminho em carros de boi. No início da década de 1880, começou o loteamento das terras do além-Antas, criando-se as colônias Antônio Prado e Alfredo Chaves, atual Veranópolis. Apesar de distante dos demais núcleos de imigração italiana, a região era fértil e muito propícia ao cultivo de uva e tabaco (PARIS, 1999).

O escoamento da produção agrícola, em virtude do isolamento geográfico das colônias, revelou-se extremamente complicado. Nas mais antigas, por exemplo, as mercadorias eram transportadas pela força da tração animal “desde o alto da serra até São Sebastião do Caí, onde, por via fluvial, (...) era[m] levada[s] até a capital” (HERÉDIA, 2014, p.131). Essa situação somente começaria a ser alterada na primeira década do século XX, quando os trilhos da malha ferroviária estadual finalmente chegaram às colônias italianas⁸².

No início, os colonos italianos escolhiam o lote de sua preferência, pagando à vista o preço fixado de acordo com o regulamento da colônia, conforme estipulava a Lei de Terras em vigor desde 1850. Aqueles que compravam terras a prazo recebiam títulos provisórios ou de designação de lotes. Os italianos trabalharam na abertura de estradas e picadas, na construção de barracões, em troca de somas que eram investidas em novas terras. Essa modalidade de trabalho assalariado lhes permitia ganhar em dinheiro para pagar as dívidas existentes.

Herédia (2001) informa que a dívida dos colonos com a colônia era relevante devido às dificuldades iniciais enfrentadas, que não permitiram que eles a saldassem nos primeiros anos. Desta forma, a chamada Comissão Liquidadora da Dívida Colonial, que era subordinada à Comissão de Terras, atuou, até 1894, com a finalidade de saldar a dívida dos colonos. Para os imigrantes que

⁸² Iniciada em 1874, a construção da ferrovia gaúcha ganhou novo impulso uma década depois com a inauguração do trecho entre Bagé e Rio Grande, via Pelotas, por iniciativa da Southern Brazilian Rio Grande do Sul Railway. Em 1887 foi inaugurado o trecho ligando Barra do Quaraí a Uruguaiana, estendida, em 1888, até Itaquí, e que servia basicamente ao porto de Montevideú, aumentando as ligações econômicas entre a região da Campanha e o Prata. Em dezembro de 1890, foi concluído o trecho até Cacequi. Quatro anos depois, a linha férrea foi estendida até Cruz Alta e, à medida que a construção ia avançando, também foi atingido o município de Passo Fundo, em dezembro de 1898. Em 1900, Bagé interligou-se com Porto Alegre via São Gabriel, com ramal para Uruguaiana. Em outubro de 1910, a estrada de ferro atingiu o rio Uruguai, na fronteira oeste do Rio Grande do Sul. No mesmo ano, o outro extremo desta estrada chegou a Porto Alegre, atravessando o estado no sentido leste-oeste (FRANCO, 1959; SOUZA, 2007).

compraram a prazo era adicionado o valor de 20% e o pagamento deveria ser feito em cinco prestações iguais a partir do segundo ano. Àqueles que finalizassem seus débitos antes do prazo final estabelecido era concedido um abatimento de 6% do valor total da dívida⁸³.

O desenvolvimento dessas colônias foi constante, passando a comportar um número crescente de oficinas artesanais, embriões de futuras fábricas. A colônia Caxias do Sul destacou-se das demais. Seu rápido crescimento transformou-a “em um centro de produção agrícola e de intercâmbio comercial (...), vindo a adquirir, mais tarde, uma feição marcadamente industrial”. (HERÉDIA, 2001, p.3). Esta autora descreve assim o processo de industrialização das colônias italianas:

As primeiras indústrias que surgiram na colônia foram de perfil tradicional: a vinícola, a metalúrgica, a indústria de alimentos, a extrativa manufatureira de madeira e a têxtil. A formação dessas indústrias refletiu a presença da cultura italiana na região, através da mão de obra artesanal, da disposição para o trabalho, do espírito empreendedor, da acumulação de capital e da existência de pequenas poupanças. O processo de industrialização da zona colonial italiana contextualiza as condições socioeconômicas enfrentadas pelos imigrantes italianos na fase inicial de ocupação.

Os italianos, apesar de terem chegado depois dos alemães, foram mais numerosos. Em 1914, o estado contava com 66.901 italianos entre os 154.682 imigrantes. Em 1898, depois de São Paulo, o Rio Grande do Sul era o estado brasileiro com o maior número de italianos (HERÉDIA, 2001). Levando-se em conta que o índice de fertilidade por casal era acima de três filhos, os imigrantes e seus descendentes, fixados em áreas coloniais, depois de usarem a terra até exauri-la, deslocaram-se para outras áreas, as últimas devolutas do estado.

Os colonos italianos se caracterizavam, em solo gaúcho, por uma vida circunscrita à sua comunidade de origem, mantendo escolas e casamentos dentro do próprio círculo, especialmente nos núcleos urbanos que fundaram.

Quanto à imigração polonesa, Wonsowski (1976) explica que os contingentes desses imigrantes eram provenientes de duas porções da Polônia: uma que pertencia à Prússia e outra à Rússia. Os que vieram da parte prussiana chegaram quase na mesma época que os italianos; já os poloneses provenientes da parte russa chegaram ao estado em fins de 1889.

Stawinski (1976) informa que em 1890 e anos subsequentes registrou-se um êxodo em massa de imigrantes poloneses a encaminharem-se para a América. Da região dominada pela Rússia, emigraram 85.548 poloneses, munidos de passaportes russos. Farina (1992) traz a informação de que, na década de 1890,

⁸³ Esses títulos continham a exata descrição das confrontações do lote, as distâncias e os rumos das linhas divisórias, a superfície quadrada e os nomes das áreas confrontantes, as condições e o ônus. Se o colono não se estabelecesse no lote com a morada habitual, e cultura efetiva, no prazo de dois anos perderia o direito ao mesmo lote que poderia ser vendido em hasta pública (HERÉDIA, 2001).

entraram no Brasil 29.226 poloneses, todos eles católicos. Indica também que 95% do contingente era formado por agricultores pobres e somente 5% por artesãos. De acordo com Paris (1999), a maioria deles fixou-se no Rio Grande do Sul.

Algumas cidades gaúchas contavam com números expressivos de imigrantes que preferiram se estabelecer em núcleos urbanos, tais como espanhóis⁸⁴, italianos⁸⁵, portugueses⁸⁶ e judeus, além dos sírios e libaneses, que estudaremos a seguir (SEIFERTH, 2000). Porto Alegre recebeu uma massa considerável de imigrantes, que vieram com uma dinâmica diversa daquela dos camponeses assentados em áreas rurais do estado. Muitos que chegaram principalmente da Itália, Alemanha, Portugal, Espanha e Europa Central já eram comerciantes e vieram com algum capital. Outros chegaram a Porto Alegre, Pelotas, Santa Maria ou Rio Grande para trabalhar como operários, técnicos ou artesãos.

Quanto aos imigrantes judeus oriundos da Europa, é importante destacar que, de acordo com Blumenthal (2001), em 1904 chegou ao estado um contingente com predominância turca que se radicou nos centros urbanos. Nesse ano, foi fundada a Colônia Philippon por judeus do leste e do norte da Europa, em terras adquiridas pela Jewish Colonization Association⁸⁷. A colônia era servida por ferrovia e estava localizada no centro do estado, perto de Santa Maria, que absorveria sua produção agropastoril.

No interior do Rio Grande do Sul, em fins do século XIX, o fenômeno da remigração se dava através dos descendentes de colonos assentados nas colônias antigas, que eram atraídos às cidades, mas também a novas áreas de terras destinadas à colonização, especialmente na região do Alto Uruguai, no noroeste do estado⁸⁸. Giralda Seyferth (1990) pontua que, em relação aos imigrantes alemães e italianos, a característica principal do sistema de colonização, pelo menos até o final do XIX, foi seu isolamento e homogeneidade étnica, no qual o elemento brasileiro era mínimo. Como resultado desse processo, o estado

⁸⁴De acordo com Martínez (1999, p.250), de 1890 a 1914, "(...) existiam vários núcleos de imigrantes espanhóis: Porto Alegre, Pelotas, Uruguaiana, Bagé e Santana do Livramento, com aproximadamente 10 mil residentes no total, a maioria galegos".

⁸⁵Núncia Constantino (2008) contabilizou cerca de 13 mil italianos nas cidades gaúchas no fim do século XIX: cerca de 6 mil em Porto Alegre; 4.600 em Pelotas; 1.000 em Bagé e Santo Antônio da Patrulha; 600 em Livramento; 500 em Uruguaiana e 300 em Itaquí.

⁸⁶Examinando a presença dos portugueses no Rio Grande do Sul, Dante Laytano (1958) informa que, em 1940, havia 6.127 lusitanos no estado, a maioria residindo em Porto Alegre, Pelotas e Bagé.

⁸⁷Em 1911-1912, foi fundada, entre Passo Fundo e Erechim, a Colônia Quatro Irmãos, com famílias deslocadas da Argentina e da Bessarábia. No ano seguinte, mais 150 famílias vindas da Rússia se instalaram em centros urbanos. A Colônia João Hirsch foi fundada em 1926 por judeus da Lituânia e da Polônia. Também foram fundadas, respectivamente, Baronesa Clara (ou Chalé), com 60 famílias da Polônia e Lituânia, e as colônias Pampa e Rio Padre, com mais 20 famílias da Lituânia que entraram entre as décadas de 1920 e 1930 (BLUMENTHAL, 2001).

⁸⁸Para uma descrição e análise de todo o processo econômico das antigas e das novas colônias, ver Roche (1969).

apresenta núcleos com razoáveis populações de descendentes de italianos e alemães que permaneceram por amplo período isolados no interior desses núcleos. Assim, podemos imaginar a quantidade de população com características não luso-brasileiras, vivendo da terra e cultuando suas próprias tradições e costumes, o que, certamente, com o passar do tempo, marcou a identidade e a maneira de ser do gaúcho.

3.2 A IMIGRAÇÃO ÁRABE

Foi justamente nesse cenário das últimas décadas do século XIX que começaram a chegar as primeiras levas maiores de jovens sírios, libaneses e palestinos ao Rio Grande do Sul. A maior parte deles, depois de certo tempo comerciando de maneira ambulante, se concentrou nas maiores cidades. A chegada de sírios e libaneses coincidiu com uma boa fase da indústria saladeira no sul, com o desenvolvimento comercial e industrial da capital, e também com a instalação das chamadas “colônias novas”, os novos núcleos de colonização, públicos ou particulares, implantados em áreas não exploradas ao norte e noroeste do estado. De acordo com dados da década de 1940, apesar da grande mobilidade apresentada, do total desses imigrantes, uma parcela aproximada de cerca de 20% se espalharam pelo interior⁸⁹.

Outros imigrantes, quase todos muçulmanos, vindos de locais de fala e cultura árabe, como palestinos, egípcios, iraquianos e jordanianos, com características semelhantes aos sírios e libaneses, chegaram ao Rio Grande do Sul no início da década de 1920, alguns deles ainda antes da constituição dos mandatos da França e do Reino Unido no Levante. Eles exerceram a mascateação ou tornaram-se proprietários de pequenos comércios, principalmente nas maiores cidades.

De acordo com Manoelito de Ornellas (1999), autor de *Gaúchos e beduínos*, a origem, senão parte da herança cultural do gaúcho, é árabe. Segundo o autor, tal influência foi trazida ao sul do continente americano pelos “maragatos”⁹⁰, colonizadores no vizinho Uruguai via ocupação castelhana. Ornellas sugere que depois da derrocada final do último califado árabe na

⁸⁹ As estatísticas nacionais de 1940 contam 1903 indivíduos de origem sírio-libanesa no estado, assim, cerca de 380 deles se fixaram no interior.

⁹⁰ De acordo com as explicações de Ornellas (1956), o termo “maragato” (talvez do latino *moro feito* ou *moro hablante*) refere-se aos moradores da província de León, Espanha, que deu seu nome à região de Maragatería. Um grupo de maragatos emigrou para a Banda Oriental, fundando a cidade de San José de Mayo (Departamento de San José), no atual território do Uruguai. Por esta razão, os habitantes daquela região recebem o gentílico de “maragatos”. De San José de Mayo, muitos maragatos europeus se transformaram em gaúchos, colonizando outras áreas do território da Banda Oriental, incluindo territórios do atual Rio Grande do Sul. Isso explica por que a Revolução Federalista de 1893 foi chamada, no Brasil, de “Revolução dos Maragatos”.

Península Ibérica, um considerável número de islamitas⁹¹ se estabeleceu na província espanhola conhecida como “Lar dos Maragatos”, e de lá embarcaram para o sul da América do Sul. Os maragatos seriam, conforme explica o autor, de ascendência moura, e teriam trazido sua cultura às terras argentinas, uruguaias e sul-rio-grandenses. Segundo Ornellas, os árabes constituem parte do fundo sociográfico do gaúcho platino e rio-grandense.

Esses imigrantes viveram durante séculos no intercuro das rotas comerciais, em contato com o povo que habitava a Península Ibérica. Ornellas também em seu trabalho analisa a adaptação do português e do espanhol, que, nos pampas, onde o meio e o clima são diferentes dos da Península Ibérica, assumiram um novo perfil, adaptando os costumes e hábitos trazidos do Velho Continente à nova realidade em que se inseriram. Gilberto Freyre descreve assim a contribuição de árabes e mouros para o desenvolvimento da economia colonial brasileira:

E não só o algodão, o bicho da seda e a laranjeira introduziram os árabes e mouros na Península: desenvolveram a cultura da cana-de-açúcar, que transportada depois da Ilha da Madeira para o Brasil, condicionaria o desenvolvimento econômico e social da colônia portuguesa na América, dando-lhe organização agrária e possibilidades de permanência e fixidez. O mouro forneceu ao colonizador do Brasil os elementos técnicos de produção e a utilização econômica da cana. (FREYRE, 1980, p.241).

Um outro clássico da literatura sulina que também evoca o papel dos árabes na formação da identidade dos gaúchos é a obra de João Simões Lopes Neto, especialmente os contos reunidos em *Lendas do Sul* (1949), livro que influenciou o trabalho de Érico Veríssimo. Num de seus contos, Lopes Neto faz menção a uma princesa moura que se abriga em uma caverna no Cerro de Jarau⁹². A princesa da lenda, conhecida pelo nome de Teiniaguá, fugira de Salamanca, na Espanha, depois de se transformar, disfarçada, na figura de uma velha, para que não fosse reconhecida e capturada depois de derrotado o último bastião da resistência árabe na Península Ibérica. Teiniaguá tinha também o poder de se transfigurar num lagarto encantado, que trazia uma pedra preciosa de brilho ofuscante incrustada na cabeça. Certo dia, um sacristão jesuíta se apaixonou pela moura, que vive com o religioso um forte e intenso amor.

Mitos a parte, são particularmente notórias as semelhanças entre o Prata e o Rio Grande do Sul, especialmente no que tange à geografia, cultura e formação étnica de seus habitantes. Nesse contexto, a influência do Prata no sul do Brasil se sustenta pela proximidade do porto de Rio Grande a Montevidéu e Buenos

⁹¹ Gilberto Freyre (1980) refere-se aos maometanos espanhóis como “moçárabes”, cristãos convertidos ao Islã depois de séculos de domínio mouro na Península Ibérica.

⁹² O Cerro do Jarau é formado por uma cadeia de montanhas de aproximadamente 200m de altura. A elevação destaca-se no pampa gaúcho devido a sua altitude fora dos padrões locais. Localiza-se no município de Quaraí, no oeste do Rio Grande do Sul, onde o Brasil faz fronteira com o Uruguai (FAGUNDES, 1996).

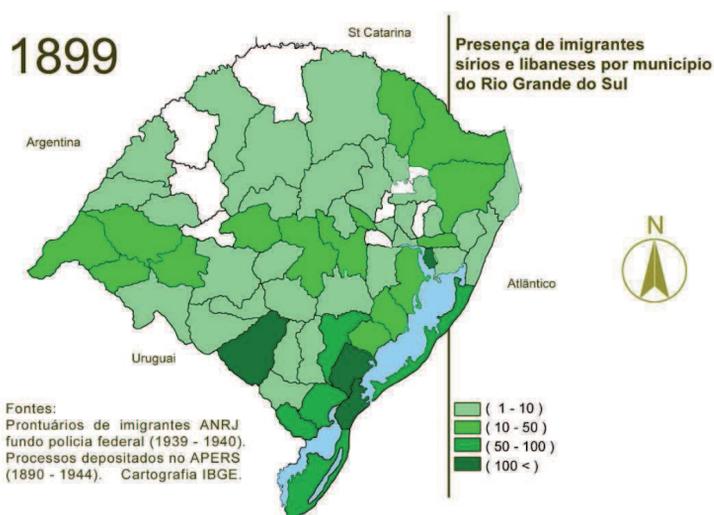
Aires, mas também pelas ligações fluviais e ferroviárias dessas capitais com Pelotas e Uruguaiana, ou então pela facilidade de travessia através da fronteira seca, como são os casos de diversas cidades do sul do estado, entre elas Bagé e Santana do Livramento. Assim, em termos de imigração árabe, o Rio Grande do Sul foi impactado pelas capitais do Prata de forma indireta, recebendo também os primeiros imigrantes que saíram do Oriente Médio nas últimas décadas do século XIX.

Compilamos dados de diversas fontes⁹³ com foco na anterioridade da chegada dos sírios e libaneses ao Rio Grande do Sul, mas também na região do estado em que esses imigrantes se radicaram. Assim, os recortes que elaboramos contemplam três diferentes épocas (1898, 1925 e 1944), e também diferentes áreas geográficas (municípios) nas décadas de 1890, 1920 e 1940. Isso nos permitiu observar uma parte do desenvolvimento dessas comunidades em diferentes ambientes geográficos do estado, de acordo com a quantidade de imigrantes sírios que encontramos em cada um dos municípios.

O mapa reproduzido abaixo foi elaborado a partir de registros encontrados em fontes literárias, arquivísticas e orais. Corresponde aos municípios do estado no fim do século XIX. Uma comparação entre este e o de 1944, mostra que a distribuição desses imigrantes é mais intensa no sul do estado, na virada do XIX, situação diferente da observada em meados do século seguinte.

⁹³ Veja 'fontes' na introdução.

Mapa 4: Distribuição de imigrantes sírios e libaneses no Rio Grande do Sul por município (1899)



Fonte: O autor (2017).

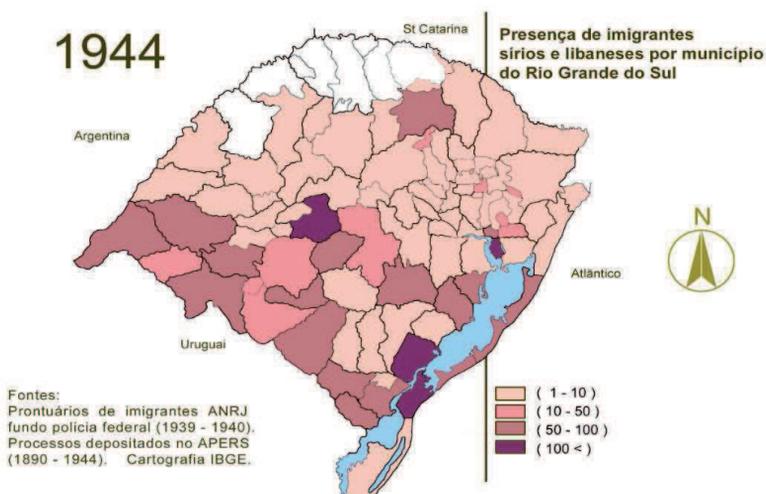
A pesquisa realizada no Arquivo Nacional⁹⁴ confirmou que 436 das 753 pessoas identificadas nas fichas do arquivo de recadastramento de estrangeiros entre 1939 e 1949 encontravam-se instaladas em Porto Alegre. Há registros, contudo, da fixação, com efetivos bem menores de sírios e libaneses em outros centros urbanos importantes: Pelotas (84 registros); Rio Grande (53); Santa Maria (33); Alegrete (18); Uruguaiana (16); Bagé (13); Canoas (8); e em alguns menores: São Sepé (12) e São José do Norte (7). Demais municípios encontram-se igualmente presentes⁹⁵, mas com números menos expressivos: Osório (distrito de Bacupari); Cachoeira do Sul (Restinga Seca); Gravataí; Jaguarão; São Gabriel, Santa Vitória do Palmar, todos com três nomes: Canguçu, São Jerônimo, Viamão, Novo Hamburgo, Encantado, Arroio Grande, Itaqui, São Francisco de Paula, Encruzilhada do Sul e Tapes, todos com dois nomes; e, por fim, com um nome cada, os municípios de Guaporé, São Lourenço do Sul, Dom Pedrito, Santa Cruz do Sul, Camaquã, Passo Fundo, Livramento, Lavras do Sul, Bom Jesus, Rosário

⁹⁴ Para detalhes da pesquisa, veja página 27, na introdução.

⁹⁵ Deve-se levar em conta que a partir de 1890 diversos distritos de grandes municípios foram desmembrados e se tornaram sedes municipais, a exemplo de Nova Prata de Alfredo Chaves, Ijuí de Cruz Alta, Vacaria de Santo Antônio da Patrulha, entre muitos outros casos semelhantes.

do Sul, Estrela, Lajeado, Santo Antônio da Patrulha, Quaraí, Herval, Montenegro e Vacaria.

Mapa 5 : Distribuição de imigrantes sírios e libaneses no Rio Grande do Sul por município (1944)



Fonte: O autor (2017).

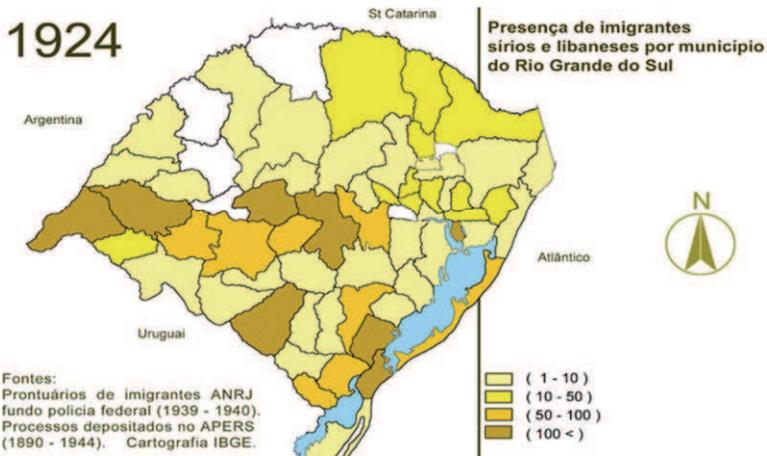
Na análise comparativa dos dois mapas apresentados, observamos a consolidação, em 1899, do número de imigrantes sírio-libaneses no eixo Porto Alegre-Pelotas-Rio Grande-Bagé. Posteriormente, vemos a inclusão de Passo Fundo e da região de Santa Maria como cidades de grande afluência de árabes em 1944. Ao cabo de 45 anos, os imigrantes médio-orientais e seus descendentes distribuíram-se pela Serra Gaúcha em novas colônias.

No extremo sul e sudoeste do estado, a presença levantina se difundiu pelos municípios vizinhos de toda faixa da fronteira, com especial destaque para Bagé e Alegrete. A exceção foi o noroeste do Rio Grande do Sul, onde a ausência de informações “zerou” nosso demonstrativo. Os imigrantes mais antigos, radicados em Santo Antônio da Patrulha, Lagoa Vermelha e Vacaria, espalharam-se pela Serra Gaúcha e pela região agrícola de Passo Fundo e Getúlio Vargas, mas também pelos Aparatos da Serra até o litoral norte, em Torres. Os que estavam em Cruz Alta, na geração seguinte, aparecem em Ijuí e Carazinho. No limiar do século XIX, vimos apenas uma família em Santo Ângelo.

O mapa seguinte complementa as informações contidas nos dois anteriores. Ele mostra que outras áreas, no norte e noroeste do estado, especialmente próximas ao rio Uruguai, entre Erechim e Frederico Westphalen, seguindo por Três Passos, Três de Maio, Palmeira das Missões até Santa Rosa, mais a oeste, eram as regiões com menor número de famílias sírio-libanesas instaladas, o que talvez se explique pelo fato de essas últimas áreas de terras devolutas do estado terem sido colonizadas tardiamente, e também por terem sido mais rigorosamente controladas por seus administradores, esse foi o caso de Erechim, que iniciou sua exploração seguindo cartilhas positivistas, o que pode ter contribuído para afastar os sírios da região, cujo tipo de comércio era pouco apreciado por esses administradores (TEDESCO; BATISTELLA; NEUMANN, 2017).

É conveniente esclarecer que o mapa de 1924, apresentado abaixo, em comparação com os outros mapas que mostramos anteriormente, é possível observar os desmembramentos de novos municípios, assim como também o deslocamento da população de origem sírio-libanesa do sul ao norte do estado, ocupando as áreas de novas colônias e reafirmando a sua presença com vigor em Santa Maria e Passo Fundo, e ainda se espalhando pelas regiões central e serrana do Rio Grande do Sul.

Mapa 6: Distribuição de imigrantes sírios e libaneses no Rio Grande do Sul por município (1924)

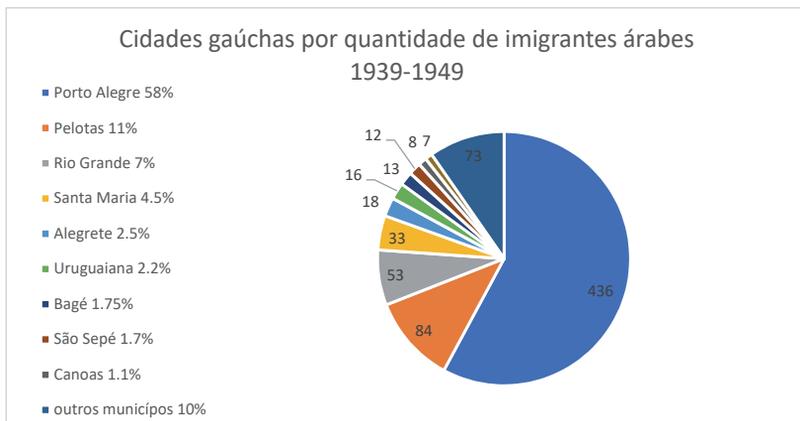


Fonte: O autor (2017).

O mapa mostra as regiões econômicas onde as atividades rurais, combinadas com as indústrias das regiões metropolitanas de Porto Alegre, Santa Maria e Caxias do Sul, aparecem com mais força. Também reflete o padrão de urbanização e de mecanização da lavoura encontrados nos municípios da região central do estado, onde alguns desses municípios como Cachoeira do Sul, São Sepé e Santa Maria concentram mais imigrantes sírio-libaneses, que agora já se espalham pela região da Serra Gaúcha.

Compilando os dados extraídos dos 753 prontuários, montamos o gráfico abaixo, que mostra a preferência dos imigrantes árabes no Rio Grande do Sul em se estabelecer nos maiores centros urbanos, confirmando que optavam prioritariamente pelas cidades mais populosas e desenvolvidas comercialmente para se fixar e iniciar suas atividades profissionais.

Gráfico 3: Cidades gaúchas por quantidade de imigrantes árabes (1939-1949)



Fonte: O autor (2017).

O instantâneo de quase meio de século indica que a imigração árabe no Rio Grande do Sul foi um fenômeno concentrado principalmente em áreas urbanas do estado – na capital e nos municípios de Pelotas, Rio Grande e Santa Maria. Esse complexo comercial e logístico correspondia a pouco mais de 80% do número total de sírios no estado. Desta forma, de acordo com o nosso microcosmos, as porcentagens assim se configuram: Porto Alegre, 58%; Pelotas 11%, Rio Grande 7%, Santa Maria 4,5%, e, espalhados por outras cidades do interior, os restantes 19,5%.

No trabalho que fez sobre imigrantes libaneses no Rio Grande do Sul, Creidy (1958, p.308), depois de listar os nomes das famílias pioneiras, informa

que “no início do século XX, quando o número de libaneses se tornava maior, muitos vinham para os lares de seus parentes, trazendo seus familiares.” A maior parte fixava-se mesmo na capital, mas alguns se aventuraram pelo interior. O autor compara os mascates a “legítimos bandeirantes”, que enveredavam por regiões que imigrantes de “outras nacionalidades temiam percorrer”. Segundo o autor, os municípios que mais receberam contingentes desses imigrantes no período, além de Porto Alegre, foram Santa Maria, Cachoeira, Passo Fundo, Soledade, Pelotas, Rio Grande, Lagoa Vermelha, Erechim, Vacaria, São Gabriel, Carazinho, Getúlio Vargas, Uruguaiana, São Borja, Itaqui (CREIDY, 1958).

3.3 SÍRIOS E LIBANESES NA FRONTEIRA E NO SUL DO ESTADO

O primeiro texto dedicado especificamente à imigração sírio-libanesa no Rio Grande do Sul é o de Tanus Bastani. Ele conta as memórias do pai libanês, que foi mascate no Rio Grande do Sul no início do século XX. Em “Os libaneses no Brasil”, publicado no *Álbum da colônia sírio-libanesa no Brasil*, de Salomão Jorge, Bastani, de forma ufanista e memoriosa, se refere assim ao pai:

Quando, no findar do século XIX, o inesquecível pai do autor deste livro mascateava pelo interior do estado sulino, por muitas ocasiões, livrou-se da sanha sanguinária dos ladrões que infestavam a zona de São Francisco Xavier, em direção a Vacaria. Certa vez, indo em companhia de seu fiel animal, uma mula de carga chamada Catarina, em direção à Bento Gonçalves, o animal que já estava acostumado a abrir as porteiras que encontrava no caminho empurrando-as com a cabeça, em dado momento, em virtude de um disparo de espingarda, estranhou o seu dono, e recorveando deu-lhe um coice no calcanhar, abrindo enorme ferida nos pés. Ali, curtindo dores atrozes durante quase todo o dia, ficou ao abandono, onde foi socorrido pelo boticário do lugar. Perdeu sua mercadoria e seu animal, tendo que recomeçar novamente a ganhar avida. Não reclamou de ninguém, nunca se queixou das barbaridades que contra ele praticaram. (BASTANI, 1948, p.130).

Fontes diversas⁹⁶ revelam que os sírios e libaneses estiveram presentes na fronteira do Rio Grande do Sul com o Uruguai e a Argentina desde a segunda metade do século XIX. A proximidade com os países do rio da Prata conferiu características peculiares à presença sírio-libanesa no Rio Grande do Sul, se comparada com esta mesma imigração em outras partes do território nacional. No Sul, a imigração árabe diferencia-se pela convivência de seus membros com outros grupos de imigrantes, especialmente alemães e italianos, mas também com o gaúcho dos limites da Nação. Mascateando por toda a faixa de fronteira, os imigrantes árabes conviveram durante décadas com o gaúcho peão de estância,

⁹⁶ Ver, por exemplo, Anuario Estadístico do Estado do Rio Grande do Sul (1924); Becker (1958); Fersan (2005) e Rosa (2005).

participando das “carreiras em cancha reta”⁹⁷ e aprendendo a montar à moda dos peões da fronteira, usando bombachas e esporas, cavalgando por cima de um pelego, como confirma a literatura (CHEUICHE, 2003). Becker (1958, p.315) destaca a importância e significado da presença de sírios e libaneses na região:

E, diga-se de passagem, que a influência econômica dos mesmos, na fronteira é grande. E merecidamente, pois por volta de 1900 os representantes de outras etnias, com exceção, talvez, dos portugueses, não se animaram a penetrar naquela região. Os árabes, por sua vez, viam a dificuldade de iniciar com êxito sua vida na região de colonização alemã, italiana e polonesa.

Naquele momento, um contingente razoável de mascates árabes circulava pelo interior do Uruguai e da Argentina, mas também pelo sul do estado, especialmente por Bagé, Alegrete, São Gabriel, Herval, Lavras do Sul, Jaguarão, Arroio Grande, Quaraí, Santa Vitória do Palmar e Santana do Livramento/Rivera, visitando seus clientes nas estâncias, entre peões, colonos e capatazes. Há relatos de filhos e netos de imigrantes libaneses e sírios dando conta que seus avós entraram a pé pela fronteira do Rio Grande do Sul, tendo ido se estabelecer em lugares distantes como Tupãciretã⁹⁸ ou Santo Ângelo, nas Missões.

Na literatura memorialística, Fuad Nader escreveu *Abdalla Nader: de mascate a general do ar e amigo da cultura* (2005). Na obra, ele descreve o início da vida de seu pai que, “não se conformando com a pobreza em que vivia na cidade libanesa de Nabay, tornou-se vendedor ambulante em Rio Grande”. (NADER, 2005, p.15). Segundo o autor, em 1912, três anos depois do período de mascateação, seu pai enfim se estabeleceu como comerciante na cidade. A princípio, por meio da locação de um quarto no mercado municipal; depois, com um modesto armazinho denominado Flor do Mercado, “nome que revela o temperamento e a alma romântica do filho do Líbano lendário”. (NADER, 2005, p.15).

A história de libanês Abdalla Nader em Rio Grande continua com ele tornando-se representante, a partir de 1931, de uma empresa inglesa de fertilizantes (Trevo) que fez com que o imigrante se aventurasse, utilizando o implemento agrícola que representava na plantação de cebolas no Litoral Lagunar. De acordo com Fuad Nader⁹⁹, o experimento “foi uma tentativa pioneira exitosa

⁹⁷ Esporte equestre muito popular na região do pampa. Para uma descrição detalhada de suas características, ver Golín (1999).

⁹⁸ Assim nos relatou Cirne Chamun, nascido em Tupãciretã, em 1935, e ex-presidente da Sociedade Libanesa, ao narrar a trajetória de seu pai, Antônio Mansur.

⁹⁹ No obituário do *Jornal de Santa Catarina* (edição de 17 de junho de 2013), encontramos o nome de Fuad Abdalla Nader. Diz a nota que ele era natural de Rio Grande, e que faleceu aos 88 anos, em 22 de maio daquele ano. A informação se refere a Nader como empreendedor “dedicado ao desenvolvimento do município e à difusão da cultura libanesa”. Sabemos através do obituário que Fuad era “formado em economia e que investiu nos setores de ferragem, conservas alimentícias, leite e adubos”, e ainda que foi “presidente do Conselho Municipal de Educação, do Clube dos Diretores Lojistas e da Câmara do Comércio de Rio Grande”. Na área da educação, a nota informa que foi professor da Universidade Federal do Rio Grande (Furg), da Escola de Engenharia Industrial e da

também para introduzir em larga escala o fertilizante, tornando a região grande produtora de bulbos, o que garantiu a liderança absoluta do produto no mercado”. (NADER, 2005, p.21). Abdalla expandiu seus negócios como dono de depósitos, empresas de ferragens, mercados e outros comércios e representações em Rio Grande, incluindo a exportação de cebolas e cereais e o ramo da construção civil, chegando ao clímax em 1941, segundo relata Fuad, quando doou um avião ao Exército brasileiro, a fim de apoiar os esforços do país durante a Segunda Guerra Mundial. Com esse gesto de patriotismo, Abdalla foi simbolicamente nomeado pelas autoridades como general do ar.

Pelotas também sofreu grandes influências da imigração de sírios e libaneses. A título de um exemplo de empreendedorismo, como no caso de Rio Grande, o informativo *Pelotas 13 horas*¹⁰⁰, em sua edição *online* de 26 de julho de 2013, fala da morte naquele mesmo dia, aos 89 anos, do pelotense filho de libaneses Edmundo Modaffar Al Alam. Diz a nota que Modaffar “sucedeu seus pais como empreendedor do comércio em Pelotas, Rio Grande e Porto Alegre” e que era formado em ciências econômicas. Traz a informação de que foi “fundador da Sociedade Libanesa, benfeitor da Santa Casa de Pelotas e do Instituto São Benedito, diretor do Instituto de Menores e do Sindilojas”. Diz ainda que ele “se destacou-se por ter convivido com os mais de 1.500 colaboradores que passaram por suas empresas”.

Pelos lados do Alegrete¹⁰¹, também se formou uma numerosa comunidade composta principalmente por comerciantes libaneses e sírios. Ferreira (2008, p.69) descreve, entre outras, a trajetória dos irmãos Boabaid¹⁰², que fincaram comércio na cidade. Na rua Demétrio Ribeiro, batizada pela população como a “rua dos turcos”, os Boabaid abriram a Casa Alegrete, depois Casa Paulista, bastante procurada devido ao baixo preço de seus produtos.

Ferreira (2008, p.71) destaca, entre as várias famílias árabes de Alegrete¹⁰³ aquelas com nome “abrasileirado”, como os Mendes, os Borges, os Garcia e os Alexandre. O autor transcreve em seu trabalho uma pequena biografia da família do ex-prefeito da cidade, (1973-1977) Adão Ortiz Houayck, cujo pai chegara ao

Escola Técnica de Comércio São Francisco. Disponível em: <http://jornaldesantacatarina.clicrbs.com.br/sc/obituario/fuad-abdalla-nader-61502.html>. Acesso em 23 jul. 2017.

¹⁰⁰ Disponível em: <http://www.pelotas13horas.com.br/noticia/morre-edmundo-modaffar-al-alam--ex-presidente-da-cdl-7ec05614-b4e6-452d-bc58-823e78f8a368>. Acesso em 12 jan. 2017.

¹⁰¹ A cidade de Alegrete se localiza estrategicamente equidistante entre as fronteiras com a Argentina, a oeste, e ao sul, com o Uruguai.

¹⁰² Um dos membros mais famosos da família foi José Boabaid, advogado e político catarinense nascido em Palhoça em 1906 e falecido em Florianópolis em 1972. José era filho de Abrão Boabaid e de Maria Boabaid e casou-se com Déspina Spyrides. Ocupou o cargo de governador do estado de Santa Catarina entre 1948 e 1950 (PIAZZA, 1985). Lacaz (1982, p.24), ao descrever a presença árabe por todo Brasil, também fala de Youssef Boabaid e de seus filhos Aziz e Abrão, “esses novos bandeirantes que muito fizeram pela grandeza do país.”

¹⁰³ Entre os nomes de sírios e libaneses de Alegrete estão os Júri, Marun, Najjar, Reston, Álibi, entre outros.

Brasil no início do século XX acompanhado do irmão. Em 1913, inaugurou o seu negócio, “abrindo a porta para a vinda de novas famílias”.

Aloyzio Achutti, um médico aposentado de 83 anos, mantenedor do *blog Histórias que meu pai contava* traz a seguinte informação sobre seu avô, o imigrante libanês Antônio Mansur: “Ele [o pai Bortolo Achutti] dizia que o meu avô (...) havia nascido em 18 de janeiro de 1869, na cidade de Beirute, junto à baía de *Junin*, no Líbano.” Segundo seu relato, Mansur

teria vindo para o Brasil no século XIX, mais ou menos no fim da década de 1880 ou no início dos anos 1890. Era solteiro e consta que tinha 17 anos e, se assim foi, deveria ter por aqui chegado em 1887, antes da Proclamação da República. [Veio] acompanhando seu irmão mais velho José, que já era casado e deixara temporariamente mulher e filhos em sua terra natal. (...) Meu avô tinha mais dois irmãos, Maron e Maria, que chegaram ao Brasil mais tarde, na década de 1890. Segundo meu pai, eles teriam vindo, a mando da mãe, para buscar de volta os dois que chegaram primeiro e que teriam vindo somente para “fazer a América”, juntar algum dinheiro e retornar para casa. Meu avô, durante toda a vida, se culpava por não ter voltado para rever a mãe, que morreu sozinha no Líbano, pois os filhos optaram por ficar no Brasil. (ACHUTTI, [2012]).

Antônio chegou a Montevideú, “onde desembarcou e, em contato com patrícios, conseguiu caixas de mascate cheias de mercadoria, prosseguindo a pé em direção a Porto Alegre, pelo meio dos campos”. (ACHUTTI, [2012]). A história de Mansur é idêntica à de muitos outros imigrantes árabes que entraram no Rio Grande do Sul vindos do Uruguai, muitos a pé. Aloyzio Achutti prossegue o seu relato: “[Eles] vendiam seus produtos nas sedes de fazendas e vilarejos até terminar a mercadoria”. (ACHUTTI, [2012]). De acordo com Aloysio, seu avô e o irmão dele, José, depois de um tempo em Porto Alegre, foram para Santo Ângelo (Missões), onde abriram um comércio, mas por causa da Revolução de 1893 tiveram que abandonar a região às pressas. Os dois retornaram de carroça. José se radicou em São Pedro do Sul; Antônio, em Santa Maria, onde nasceria Bortolo. Escreve Aloysio:

É interessante que, pelo que eu entendi, eles aqui chegaram sem saber falar português e sem saber escrever com nossos caracteres, o que não os impediu de negociar e ir aprendendo a língua, enquanto iam juntando dinheiro para sobreviver, e depois se tornarem comerciantes até abastados. (ACHUTTI, [2012]).

A movimentação através da fronteira seca, entre o norte do Uruguai e a região de Bagé e Jaguarão, era especialmente intensa. Uruguaiana, por suas conexões fluviais e ferroviárias, também era muito frequentada pelos mascates sírios na virada do século XX. Essa movimentação foi sustentável durante as décadas subsequentes, e, pelo bom momento econômico daquela região do estado, um número razoável de famílias árabes nesses locais se radicou, conforme

apontam nossas pesquisas e a literatura (BASTANI, 1946; BECKER, 1958; ROSA, 2005).

O envolvimento dos sírios e libaneses radicados no sul do estado com os entreveros entre os partidários de diferentes oligarquias gaúchas foi inevitável. A Revolução Federalista eclodiu em 1893, quando os maragatos, tendo como líder Gaspar Silveira Martins, que era chefe do Partido Federalista Riograndense, se rebelaram contra o Partido Republicano do Rio Grande do Sul¹⁰⁴, que dominava o cenário político através de seu líder Júlio de Castilhos desde 1891. No sul do estado, seu maior representante era Luís Gonçalves das Chagas, o barão de Candiota, cujas terras se estendiam “das coxilhas de Santa Maria à cidade de Bagé sem cruzar por outros campos que não fossem os de sua exclusiva propriedade”. (CALLAGE, 1929, p.29).

Nessa época, centenas de mascates árabes percorriam vastas áreas do sul do Rio Grande do Sul, especialmente as sedes das grandes estâncias, e não seria improvável que, devido a sua intensa mobilidade, eles acabassem assumindo o papel de mensageiros e arautos dos acontecimentos, dentro e fora das terras dos estancieiros. Isso poderia lhes valer de moeda de troca, garantindo, por exemplo, proteção nas estradas pelos peões das estâncias ou autorização para fazer comércio naquelas terras, junto aos seus empregados, peões e senhoras dos agregados.

Bastani (1946, p.129) refere-se, por exemplo, à amizade dos imigrantes com o barão de Candiota: “Quando, ao findar do século XIX, o inesquecível pai do autor deste livro mascateava pelo interior do estado sulino, teve o amparo do inolvidável gaúcho barão de Candiota, um dos veteranos heroicos da grandeza sul-rio-grandense.”

Aproveitando-se do momento econômico, muitos montaram “bolichos”¹⁰⁵ no meio do pampa para vender aos gaúchos. Nossas pesquisas revelaram que no período da Primeira Guerra Mundial havia um importante contingente de libaneses, palestinos e sírios circulando entre Argentina, Uruguai e Brasil, na mascateação, ou com suas lojas e bolichos. Circulavam pelo interior desses países e por Pelotas, Rio Grande e Bagé até Montevidéu e Buenos Aires. Impedidos de retornar ao Oriente Médio por via marítima por causa da guerra, esses árabes, com a ajuda dos representantes da República Francesa¹⁰⁶, fundaram em Pelotas, em

¹⁰⁴ Enquanto os republicanos se estabeleciam com força política em Porto Alegre e eram especializados no uso da máquina administrativa em seu favor, a oposição federalista, os maragatos, mantinha suas bases rurais de sustentação na região da fronteira, dando continuidade à tradição caudilhista e rebelde do Rio Grande (LOVE, 1971).

¹⁰⁵ Pequeno estabelecimento comercial em área rural ou à beira de estradas onde o viajante encontra de tudo, especialmente secos e molhados, fumo, sal, banha etc.

¹⁰⁶ De acordo com Eliane Fersan (2005), Pitts Jr. (2006) e Logroño-Narbona (2007), a República Francesa, como protetora dos libaneses maronitas do Monte Líbano, exercia sua influência também na diáspora, através de seus

1917, uma agremiação que, de certa forma, guarda até hoje a memória daquele período (ROSA, 2005).

A consolidação das oligarquias em torno do vitorioso Partido Republicano, no poder desde a última revolução [1893], precipitou outra revolta em 1923 pela união das oposições em torno da figura de Assis Brasil, representante dos fazendeiros do sul do estado não satisfeitos com as fraudes observadas nas últimas eleições, ganhas novamente por Borges de Medeiros, que contava com o apoio do governo federal.

Sob o sul do Rio Grande do Sul se abateu pesadamente a revolução e a insegurança social, justamente em um momento de crise econômica e recessão mundial, em um contexto pós-Primeira Grande Guerra, quando estancieiros e criadores haviam contraído empréstimos para investir em suas propriedades agropastoris, esperando o fim da demanda reprimida para iniciar período de prosperidade. Por isso investiram em melhores instalações e na qualidade dos rebanhos (FLORES, 2004, 167).

Os revoltosos e suas tropas de cavalaria eram ligeiros nas ações e costumavam, depois de assaltar as posições legalistas no Brasil, “se bandejar pros lados do Uruguai” através da fronteira seca. Era justamente ali, no Passo do Salso, na “campanha bruta” de Bagé, que estava radicado, numa pequena estância no meio do Pampa, Francisco Karam, imigrante e comerciante libanês. Seu filho, Antônio Karam, com pouco menos de dez anos de idade à época, presenciou a revolução de 1923: Eu nasci em 1915, no Passo do Salso, na campanha bruta, numa casa de torrão e chão batido. Aí, com 32 anos, minha mãe morreu de convulsão cerebral, deixando meu pai com uma penca de filhos. (...) Meu irmão Luiz ainda mamava. Mas a vida prosseguiu. No Passo do Salso meu pai tinha um comércio forte, à luz de vela e querosene.

(...) Em 1923, a Revolução era mais fraca, mas era perigosa também¹⁰⁷. Estávamos lá no Salso e passou o pessoal do governo, que eram os chimangos e levaram todos os nossos cavalos. Nós ficamos a pé. Pouco tempo depois passaram os maragatos, cujo chefe foi muito generoso, muito simpático e respeitoso. Aí aconselharam ao papai que fosse para o Uruguai e levasse a família. E um dia fomos todos de carroça para ao Passo Santa Maria Isabel, no Uruguai. No final de 1924¹⁰⁸, já estávamos voltando para Pelotas, onde tirei o ginásio no Gonzaga. (KARAM, 2015).

consulados. Seu interesse nos sírios ia desde a propaganda política pró-francesa, marcando uma posição contra as influências alemã e inglesa, até o recrutamento de imigrantes para a formação de um “batalhão sírio”. Os sírios, por sua vez, ao associarem sua identidade a um “Mandato Francês”, com direito a um “Certificado de Matrícula” do consulado, amenizavam assim o estigma de turco.

¹⁰⁷ O entrevistado provavelmente estava fazendo uma alusão à Revolução de 1893, que foi mais violenta.

¹⁰⁸ Em dezembro de 1923, a revolução chegou ao fim. Pelo acordo, o chamado Pacto de Pedras Altas, Borges pôde permanecer até o fim de seu mandato em 1928, mas a Constituição gaúcha de 1891 foi reformada, impedindo nova reeleição.

Pelo que vimos acima, a fronteira – área de ocupação antiga, mas em termos demográficos relativamente despovoada devido à natureza da sua principal atividade econômica (a pecuária extensiva) – merece destaque. Becker (1958) faz uma digressão interessante sobre as andanças desses “comerciantes-viajantes” pela região. Segundo o autor, eles desempenharam o papel de regulador de preços, comprando mercadorias diretamente em São Paulo e vendendo-as mais barato que os comerciantes já estabelecidos, que eram em pequeno número e, talvez por causa disso, exploravam a clientela. Foi nessa ocasião que os ambulantes sírios e libaneses chegaram à região, alcançando até mesmo os locais mais remotos, vendendo os tecidos e miudezas em geral a preços mais baixos ou facilitando o pagamento.

A frequente referência a Bagé nas diferentes fontes consultadas revela sua importância no contexto da imigração síria e libanesa para as terras gaúchas. Em Bagé, segundo informa Becker (1958, p.316), havia “forte posição econômica dos árabes e de seus descendentes”. Segundo informações de certo Antônio Mansur, “todos os sírios de Bagé eram provenientes da cidade de Homs”, inclusive “Fellipe Hallabe, que lá chegou em 1898, e os irmãos Miguel e Jorge Nicolau, que chegaram em 1901 e 1902, respectivamente”.

Ainda de acordo com Becker, entre os libaneses encontravam-se “Jacob Fenianos e José Nicolau Schehim como os mais antigos, chegados em 1890”. Outra informação reveladora consta do *Anuario estatístico do Rio Grande do Sul* de 1924, que menciona a Associação Beneficente Sírio-Libanesa de Bagé, a qual contava com 65 membros em 1923.

Da Região da Campanha encontramos no obituário do Jornal do Comércio de 15 de outubro de 2009, o nome do frei Antônio do Carmo Cheuiche. A nota diz que ele nasceu em Caçapava do Sul no dia 13 de junho de 1927 e faleceu em Ivoti no dia 14 de outubro de 2009. Sabemos que Frei Cheuiche foi bispo auxiliar de Santa Maria (1969-1971) e de Porto Alegre (1971-2001).

Em Santana do Livramento, encontramos na pesquisa no Arquivo Nacional, a família de João Bestene, nascido em 1895, tendo chegado à cidade aos 18 anos em 1913. Segundo Assef (2014, p.7), em 1917 havia um grande número de imigrantes árabes em Rivera, no Uruguai, cidade vizinha a Santana do Livramento. De acordo com a autora, isso “exigiu que a comunidade fundasse a Sociedade Libanesa de Rivera. A associação acolhia sócios libaneses também radicados em Santana, como as famílias Salim e Maluf.”

Citando a diferença entre a comunidade árabe do lado uruguaio e sua correspondente no Brasil, Assef conclui que a agremiação social uruguaia contribuiu para a coesão dos “árabes uruguaiois”, uma vez que eles, através do clube, “promoviam saraus literários, danças, concursos culinários, campeonatos

de jogo de gamão, arrecadação de pesos para auxiliar alguma família que chegava ou ainda para doar a uma instituição pública”. A autora conta que do lado de Santana do Livramento “não havia preocupação com a preservação dos costumes” e que “os árabes do lado brasileiro, em número menor, queriam se integrar à comunidade local”. (ASSEF, 2014, p.8). A esse respeito, escreve a autora:

Em Santana do Livramento, a trajetória dos irmãos Chein serve para ilustrar a adaptação e descaracterização dos costumes árabes impostos na terra estrangeira. Os irmãos Fouad e Inácio Chein, nascidos e batizados no Líbano, chegaram ao Brasil em 1914, acompanhados de seus pais, Nahim Jorge Chein e Kanra Azario Chein. Inácio ainda não havia completado dois anos e Fouad tinha meses de vida. Seus pais, após percorrerem capitais como Rio de Janeiro e São Paulo, decidiram-se pela cidade de Bagé, pela proximidade com a fronteira. Também porque naquele momento a cidade contava com um grande número de imigrantes árabes em torno de um emergente centro comercial e industrial. (ASSEF, 2014, p.7).

Becker (1958) não apresenta muitos dados sobre imigrantes árabes na cidade de Uruguaiana, exceto as informações que lhe prestou o libanês Alípio Bacil, que afirmou ao autor não ter nenhum sírio se radicado na região. Alípio contou ter iniciado sua vida em Porto Alegre em 1914, mascateando depois na Argentina até se fixar em Uruguaiana quatro anos depois.

Contrariando a informação passada por Alípio Bacil, encontramos, todavia, em nossas pesquisas no Arquivo Nacional, alguns poucos imigrantes sírios e libaneses que chegaram à cidade na primeira década do século XX. Foi o caso de Maria Chaiben Bacil, nascida em 1880. Ela declarou ter chegado a Uruguaiana em 1914, aos 34 anos. Em 1910, localizamos a chegada de Antônio e Malka Dora, ele com 21 anos, ela com 16, ambos vindos do Monte Líbano. Em 1939, ele declarou ser “criador” e ela dona de casa. Na Estação de Plano Alto, distrito de Uruguaiana, chegou em 1906, aos 16 anos de idade, Elias Bhaino Saab, nascido em 1890.

De Quaraí, o nome de Jorge Japur foi localizado na parte de obituários do site da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), em 10 de junho de 2003. De acordo com Sonia Chegurem, (1991, s.p.), ele nasceu em Quaraí em 1926 e foi um radiodifusor, radialista, cinéfilo e colecionador de rádios brasileiro. Fundador da Rádio Quaraí AM, foi um dos pioneiros da radiodifusão na fronteira oeste do Rio Grande do Sul e no norte do Uruguai. Foi também um dos sócios-fundadores da Associação Gaúcha de Emissoras de Rádio e Televisão (AGERT).

De São Gabriel, Becker (1958, p.317) cita o libanês Miguel Nehme, “residente naquela cidade desde 1916”, e o imigrante mais antigo, de nome

Abrão¹⁰⁹, “que chegou em fins do século XIX”. Becker informa ainda que “Antônio Moysés Radé, vindo por volta de 1904” recebeu seus parentes “Quirino Radé em 1911, junto com Miguel Elias Saber.” Em 1926 teriam chegado à cidade “José Radé, irmão de Quirino, e mais dois membros da família Saber: João Elias e Antônio Elias”. Por fim, no Arquivo Nacional, nós identificamos, entre as fichas de imigrantes radicados na cidade, a figura de Ahikel Fadul Tanuri, nascido em 1896 no Monte Líbano. Ele teria chegado a São Gabriel em 1918, aos 22 anos de idade.

Sobre Jaguarão, encontramos no livro de Sérgio Franco e Eduardo Soares, publicado em 2010, *Olhares sobre Jaguarão*, trechos da autobiografia de Pedro Vergara, que relata, em suas memórias, que, “ao final da primeira década do século XX, ainda estudante do ginásio, devido à pobreza de meu pai, [e] às dificuldades de minha família, [que] eram atrozés (...), me decidi a uma solução tenaz, da qual ninguém me faria recuar: empregar-me para trabalhar, de tarde, fosse onde fosse.” Vergara conta que depois de andar pelo comércio de Jaguarão percebeu “que ninguém queria admitir-me pela minha idade e pela falta de prestatça”. Até que, arremata o autor,

fui ter lá para os lados do mercado, abaixo da igreja, numa sapataria de sírios e libaneses de que o chefe se chamava Salomão e havia ainda dois irmãos, um deles chamado Jorge, e mais uma bela irmã adolescente, e o velho pai, um homem que ficava sempre sentado numa cadeira de balanço do lado de fora do balcão, e não sabia uma palavra de português, e era viúvo. Lá me aceitaram com 20 mil réis por mês, porque, eu sendo brasileiro, poderia melhor atender a freguesia, pois a linguagem dos donos era de uma algaravia atrapalhada de recentes mascates. (apud FRANCO e SOARES, 2010, p.175).

Com habilidade e poder de síntese, Vergara exprime toda uma atmosfera de proximidade¹¹⁰ e afastamento em relação aos sírios. Ao mesmo tempo em que descreve a família sírio-libanesa como acolhedora, lembrando com especial carinho de “todos os dias [em que], depois das aulas no ginásio, sequer voltava para casa, indo diretamente à sapataria para aproveitar o almoço”, o autor relata o modo bizarro dos árabes e o comportamento dos irmãos que “seguidamente se desafiavam e brigavam a socos” na frente do velho pai, que a tudo assistia impassível. Para Vergara, o pais talvez procedesse assim porque na infância tivera o mesmo comportamento dos filhos. (apud FRANCO e SOARES, 2010, p.175).

¹⁰⁹ De acordo com o levantamento que fizemos no Arquivo Nacional havia na cidade de São Gabriel, em 1951, um certo Abrão Jacob, nascido em 23 de outubro de 1894 na Síria, e que ali chegou em 1913, com 19 anos de idade.

¹¹⁰ Da parte positiva de seu convívio com os sírios, Vergara destaca a formosura da filha, o sabor e fartura da comida, tendo por fim escolhido uma palavra de origem árabe, “algaravia” (que foi passada ao português via Península Ibérica), para traduzir esta proximidade.

Outra via estratégica na qual a presença de sírios e libaneses era significativa no Rio Grande do Sul conectava Jaguarão a Pelotas, com núcleos em Arroio Grande, Herval, Pedro Osório e Cerrito. Uma outra, pelo litoral, fazia a ligação entre Rio Grande e Santa Vitória do Palmar, com núcleos na Quinta, Povo Novo e Bolacha.

Jardim (2000) sugere que o apreço dos imigrantes árabes pela fronteira se devia a um forte apelo pela busca de oportunidades. Eles a consideravam um local de expansão, com certa distância das rotinas estatais de fiscalização. Fallas-Kerr (2016) lembra que os primeiros imigrantes de língua árabe de aldeias de toda a Síria foram rotulados coletivamente por funcionários das alfândegas como cidadãos da Turquia na Ásia, e que os sírios, vindos de um império multiétnico, não compreendiam suas identidades e não se autoassociavam de acordo com um paradigma de Estado-Nação. Além disso, sua autopercepção como membros de uma comunidade de pessoas brancas, dentro do esquema étnico vigente na fronteira, complicaria ainda mais a compreensão pública dessa identidade que é, segundo a autora, complexa, fluida e sincrética.

No Litoral Lagunar¹¹¹, no caminho entre Rio Grande e Osório, via-se a presença de núcleos em São José do Norte, Palmares do Sul, Mostardas, Lagoa de São Simão, Conceição do Arroio e Bacupari. Foi neste último povoado, no final da década de 1920, que Natálio Charbel Paulo¹¹², pai do entrevistado Salim Sessim Paulo, partindo de São José do Norte, mascateava até Osório, passando pelas vilas citadas. Em um desses locais conheceu a futura esposa e o sogro¹¹³, dono de uma venda isolada no areal, onde era abundante uma frutinha chamada bacupari. “Bacupari ficou conhecido atraindo outros moradores até se tornar um distrito de Palmares do Sul, onde eu fui vereador.” (PAULO, 2015). Essa era, segundo o que nos disse Salim Sessim, uma zona preterida pelos alemães que não foram exitosos nas tentativas que fizeram na lavoura de cereais, e se retiraram culpando a salinidade do terreno. No entanto, conta Salim, adubando a terra corretamente “alguns primos plantaram cebolas com ótimos resultados”. (PAULO, 2015).

¹¹¹ É dessa região do estado Antônio Sessim Gil, encontrado no obituário do Jornal Zero Hora de 31 de maio de 2016 (p.27). A nota diz que era descendente de imigrantes sírios, falecido com 87 anos, e comunica que ele “dedicou grande parte da trajetória ao plantio de arroz e à criação de gado”. Diz ainda que “Antônio nasceu em Osório (Litoral) e, após se casar com Terezinha Polidori, mudou-se para uma propriedade na beira da Lagoa dos Patos, em Mostardas (...)”. Em Capivari do Sul, Sessim Gil fundou a Cooperativa Rizícola de Pitangueiras.

¹¹² Nascido em 25 de dezembro de 1909, na Síria, estava radicado em 1939 na Chácara das Bananeiras, distrito de São José do Norte. Chegou ao Brasil em 1927 e casou-se em 1933 (ARQUIVO NACIONAL, 1939-1940).

¹¹³ Antônio Gil, nascido na Síria em 1896 (filho de Antônio Moysés e Sofia G.) chegou em 1913, aos 17 anos. Em 1939, residia em Conceição do Arroio, distrito de Osório, e era casado com a Jovem Sessin (nascida em 1911, na Síria), que chegou ao Brasil com três anos na companhia dos pais. O irmão de Miguel Antônio era Simão Antônio Gil (nascido em 1900, na Síria), chegou ao Brasil aos 14 anos. Em 1939, estava radicado com comércio em Palmares do Sul, 5º distrito de Osório (PAULO, 2015).

A integração desses imigrantes e seus descendentes à vida gaúcha nas regiões de fronteira e metade sul do estado, especialmente em Pelotas, Rio Grande e Bagé, não deve ser considerada como uma diminuição do número de descendentes de sírios e libaneses nessas regiões. Por outra via, nos parece ter havido um direcionamento maior, a partir da segunda metade da década de 1920, de sírios e libaneses para fronteira. Não sabemos se intencionalmente, mas é visível o aumento do número de sírios e libaneses na região até 1930. Depois dessa última década, entretanto, verificamos uma diminuição da presença de imigrantes árabes no sul do estado. Tal fato pode estar ligado ao declínio das atividades econômicas na região, especialmente depois da crise de 1929. Isso explica também o esvaziamento da imigração levantina em Pelotas e Rio Grande, à medida que mais oportunidades em outras regiões e cidades rio-grandenses se apresentavam.

Pelos verdes pampas do sul do Brasil, os sírios e libaneses cruzaram ambos os lados da fronteira e, como não pertenciam a nenhum deles – ou talvez por isso mesmo –, integraram-se tão intensamente ao estilo de vida local. Apesar disso, no fim da primeira metade do século XX, não encontramos sequer vestígios da presença de sírios e libaneses na parte sul do estado, tão maciçamente frequentada por eles no passado. O esvaziamento econômico, mas também a miscigenação com gaúchos de diversas origens, assim como o deslocamento para outras regiões diminuíram sobremaneira a visibilidade dos imigrantes árabes no sul do estado, fazendo com que se confundissem com os mais autênticos gaúchos da região.

3.4 SÍRIOS E LIBANESES NO NORTE DO ESTADO E NAS COLÔNIAS.

Situadas em meio a picadas e estradas precárias, as novas colônias também ofereciam uma ótima oportunidade para os sírios e libaneses estabelecerem seus armazéns, porque a terra era barata e havia expectativa de desenvolvimento rápido. Além disso, não sofriam a concorrência de comerciantes de outras etnias, que optavam em não se fixar nessas zonas inóspitas. Apostar no futuro, de modo a ir prosperando conforme o crescimento das próprias colônias, era o plano desses imigrantes de fala e cultura árabe. Barroso (2004, p.61) resume em poucas linhas o significado da empreitada: “O desbravamento das matas e a implantação de uma economia agrícola de excedentes baseada na pequena produção em regime de trabalho familiar constitui-se o modo como os imigrantes passaram a garantir a sua sobrevivência no contexto brasileiro”.

Quando o regime republicano foi implantado no Brasil, no final de 1889, as melhores áreas de terras colonizáveis no Rio Grande do Sul já estavam saturadas de imigrantes. No final do século XIX, quando restavam apenas

minguadas faixas de terras para ocupar, correntes migratórias de outras nacionalidades chegaram ao Rio Grande do Sul.

Romeu Beltrão enumera uma série de nomes de famílias de imigrantes sírios e libaneses radicados em Santa Maria e arredores, em sua obra *Cronologia histórica de Santa Maria e do extinto município de São Martinho: 1787-1930*, lançada em 1979. Beltrão conta que desde 1884, quando foi inaugurado o trecho ligando a cidade a Cachoeira do Sul, Santa Maria já contava com o benefício oriundo da existência de vias férreas e sua ligação com São Paulo revelara-se essencial para o abastecimento de comerciantes e mascates. De acordo com Morales (2004, p.51), Santa Maria se tornara atraente para comerciantes urbanos, como os sírios e libaneses, “devido à dotação satisfatória de estradas e meios modernos para transportar passageiros e mercadorias”. O trabalho da autora fornece uma ideia do tamanho da colônia sírio-libanesa na cidade. Citando um cronista local de nome Hoifmeister, Morales informa que havia em Santa Maria cerca de 60 famílias árabes, totalizando de 250 a 300 membros, muitos nascidos no local. Escrevendo para a *Revista Comemorativa do Centenário de Santa Maria (1814-1914)*, Hoifmeister elabora uma curiosa digressão sobre a “raça árabe”:

Se tomarmos em conta que os primeiros chegaram em 1890 ou 1891, isto é, há 23 ou 24 anos atrás, e que apenas faleceram aqui cinco árabes, mortalidade bem pouco elevada, fato que vem afirmar a excelência de nosso clima, ao qual essa raça se adapta perfeitamente, e a resistência própria dos árabes, que são, na maioria, indivíduos fortes altos, de estatura bem constituída. (*apud* MORALES, 2004, p.19).

Em Passo Fundo, os sírios e os libaneses ocuparam com seu comércio uma parte central da Avenida Brasil, “entre a Sete de Setembro e a Rua Fagundes dos Reis, bem como as ruas General Netto e Osório, e ainda a parte central da Rua Moron” (TEDESCO; VANIN, 2017, p.270). Encontramos numa informante, senhora Sandra Barquete¹¹⁴, uma forma válida de recuperar a memória da imigração naquele rincão gaúcho. Sandra é descendente da terceira geração¹¹⁵ de imigrantes sírios estabelecidos em Passo Fundo e nos contou que seu avô paterno, Pedro Barquete, “se estabeleceu primeiramente no município de Soledade, num lugar denominado Resvalador, na região do Tope¹¹⁶.” Sandra descreveu as lojas de comércio árabe da cidade: “Eram geralmente construções baixas, sobrados, dividindo o comércio com a moradia. Até hoje existem essas construções e, em algumas, continua o comércio por descendentes.”

Quanto aos comerciantes árabes de Passo Fundo, continua Sandra,

¹¹⁴ Conhecemos Sandra no Arquivo Histórico de Passo Fundo, do qual ela, na época, era coordenadora. Sandra nos concedeu, em 28 de março de 2016, um depoimento em caráter informal, do qual retiramos as informações aqui reproduzidas.

¹¹⁵ O avô de Sandra nasceu em Damasco e provavelmente emigrou para o Brasil no final do século XIX ou início do XX. Jamil Barquete, pai da entrevistada, nasceu em 1916.

¹¹⁶ Localidade perto da divisa com o município de Marau, próxima ao rio Camargo.

a maioria concentrou suas atividades em duas quadras, na parte mais central. Eles eram denominados “os turcos”. Já meu avô foi para o lado da Ponte do Passo. Lembro algumas famílias que conheci (...) em Passo Fundo: os Abelim, Buaes, Baril, Cafruni, Calixto, Dipp, Dib, Daniel, Estacia, Elias, Khoury, Kalil, Nemen, Peres, Salomão, Simão, Toufic e Zachia.

Entre os nomes citados por Sandra, chama a atenção uma rua da cidade com o nome de Jorge Buaes, e um bairro popular que levou o nome de José Alexandre Zachia, indicando a forte presença árabe no norte do estado.

Nos registros de estrangeiros do Arquivo Nacional encontramos um cadastro, referente ao ano de 1955, de uma imigrante árabe de sobrenome Dipp residente em Passo Fundo¹¹⁷. Investigando em outras fontes chegamos a Daniel Dipp¹¹⁸, que foi deputado federal pelo Rio Grande do Sul entre os anos de 1953 e 1963 (ABREU et al., 2001). Assim, ficou claro para nós que a imigrante síria que encontramos nos registros do Arquivo Nacional, quando esta chegou ao Rio Grande, contava com muitos parentes na cidade de Passo Fundo, onde se fixou.

Observamos uma estratégia executada de forma coletiva pela família Dipp, que veio da Síria para Passo Fundo e, impulsionada por novos capitais e formas de acumulação, proporcionados via trabalho livre e comércio urbano, alavancou as carreiras políticas de seus membros de segunda e terceira gerações, tendo-os levado a esferas de poder ainda mais altas que os cargos municipais e estaduais (intendente, vereador, prefeito e governador de estado), conforme observamos durante o século XX entre os descendentes de árabes.

A ascensão à esfera política nacional de membros de famílias de imigrantes sírios e libaneses estabelecidos em cidades do interior gaúcho como Caxias do Sul, Passo Fundo, Rio Grande e Cachoeira do Sul¹¹⁹ demonstram não só uma “inata” habilidade política, mas também vontade e motivação próprias, muitas vezes genuinamente ideológicas, em participar da vida política mais ativamente, representando sua região¹²⁰.

Importante pontuar que, em nossas pesquisas, localizamos, nas áreas de colonização italianas da Serra Gaúcha, alguns jovens sírios que vieram solteiros e ali contraíram matrimônio com moças de origem italiana, como foi o caso de

¹¹⁷ Trata-se de Maria Antônio Dipp, dona de casa nascida no Líbano em 1900 e que chegou a Passo Fundo em 1926.

¹¹⁸ Natural de Passo Fundo, onde nasceu a 5 de fevereiro de 1914, Daniel Dipp era filho do casal Salima e Isa Dipp. Faleceu em 1987 (ABREU et al., 2001).

¹¹⁹ São exemplos os casos dos deputados federais Pedro Simon (Caxias do Sul); Daniel e Airton Dipp, (Passo Fundo); Pedro Chafik e Octavio Badui Germano (Cachoeira do Sul); e Jorge Uequed (Rio Grande) (ABREU et al., 2001).

¹²⁰ Tal motivação, não diríamos que acontece mais entre os árabes do que em outras etnias; contudo, conforme se observa pela atual bancada sírio-libanesa no Parlamento brasileiro, há uma tendência importante entre os descendentes desses imigrantes para o exercício da política, podendo ser citado como exemplo, entre tantos outros, o atual presidente da República, Michel Temer, que é de origem libanesa.

José Elias Nedeff, que se casou com Teresa Tarasconi¹²¹ na Villa de Alfredo Chaves em 1911. Na Serra Gaúcha, essas famílias expandiram-se da região onde ficavam as colônias antigas para novas áreas de colonização nos Campos de Cima da Serra e na região de Passo Fundo, onde também tomamos conhecimento da eminente figura ítalo-libanesa do comendador Thadeu Annoni Nedeff¹²², representante diretivo da indústria madeireira da região (NASCIMENTO, 2014).

Na Serra Gaúcha, algumas famílias que estavam em Veranópolis e Nova Prata espalharam-se por outros municípios como Caxias do Sul, Garibaldi e Bento Gonçalves. O ex-senador Pedro Simon¹²³, que entrevistamos, disse que sua família chegou do norte do Líbano diretamente para Caxias do Sul no início da década de 1920, e que as famílias de seus primos – os Davi e os Sehbe – já estavam lá.

Também é válido citar Clemente e Ungaretti, em *História de Garibaldi: 1870-1993*. Nele, os autores dizem o seguinte: “Os sírios, que chegaram nas primeiras décadas de 1900, desenvolveram um papel importante na vida comercial e social de Garibaldi. As famílias mais notáveis foram as de Moysés Mereb, André Koff, Antônio Koff, Nehme e Lahude¹²⁴.” (CLEMENTE e UNGARETTI, 1993, p.30). Ainda segundo os dois autores,

os membros destas famílias eram pedreiros, seleiros, sapateiros, ferreiros que viviam o tempo entre a agricultura e a modesta profissão, quase todos da região de Tartus. Moysés Mereb veio para o Brasil em 1900, em companhia dos primos André e Antônio Koff. Nos primeiros anos levaram a vida de mascate, percorrendo toda a região, com baú às costas, depois, no dorso de jumento, depois numa carreta, até se fixarem com casa de comércio (CLEMENTE e UNGARETTI, 1993, p.3).

O ingresso desses sírios no setor agrário não era comum¹²⁵. Contudo, com a mecanização da lavoura e um maior incremento da cultura do arroz na segunda metade da década de 1920, combinada com a existência de ótimas terras para esse fim, como aquelas do vale do Rio Taquari e das áreas baixas do entorno de Pelotas, tem-se notícia de que algumas famílias investiram algum capital nessa

¹²¹ “Ele, 25 anos, natural da “Sirie, Turquia”, filho de Elias Simão Nedeff e Faum Abech, esta residente na Síria e aquele já falecido; e ela de 21 anos, natural de Garibaldi, filha de Jacob Tarasconi e Adélia Muzi, ambos residentes em Garibaldi. (APERS, 1911).

¹²² Thadeu Nedeff foi citado na entrevista que José Japur, presidente da Sociedade Libanesa no biênio 1971-1972, concedeu a Schilling (2007) e na qual ele afirma ter Thadeu Nedeff financiado os eventos da Semana Árabe de 1974.

¹²³ Pedro Jorge Simon nasceu em Caxias do Sul no dia 31 de janeiro de 1930, filho de Jorge Simon e de Jalila Simon. Seu pai, libanês, foi mascate, tendo emigrado para o Brasil em 1922 (ABREU et al., 2001).

¹²⁴ Hoje, segundo verificamos, todos os membros das famílias mencionadas exercem alguma profissão liberal em Porto Alegre.

¹²⁵ Sobre esse assunto, (NUNES 1997, p.145) tece relevantes considerações, entre elas, “a pressa desses imigrantes em voltar para casa, dada a demanda de seus parentes na origem, e depois porque o preço das terras e a grande soma de recursos imobilizados, antes de se ganhar qualquer coisa nas colheitas, não estaria de acordo com os objetivos dessa imigração.” Outra explicação era o tipo de agricultura praticada nas montanhas do Oriente Médio, considerada arcaica, mesmo nas férteis planícies do Líbano, em comparação com a “nova era” em que entrara o Rio Grande do Sul, com a mecanização de sua lavoura.

atividade, como é o caso dos irmãos Selaimen¹²⁶, em Cachoeira do Sul, de Antônio Sessin Gil, em Mostardas e Capivari do Sul, e da família Curi¹²⁷, em Pelotas. Porém, não há notícia da formação de grandes capitais por parte de imigrantes e descendentes de sírios e libaneses através da agropecuária, ao contrário do que ocorreu no comércio e na indústria¹²⁸.

Em nossa pesquisa no Arquivo Nacional, verificamos que muitos imigrantes faziam uso de certidões de casamento, de nascimento e de batismo de filhos, de óbito de cônjuges e até certificado de reservista dos filhos para prova, junto às autoridades, da sua chegada ao Brasil antes de 1935, como previa a lei que conferia direito de residência no país¹²⁹. Entre os papéis apresentados pelos sírios e libaneses às autoridades encontramos 58 certidões diversas. Os cartórios da cidade de Porto Alegre foram os que mais emitiram certidões, seguidos pelos de Cachoeira do Sul.

Entre 1909 e 1949, em nossa lista de 753 nomes, os dados revelam cerca de 30 certidões (diversas) do único cartório da cidade de Cachoeira para os imigrantes sírios e libaneses de lá. Intrigados pelo grande número de árabes em Cachoeira do Sul nas primeiras décadas do século XX, realizou-se um teste colocando um sobrenome tipicamente sírio-libanês – Cury (Curi, Cure, Khouri ou Kury) – no sistema *online* do APERS disponível na internet.

Feita a pesquisa sobre habilitações de casamentos na cidade, o resultado foi ainda mais matrimônios de sírios e libaneses em Cachoeira do Sul. O resultado do teste apresentou, somente para o sobrenome Curi, o registro de 11 aparições, conforme o quadro abaixo, que cobre os anos de 1915 a 1949.

¹²⁶ Consta no Arquivo Nacional que Felipe Selaimen Chemale chegou ao Brasil aos 15 anos em 1905. Nascido no Líbano em 1890, era morador de Porto Alegre, bairro de São João, e declarou ser agricultor no vale do Taquari, região de Lajeado.

¹²⁷ Até os dias de hoje a família Curi é proprietária de uma “arrozeira” em Pelotas, na avenida Salgado Filho.

¹²⁸ No meio rural, entre os colonos europeus, Manara Maihub (1995, p.95) diz que pelo menos duas famílias sírio-libanesas foram pioneiras no primeiro povoado que deu origem a Gramado. A autora sustenta que a inserção social dos árabes em terras de ocupação tipicamente europeia “não foi absolutamente fácil”, visto que aqueles eram oriundos “de uma cultura completamente diferente daquela em que vieram se instalar”.

¹²⁹ Ser casado com brasileiro(a) ou pai de filhos brasileiros também garantia permanência ao estrangeiro, segundo a lei.

Quadro 3: Habilitação de casamentos em Cachoeira do Sul (1915-1949)

Prenome noivo	Nome noivo	Prenome noiva	Nome noiva	Ano do processo
José Antônio	Oaigen	Jaci	Curi	01/01/1949
Armindo Machado	Bittencourt	Latife	Curi	01/01/1943
Assípio José	João	Latife Ganem	Cury	01/01/1929
Arlindo Edmundo	Franke	Maria Amelia	Kury	01/01/1942
Richa	Curi	Carlota Mello de	Souza	01/01/1919
Vilimar	Vieira	Zariffe	Kury	01/01/1939
Jorge	Curi	Romilda Orlanda Rossi	Tolio	01/01/1945
Pedro	Kury	Alvorina	Gonçalves	01/01/1931
Carlos Pereira	Fortes	Catarina Cury	Doki	01/01/1942
Manoel	Doki	Elisa Miguel Mansoar	Khoury	01/01/1915
Darcy Pedro	Cury	Maria Gaspary	Reis	01/01/1937

Fonte: APERS [s.d.].

Analisando o quadro acima, comprova-se duas realidades dentro de nossa amostra. A primeira é que nenhum desses imigrantes ou descendentes (com exceção do terceiro nome) casou-se com outro árabe, o que demonstra que as gerações seguintes à primeira, pelo menos no caso em tela, quase sempre rompem com suas tradições por meio de casamentos interétnicos, especialmente nas áreas das colônias. A segunda é óbvia: a forte presença de sírios e libaneses em Cachoeira do Sul nas primeiras décadas do século XX.

Essa afirmação encontra respaldo nos verbetes biográficos dos irmãos Otávio Badui Germano (nascido em Cachoeira do Sul, em 1924) e Pedro Chafik Germano (nascido na mesma cidade, em 1930) publicados em Abreu et al. (2001). Filhos de pais sírios, ambos seguiram carreira política, chegando a representar o Rio Grande do Sul na Câmara dos Deputados. O pai, Taufik Badui Germano¹³⁰, natural de Dahr Safra, na Síria, chegou em 1913 ao Brasil. Também dessa cidade síria para Cachoeira do Sul vieram as famílias Ache e Albany (BECKER, 1958).

Em relação aos livros que contam a história dos municípios gaúchos, algumas fontes mostraram-se especialmente importantes para acessarmos a presença de imigrantes sírio-libaneses no norte do Estado. Assim foi o caso de *História do município de Lagoa Vermelha*, escrita pelo padre Fidelis Dalcin Barbosa (1981). A publicação indica a presença desses imigrantes no município, como mostra a seguinte passagem: “Na década de 1920 trabalhava aqui o médico José Gabriel Nicolau Merib, tronco da numerosa família Merib”. (BARBOSA,

¹³⁰ De acordo com Rafique Germano João, a quem entrevistamos, o sobrenome Germano é de origem grega e desde a origem, no Líbano, carrega a marca desta ancestralidade.

1981, p.208). No livro, verificamos também os nomes dos irmãos Miguel Jacob e José Jacob Nácul, ambos radicados em Lagoa Vermelha com uma casa de comércio desde o fim do século XIX. Barbosa (1981, p.61) ainda menciona dois membros da família Tigre: “João Moisés e seu filho Gabriel Moisés Tigre, este nascido em Vacaria em 1896”. O autor relata que Gabriel foi vice-intendente e prefeito de Lagoa Vermelha nas primeiras décadas do século XX. (BARBOSA, 1981, p.61). Assim, verificamos uma primeira geração de filhos de imigrantes árabes nascida no Brasil ainda no século XIX.

Em *Lembrança de Vacaria*, de Abreu, Giron e Giroto (2013), encontramos a presença da família de Nicolau Chedid, que também foi lembrado por um caso que levantou polêmica na Vacaria do início do século XX. A partir de informações fornecidas por Dalva Soledade, uma cronista da região, os autores mencionam um tal de Nicolau Chedid, que tinha uma filha que se chamava Jamila, “um nome árabe”. Acometida de mal grave, foi salva após o pai ter feito uma promessa: a de colocar uma imagem de Nossa Senhora na torre da igreja local, fato que, segundo Soledade, teria dividido a população entre os que aprovaram e os que não gostaram do ato.

Ademar Campos Bindé é jornalista e autor de *Os árabes*, obra publicada em 2008 pela Universidade de Ijuí. Trata-se de uma coleção dedicada às diversas etnias que chegaram à cidade de Ijuí, região noroeste colonial. No livro há uma referência a duas famílias sírio-libanesas radicadas lá nos primeiros anos de fundação da cidade. Bindé conta a história de dois mascates, um libanês – Habib João Craidy; e o outro, sírio – Jorge Athanásio Joaquim Queruz –, “que abriram uma loja em sociedade, em 1912, que teria grande projeção na vida econômica de Ijuí”. (BINDÉ, 2008, p.27). Sobre Habib, escreve o autor:

Habib João Craidy nasceu no dia 8 de setembro de 1877, na localidade de *Bait Craidy*, no Líbano; veio para o Brasil no ano de 1895, com a idade de 18 anos. Primeiro, ele se fixou no município de Cruz Alta, região do Alto Jacuí. Em 1912, mudou-se para Ijuí, onde fundou a Casa Confiança. Passou a dividir suas atividades entre o atendimento na sua loja e as funções de mascate. (...) Se utilizava de uma pequena carrocinha na qual andava à caça de clientes em toda a parte, batendo de porta em porta. (BINDÉ, 2008, p.27 e 38).

E conclui:

A Casa Confiança (...) apresentava algumas características que a diferenciavam de outras lojas comerciais da época na cidade. Era muito bem sortida. Além de tecidos, chapéus e calçados, possuía uma apreciável variedade de perfumes franceses e artigos finos, que a tornavam ponto obrigatório dos noivos daqueles tempos (BINDÉ, 2008, p.33).

Dando prosseguimento a nossas pesquisas sobre a presença sírio-libanesa em áreas de colonização europeia no Rio Grande do Sul, encontramos no Arquivo

Nacional o registro de dois sobrenomes da família Craidy. O primeiro, Abrão Aiub Craidy¹³¹, e o outro, Moysés Kraide¹³². O primeiro se fixou em Lajeado e o último em Estrela, ambas regiões de colonização europeia, no Vale do Taquari¹³³.

Intrigados com a lacuna quando não achamos entre os prontuários do Arquivo Nacional nenhum nome árabe na cidade de Ijuí, no noroeste do estado, município conhecido por ser o “*melting pot*” gaúcho, com representantes de quase todas as etnias que vieram para o Rio Grande do Sul, novamente pesquisamos o site *online* do APERS, onde encontramos as habilitações de casamentos para o nome Creidy. Percebemos que a família se espalhou geograficamente pelo estado, acompanhando a movimentação dos filhos de colonos, ocupando as novas colônias a partir do matrimônio de um membro da família com “C” com uma representante da família com “K”.

Assim, conforme se observa o quadro abaixo, Maria Kraide, em 1916¹³⁴, casou-se com Abrão Craidy, tendo expandido a família do Vale do Taquari à recentemente constituída Vila de Ijuí, no contexto das novas colônias, e deixado muitos descendentes por lá.

¹³¹ Nascido no Líbano em 1888, chegou ao Brasil em 1904, aos 16 anos (fl. Anib e Warde C.). Em uma informação do ano de 1949 que encontramos no Arquivo Nacional consta que residia em Lajeado à rua Silva Jardim, 73, que era casado, comerciante e que apresentou escrituras de dois terrenos de sua propriedade na cidade, comprados em 1929.

¹³² Nascido em 1884 em local não declarado (fl. João e Ana K.), chegou ao Brasil em 1898, com 14 anos. De acordo com informação datada de 1948, consta que era viúvo e residente em Ouro Branco, distrito de Estrela.

¹³³ O Vale do Taquari abrange 36 municípios da região central do estado, formada por várias etnias. Entre elas, destacam-se as de origem alemã, italiana e açoriana, desfrutando de solo fértil, boa distribuição de chuvas, clima temperado e excelente qualidade de vida, incluindo uma das maiores longevidades do Brasil.

¹³⁴ O sobrenome da noiva, Maria Kraide, com “K”, provavelmente pertence à família de Moysés Kraide, que tem sobrenome grafado igual. É provável que o ramo da família que teve seu sobrenome grafado com “C” seja parente, até mesmo primo, desde a origem, no Líbano, do grupo grafado com “K”. Segundo a informante Graça Craidy, o nome Creidy tem origem na família Malouph (Maluf), que se tornou maronita. Conta-se que esta família se mudou para uma localidade no Líbano, próxima à região dos curdos. O casal levou seu filho pequeno, chamado Simão, muito valente e brigão. Como o pequeno Simão Maluf se comportava como um guerreiro curdo, esses últimos colocaram o nome do menino de Creidy, que significa “pequeno curdo” e só se aplica a um Maluf.

Quadro 4: Habilitação de casamentos em Ijuí

Prenome noivo	Nome noivo	Prenome noiva	Nome noiva	Ano do processo
José	Cury	Julia	Crayde	01/01/1941
Marco Aurélio	Buhrer	Leila Maria	Craidy	01/01/1972
Henrique	Hellebrand	Adel	Craidy	01/01/1930
José	Craidy	Elfrida Vieira	Kopf	01/01/1937
Luiz Antônio	Craidy	Suzelmara de	Mello	01/01/1983
Abrão Aiub	Craide	Maria	Kraide	01/01/1916
Ronaldo	Glasherster	Maria Beatriz	Craidy	01/01/1963

Fonte: APERS [s.d.].

Note-se que, dos seis casamentos dos descendentes da(s) família(s) Craidy, verificamos que apenas dois casaram-se com outra pessoa de origem árabe (na 1ª e na última linha), o que evidencia uma relativa falta de opção para casamentos dentro da etnia, mas também uma clara estratégia da família Creidy, nas gerações subsequentes, pela assimilação dos costumes locais e inserção através do casamento, muitas vezes na geração do próprio imigrante. Contudo, como já observamos nos quadros de matrimônios dos filhos de imigrantes do interior do estado, o fato era comum na segunda geração. No caso em tela observamos que os outros nomes da lista de esposas/maridos que não são Creidy, são, quase sempre, de origem alemã¹³⁵.

Da região da Serra Gaúcha encontramos no obituário do jornal Zero Hora do dia 1º de julho de 2016, o nome de Nagib Stella Elias, falecido em 29 de junho de 2016, aos 87 anos. Consta que este filho de imigrante sírio-libanês (a mãe, provavelmente, era de origem italiana) destacou-se como radialista em Nova Prata, tendo sido, também, vereador e prefeito da cidade. Foi também o primeiro presidente da Federação das Associações de Municípios do Estado do Rio Grande do Sul (Famurs), instituição de muito prestígio no estado.

Ainda da região serrana, localizamos na internet uma matéria do *Jornal Pioneiro*¹³⁶ contendo informações sobre a trajetória do imigrante libanês Kalil Sehbe, de Caxias do Sul. A reportagem destaca a importância de Kalil Sehbe para a história industrial de Caxias do Sul, “o imigrante que desafiou limitações e guiou-se por um determinismo implacável”, fundando em 1927 “uma promissora fábrica de confecções que resultaria na poderosa Organizações Alfred”. (RIGON, 2017). A matéria menciona ainda a entrada do grupo empresarial de Kalil Sehbe no ramo hoteleiro.

¹³⁵ Abdalla Adalberto Creidy, liderança étnica dos clubes árabes em Porto Alegre era filho de sírio-libaneses; o pai um libanês de Porto Alegre, e a mãe, filha de pai libanês e mãe síria de Ijuí. (SCHILLING, 2007)

¹³⁶ Disponível em: <<http://pioneiro.clicrbs.com.br/rs/cultura-e-tendencias/noticia/2017/04/icone-da-elegancia-em-vestir-kalil-sehbe-transformou-a-industria-textil-em-caxias-9776547.html>>. Acesso em: 12 out. 2015.

O declínio dessa gigantesca organização familiar, no fim da década de 1970, esteve ligada às mudanças na economia do país e, quem sabe, ao esgotamento do modelo empresarial familiar, que envelheceu e não se dinamizou, depois da doença e morte de seu fundador. Rigon (2017) resume assim o legado que a organização criada por Sehbe deixou:

As Organizações Alfred, reconhecida pelos produtos de qualidade, marcou época num Brasil inclinado pelo desenvolvimento exportador. O parque fabril da Organização Alfred tinha como ferramenta principal a máquina de costura. A expansão dos negócios se deve ao zelo com seus colaboradores. Trabalhar na Kálil era como viver num segundo lar. Na evolução do tempo, as unidades fabris aumentavam. (...) Na década de 1970, uma filial produtiva foi inaugurada na Bahia, demonstrando a competência da indústria caxiense.

De São Francisco de Paula, encontramos no obituário do Jornal Zero Hora, em 1º de agosto de 2016, o de José Asmuz. As informações contidas na nota dão conta de que era filho de imigrantes sírios nascido naquela cidade, em 1927. E continua a matéria:

Ele foi um piloto de automobilismo e dirigente esportivo brasileiro. Foi presidente do Sport Club Internacional por seis anos em duas oportunidades: em 1980-81 e 1990-93. Emprestou seu nome para batizar uma parte do Jardim Dona Leopoldina, bairro de Porto Alegre.

A presença de sírios e libaneses em grande parte do Rio Grande do Sul segue o padrão de distribuição desses imigrantes em escala nacional, ou seja, presença distribuída através das tradicionais rotas de transporte, as estradas já existentes, e também de ferrovias recentemente construídas. Os caminhos abertos foram de grande importância para a distribuição desses imigrantes pelo Brasil¹³⁷ e também no Rio Grande do Sul, cuja malha ferroviária já era importante em 1898, antes de ser conectada ao resto do país. Giaretta (2008, p.11) chama a atenção para o fato de que “a ferrovia deu sustentação ao projeto de colonização transportando os imigrantes expulsos de seus locais de origem até as matas do rio Uruguai, além de servir de fronteira e de via para escoar a produção; portanto, teve o papel de animar a vida econômica e de proteger a fronteira”.

O mapa abaixo reproduz o traçado da malha ferroviária do Rio Grande do Sul em fins do século XIX:

¹³⁷ Apesar de não se incluírem entre os principais grupos imigrantes, os sírios e os libaneses são aqueles que se apresentam mais espalhados pelo território brasileiro (LAMARÃO, 2004).

Mapa 7: Malha ferroviária do Rio Grande do Sul em 1898.



As linhas de viação férrea sul-rio-grandense em 1898.

Fonte: Silva (1954).

Uma característica que podemos observar é a presença de imigrantes árabes em fronteiras agrícolas emergentes na época, mas também em zonas de rápida urbanização no início do século XX. É importante lembrar a mobilidade dos sírios e dos libaneses através de grande parte do estado, nas rotas das principais artérias de transporte que ligam as diversas regiões do interior do Rio Grande do Sul à capital.

Concluimos que, no início do século XX, Passo Fundo, assim como Caxias do Sul, Garibaldi e Ijuí, muitas outras cidades de origem colonial, possuíam famílias sírio-libanesas radicadas, muitas mantendo laços de parentesco entre si desde a origem, e no Brasil, pelo menos na primeira geração. Na medida em que foram crescendo materialmente, também foram se espalhando pela região e se inserindo nas sociedades locais, sendo assimiladas ao extrato social correspondente à região à qual foram se incluindo.

Como assinala Jardim (2006, p.3), trata-se de uma imigração que pode ser nomeada de particular. Segundo a autora, nos diversos momentos que chegaram “não havia intermediação de políticas migratórias e nem registros confiáveis da tramitação de visto de permanência no Brasil.” Jardim lembra da dificuldade de

se classificar ou contar esses imigrantes, uma vez que “é sempre difícil confiar que uma autodenominação produza em diversos contextos e com história tão peculiar quanto os jogos identitários se traduzam fielmente em números.”

Ficou claro para nós que, para que se possa conhecer o quadro geral da presença sírio-libanesa no Rio Grande do Sul, vislumbrando seus locais de inserção e verificando como assimilaram novos papéis nesses locais, se faz necessário que outros pesquisadores conheçam a formação de seus municípios e publiquem seus trabalhos, indicando as motivações e a importância dos diversos sujeitos em torno da formação dessas comunidades. Só através de uma pesquisa sistemática e integrada, em diversas regiões do estado, que se tornará possível conhecer mais da história desses imigrantes árabes, suas interações com os outros imigrantes, suas opções de trabalho e suas estratégias de assimilação à nova cultura.

Para localizar os imigrantes sírio-libaneses no Rio Grande do Sul é importante que tenhamos em mente que, muitos deles, são portadores de uma peculiaridade que os fazem ímpares em seus municípios. Por carecerem de uma lealdade nacionalista mais enraizada, alguns desses imigrantes se apegaram fortemente ao distrito em que se fixaram, local onde puderam desfrutar de um senso comunitário no sentido da construção coletiva de algo novo.

De modo geral, podemos dizer que a adaptação e a coesão de um grupo étnico, como o dos sírios e libaneses, cuja subsistência depende do comércio, não poderiam ter deixado de ser impactadas de modo diverso nos três cenários distintos em que esses imigrantes se inseriram: fronteira, colônia e cidade. Nesta última, como dito, eles foram mais numerosos e lograram conservar por mais tempo sua identidade, tanto individual como de grupo, ocuparam posições no comércio atuando em bloco, dentro de nichos de comercialização de mercadorias específicas de acordo com seus interesses, e eram ligados a lideranças intelectuais de suas comunidades étnicas.

Por fim, o mapa abaixo, representa um índice, permitindo identificar o nome de cada município gaúcho entre aqueles onde se verificou a presença de imigrantes sírios e libaneses em meados da década de 1940.

Mapa 8: ÍNDICE. Divisão territorial do estado do Rio Grande do Sul (1944)



Fonte: O autor (2017).

3.5 A LITERATURA FICCIONAL GAÚCHA E A IMIGRAÇÃO ÁRABE

Passamos agora a enumerar as obras de cunho ficcional, escritas por literatos e intelectuais de origem sírio-libanesa que têm a imigração árabe no Rio Grande do Sul como tema principal. Aqui o propósito é conhecer um pouco do imaginário desses escritores, suas origens e versões de como se deu a imigração e a adaptação desses homens de origem Médio orientais que fizeram do Rio Grande do Sul seus lares. Já os autores de origem brasileira considerados literatos e intelectuais consagrados das letras gaúchas descrevem o imigrante árabe pelo seu ângulo mais curioso e diferente. Em alguns casos, um misto de estranhamento e identidade.

O primeiro escritor é Luiz Salim Kalil, ex-prefeito de Bagé e descendente de libaneses que publicou, em 2007, *Salim faz preço, freguês; Samuel também faz, senhor*. O livro é um romance histórico, talvez inspirado na saga de sua própria família, ambientado na fictícia cidade de São Sebastião, localizada na fronteira sul do estado do Rio Grande do Sul. O autor conta a história de duas famílias, uma libanesa e outra de imigrantes judeus poloneses que chegaram ao sul do estado no início do século XX, e que foram parceiras nos negócios, tendo passado juntas por todas as conjunturas políticas e sociais que afligiram a região,

o país e o mundo na primeira metade do século XX. O primeiro personagem é o comerciante cristão libanês Salim e o segundo, o judeu Samuel, industrial. Referindo-se a Salim, escreve o autor:

Ele, que não dispunha de muito dinheiro para abrir um comércio estabelecido, portanto a alternativa que sobrava para o início da vida era a de mascate. Comprou um cavalo, uma mula, recebeu em consignação uma boa quantidade de mercadorias e saiu pelo pampa afora, vendendo suas quinquilharias nas estâncias, e à medida que ia conhecendo mais caminhos e pessoas, familiarizando-se com seus gostos, mais e melhores mercadorias colocava no lombo de suas montarias; as economias iam se acumulando (KALIL, 2007, p.10).

No romance, Samuel, receoso pelas perseguições sofridas em sua terra natal, prefere se refugiar no sul do estado gaúcho para assim ficar mais perto da Argentina e do Uruguai: “A qualquer contratempo, as alternativas seriam muitas. Samuel era um judeu teórico, bastante afastado das Sinagogas que, aliás, pouco frequentava”. (KALIL, 2007, p.12). A saga das famílias prossegue: “Venderam o que puderam, tinham boas economias, conheciam a distribuição da “raça” pelo mundo. Tinham certeza de que onde estivessem o auxílio não faltaria”. No livro, os dois imigrantes se encontraram em solo gaúcho, onde fizeram amizade. O árabe, que iniciou a vida como mascate, se estabeleceu posteriormente com uma lojinha que ia crescendo no seio da comunidade; e o judeu, que na mesma cidade abrira uma fábrica de chapéus – os quais eram também vendidos pelo árabe em sua loja. Kalil descreve Samuel como um homem

que conhecera outros mundos, maiores e mais evoluídos. Mais que um comerciante; em certos aspectos, [era] um intelectual. Lia muito: Tolstói, e demais escritores russos, conhecia bem a história e a evolução do comunismo, lera Marx, Engels e também, para efeitos de comparação, filósofos como Nietzsche. (KALIL, 2007, p.15).

Amigos, o árabe Salim e o judeu Samuel tinham, entretanto, suas diferenças: “Samuel era um comerciante por tradição, convivia com seus patrícios judeus, contudo estava acostumado com um comércio mais organizado. Gostavam de lances mais altos, que envolvessem inteligência e criatividade”. Já Kalil, de perfil menos arrojado, mesmo sem educação formal, conseguiu, com muito trabalho e persistência, sem fórmulas e à sua maneira rústica, espontaneidade *in natura* que o judeu tanto admirava, comprar uma loja

que ficava em uma esquina da rua principal da cidade, [e que fora] adquirida com alguma dificuldade. [Kalil] abandonara a vida de mascate, dedicando-se só ao comércio estabelecido. Dava-se ao luxo agora de não só vender à vista, mas também a prazo, especialmente aos fazendeiros, para receber no fim da safra de lã ou de carne. (KALIL, 2013, p.23).

Apesar de evitarem discussões políticas e de divergirem em relação aos acontecimentos na Palestina, ambos permanecem próximos e a amizade se consolida. Nas últimas páginas do livro, os dois terminam por casar seus filhos,

que, em lua de mel programada para Nova York, tiveram o avião em que viajavam desviado para descer em Manaus, pois o espaço aéreo norte-americano tinha sido fechado. Era o 11 de setembro de 2001, quando termina a história.

Em alguns contos avulsos do escritor gaúcho Érico Veríssimo, reconhecido pela crítica por retratar em sua obra muito da maneira de ser, pensar e sentir do povo sul-rio-grandense, cita-se de forma repetida o elemento “turco” entre seus personagens. No conto *A escolha* (2005), por exemplo, escrito originalmente na década de 1940, a protagonista Zizinha Moreira, donzela casamenteira de 20 anos de idade, da fictícia cidade gaúcha de Jacareacanga, refere-se assim à beleza das moças rivais da cidade, de forma debochada e preconceituosa: “A Ismênia, do ‘turco’ ali da esquina (...) parece uma mulata...”.

Carlos Nejar, um premiado escritor gaúcho, este de ascendência sírio-libanesa, é autor de um poema chamado “Abadil, o viajante”, publicado originalmente em 1979, que evoca com grande sensibilidade a mobilidade do ofício do viajante árabe pelo Rio Grande do Sul:

Abadil, o viajante. Não era um, eram muitos confluindo no seu corpo e o fatigando./Abadil, mais que Abadil, a infância dele, o rebelde, suas letras de colégio /o anterior e o sequente, a baldeação de Abadil, o seu arrabalde, o sítio. E fora dele, a tronqueira, o funcho, o mundo encanado./ (...) Notícias e coragens sobraçavam-lhe o jaleco. Imprevistos: as botas não os calçam nem consertam./Viajava. De Porto Alegre a São Borja./Ou melhor, desviava nas horas de nossas partes ou mortes. (NEJAR, 1979, s.p.).

Alcy Cheuiche escreveu *Jabal Lubnân: as aventuras de um mascate libanês* (2003). O romance histórico começa em Zahlé, no Líbano onde Jabal nasceu no seio de uma família cristã que, no fim do século XIX, já contava com alguns de seus membros nas Américas. As dificuldades de se ganhar a vida no Oriente Médio trouxe Khalil, irmão mais velho de Jabal ao Uruguai, que logo seguiu seus passos e aos 15 anos também decidiu emigrar. De acordo com o autor, de Montevideu partiam os vendedores ambulantes, chamados de mascates, para o interior do país. O Uruguai, segundo Cheuiche, era o paraíso da criação de gado. Charque, couro e lã eram os seus produtos de exportação. Os demais vinham quase tudo de fora “A loja Estrella del Oriente ficava numa das ruas estreitas que partiam do porto. Uma entre as muitas com mercadorias penduradas pelas paredes, lembrando a origem de seus proprietários. Ali se falava mais árabe que castelhano”. (CHEUICHE, 2003, p.36) O romance histórico que Cheuiche escreveu em homenagem ao seu avô libanês, é ambientado tanto em Montevideu quanto na fronteira do Brasil, entre Bagé, Pelotas e Caçapava do Sul durante a Revolução Federalista de 1893.

De acordo com Cheuiche, os sírios estavam bem adaptados no vizinho Uruguai e lá se encontravam em quantidade. Eles sabiam se proteger e pagavam

a polícia e os impostos escorchantes, graças ao trabalho duro e as altas margens de lucro de seus comércios. E, o mais importante, mantinham-se neutros entre os fanáticos *blancos e colorados*. A história se desloca ao sul do Brasil quando Khalil, que frequentava a maçonaria em Montevidéu se dispõe a ajudar um patricio no Brasil, refugiado das lutas internas que o levaram a clandestinidade no vizinho Uruguai. Ele manda o irmão mais novo Jabàl ao Brasil que, entre suas muitas aventuras, participa do cerco de Bagé no contexto das lutas federalistas de 1893.

Um intelectual libanês-gaúcho foi Jorge Bahlis. O dramaturgo, historiador, romancista e, posteriormente, escritor comunista engajado era, por formação, contabilista, mas também professor de uma escola técnica profissionalizante que ele mesmo fundou na década de 1920 em Porto Alegre (MARTINS, 2012). Nascido em Trípoli, no Líbano, em 1901, a família emigrou para Porto Alegre no início do século XX. De acordo com Martins (2012, p.74), Bahlis “era um homem de fino trato, que dominava os códigos que regulavam as práticas nos meios intelectuais brasileiros da época.” Em sua peça dramática *Coração e dever*, Bahlis revelou um profundo desprezo pelos turcos e pela dominação otomana dos povos árabes, justificando assim o que o levou a escrever a obra:

Fi-lo para mostrar ao civilizado povo brasileiro a selvageria sem par dos turcos, o povo mais bárbaro que o mundo teve a infelicidade de possuir! É o maior monstro que a natureza abortou! Se Nero foi desumano por ter morto a milhares de pessoas e incendiado Roma, os otomanos são mil vezes mais infames e desumanos do que aquele o foi! Cometeram banditismo em maior escala do que Nero! Estampo-o aqui com o grito dum coração ferido, porque também sou oriental e dum região até há bem pouco tempo escravizada, e seus habitantes martirizados! (BAHLIS, 1920, p.1).

O jovem Bahlis frequentava a Livraria do Globo e a Sociedade Parthenon Literário, revelando-se um prodigioso intelectual que, apesar de autodidata, escreveu com propriedade peças de teatro, romances, livros de história e manifestos políticos (FISHER, 2007).

4. SÍRIOS E LIBANESES EM PORTO ALEGRE: ASPECTOS DE UMA IMIGRAÇÃO URBANA

4.1 PORTO ALEGRE E A HERANÇA GERMÂNICA

A fim de compreendermos a imigração sírio-libanesa em um ambiente como o de Porto Alegre faz-se necessário conhecer um pouco mais sobre a presença de estrangeiros na cidade, como portugueses e italianos, mas sobretudo a imigração alemã, que, como veremos a seguir, exerceu grande influência na formação e desenvolvimento da capital¹³⁸.

Os alemães foram o primeiro grupo étnico europeu não português, ou não ibérico, a se instalar no Brasil. No Sul do país, há registros de sua presença desde pelo menos a década de 1820 (ROCKENBACH, 2013). A imigração em massa de indivíduos de outros países europeus só teria início por volta de 1870. Dessa forma, pode-se dizer com segurança que os alemães dominaram o cenário migratório nacional, muito especialmente o gaúcho e o porto-alegrense, por quase meio século. Em seguida, dividiram o palco com membros de outras nacionalidades, situação que se estenderia até a década de 1930, quando o governo brasileiro impôs restrições à entrada de imigrantes no país (LISBOA, 2011).

Conforme destaca Magda Gans (2004, p.13), o núcleo de colonização alemã que se fixou em Porto Alegre “não fazia parte de um projeto articulado do governo imperial brasileiro. Ele desenvolveu-se em discreta espontaneidade na segunda metade do século XIX, formando uma consistente comunidade (...)”¹³⁹. No final do XIX, os alemães já tinham consolidado sua presença na capital gaúcha com forte participação no comércio, nos serviços e em pequenas indústrias. Formavam a classe média da cidade, juntamente com os descendentes de portugueses. Eles fundaram igrejas, jornais, clubes, associações de auxílio mútuo e até elegeram um deputado para representá-los na Corte¹⁴⁰.

Embora constituíssem a maioria, nem todos eram de origem rural (ROCHE, 1969; GANS, 2004). Havia entre os alemães profissionais capacitados e habituados à vida cidadina – e que por exercerem diversas profissões optaram, tão logo quanto possível, por se estabelecer nas cidades. O diplomata e naturalista suíço Johann Jakob von Tschudi, em visita a Porto Alegre em 1861, fez questão

¹³⁸ Ver a esse respeito os trabalhos de Roche (1960) e Rockenbach (2013), além da importante literatura dos viajantes que percorreram a cidade.

¹³⁹ Gans (2004, p.13) informa que a comunidade teuta da capital era formada primordialmente “por imigrantes vindos diretamente da Alemanha e, em menor número, descendentes de alemães reemigrados das colônias no interior do Estado”.

¹⁴⁰ Antes de 1881, a legislação brasileira não dava direito de voto aos não católicos, contingente significativo entre os imigrantes alemães. Com a chamada Lei Saraiva, de janeiro daquele ano, criou-se a possibilidade concreta de se eleger uma bancada teuta para atuar nas assembleias provinciais e na Assembleia Geral.

de anotar a presença teuta na cidade: “o elemento germânico está fortemente representado nos letreiros alemães sobre as abóbadas comerciais, oficinas, bares, padarias etc., [e] são tão frequentes como os dos brasileiros.” (*apud* DREHER, 2012, p.55). Outro que confirmou sua presença na vida econômica da capital gaúcha foi o cronista Wilhelm Vallentin (1909), que, no início do século XX, escreveu: “Porto Alegre ocupa lugar de destaque no comércio e na indústria; justamente o elemento germânico foi o que, nesta área, assumiu a vanguarda inquestionavelmente”. (*apud* NOAL FILHO, 2004, p.188).

Enquanto no interior a ascensão social dos imigrantes teutos foi mais lenta e difícil¹⁴¹, em Porto Alegre, os alemães possuidores de algum capital financeiro ou representantes de marcas germânicas fundaram grandes casas de importação e experimentaram uma ascensão social rápida e contínua, evoluindo depois do comércio para a indústria¹⁴². Constantino (2008) indica que, na virada do século XIX para o XX, grandes firmas abertas por alemães, muitos deles comerciantes rurais, prosperaram em Rio Grande e Porto Alegre. Grande parte dessas companhias estreitou laços com a Alemanha. Esse foi o caso, por exemplo, da Bromberg e Cia., empresa fundada por um imigrante que se instalara em Porto Alegre em 1863 (ROCHE, 1969). Sílvio Rockenbach (2013, s.d.) fornece um interessante retrato dos empreendimentos alemães e da presença germânica na cidade:

Na área industrial notabilizavam-se as Indústrias Renner, os Fogões Berta, Wallig e Geral, a Chocolates Neugebauer, o Laboratório Wesp, a Cervejaria Continental, o Grupo Gerdau, entre muitos outros. Na área comercial, a Casa Bromberg; na área dos transportes, a Viação Ouro e Prata, as companhias de navegação e a potentosa Varig; na área de ensino, os Colégios Pastor Dohms, Concórdia, Farroupilha – antiga Escola Alemã ou Deutsche Schule; na área eclesiástica, as igrejas São José, na Av. Alberto Bins; dos Navegantes, bairro Navegantes; a igreja da Reconciliação, na rua Senhor dos Passos; e a igreja da Comunidade Cristo, na rua Presidente Roosevelt.

Entre 1875 e 1880, conforme relata Symanski (1998, p.55), Porto Alegre “se libertou da praça comercial do Rio de Janeiro, quando o porto de Rio Grande começou a receber os grandes navios cargueiros transatlânticos provenientes da Europa”. Assim, as mercadorias importadas pelos comerciantes da capital passaram a ser desembarcadas na própria província, de onde eram transportadas a um custo muito menor.

No que tange à flexibilização dos rígidos traços culturais dos alemães, em Porto Alegre, ocorreu uma construção e desconstrução contínua de seus limites

¹⁴¹ Entre outros fatores, contribuíram para isso as dificuldades iniciais em uma terra virgem, a falta de estrutura e o isolamento das colônias.

¹⁴² Por volta de 1890, o comércio de importação em Porto Alegre já era dominado pelos alemães que, das 74 casas existentes, eram proprietários de 41 delas (ROCHE, 1969).

étnicos, fazendo com que os elementos germânicos se tornassem mais fluidos a partir da comunicação estabelecida por eles com os brasileiros e com os outros grupos de imigrantes também presentes na cidade. Frederick Barth (1998, p.193) explica esse tipo de fenômeno ao dizer que, na relação com membros de outra formação cultural, os indivíduos de determinado grupo étnico procuram marcar “posições com elementos da sua cultura, que são percebidas pelos outros como fronteiras.” Isso, segundo o autor, facilita o processo de “categorização de um grupo pelo outro, no plano externo, mas também internamente”, permitindo a seus integrantes se preparar para “interagir com maior fluidez na sociedade”.

No caso específico de Porto Alegre, a integração germânica à cultura brasileira foi também facilitada pelo longo convívio dos alemães com cidadãos luso-brasileiros desde a primeira metade do século XIX, o que certamente contribuiu para evitar seu isolamento em torno de rígidos padrões culturais¹⁴³.

4.2 PORTO ALEGRE ENTRE O FIM DO SÉCULO XIX E INÍCIO DO SÉCULO XX

As quatro primeiras décadas do século XX foram marcadas por um notável aumento da população de Porto Alegre, conforme ilustra a tabela abaixo. No período, a cidade registrou crescimento demográfico superior a São Paulo e Rio de Janeiro e, mesmo depois da crise do final dos anos 1920, seu crescimento continuou sendo maior do que o da maioria das capitais brasileiras.

Tabela 2: População de Porto Alegre (1900-1940)

Cidade / Ano	1900	1920	Crescimento (%)	1940	Crescimento (%)
Rio de Janeiro	811.443	1.157.873	42.69	1.526.662	31,85
São Paulo	239.820	579.033	141.44%	-	-
Salvador	205.813	283.422	37.71%	294.253	31.85
Recife	113.106	238.843	117.17%	352.727	47.68
Belém	96.560	236.402	144.82	208.706	-11.72
Porto Alegre	73.674	179.263	143.32	275.678	53.78

Fonte: O autor (2017)¹⁴⁴.

Esse crescimento guardava estreita relação com um acelerado processo de evolução urbana observado na capital desde as últimas décadas do século XIX. Em 1873, por exemplo, fora inaugurada a ligação entre o bairro do Menino Deus

¹⁴³ Isso não significa dizer, entretanto, que a comunidade alemã, assim como os outros grupos étnicos estabelecidos na capital, não fizesse movimentos em prol da preservação de seus valores e de seus modos de vida, fato facilmente verificado quando observamos suas pautas matrimoniais, suas práticas religiosas, os jornais em língua alemã e as associações étnicas que fundaram (ROCHE, 1969).

¹⁴⁴ Tabela elaborada pelo autor a partir dos dados do IBGE referentes aos censos brasileiros de 1900, 1920 e 1940.

– o primeiro a contar com linhas regulares de bondes de tração animal – e o Centro da cidade. Segundo Symanski (1998, p.55), “o bairro do Menino Deus havia se transformado na primeira zona de residências aristocráticas da capital, composta por chácaras e vilas luxuosas”.

Naquele mesmo ano, teve início a construção da primeira ferrovia e da primeira usina de energia do município, que passou a gerar combustível para a indústria e iluminação pública para as ruas e avenidas. De acordo com Pesavento (1991), foi neste período que a cidade começou e experimentar um ainda incipiente processo de diferenciação espacial, com as classes mais abastadas buscando novas opções de moradia em lugares afastados do Centro da cidade¹⁴⁵, onde a mistura de classes e a falta de saneamento básico causavam repulsa à nascente burguesia local.

Roche (1969) localiza no ano de 1891 o início efetivo da industrialização de Porto Alegre, quando foram registradas a inauguração de indústrias têxteis, calçadistas, de confecções, móveis e equipamentos domésticos, de vidros, etc¹⁴⁶. O escritor Aquilino Porto Alegre¹⁴⁷ foi, talvez, o jornalista que melhor retratou a Porto Alegre das últimas décadas do século XIX, descrevendo em diversas obras sobre a cidade a reorganização de seu espaço urbano, com a introdução de transporte público, o alargamento de ruas e avenidas, a chegada da iluminação pública a gás, dos serviços de telégrafos e telefônicos e também de imigrantes.

O autor, que costumava ir a pé de sua residência até o Mercado Público, era um arguto observador dos tipos humanos que encontrava pelo caminho (MONTEIRO, 2013). Em suas crônicas, que podiam ser lidas em periódicos como *O Quartola* e *O Caibro*, Aquilino gostava de descrever a maneira como se comportavam os imigrantes, especialmente italianos e portugueses, narrando seus hábitos e sociabilidades em meio à sociedade porto-alegrense.

Sobre os portugueses, pode-se afirmar que apresentavam muitas similaridades com a imigração levantina em vários de seus aspectos. Martini (2013, p.213) assim se referiu aos lusitanos: “Nosso país para eles era a ‘terra da promessa’. Muitos, de fato, retornaram ricos; os mais caiporas voltaram remediados”. E fornece um exemplo que muito bem poderia ser estendido a alguns árabes que em terras gaúchas se fixaram:

¹⁴⁵ A formação de novos núcleos residenciais, especialmente a partir da fusão de pequenas localidades, deram origem a novos arrabaldes, como, por exemplo, aos atuais bairros do Partenon, Floresta, Navegantes, São João, Bom Fim e Azenha (MACEDO, 1973).

¹⁴⁶ Contrastando com as abordagens que procuram enaltecer a modernização da cidade, Sandra Pesavento (1994, p.43) chama, contudo, a atenção para o fato de que “o desenvolvimento (...) de Porto Alegre, *fin de siècle*, foi conquistado graças à exploração econômica da maior parte da população, que era constituída por trabalhadores, forçados a duras jornadas de trabalho de até 14 horas por dia”.

¹⁴⁷ Um dos precursores da crônica gaúcha moderna, Aquilino foi um jornalista bastante atuante na capital gaúcha durante as décadas de 1910 e 1920. De 1884 a 1888, dirigiu o *Jornal do Commercio* de Porto Alegre, do qual foi proprietário e no qual assinou uma coluna de crônicas com o pseudônimo de Carnioli (MARTINI, 2013).

Domingos, alcunha Caibro, logo ao chegar, empregou-se como caixeiro de armazém e assim foi: de botequim, de armarinho, ganhou dinheiro, adquiriu prática e por fim estabeleceu-se. De início, com uma pequena taverna no Caminho Novo¹⁴⁸, perto do Beco do Barbosa; depois abriu um forte armazém na rua Sete de Setembro. Com as mudanças da República, retirou-se do comércio passando a viver de rendimentos.

Como exemplo das semelhanças entre os dois tipos de imigração, a árabe e a portuguesa, podemos dizer que ambas foram fenômenos urbanos. As similitudes que apresentavam os dois grupos também se refletiam na predominância de pessoas do sexo masculino¹⁴⁹, na idade média dos imigrantes e nos baixos índices de escolaridade de seus membros. Mas foi especialmente similar o tipo de comércio ambulante que praticaram¹⁵⁰. Ainda que os sírios só tivessem chegado à cidade entre os anos de 1890 e 1920, eles seguiram os mesmos passos dos portugueses, ocupando antigas áreas de fixação e optando pelas mesmas estratégias para ganhar a vida, pelo menos no início. Grande parte deles foi morar em cortiços em áreas de aluguéis baratos e foi trabalhar como mascate ou ambulante¹⁵¹.

4.3 RUA ANDRADE NEVES, A PEQUENA SÍRIA DE PORTO ALEGRE

A presença sírio-libanesa em Porto Alegre foi registrada, entre outros, pelo viajante alemão Hans Ramelow, que esteve na cidade em 1904. Em suas memórias, ele anotou: “A população [alemã] apresenta uma cota quase igual à de luso-brasileiros; o restante, formada por italianos, portugueses, negros e mulatos, depois alguns poloneses e árabes”. Especificamente em relação aos sírio-libaneses, escreveu Ramelow:

[Os árabes] ocupam-se com predileção do comércio varejista e ambulante, uma vez que parecem especialmente adequados justamente a este tipo de venda de mercadoria. Por sua condição comercial insistente e apregoadora,¹⁵² eles são concorrentes que pouco agradam ao comércio alemão”. (*apud* NOAL FILHO, 2004, p.110).

¹⁴⁸ Futura rua Voluntários da Pátria, que, nas três primeiras décadas do século XX, abrigava a maior concentração de comércio árabe de Porto Alegre (FRANCO, 1988).

¹⁴⁹ Knowlton (1960), citando dados dos censos brasileiros de 1920 e 1940, informa que os sírios e portugueses formavam, entre os imigrantes de todas as etnias, as comunidades com maior presença de homens para cada grupo de 100 mulheres: 214,2 e 204,5, respectivamente. Isso significa que, para cada mulher, aproximadamente dois homens dessas nacionalidades ingressaram no Brasil até 1920.

¹⁵⁰ A esse respeito, ver Knowlton (1960); Truzzi (1997); Leite (1999); Constantino (2008); Blumental (2001) e Weber (2010).

¹⁵¹ Além dos portugueses, outros grupos de imigrantes poderiam ser citados por suas semelhanças com a imigração árabe, como, por exemplo, os galegos, moroneses (italianos do sul da península), judeus, gregos e armênios.

¹⁵² O viajante devia estar se referindo à matraca, instrumento tocado com uma das mãos, feito com um sarrafo de madeira do tamanho de um tamanco, com um elo de metal cravado em cada uma de suas extremidades e que, ao ser chacoalhado contra a madeira de um lado ao outro, produzia um som que chamava a atenção de todos por onde passava o ambulante.

Dois outros viajantes que também estiveram em Porto Alegre e observaram a presença desses imigrantes foram o alemão Wilhelm Lacman e o padre belga Thomas A. Schoenaers¹⁵³. O primeiro, em suas memórias, descreve assim um passeio que fez pelo Centro da capital em 1903:

A rua dos Andradas é a principal via de circulação de Porto Alegre, repleta de vida colorida. Negros e mestiços (...), luso-brasileiros, italianos e alemães misturam-se aqui uns com os outros. Aqui e ali, também encontramos rostos orientais. Isto porque Porto Alegre possui uma boa quantidade de lojistas sírios, os quais dispõem até de um jornal próprio, redigido em idioma árabe. (*apud* NOAL FILHO, 2004, p.96).

Porto Alegre começou a receber imigrantes sírio-libaneses em maior quantidade a partir de 1890. Segundo os livros de imposto valor locatício da prefeitura relativos ao 1º Distrito da capital, havia nos anos de 1899 e 1900 cerca de 25 estabelecimentos comerciais de sírios e libaneses no Centro da cidade, sendo 22 deles na rua General Andrade Neves, também chamada de rua Nova, dois na rua Voluntários da Pátria e um na rua Vigário José Inácio (ARQUIVO HISTÓRICO DE PORTO ALEGRE MOYSÉS VELLINHO, 1999).

Nessa época, a maioria dos árabes trabalhava como mascate e saía a pé ou de carroça vendendo frutas, legumes e miudezas pelos arrabaldes da cidade e outros municípios do estado, de onde recebiam pedidos de novas mercadorias. Eles voltavam ao mercado da capital para adquirir os produtos e tornavam a viajar levando as encomendas. Para muitos desses árabes o local de repouso, mas também de reabastecimento de mercadorias era a rua Nova, onde eventualmente eram taxados pelas autoridades.

Comerciantes mais antigos recebiam mercadorias de São Paulo ou do Prata e repassavam aos mascates, que as vendiam pelo interior. No início do século XX, quando os imigrantes sírios e libaneses já circulavam por Porto Alegre em maior número, seu núcleo residencial e comercial era a rua General Andrade Neves¹⁵⁴. O padrão de ocupação e concentração verificado ali não muito era diferente do de outras capitais ou cidades brasileiras, como a rua 25 de Março, em São Paulo, ou a rua da Alfândega, no Rio de Janeiro. Corbinos (1983, p.82) descreve assim o começo da vida desses imigrantes:

¹⁵³ Sabe-se que, no mesmo ano de 1903, Schoenaers hospedou-se no hotel árabe Abdallah-Ben-Alli com o intuito de ali permanecer pelo período de um mês. Por recomendações de um patricio, entretanto, depois de um dia trocou o estabelecimento por um outro local (NOAL FILHO, 2004).

¹⁵⁴ A existência na Andrade Neves de um “hotel árabe”, conforme anteriormente mencionado por cronista estrangeiro em visita a Porto Alegre, pode ter contribuído para a escolha dos mascates recém-chegados, mas também por ser a referida rua uma via cujos aluguéis eram mais em conta, como se supõe pela narrativa de Franco (1988, p.23), que dá conta que “antes de se transformar em rua comercial, com edifícios de escritórios e hotéis, no início do século XX, a ruela era o centro da boêmia, com seus cabarés e casas de jogos. O clube dos caçadores, um elegante cassino, foi por muitos anos o grande ponto de jogatina do centro”.

Viviam inicialmente em cortiços, moradias populares com cômodos para alugar, onde se aglomeravam famílias inteiras em um reduzido espaço. Era peculiar o comércio praticado em longos trajetos, percorridos como vendedores ambulantes de sotaque tão característico.

A sociedade porto-alegrense, supomos, não devia ver com “bons olhos” aquela gente diferente, vivendo tão perto da luxuosa rua da Praia e do Mercado Público, naquela ruela de péssima reputação por causa de seus hotéis e bordéis. Naquela época, a Andrade Neves se estendia desde a rua General Câmara (rua da Ladeira) até a rua Marechal Floriano (do outro lado da Borges de Medeiros, que ainda não existia), uma vez que não havia ainda a avenida Salgado Filho, que só seria aberta décadas mais tarde.

Apesar de sua má fama, a “rua dos turcos” era bem localizada. Ficava perto das zonas comerciais e residenciais da capital e estava convenientemente localizada próxima do cais e da estação ferroviária. Não foi à toa, portanto, que muitos árabes a elegeram a um só tempo como local de trabalho e moradia.

Em nossas pesquisas no Arquivo Público do Estado e periódicos da capital gaúcha procuramos por ocorrências de toda ordem ligadas à rua Andrade Neves. Com efeito, encontramos alguns casos de ocorrências policiais (agressões) e questões de disputa comercial (falências e protestos) que resultaram em queixas-crimes. Nosso intuito aqui não foi a tabulação quantitativa desses casos, mas tão somente ilustrar a ocorrência de fatos do cotidiano envolvendo a comunidade árabe em sua principal área de localização.

Ilustrativo, nesse sentido, foi o caso de Elias Chediak, ocorrido em 1896. Comerciante atacadista de fazendas e miudezas¹⁵⁵, estabelecido na rua Andrade Neves, 56, Chediak ingressara com uma ação de cobrança, em abril daquele ano, contra seu patrício, o mascate Abdalla Assli, a quem tinha dado um crédito no valor de mais de 250 mil réis, “proveniente de mercadorias que comprou para revender”.

Em 1898, dois anos mais tarde, teve lugar um violento acerto de contas na rua Andrade Neves entre dois pequenos comerciantes de duas famílias de origem árabe. Diz-se que tudo foi resolvido com muita gritaria, bofetões e cadeiradas. A violência rapidamente descambou para navalhadas, facadas e até tiros, resultando em quatro feridos, um em estado grave. O jornal *Correio do Povo* estampou na primeira página de sua edição matinal de 13 de janeiro de 1898 a seguinte manchete em letras garrafais: “GRANDE CONFLICTO”. Em letra menor, abaixo, antes do texto da reportagem, lia-se: “Tiros, facadas e prisões”.

¹⁵⁵ Entre as mercadorias que a firma de Chediak repassava aos mascates constavam *toilettes* para senhoras, como “perfumaria da marca Fantasia, pó de arroz e sabão redondo”.

O repórter do *Correio do Povo* parecia não ter entendido inteiramente o que havia acontecido entre os árabes da rua Nova, pois na introdução da matéria, assim escreveu a respeito do ocorrido:

A origem do conflito está ignorada, tal o mistério em que a rodeiam, quer os implicados no distúrbio, quer os que os testemunham. Um de nossos repórteres, que acompanhou todos os passos da autoridade policial, bem como o curativo dos feridos, tem fundamentos para acreditar que o conflito tenha se motivado por uma questão de 20 libras esterlinas (...) que um dos feridos tentara alapardar. Pelo menos foi isso que, por terceiros, veio a saber o subintendente do 1º Distrito¹⁵⁶. (*Correio do Povo*, 13 jan. 1898, p.1).

O caso se dera, conforme a reportagem do jornal, na manhã do dia 12. A matéria informava que o árabe Abrahão Bushdid, ao chegar de viagem, foi a uma agência de leilões para fazer o pagamento de uma conta, mas ao regressar à rua Silva Lima¹⁵⁷ foi inesperadamente agredido por um compatriota seu chamado José Fortunato, que lançou na sua direção uma cadeira e em seguida puxou uma faca. Dizia ainda a reportagem que a confusão começara em frente à residência de Bushdid, situada na rua Andrade Neves n. 13. A fim de se defender da agressão, Bushdid correu em volta de uma carreta que estava estacionada em frente à sua casa até que conseguiu entrar no imóvel. A ação continuou com José Fortunato em perseguição a Bushdid no interior da residência. Passados alguns instantes, ouviu-se da rua o disparo de dois tiros. Abrahão Bushdid em seu depoimento alegou que não tinha sido ele o autor dos disparos. Continua o jornal:

Daí passou o conflito para a rua envolvendo-se nele Abrahão, José Fortunato, Judith Bushdid e José Francisco, irmã e sogro de Abrahão, e Nassif Antônio, que travaram renhida luta. Feridos, os três primeiros se refugiaram todos no prédio n.56, na mesma rua Nova, onde mora até nos porões, em repugnante promiscuidade, grande quantidade de homens, mulheres e crianças. (*Correio do Povo*, 13 jan. 1898, p.1).

Ainda segundo a reportagem, Abrahão foi ferido no braço por golpes de navalha; Judith levou duas facadas. Já Fortunato, recebeu dois ferimentos à bala, seu estado foi considerado grave. Os três feridos foram mandados se recolher à enfermaria da cadeia civil para ficarem à disposição da Justiça (*Correio do Povo*, 13 jan. 1898, p.1).

O que se conclui depois da análise do tipo de discurso veiculado pela reportagem do *Correio do Povo* é que o que foi publicado reflete e reproduz em grande medida o pensamento da época, influenciado por valores positivistas que sugerem ser aquele grupo, formado por pessoas de uma determinada minoria

¹⁵⁶ Texto com grafia atualizada pelo autor. Este procedimento será adotado, daqui em diante, em todas as citações de época.

¹⁵⁷ Em 20 minutos de caminhada desde a rua Nova, chega-se à rua Lima e Silva, na Cidade Baixa, à qual deveria estar se referindo a reportagem.

étnica, agente de práticas socialmente reprováveis, no contexto de uma cidade que começava a se enxergar como uma metrópole moderna e civilizada.

Acompanhando o crescimento da cidade, a rua Andrade Neves continuou a receber sírios e outros árabes em busca de dias melhores e bons negócios. Assim, localizamos em setembro de 1902, no Arquivo Público Estadual, um processo de cobrança judicial proposto por Jorge Monaiar (APERS, 1902) contra Simão João Curi, ambos sírios e negociantes. Proprietário da Jorge Monaiar & Cia., localizada na rua Andrade Neves, n. 23, Monaiar ingressara com uma ação cobrando de Simão o valor de 394 mil e 210 réis em mercadorias¹⁵⁸, cujas compras haviam sido feitas por ele a prazo, em fevereiro de 1901, e estavam sem quitação havia mais de um ano e meio.

Em outro processo (APERS, 1903), este da área criminal, datado de 7 de abril de 1903, encontramos novamente o nome do comerciante Jorge Monaiar. Desta vez o processo tramitava como uma queixa-crime de Jorge contra o negociante Miguel Curi. O escrivão relata que “no dia 2 de abril, pelas 9h da noite daquele mesmo dia, Jorge foi procurado insistentemente por Miguel Curi, domiciliado nesta cidade e natural da Síria, em diferentes lugares, com o fim de com ele entender-se”.

A narrativa do queixoso continua fazendo constar, nos autos, a maneira sorrateira como agira seu patricio:

Achando-se a vítima de visita à casa número 34 da rua Andrade Neves, lá foi ter com o réu, que, lhe pedindo cordialmente uma palavra, fez com que o suplicante o acompanhasse até a rua. Dados, porém, alguns passos ao lado um do outro, o réu, inopinadamente, agrediu fisicamente o queixoso e, derrubando-o ao chão, em seguida lançou mão de uma faca que trazia na cintura diligenciando matá-lo, o que não conseguiu devido à intervenção de diversas pessoas que acudiram com toda presteza e conseguiram deter o réu que, em altos brados, protestava matar o mesmo queixoso, e nessa ocasião proferiu em árabe a maior das exclamações injuriosas e ameaçadoras, qual seja: “Hei de queimar tua fé.” (APERS, 1903).

Diz a queixa que aquelas mesmas pessoas que acudiram Jorge, “impedindo sua morte”, chamaram a polícia, sendo que, nesse meio tempo, o agressor conseguiu evadir-se do local, frustrando a prisão em flagrante. Contudo, continua a denúncia: “No dia seguinte, o mesmo réu andou rondando a casa da vítima, mas então armado de um revólver, fato este que demonstra que ele ainda está no mesmo desígnio de consumir o assassinato do queixoso” (APERS, 1903). Tendo acusado formalmente Miguel Curi à Promotoria Pública, o advogado de Jorge Monair solicitou que se mandasse citar o acusado para que este respondesse de

¹⁵⁸ Três peças de chita (137 metros, a 800 réis); duas peças de cetim (59 metros, a 900 réis); uma peça de cachemira (nove metros, a 10.500 réis); uma chita para colcha (24 metros, a mil, réis); três peças de morim perfeição (20 jas, a 13 mil réis) e duas peças de morim (10 jas, a cinco mil réis).

acordo com base nos artigos do Código Penal referentes ao tipo de crime que lhe era imputado. Depois de apresentar seu rol de testemunhas, o advogado por fim requeria uma indenização à vítima no valor de 10 contos de réis.

Entre as oito pessoas arroladas como testemunhas¹⁵⁹, todas elas patricios da rua Andrade Neves, um nome em especial chamou nossa atenção por aparentemente tratar-se de um médico de origem alemã, Dr. Jorge H. Naamann, e por termos conhecimento da existência de uma rua no Centro da cidade gaúcha de São Leopoldo, município distante alguns quilômetros da capital, pioneiro da imigração alemã no estado, cujo nome é Doutor George Naaman. Trata-se de uma rua importante de São Leopoldo, que está grafada como escrevemos, sem o segundo “n” ao final; e, com G ao invés de J no prenome George. Nos órgãos de cultura do município e no Museu Visconde de São Leopoldo reunimos algumas informações biográficas de Naaman e qual não foi a nossa surpresa ao saber que se tratava de “um médico sírio, nascido em Beirute!” (MOELENCKE, 2013, s.p.).

O material que pesquisamos tem como fonte investigações realizadas pelo colecionador Germano Moelecke, de São Leopoldo, já falecido. O acervo inclui uma pequena biografia de Jorge Naaman e até algumas fotos dele e de sua família. Diz o texto escrito por Germano Moelecke que Jorge Naaman nasceu por volta de 1881 e que veio jovem da França, onde estudara medicina, passando a clinicar no Vale dos Sinos por volta de 1901-1902. A informação levantada pelo pesquisador dá conta de que Jorge Naaman¹⁶⁰. Seu biógrafo diz ainda que Naaman era auxiliado por seu sobrinho Alfredo Diehl, e que

foi durante muitos anos médico da prefeitura municipal e da Viação Férrea. Como médico dessa última fazia longas viagens de trem, indo pelos ramais para visitar os doentes. Sua esposa, de descendência alemã, era filha de Jacob e Luíza Voges; seu avô foi pastor protestante, tendo vindo ao Brasil junto com os imigrantes. O Doutor George Naaman, logicamente, era grande apreciador das comidas sírias, especialmente o quibe, preparado com farinha de trigo e carne moída socada em pilão e depois cozida. (MOELENCKE, 2013, s.p.).

Por meio de pesquisas no Arquivo Público do Estado, vimos que Naaman foi o inventariante do espólio da sogra em 1916, tendo sua esposa¹⁶¹ herdado cerca de dez contos de réis depois de terminada a partilha dos bens deixados pela mãe – que era viúva (APERS, 1916). Doutor Naaman faleceu em 1945, aos 64 anos, tendo deixado dois filhos e a esposa, além do patrimônio de uma casa (na verdade

¹⁵⁹ D. George H. Naamann, Joaquim, Adla, Checri e Bechara Moysés (esses quatro, possivelmente parentes), Jorge Miguel Helan, Salin José Issa e Farid Zaiter.

¹⁶⁰ Assim o pesquisador descreve o nosso personagem: “De estatura média, moreno, tinha por hábito o uso de uma bengala que, sem precisar dela, utilizava apenas como um ponto de apoio e manejava-a sempre para frente e não para o lado”, e ainda que “era um homem de grande capacidade e que clinicou com interesse e abnegação, assumindo a direção dos trabalhos durante a gripe espanhola que o município enfrentou”.

¹⁶¹ Antonieta Voges, que era filha de um importante proprietário de origem alemã de uma empresa de navegação fluvial de São Leopoldo.

herança de sua mulher) e dois terrenos no Centro de São Leopoldo (APERS, 1945).

É provável que no início de sua carreira Naaman tenha sido importante para a pequena comunidade sírio-libanesa que se instalava na cidade, especialmente por ocupar um cargo tão estratégico para esses negociantes. No início da sua trajetória médica, quando contava pouco mais de 20 anos de idade, provavelmente também atendia pacientes sírios da rua Andrade Neves, uma vez que estes poderiam contar com um médico fluente em seu idioma, além de tê-lo como interlocutor ou representante desses imigrantes na parte mais alta da sociedade porto-alegrense, que Dr. Naaman também frequentava.

O prestígio que o médico árabe granjeou, sem dúvida, ensejou seu biógrafo a descrevê-lo assim: “O Doutor Naaman foi contemporâneo do Doutor Frederico Wolffenbuttel e do Doutor João Dutra, que logo se aposentou. Seu grande amigo era o Coronel Guilherme Gaelzer Neto, contando também, entre suas amigadas, o Major Elíbio Weber, engenheiro da prefeitura, e o Doutor Orfelino Tostes.” (MOELENCKE, 2013, s.p.)

Para o jovem médico libanês, vivendo distante de seus familiares que ficaram no Líbano, o contato com os sírios da rua Andrade Neves também deve ter sido muito importante, caso contrário seria pouco provável que estivesse naquele local às 9h da noite de uma quinta-feira, quando houve a refrega referida envolvendo seus patrícios Jorge Monaiar e Miguel Curi. Não temos elementos para afirmar com certeza, mas talvez o ódio mortal que fora friamente contido por Miguel Curi, para ser expresso depois em um rompante de violência contra Jorge Monair, possa ter tido alguma relação com um certo Simão Curi, que havia sido cobrado judicialmente por Monaiar alguns meses antes, conforme relatamos. A passagem abaixo pode, talvez, servir como hipótese explicativa para o ato praticado por Miguel Curi:

O árabe coloca acima da própria vida a prosperidade, a glória e a honra da comunidade que o viu nascer e que o verá morrer. Não é um sentimento semelhante ao nosso patriotismo [...]. É uma paixão violenta e terrível e, ao mesmo tempo, o primeiro e o mais sagrado dos deveres: a verdadeira religião do deserto. (ORNELAS, 1999, p.97).

Analisando os caminhos que nossa pesquisa tomou a partir do processo de cobrança de Jorge Monair contra Simão João Curi podemos tecer as seguintes considerações: em primeiro lugar, o fato dá conta de que esses árabes foram violentos e brigaram entre si na rua Andrade Neves talvez por não estarem totalmente integrados aos costumes “civilizados” da cidade, que utiliza os meios legais para encaminhar suas diferenças. Não chega, portanto, a configurar uma surpresa que pessoas provenientes de outro universo sociocultural, não cidadão, resolvessem suas desavenças com sangue, uma vez que a honra pessoal e a

fidelidade para com a família costumavam ser mais importantes do que as relações estabelecidas por estes indivíduos com as instituições do Estado, incluindo a própria lei (LESSER, 2001). Depois, levando em conta o fato de os sírios carregavam consigo o estigma histórico de “turco” para a sociedade luso-brasileira de então, é válido dizer, no mínimo, que se tratava de um grupo étnico em pleno processo de afirmação social (MOCCELIN, 2008).

Naquele contexto, Dr. Naaman, conforme vimos, representava na rede de relações étnicas entre os árabes, e não somente daqueles da rua Andrade Neves, a elite da sociedade porto-alegrense, uma vez que se identificava mais como um membro dessa elite do que com a realidade dos imigrantes pobres, ainda que transitasse por aquele ambiente da rua Andrade Neves. Não é possível saber se Dr. Naaman exercia ali simplesmente a sua obrigação profissional, prestando assistência aos doentes, ou se também aplicava as regras mais modernas de boa saúde e higiene que aprendera na “Universidade de Medicina de Paris”¹⁶². Talvez, por isso, tenha sido arrolado como testemunha da briga que se configurou como uma vendeta entre dois patrícios. O fato é que Dr. Naaman acabou se aliando a um dos lados do conflito, ainda que como testemunha, o que inevitavelmente terminou por legitimar este último como “civilizado” frente ao outro, considerado “bárbaro” e agressor.

É importante lembrar que a comunidade árabe da rua Andrade Neves se transferiu por inteiro para outras ruas do Centro da capital, especialmente para a rua Voluntários da Pátria, já no fim da década de 1920. Nela, os sírios e libaneses, mesmo em quantidade, se diluíram em meio a outros comerciantes de diversas origens. Contudo, não houve prejuízo para as redes de sociabilidades que já estavam formadas e que continuaram em outros espaços com a fundação de agremiações esportivas e clubes na década citada, e, pelo que vimos até aqui, isso muito se deveu às autoridades francesas que investiam na reunião desses sírios (na diáspora) para apoiar a independência desses países.

A comunidade sírio-libanesa da capital crescia e por isso foi incluída no roteiro organizado pelas autoridades francesas para propagandear “A Independência da Síria”. Era isso o que se podia ver em uma das manchetes da página frontal do *Correio do Povo*, de 12 de setembro de 1917, nas qual se lia:

Pelo trem noturno chegaram ontem, a esta capital, os doutores Jayme Mordom Bey e Cesar Lakah, incumbidos pelos governos da Entente, e principalmente pelo da França, de fazer conferências em favor da independência da Síria e do Monte Líbano, donde são naturais, e que se acham sujeitos à dominação turca. Os seus compatriotas aqui

¹⁶² Segundo Moeleck (2013, s.p.), o diploma de Naaman fora expedido por uma universidade de Paris. No entanto, apesar de não termos conseguido acesso ao documento, é provável que seu diploma seja, na verdade, da Universidade Saint Joseph, de Beirute, famosa por ter enviado ao Brasil diversos médicos e intelectuais da colônia. A esse respeito, ver Lacaz (1982).

residentes fizeram-lhes festiva e entusiástica recepção indo recebê-los em grande número na Viação Férrea. Ali, também os aguardava o barão de *La Vessieres*, vice-cônsul da França nesta capital. No Hotel Lagache¹⁶³, onde se hospedam os doutores Lakah e Mordom Bey foram hasteadas as bandeiras libanesa e francesa. Durante o dia, ali receberam eles as visitas de muitos dos seus compatriotas que foram hipotecar-lhes o seu apoio à missão de que vêm incumbidos.

Com a maioria de seus negócios mais perto do cais e da estação ferroviária, na parte baixa de Porto Alegre, a comunidade foi cortando aos poucos o vínculo com seu passado que a rua Andrade Neves representava. A saída por completo da comunidade árabe da rua tem, certamente, correspondência com a integração desses imigrantes à vida da capital, mas, também, muito possivelmente, com o fim do ciclo de dificuldades por que passaram, no início, aqueles que efetivamente permaneceram na cidade.

4.4 DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS SÍRIO-LIBANESES EM PORTO ALEGRE

Localizamos em nosso levantamento da década de 1940 muitas famílias sírias e libanesas residentes nos bairros próximos ao Centro, como Floresta e Cidade Baixa, mas também em bairros operários do 4º Distrito da capital, como São João, São Geraldo e Navegantes, conforme veremos a seguir. Porém, em relação à época sobre a qual escrevemos, a maioria dos imigrantes árabes ainda preferia os cortiços do Centro por medida de economia, mas principalmente porque não podiam abrir mão de estar presentes no coração da cidade, uma vez que era ali que se concentrava o grosso do comércio e também maior densidade de pessoas circulando, o que só se intensificou à medida que o século XX foi avançando. Pesavento (1991, p.100) fornece uma boa síntese desse processo:

A cidade de Porto Alegre viveu, de forma radical, a feição autoritária de intervenção no seu espaço urbano, possibilitada pela grande concentração de poder nas mãos dos governantes e na capacidade de acumulação do Estado. Iniciou-se, aí, a fase de verticalização do Centro da cidade e a finalização de obras grandiosas para a fisionomia de Porto Alegre, iniciadas nas primeiras décadas do século XX. Mesmo antigos casarões da área nobre da cidade foram destruídos; ruas inteiras sucumbem às patrolas e picaretas; as desapropriações crescem em proporções enormes para a abertura de novas vias que pretendiam desafogar o Centro da cidade, ligando-o a bairros mais distantes.

Schilling (2007, p. 35) nos traz a informação que corrobora com a expansão da cidade para fora do Centro em direção aos bairros mais afastados, onde o Poder Público municipal havia preparado a infraestrutura e incentivado a aquisição de

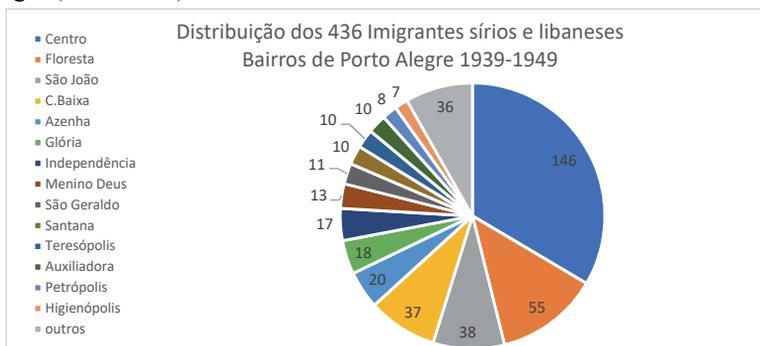
¹⁶³ Atual sede da Casa X, tradicional loja de tecidos de Porto Alegre, de propriedade da família Sada. Na entrevista que nos concedeu, Gisberto Sada (2015, s.p.), atualmente à frente do negócio, declarou: “Estamos neste prédio do antigo Hotel Lagache, na rua Marechal Floriano, com a Nova Casa X, até hoje.

lotes, que os irmãos Felipe e Chain Selaimen, “compraram, em 1914, uma área no bairro São João, 4º Distrito de Porto Alegre, para explorar uma pedreira”. Porém, conforme narra a autora, que em 2006 entrevistou os mais velhos da colônia, com o fracasso do empreendimento, os irmãos lotearam o terreno em 1925, atraindo para o local muitos imigrantes que pouco a pouco foram construindo suas próprias moradias. Segundo Schilling, com a vinda dos primeiros libaneses, outros mais que estavam residindo no Centro e em outros pontos da cidade começaram a fluir para o bairro de São João.

Essas informações encontram apoio em uma passagem de Pesavento (1994, p.43) que afirma existir na última década do século XIX, fatores como aumento das taxas prediais no Centro que “elevaram substancialmente o valor dos aluguéis, forçando a migração desses grupos para lugares mais afastados, com moradias mais baratas, que constituíam os bairros operários-fabris de Navegantes e São João”.

Na pesquisa que fizemos no Arquivo Nacional, referentes aos anos de 1939 a 1949, como vimos no capítulo anterior, verificamos que, dos 753 nomes selecionados, 436 residiam em Porto Alegre, ou seja, 58% do total de imigrantes que se cadastraram em todo o estado. Do conjunto desses residentes, 146 se fixaram no Centro, ou seja, por volta de 33%. A região central da cidade concentrava então duas vezes mais sírios do que o bairro vizinho, Floresta, onde contamos 55 pessoas. Provavelmente essa concentração de árabes nos bairros Centro e Floresta devia-se ao fato de esses imigrantes preferirem residir em seus próprios locais de comércio. Os bairros da cidade que na época pesquisada contavam com imigrantes árabes, conforme ilustra o gráfico abaixo, eram os seguintes:

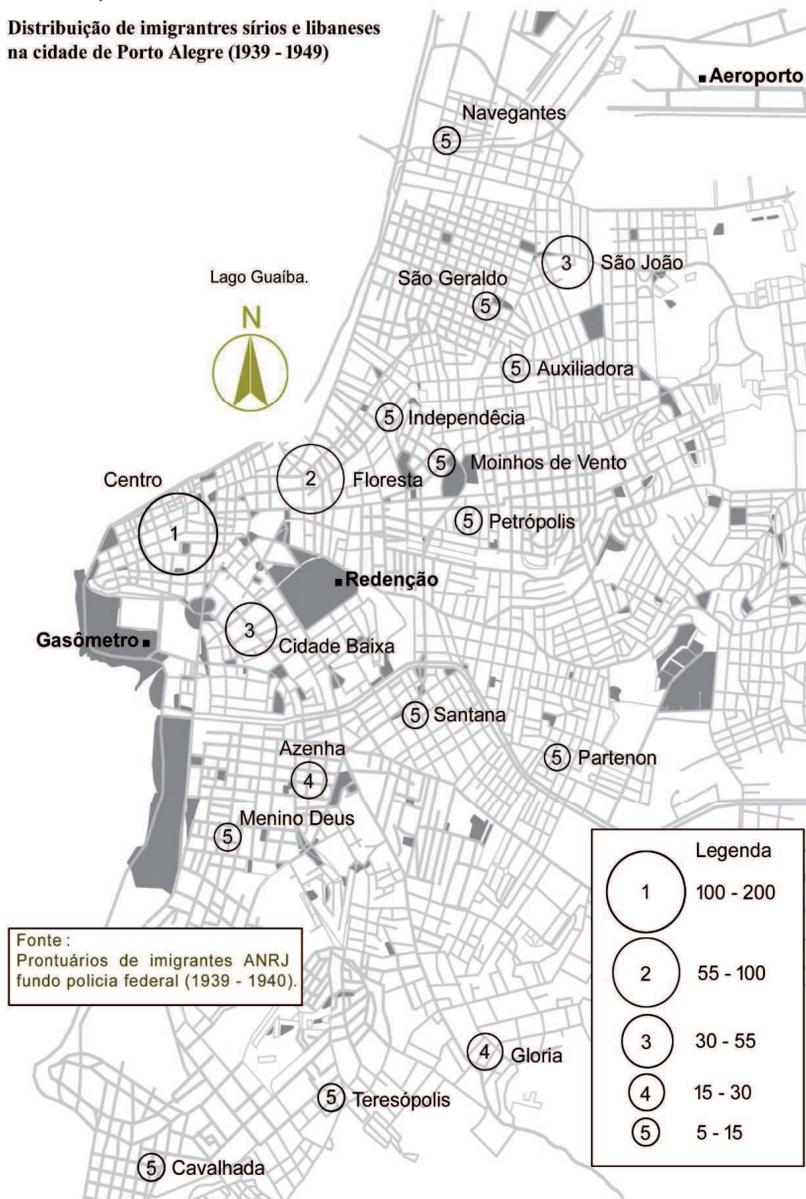
Gráfico 4: Distribuição de imigrantes sírios e libaneses por bairros de Porto Alegre (1939-1949)



Fonte: O autor (2017).

Mapa 9: Distribuição de Imigrantes Sírios e Libaneses em Porto Alegre (1939-1949)

Distribuição de imigrantes sírios e libaneses na cidade de Porto Alegre (1939 - 1949)



O mapa da página anterior, ilustra a concentração desses imigrantes nos bairros de Porto Alegre na década de 1940. (ARQUIVO NACIONAL, 1939-1949). De acordo com os endereços que constam nas fichas cadastrais do Arquivo Nacional, muitos imigrantes sírios e libaneses continuavam residindo nos mesmos locais onde funcionavam os seus comércios, que eram geralmente sobrados em cujo primeiro piso funcionava normalmente o armazém, reservando-se o andar superior ou os fundos da casa, quando o imóvel só tinha um pavimento, para a residência da família.

Cabral (1996, p.45) vê este tipo de arranjo como consequência do desenvolvimento capitalista, que havia provocado um aumento populacional “sem precedentes” nas cidades. A autora o descreve como “rua comercial”, muito em voga no final do século XIX. De acordo com ela, “a rua comercial inclui o espaço público e necessariamente se limita com esse, quer seja resolvido como espaço unicamente para pedestre, quer como espaço destinado a pedestres e veículos”.

Nesse sentido, o mapa apresentado acima não reflete com exatidão os que moravam em outros bairros e trabalhavam no Centro da cidade, nem tampouco aqueles cujos comércios e locais de residência se confundiam no mesmo espaço. O que o mapa acusa, com nitidez, é a presença árabe de uma forma geral gravitando em torno do Centro de Porto Alegre na época aludida.

Assim, merecem destaque, pela concentração de sírios, além da região central, os bairros de Floresta e Cidade Baixa, ambos vizinhos ao Centro, e São João, este mais afastado.¹⁶⁴ Em seguida vinham os bairros servidos por transporte público, como os da Azenha, Glória, Teresópolis e Menino Deus, e os localizados no entorno ou próximos à rua Voluntários da Pátria, como São Geraldo, Navegantes e Auxiliadora. Em números mais modestos também se verificava presença levantina em bairros como Parthenon, Santana e Petrópolis e nos mais distantes como os de Cavahada e Tristeza. É certo, contudo, que os terrenos mais baratos foram atraindo, pouco a pouco, uma camada menos favorecida em busca de moradia.

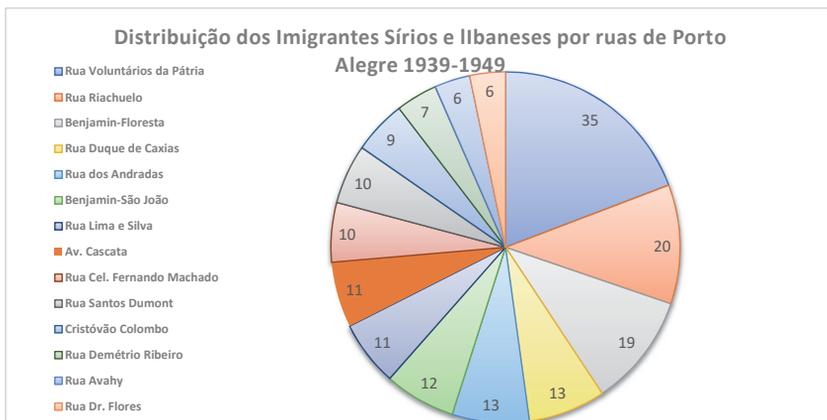
A presença de imigrantes sírio-libaneses também é visível em bairros de alugueis mais caros, como Moinhos de Vento, Independência e Menino Deus. Fica muito difícil precisar, contudo, em uma cidade como Porto Alegre, o padrão de vida em bairros como Glória, Petrópolis e Auxiliadora, somente para citar alguns exemplos, que poderiam ser bastante aprazíveis na época, apesar de estarem fora do circuito tradicional dos bairros mais sofisticados. Truzzi (1999, p.334) lembra que os “diferentes locais de moradia, na mesma cidade, dos

¹⁶⁴ As ruas do primeiro bairro citado com maior presença desses imigrantes eram a Voluntários da Pátria e a Cristóvão Colombo; e as do segundo, as ruas Lima e Silva e José do Patrocínio.

membros da colônia, talvez tenham se constituído nos primeiros indícios mais claros de diferenciação” entre eles.

Entre as ruas com maior concentração de imigrantes árabes no Centro de Porto Alegre figuravam, em primeiro lugar, a rua Voluntários da Pátria e depois as ruas Riachuelo, Duque de Caxias e dos Andradas. Em seguida vinha, já fora do Centro, a rua Benjamin Constant, nos trechos pertencentes aos bairros Floresta e São João. De volta ao Centro, em direção à Cidade Baixa, estão as ruas Demétrio Ribeiro, Coronel Fernando Machado e a antiga rua Avahy, de forte presença levantina, e ainda, numa área mais central, as ruas Marechal Floriano, Doutor Flores, Alberto Bins, General Vitorino e Praça Parobé, esta última ao lado do Mercado Público, onde localizamos cerca de dez imigrantes sírios com quiosques de venda de frutas e vegetais e também alguns *chauffers*, uma vez que era ali que as caminhonetes de fretes ficavam estacionadas. O gráfico seguinte ilustra a distribuição de imigrantes árabes pelas ruas do centro e adjacentes de Porto Alegre:

Gráfico 5: Distribuição de imigrantes sírio-libaneses por ruas de Porto Alegre (1939-1949)



Fonte: O autor (2017).

Em resumo, verificou-se presença levantina maciçamente no Centro e nas ruas próximas a este. No entanto, as vias de ligação entre um bairro e outro, geralmente atravessadas por artérias importantes da *urbe*, também eram locais onde esses imigrantes podiam ser facilmente encontrados. Este era o caso, por exemplo, das ruas Benjamin Constant, que liga os bairros de Floresta e São João, e a avenida João Pessoa, que liga o Centro aos bairros de Menino Deus e Parthenon. Na Cidade Baixa, como vimos, estão as ruas Sarmiento Leite e Lima e

Silva, ambas também com forte presença de imigrantes árabes. Uma outra rua onde encontramos uma pequena concentração desses imigrantes foi a rua da Azenha¹⁶⁵, que ainda hoje dispõe de um comércio popular importante fora do Centro. Outra exceção é a avenida Cascata, localizada em zona menos urbanizada na época, mas que, curiosamente, foi onde se fixou um pequeno mas significativo número de patrícios ali residentes. É importante afirmar que estes últimos casos fogem à regra observada em outras regiões da cidade.

O quadro abaixo mapeia a presença árabe no bairro da Glória, onde fica a avenida Cascata, a rua Nunes, a rua Dr. Rocco e a rua D. João VI. (todos os endereços bem perto uns dos outros).

Quadro 5: Moradores da avenida Cascata e adjacências em Porto Alegre (década de 1940)

Nome	Ano de Nasc. Profissão	País	Endereço	Chegada idade status		Cadastro
Seade, Ant ^o	1897 sapateir	Síria	Dr. Rocco, 65	1911	15	1941
Seade, José	1886 comerc.	Síria	Av. Cascata, 2.165	1912	16	1941
Seade, Jabour	1884 comerc.	Síria	Av. Cascata, 2.247	1904	20	1942
Esber, Tamer	1863 comerc.	Síria	Av. Cascata, 2.229	1937	74	1944
Isse, Antônio	1887 comerc.	Síria	Av. Cascata, 2.227	1907	20	1945
Isse, Maria	1899 domest.	Síria	Av. Cascata, 2.227	1905	16	1945
Abech, Amiz	1893 -	Síria	Av. Cascata, 2.227	1908	15	1943
Basra, Gattas	1878 comerc.	Síria	Av. Cascata, 2.319	1902	24	1946
Ceccin, Rosa	- domest.	Síria	Av. Cascata, 2.671	-	-	1941
Kalil, Miguel	1888 comerc.	Líbano	Av. Cascata, 2.994	1907	18	1943
Kalil, Josefa	1889 domest.	Líbano	Av. Cascata, 2.994	1904	16	1943
Zaquia, Jorge	1886 ambula.	Síria	R. Nunes, 294	1907	21	1940
Cure, Ramon	1898 ambula.	Síria	Av. Cascata, 3.187	1924	26	1939
Slim, Ibrahim	1888 comerc.	Síria	D. João VI, 103.	1907	19	1940

¹⁶⁵ De acordo Franco (1992), todas elas bem servidas de infraestrutura de transporte urbano, saneamento básico, luz elétrica e sólidas construções, sobrados e prédios diversos, próprios para lojas, desde o fim do século XIX.

Dumet, José	1887 operário	Síria	D. João VI, 111.	1903 casado	19	1940
Salamoni, Maria	1876 domest.	Síria	D. João VI, 69.	1914 solteira	38	-
Abech, Rachid	1888 -	-	D. João VI, 84.	1908	20 -	1942

Fonte: O autor (2017).

Analisando o quadro acima percebe-se, em primeiro lugar, que a maioria desses imigrantes é de sírios, muitos de uma geração nascida no último decênio do século XIX e que emigrou para Porto Alegre nas primeiras décadas do século XX. Os dados apontam para um movimento de mobilidade conjunto que evidencia que, para eles, um lote na Glória, onde está localizada a avenida Cascata e as citadas ruas adjacentes, significou uma opção ao Centro da cidade, já saturado.

Talvez seja possível levantar algumas hipóteses acerca da origem desses deslocamentos a partir de uma lógica de distribuição espacial também relacionada a fatores não propriamente econômicos, como a existência de redes familiares que aglutinassem grupos em determinadas regiões, através da compra conjunta de terrenos em loteamentos. É possível observar que esses árabes se fixaram nesses locais desde o fim da década de 1930, antecipando-se a grupos mais numerosos e provavelmente conseguindo melhores preços, uma vez que, de acordo com Franco (1992), o povoamento da região se acelerou a partir da década de 1950, graças à abertura de novos acessos, à expansão dos meios de transporte e ao loteamento das encostas dos morros da Polícia (também chamado Glória) e Cascata. A distância geográfica não era um obstáculo, pois, como vimos, já havia um sistema de bondes em Porto Alegre desde o fim do século XIX. Além disso, com a chegada de novos moradores a partir da década de 1950, o exercício da atividade comercial se viabilizou no próprio bairro de residência desses imigrantes.

É preciso levar em conta que, depois do período estudado, a cidade passou por grandes modificações urbanísticas, especialmente no Centro, o que descaracterizou significativamente a lógica da presença desses grupos étnicos em algumas ruas da cidade, conforme apresentamos aqui. Um exemplo do que narramos fica patente na rua Santos Dumont, no bairro Floresta, onde havia, na época estudada, a presença de médio-orientais, o que se justificava por causa de um cais que existia no trecho final da via, e que foi depois desativado (FRANCO, 1988).

Outro exemplo foi a abertura da avenida Borges de Medeiros, no Centro, que, além de ter feito desaparecer algumas ruas do entorno, onde havia presença desses imigrantes, passou a fazer a ligação entre área central e a recém-criada

avenida Ipiranga, depois da canalização do Arroio Dilúvio. A Borges de Medeiros também permitiu a ligação do Centro com a Zona Sul da cidade, o que, certamente, contribuiu para atrair um crescente número de imigrantes e descendentes para essas novas áreas.

4.5 PARTICIPAÇÃO ÁRABE NO COMERCIO DA CAPITAL

A pesquisa sobre a evolução e diversificação dos estabelecimentos comerciais de imigrantes sírios e libaneses em Porto Alegre foi realizada com base nos documentos relativos à coleta de tributos, taxas e contribuições da prefeitura municipal da cidade.

Realizamos essa pesquisa por sobrenome. É importante frisar, que alguns imigrantes, logo ao chegar, tiveram seus nomes traduzidos pelas autoridades para denominações luso-brasileiras, como já mencionamos anteriormente. Isso dificultou um pouco nossa pesquisa nos livros de arrecadação de impostos do comércio da capital, na medida em que, algumas vezes, torna-se impossível determinar a origem de um nome específico. Ainda que certos sobrenomes apareçam com a alcunha de um árabe cristão, na verdade pode ser de brasileiro, português, italiano, grego ou até alemão¹⁶⁶. A dúvida se esclarece quando checamos a nacionalidade nas fichas cadastrais desses imigrantes, depositadas no Arquivo Nacional¹⁶⁷. Verificamos assim que alguns imigrantes abandonaram completamente seus nomes árabes para assumirem sobrenomes mais comuns, que parecem com sobrenomes peninsulares, mais simples e de fácil compreensão¹⁶⁸.

O período cronológico da investigação inclui o último ano do século XIX e as três primeiras décadas do século XX, nas quais localizamos a presença de comércio árabe nas ruas centrais de Porto Alegre. A pesquisa foi dividida em quatro períodos: o primeiro, de 1899 a 1905; o segundo, de 1915 a 1916; o terceiro, o ano de 1924; e, por fim, o biênio 1930/1931. Os quadros que iremos apresentar são meramente ilustrativos, representando apenas uma parte dos nomes, endereços, tipos de comércio e valor de imposto pago.

Assim, no primeiro período estudado (início do século XX), o ramo de miudezas era uma opção realista e viável para os imigrantes começarem a vida na

¹⁶⁶ São exemplos que encontramos nos livros de impostos: Miguel Nicolau (Grego), Elias Saar (Alemão), José Francisco (Português) etc.

¹⁶⁷ Nas fichas há informações sobre nacionalidade, naturalidade e filiação de cada pessoa.

¹⁶⁸ Conforme nos foi revelado por fontes orais, Benjamin João e Zulmira Mattar adotaram Martins como sobrenome. Outro exemplo é o de Elias Miguel dos Santos, nascido em 1907, no Líbano. Não temos como saber, mas é possível que alguns desses sobrenomes “abrasileirados” sejam, realmente, de origem brasileira. A hipótese cabe para aqueles que vieram para o Brasil e depois regressaram ao Oriente Médio com prole de cônjuge brasileiro tendo lá permanecido por alguns anos, ou mesmo por uma geração, mas ao tornar a emigrar entraram no Brasil com seus sobrenomes originais; ou foram abrasileirados, ou agauchados, como no exemplo da família Bushdid, que mudou seu nome para Borges.

mascateação, pois, mesmo sem capital inicial, o mascate conseguia adquirir mercadorias em regime de consignação. O risco do negócio era baixo e as mercadorias, miúdas e leves, eram fáceis de transportar, bastando uma mala para acomodá-las.

Contudo, à medida que o século XX foi avançando, os imigrantes sírios começaram a abandonar a mascateação para se estabelecer com lojas comerciais. Nessa fase, o segmento de tecidos e armarinhos cresceu de forma significativa, principalmente nos redutos árabes das ruas Andrade Neves e Voluntários da Pátria.

No início da fixação dos árabes em Porto Alegre, na virada do século XX, os sírios contavam com pouco mais de 30 estabelecimentos comerciais no centro da cidade. Havia ainda quatro estabelecimentos na rua Voluntários da Pátria e mais quatro no Mercado Público¹⁶⁹, além de um comércio que localizamos à rua Vigário José Ignácio, em nome de Calili Nedir. A lista de comerciantes árabes estabelecidos mostra que alguns nomes se repetem nos anos pesquisados, já outros aparecem de forma irregular e alternada no rol de recolhimento de tributos, o que possivelmente demonstra certa falta de constância ou carência de sistematização da cobrança por parte do Poder Público. Como já informado, procuramos no Arquivo Histórico Moysés Vellinho, os registros do recolhimento de imposto valor locatício¹⁷⁰ referente ao 1º Distrito da capital, que correspondia aos logradouros do centro da cidade. Passamos a descrever agora o resultado dessa pesquisa, mostrando através dos quadros, não os nomes de todos, já que não haveria espaço, além de tornar a leitura maçante, mas a indicação de alguns lojistas da região, que escolhemos por serem representantes da diversidade comercial ou dos maiores contribuintes. Esse recorte, embora não exaustivo, serve, para ilustrar a presença de parte desses comerciantes árabes no comércio da capital gaúcha. O quadro abaixo fornece uma pequena amostra com os nomes dos principais comerciantes árabes estabelecidos no Centro de Porto Alegre em fins do XIX e o tipo de comércio que exerciam:

¹⁶⁹ Em relação aos quatro estabelecimentos que aparecem no Mercado Público, na verdade, trata-se de quiosques que eram montados na praça em frente ao mercado para que os quitandeiros pudessem vender suas mercadorias.

¹⁷⁰ Sobre esse imposto e a forma como era arrecadado, ver introdução.

Quadro 6: Comerciantes árabes estabelecidos no Centro de Porto Alegre (1899)

Sobrenome/Nome	Tipo de comércio	Ano	R. Andrade Neves Vol. da Pátria	R.	Imposto pago
Elias, Jorge	Açougue	1899	Nº135		\$50.000
Buchain, João	Miudezas	1899	Nº32 e 36		\$40.000
Miguel, Jorge	Miudezas	1899	Nº38		\$60.000
Bechara, Mussi	Botequim	1899	Nº74		\$50.000
Leaidi, Jorge	Miudezas	1899	Nº76		\$25.000
Abud, José	Miudezas	1899	Nº30		-
Bechara, Gemimi	Hotel	1899	Nº25		50.000
Hetre, José	Fazendas	1899	Nº21		70.000
Monair, Jorge	Fazendas	1899	Nº25		40.000
Bechara, Jorge	Fazendas	1899	Nº63		40.000
Bechara, Mussi	Botequim	1899	Nº25		50.000
Elias, José	Fazendas	1899	Nº17		-
Muchile, José	Açougue	1899	Nº31		-
Calili, Nadir	Fazendas	1899	r. Vig. J. Inácio nº 108		

Fonte: O autor (2017).

De acordo com o quadro acima, vemos que a variedade de ramos comerciais era pequena, abrangendo apenas cinco tipos de comércio: negócios de miudezas, hotelaria, tecidos, botequim e açougue. Foram localizados 12 estabelecimentos na rua Andrade Neves, além de outros em ruas centrais da cidade, como o Açougue de Elias Jorge, na rua Voluntários da Pátria, e a loja de tecidos de Calili Nadir, na rua Vigário José Ignácio – que, aliás, foi quem mais pagou imposto (na comparação com os outros estabelecimentos árabes naquele ano).

Percebe-se que no endereço da rua General Andrade Neves, n.25, existia a cobrança de tributo para três empreendimentos diferentes, cada um relativo a uma pessoa. Inclusive, segundo os apontamentos do livro de cobranças, existia nesse endereço um hotel, sugerindo que o lugar fosse uma espécie de ‘cabeça de porco’ ou cortiço.

Nesta fase inicial, o segmento predileto da maioria dos comerciantes era o de miudezas. Esses comerciantes estabelecidos certamente as forneciam aos mascates recém-chegados, que saíam a campo para vendê-las de porta em porta. Em segundo lugar, aparece o ramo de armarinhos, onde também se vendia roupas prontas e artigos de perfumaria; a seguir, vem o ramo de tecidos e depois os empreendimentos individuais, como barbearia e sapataria.

As lojas de “miudezas” podiam ser atacadistas, repassando mercadorias aos mascates para venda de maneira ambulante, ou estabelecimentos para comercialização de bugigangas feitas de material barato, como canetas, pentes, lâminas de barbear, cigarros, fósforos, enfeites, bibelôs para casa ou bijuterias, e

principalmente armarinhos¹⁷¹, isto é, produtos como linhas e fios para costura, agulhas, ilhoses, rendas etc. Na lista de comerciantes que nos foi disponibilizada, vários membros da família Bechara¹⁷², por exemplo, aparecem em diversas ocasiões trabalhando com vários produtos e segmentos comerciais distintos.

No Quadro abaixo, observamos que, no início do século XX, o ramo de tecidos já aparecia em segundo lugar na preferência dos patrícios estabelecidos em Porto Alegre:

Quadro 7: Comerciantes árabes em Porto Alegre por tipo de comércio (1900-1902)

Sobrenome/Nome	Tipo de Comércio	Ano	R. Andrade Neves da Pátria	R. Vol.	Imposto pago ¹⁷³
Elias, José Buere	Armarinho	1900	Nº 119		\$50.000
Demétrio, Jorge	Miudezas	1900	Nº21		\$40.000
Manayel, Jorge	Miudezas	1900	Nº23		\$75.000
Bechara, Moysés	Botequim	1900	Nº25		\$50.000
Buchain, José João	Miudezas	1900	Nº76		\$40.000
Jorge Siadi&irmãos	Miudezas	1900	Nº55		\$40.000
Bechara, Jorge	Miudezas	1900	Nº65		\$60.000
Sarquis, José Jorge	Miudezas	1900	Nº17		\$70.000
Bechara, Aear	Botequim	1900	Nº75		\$50.000
José, Jorge	Funilaria	1900	Nº67		\$40.000
Jorge Monaiar	Fazendas	1902	Nº23		\$80.000
Bechara Capsa	Fazendas	1902	Nº65		\$40.000
Miguel Jorge	Fazendas	1902	Nº67		\$35.000
Abraão Elias	Fazendas	1902	Nº139		\$80.000
José Amim	Fazendas	1902	Nº70		35.000

Fonte: O autor (2017).

Analisando o quadro seguinte, podemos verificar que, ainda nos primeiros anos do século XX, a pequena comunidade de negociantes árabes de Porto Alegre foi se tornando comercialmente mais diversa, e o ramo de fazendas já ultrapassava

¹⁷¹ Quando o comércio era o de armarinhos, isso podia significar uma loja pequena, mas que era capaz de vender, além de aviamentos, roupas, perfumes, bordados e lã, entre outros artigos. (CAMPOS, 1987).

¹⁷² Encontramos na página do APERS na internet registros da família Bechara (Bichara ou Bixara), além de Porto Alegre, em Santo Ângelo, Ijuí, Rio Grande e Santa Maria desde 1895. Isso pode indicar uma estratégia comercial no estabelecimento de uma rede familiar, com base na confiança mútua, tendo por objetivo encontrar melhor colocação comercial que poderia terminar reunindo o grupo de parentes em uma cidade, ou mesmo se valer dessas conexões intermunicipais para a encomenda e despacho de produtos e mercadorias de uma a outra região do estado. Disponível em: <<http://www.apers.rs.br/portal/index.p> Fundo habilitação de casamento>. Acesso em: 26 jan. 2016).

¹⁷³ Para se ter uma ideia do valor do réis, (moeda nacional da época), 25\$000 (vinte e cinco mil réis) correspondia ao menor salário que uma pessoa sem instrução recebia por mês, ao passo que o salário de uma professora primária, por exemplo, era de 45\$000 (quarenta e cinco mil réis). (DINIZ NUMISMÁTICA, 2015).

o de miudezas, indicando uma clara estratégia definida pelo grupo no sentido de se inserir fortemente, ao menos neste ramo, no comércio da capital¹⁷⁴.

Quadro 8: Comerciantes árabes em Porto Alegre por tipo de comércio (1903-1905)

Sobrenome/Nome	Tipo de Comércio	Ano	R. Andrade Neves da Pátria	R. Vol.	Imposto pago
Tomé, Elias	Miudezas	1904	Nº70		\$40.000
Mansur, Pedro	Sapataria	1904	Nº13		\$80.000
Sarquis, José Jorge	Fazendas	1904	Nº17		\$30.000
Moramer, Jorge	Fazendas	1904	Nº23		--
Aziz, José	Miudezas	1904	Nº17		\$30.000
Demétrio, Jorge	Fazendas	1904	Nº23		\$80.000
Elias, Gabriel	Botequim	1904	Nº59		\$25.000
José Antº & Irmãos	Fazendas	1904	Nº55		\$40.000
Mansur, Antônio	Fazendas	1904	Nº43		\$40.000
Amim, José	Fazendas	1904	Nº60		\$60.000
Abdach, Bem Atud	Pensão	1904	Nº17		--
Bechara, Moysés	Botequim	1904	Nº25		\$50.000
Elias, Abraão	Fazendas	1903	Nº139		\$80.000
Calili, Miguel	Fazendas	1903	Nº185		\$80.000
Felippe, Elias Ruad	Quiosque	1905	Mercado Público anual		\$200.000
Felipe, Miguel	Quiosque	1905	Mercado Público anual		\$200.000
Elias, Catau	Quiosque	1905	Mercado Público anual		\$200.000
Elias, Abraão	Quiosque	1905	Mercado Público anual		\$200.000

Fonte: O autor (2017).

Em relação a formação de redes de relações comerciais, familiares e culturais, Vilela (2011, p.166) salienta que esses imigrantes se envolvem em relações interconectadas entre seus empreendimentos, formando redes sociais que os levaram a criar teias familiares e econômicas assegurando inserção econômica comum na sociedade hospedeira. Assim, “as comunidades empresariais sírias e libanesa especializaram-se em poucos nichos de atividade econômica, principalmente o comércio”, podendo até permanecer neles por várias gerações.

Peters (2006) caracteriza as famílias de comerciantes sírios como coesas e detentoras de forte intercâmbio entre si.

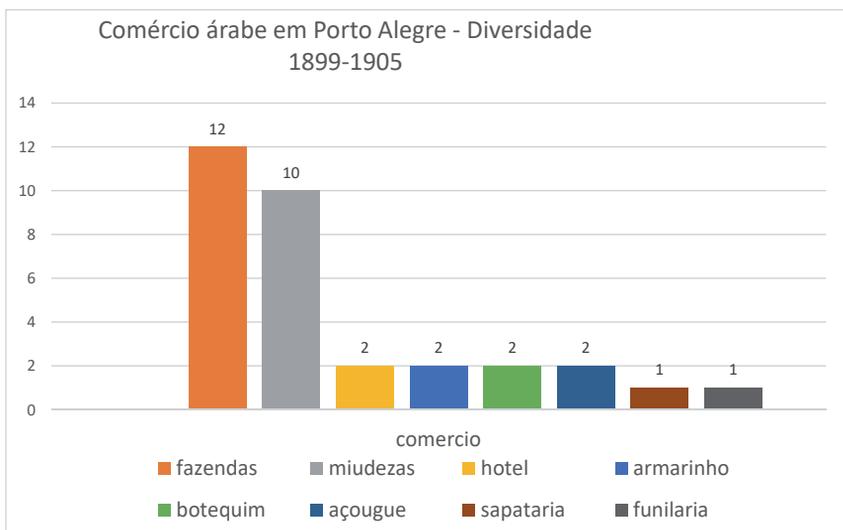
Truzzi (1997, p. 37) classifica o comerciante de origem sírio-libanesa “como um sujeito que enfrenta condições adversas (viagens, comércio em locais

¹⁷⁴ É neste sentido que Cínara Alves (2014, p.15), ao analisar o desenvolvimento econômico e a cultura árabe, descreve o comerciante desta origem como “um tipo de agente econômico que realiza poupança, que se vincula a uma rede comunitária de outros imigrantes árabes como meio de potencializar suas atividades”.

desconhecidos, possibilidades de perdas de mercadorias etc.) em nome de uma melhora futura em suas condições econômicas, e que, sobretudo, possui uma ética de valorização do trabalho”.

Em termos de diversidade comercial, o gráfico abaixo permite visualizar a variedade do comércio árabe na capital nos primeiros anos do século XX. Os ramos de tecidos e armarinhos, além do de miudezas, já despontavam como segmentos pelos quais os imigrantes sírio-libaneses tinham preferência na comercialização.

Gráfico 6: Comércio árabe em Porto Alegre (1899-1905)



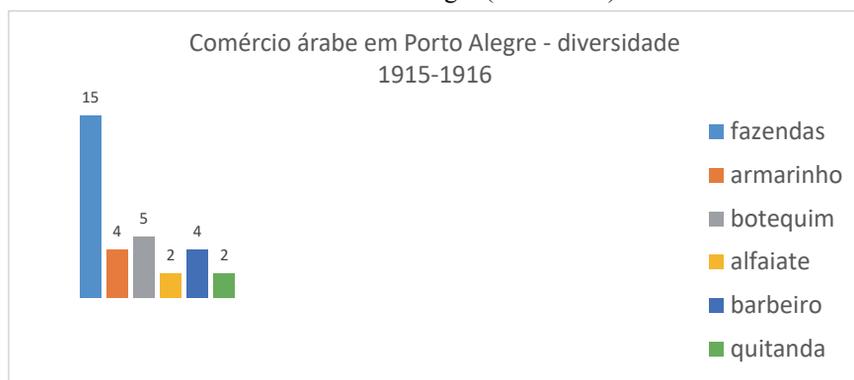
Fonte: O autor (2017).

Voltamos ao Arquivo Histórico para investigar o biênio 1915/1916 no sentido de observar a diversidade e a localização deste comércio árabe na região central da cidade. Nesses dois anos, houve um incremento na diversidade do comércio sírio desde o último levantamento. Alguns comerciantes – como, por exemplo, Elias Jorge, estabelecido com um açougue na rua Voluntários da Pátria – estavam presentes desde a primeira listagem, datada de 1899, e figuravam entre os primeiros comerciantes sírio-libaneses desta rua, a qual, a partir de 1915, alcançaria a rua General Andrade Neves na preferência dos comerciantes árabes da cidade.

Observa-se também que, ao mesmo tempo em que a cidade foi se tornando mais cosmopolita – com a implantação dos bondes que faziam a ligação do Centro

com os arrabaldes e da linha de trem, que unia a capital a São Leopoldo -, a rua Voluntários da Pátria passou a receber mais comerciantes, pois os patrícios perceberam a vantagem da proximidade da rua com o Mercado Público municipal, a estação central de trens e também as docas da cidade¹⁷⁵, por onde chegava a maior parte de suas mercadorias.

Gráfico 7: Comércio árabe em Porto Alegre (1915-1916)



Fonte: O autor (2017).

O quadro seguinte lista, numa pequena amostragem, os estabelecimentos de sírios e libaneses que identificamos nas ruas Andrade Neves e Voluntários da Pátria para o mesmo biênio 1915/1916:

¹⁷⁵ De acordo com Fortunato Pimentel (1945) e Walter Spalding (1967), no começo do século XX, as docas eram um dos pontos de maior movimentação da cidade, sendo que uma delas foi extinta para abrir espaço para a construção do Paço Municipal. A outra foi aterrada pelo intendente Otávio Rocha, “a bem da higiene”, e é hoje a praça Parobé, que foi arborizada durante a gestão do prefeito Loureiro da Silva (1937-1943). Mais tarde, no entorno da praça, instalou-se um mercado que, para muitos mascates árabes, era o local onde se comprava mercadoria fresca, especialmente bem cedo, pela manhã. Entre os prontuários do Arquivo Nacional encontramos um total de 11 sírios ou libaneses que indicam a praça Parobé como seu local de trabalho.

Quadro 9: Comerciantes árabes em Porto Alegre por tipo de comércio (1915-1916)

Sobrenome/Nome	Tipo de Comércio	Ano	R. Andrade Neves Vol. da Pátria	R.	Imposto pago
Sarquis, Arap	Fazendas	1915	Nº115		\$80.000
Kalil, Miguel	Fazendas	1915	& Nº161	irmãos	\$100.000
Aiub, Curi Maluf	Armar/Fazenda	1915	Nº165		\$150.000
José, Nicolau	Botequim	1915	Nº39		\$100.000
Selaimen, Chehim	Fazendas	1915	Nº173		\$100.000
Jorge, Adão	Restaurante	1915	Nº181		\$600.000
Kalil, Miguel	Fazendas	1915	& Nº185	irmão	\$100.000
Moyses, Alue	Fazendas	1915	& Nº193	irmão	\$50.000
Nassif, Kalil	Barbearia	1915	Nº213		\$50.000
Selaimen, Antº K.	Fazendas	1915	Nº273		\$50.000
Jorge, Elias	Açougue	1915	Nº301		\$80.000
Nassar, Jorge	Fazendas	1915	Nº305		\$80.000
Anton, Joseph	Calçados	1915	Nº387		\$80.000
Issa, Abraão	Botequim/	1915	Barbearia Nº309		\$40.000
Miguel, André	Restaurante	1915	Nº347		\$80.000
Simon, Jacob	Carpintaria	1915	Nº631		\$150.000
Elias, Antônio	Fazendas	1915	Praça XV de novembro		\$200.000
Nejar, Antº M.	Fazendas	1916	Nº51		\$25.000
Jorge, José	Quitanda	1916	Nº53		\$20.000
Massi, Jorge	Taverna	1916	Nº59		\$40.000
Elias, Thomaz	Armarinho	1916	Nº65		\$85.000
Maluf, Mansur	Botequim	1916	Nº67		\$60.000
Aluch, Karini	Fazendas	1916	Nº84		\$50.000
Abib, Femamos	Fazendas	1916	Nº92		\$20.000
Kalil, Faber	Quitanda	1916	Nº50		\$80.000
Sett Daniel & ir	Fazendas	1916	Nº98		\$60.000
Moysés, João	Fazendas	1916	Nº70		\$60.000

Fonte: O autor (2017).

No biênio 1915/16, verifica-se a chegada de alguns profissionais especializados, como alfaiates, carpinteiros e padeiros. Foi também nessa época que começaram a se estabelecer na região imigrantes armênios e judeus sefaraditas. Os primeiros escolheram a venda de sapatos, ao passo que muitos judeus optaram pelo comércio de tecidos como seu nicho comercial. Sobre a imigração sefaradita, assinala Bazar (2013, p.54):

O maior afluxo de sefaradim, mais especificamente para a cidade de Porto Alegre, deu-se entre os anos de 1910 e 1920, em sua maioria vindos da Turquia, mas também do Egito, Marrocos e Grécia. Em Porto Alegre, os sefaradim escolheram o bairro da Cidade Baixa para morar,

próximo ao Centro da cidade, onde a maioria instalou suas lojas, principalmente de tecidos, famosas pela qualidade de seus artigos.

Imigrantes judeus sefarditas, que também podiam ter nomes semelhantes aos dos árabes cristãos, como Abraão, Jacob, Simão, Gabriel ou Mansur, eram em sua maioria provenientes do Oriente Médio, tendo vindo nas mesmas levadas migratórias no início do século XX. Já os judeus askenazim, provenientes do Leste da Europa (a maioria da Rússia, Ucrânia, Polônia e Bessarábia), também chegaram no início do século, alguns se estabelecendo com lojas de tecidos, calçados ou alfaiataria nas mesmas áreas escolhidas pelos sírios que, ao olhar dos brasileiros, muitas vezes eram confundidos entre si. De forma geral, lembrando que estamos a nos referir aqui à média desses imigrantes, o judeu askenazim portava naturalmente maior influência da cultura ocidental, levando consigo certa vantagem comparativa em relação aos árabes por conta desta memória. Ele se ligava mais à indústria do que o árabe médio, que chegou mascate e só depois cresceu materialmente no comércio enquanto imigrante no Brasil. O trecho abaixo, escrito por Luíz Kalil (2007, p. 23), um descendente de libaneses, exemplifica esse aspecto da diferença entre o imigrante árabe e o judeu:

Samuel, [judeu russo] bem ao contrário de Salim, [cristão libanês] era um verdadeiro *gentleman* social, transitava com desenvoltura por todos os ambientes, e logo, logo já estava frequentando as rodas mais requintadas da cidade. Dava para observar agora, nessa facilidade de convívio com as classes socialmente dominantes, que o comerciante não tinha tanta facilidade assim para as lidas do comércio. Imagine-se Samuel atrás do balcão, vendendo seus produtos, discutindo preços, esperando a decisão de uma escolha demorada, tentando adivinhar o pensamento do freguês. Jamais lhe passaria pela cabeça um letreiro assemelhado ao de Salim: SAMUEL FAZ PREÇO, SENHOR! Não, isso não. Quem sabe poderia estar na [avenida] Osvaldo Aranha, no Bom Fim em Porto Alegre, vendendo por atacado em um comércio de mais classe ou elegância. Jamais poderia ter uma associação tão acertada como fizera com Salim, um verdadeiro mercador persa, que fazia a sua guerra comercial na linha de frente, no corpo a corpo com o povo e com extrema habilidade e competência.

Lesser (2001, p. 99-100) considera que eram “as relações pessoais, inclusive com os negociantes judeus, que permitiam aos mascates e comerciantes árabes obter crédito, que por sua vez repassavam aos seus clientes. Para eles, esta era uma inovação radical num país que apenas recentemente havia trocado o trabalho escravo pelo assalariado”. Segundo o autor, esses comerciantes raramente

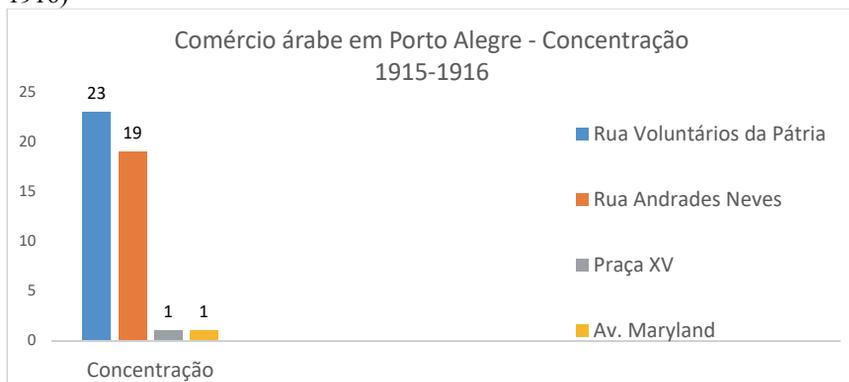
perdiam um negócio, pois era comum que o pagamento fosse efetuado em produtos, substituindo o dinheiro vivo, o que quase sempre os

colocava em relativa vantagem frente a outros comerciantes, posto que muitas vezes havia falta de capital disponível.

Claudia Musa Fay e Antônio de Ruggiero (2014, p.10) lembram que, nesse sentido, Simmel aponta o estrangeiro como produtor de diferenças, introduzindo mentalidades e ideias novas que o autóctone não possui, “mas o faz utilizando-se de elementos locais, sem, contudo, ter que pertencer ou participar integralmente da cultura do lugar”, no que eles consideram como um misto de proximidade e distância. Werner Sombart, de acordo com os autores, foi o primeiro a propor a valorização do imigrante como empreendedor capitalista, sendo que, já no final do século XIX, o imigrante estrangeiro é visto como a base e o vetor para as mudanças sociais.

De acordo com o gráfico abaixo, verificamos que a rua Voluntários da Pátria já havia superado levemente, em número de estabelecimentos comerciais árabes, o reduto inicial da rua General Andrade Neves, o qual, entretanto, continuava sendo um espaço com forte presença de residências e comércio árabe em Porto Alegre. Observamos que os empreendimentos comerciais de patrícios na rua da Praia (rua dos Andradas) eram tímidos. No seu trecho mais central, a rua da Praia representava o local de comércio mais sofisticado da cidade, com forte e antiga presença de comerciantes alemães e italianos.

Gráfico 8: Áreas de concentração de comércio árabe em Porto Alegre (1915-1916)



Fonte: O autor (2017).

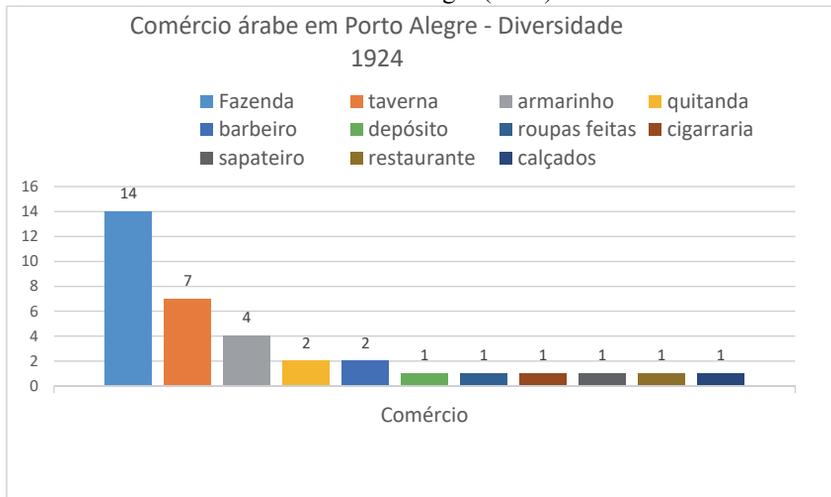
O gráfico seguinte mostra que o comércio árabe de Porto Alegre já se distribuía com maior diversidade de segmentos na primeira metade da década de 1920, indicando também uma crescente fixação em lojas comerciais pelos que deixavam a mascateação. Em 1924 a comunidade árabe da cidade era mais

complexa e organizada, formada não só por imigrantes, mas também por seus descendentes, que podiam ser filhos de árabes com pessoas de diversas origens. O ramo de fazendas e têxteis se consolidava, tornando-se o nicho comercial que contava com maior número de representantes da colônia – e o que mais pagava impostos ao município, conforme observado nos livros de tributos que investigamos.

Tal preferência indica uma estratégia mais elaborada entre os membros da comunidade, os quais se articulavam com fornecedores, principalmente outros patrícios de São Paulo, com quem adquiriam crédito e prazo para pagamento que os habilitava a fazer frente à concorrência com outros estabelecimentos tradicionais de Porto Alegre. Nosso entrevistado Habib Abduch (2004, s.p.) fez menção em seu depoimento a esse aspecto do comércio árabe na capital nesse período:

Meu pai ia duas ou três vezes por ano a São Paulo para adquirir mercadorias, além da visita dos viajantes, que iam lá na loja com outros comerciantes; mas tínhamos que sempre ir ao mínimo duas ou três vezes por ano a São Paulo para comprar diretamente das fábricas, porque as indústrias têxteis, de confecção, são até hoje quase todas pertencentes a descendentes de árabes.

Gráfico 9: Comércio árabe em Porto Alegre (1924)



Fonte: O autor (2017).

Vilela, (2011, p.167) acrescenta que as redes sociais entre os comerciantes dessa origem são mecanismos que atuam como “facilitadores do processo migratório. Elas geram confiança, estabelecem esperanças, criam e reforçam normas. Os pioneiros, naturalmente, serviram como “cabeças” para os imigrantes ulteriores, influenciando a sua adaptação e a sua integração no novo contexto”.

É neste sentido que podemos afirmar que a imigração árabe em Porto Alegre encontrou na capital do início do século XX um ambiente de negócios bastante competitivo e sofisticado, em função da forte concorrência já estabelecida quando da sua chegada, mas também devido a uma clientela exigente e informada que, se por um lado era pequena e disputada, por outro contava com poder aquisitivo e bom nível sociocultural. Por outro lado, o crescimento da cidade e os investimentos feitos na sua estrutura durante a primeira metade do século foi aproveitada por esses imigrantes, servindo de base para a projeção social de algumas famílias¹⁷⁶. Abaixo, uma lista dos comerciantes árabes instalados no distrito correspondente ao Centro da cidade no ano de 1924. Novamente lembramos que o quadro indica uma seleção dos principais nomes, conforme pesquisa sobre o recolhimento do imposto valor locatício:

Quadro 10: Comerciantes árabes em Porto Alegre por tipo de comércio (1924)

Sobrenome/Nome	Tipo de Comércio	Ano	R. Andrade Neves da Pátria	R. Vol.	Imposto pago
Chemale, Elias	Cigarraria	1924	Nº40		\$50.000
Kalil, Isaias	Art.p/homes	1924	Nº11		\$300.000
Nejar, A Miguel	Fazendas	1924	Nº51		\$30.000
Abrahão, Uilami	Arm. Fazenda	1924	Nº61		\$100.000
Mukaaba, Jorge	Miudezas	1924	Nº81 ^a		\$370.000
Canaan, Jorge	Colchoaria	1924	Nº83		\$80.000
Buchabiqui, Jorge	Fazendas	1924	Nº159 e Nº161		\$160.000 \$200.000
Bechara, Cesar	Botequim	1924	Nº163		\$100.000
Kalil, Miguel	Fazendas	1924	&irmãos Nº185		\$200.000
Nalf. José	Fazendas	1924	Nº207		\$200.000
Simão, Moysés	Fazendas	1924	&Irmãos Nº351		\$200.000

¹⁷⁶ Essa projeção se verifica na participação desses imigrantes emergentes nas instituições sociais formais da etnia e também fora dela, as quais patrocinavam e promoviam.

Nasralla, Mansur	Taverna	1924	Nº383	\$100.000
José, Elias	Salchicharia	1924	r. Vig. José Ignácio, 47	\$135.000
Habib, Abdallah	Botequim	1924	r. Gal. Bento Martins, 9	\$40.000
Abrahão, José	Quitanda	1924	r. Senhor dos Passos, 40	\$70.00
Kanaan, Elias	Fazendas	1924	r. Andradas, 341	\$300.000
Zoghbi, João	Miudezas	1924	r. Andradas, 415	\$300.000
Zoghbi, Alberto	Fazendas	1924	r. Andradas,475	\$350.000

Fonte: O autor (2017).

Na terceira década do século XX, apesar das convulsões sociais e revoluções, dos problemas com transporte, da carestia, do desemprego e das greves, o comércio da capital crescia, impulsionado por um mercado interno que se firmava com o desenvolvimento de setores industriais e de serviços. Franco (1983) lembra que durante os conflitos de 1923 houve estagnação no comércio, mas que depois disso houve uma lenta recuperação até 1926, quando nova crise causada pela desvalorização da moeda levou muitos comerciantes à falência. No entanto, como se observa “no biênio seguinte, 1927-1928, já não se falava mais em crise; pelo contrário, a Câmara Comercial da cidade dava demonstrações de otimismo”. (FRANCO 1983, p.148).

O quadro anterior, embora indique o ramo de tecidos como o preferido dos comerciantes sírio-libaneses de Porto Alegre, mostra que o setor de alimentos e bebidas, sob a rubrica de “taverna”, despontava como um importante ramo de negócios encontrado entre os estabelecimentos comerciais de sírios e libaneses no centro da capital, possivelmente por sua maior lucratividade. De qualquer forma, essa sutil preferência pelos ramos de alimentos e bebidas, assim como por outros segmentos (por exemplo, colchoaria e cigarraria), revela que alguns empreendedores árabes guardavam certa independência ou descolamento dos comerciantes atacadistas de miudezas, ao contrário do que ocorria no início da imigração, quando muitos deles só exerciam uma única ocupação: a de mascate. Além disso, não custa lembrar que nessa época já emigravam pessoas de origem sírio-libanesa com alguma formação técnica, já sendo possível localizar árabes exercendo algumas profissões fora do comércio.

Nesta etapa, alguns ex-mascates já haviam acumulado algum capital, tornando-se pequenos comerciantes, nem que fosse numa portinha, com uma sapataria, um botequim ou uma tabacaria. É importante tecermos algumas considerações no sentido de compreender a dinâmica com que se davam as relações entre comerciantes, imigrantes, pessoas de origem árabe, e também brasileiros, no ambiente comercial das ruas Voluntários da Pátria e General Andrade Neves. Além da acumulação de bens, o capital simbólico da etnia

pertencia aos negociantes mais poderosos, com tradição e reputação mais sólidas e enraizadas na praça da capital, como era o caso de famílias pioneiras na cidade, entre elas os Rechten, Chemale, Selaimen, Asmuz, Buchabiqui, Buchain, Kalil, Seadi e Sett, entre outros nomes que já estavam na segunda geração por volta da década de 1920¹⁷⁷.

Essas famílias, com seus descendentes estabelecidos no comércio do centro de Porto Alegre, certamente auxiliaram os patrícios novatos, quer repassando-lhes mercadorias, quer empregando-os como atendentes nas lojas ou como viajantes comerciais; além disso, como filhos de árabes, conheciam o idioma, e também o sistema burocrático e legal brasileiro¹⁷⁸. No fim das contas, eles eram âncoras seguras nas quais os novos imigrantes podiam se fixar, uma vez que sabiam que com eles teriam guarida pelo menos no início de suas carreiras, especialmente os que ainda não falavam português. Por outro lado, esses comerciantes mais antigos, na maioria das vezes, podiam contar com mão de obra confiável e disposta a trabalhar incessantemente, e cuja remuneração só dependia dos próprios esforços, conforme lembra Rafique João.

Meu pai ajudou muitos patrícios recém-chegados. Ele contou que, uma vez, deu uma carroça para um patrício trabalhar como ambulante, mas, debaixo do banco havia um buraco no qual ele escondia as mercadorias. Passou meu pai pra trás... (Entrevista com Rafique João)

Ivo Nesrallá, filho de um imigrante que veio da Síria [depois a região tornou-se parte do Líbano] para Porto Alegre com o irmão, no início do século XX, nos conta que seu pai, no início, foi mascate, mas depois juntou capital e abriu uma “pequena lojinha no Centro de Porto Alegre e foi progredindo”. Habilidade nos negócios, o pai do cirurgião logrou educar seus filhos no Colégio Rosário, uma das melhores instituições de ensino da capital. Nem todos, porém, tiveram a mesma sorte.

Quando meu pai e o irmão dele chegaram em 1910¹⁷⁹, além de não falarem uma palavra de português, não conheciam ninguém. Foi graças à família Asmuz, que ajudava muitos patrícios, que eles conseguiram mercadorias e ajuda para começar suas vidas aqui em Porto Alegre. Depois de mascatear uns dez anos, ele montou um pequeno comércio de venda de tecidos na esquina da rua Demétrio Ribeiro, ali onde é o Cinema Capitólio, depois passou para a rua dos Andradas e, por último,

¹⁷⁷ A base para a afirmação encontra apoio nas fichas cadastrais desses estrangeiros, depositadas no ANRJ.

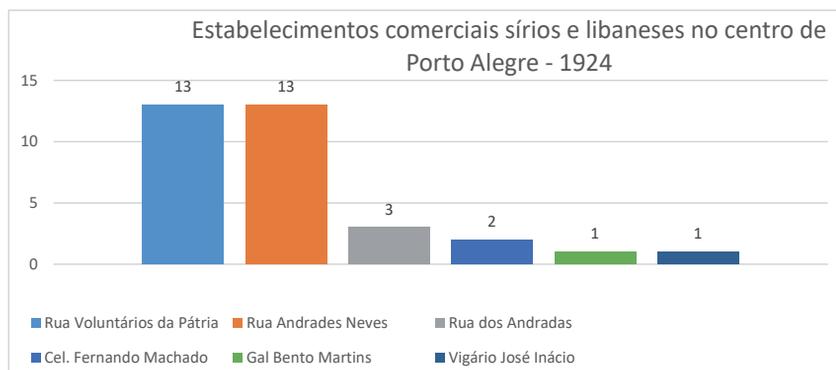
¹⁷⁸ Aqui podemos fazer referência, por exemplo, às entrevistas com Rafique João e Ivo Nessralla, que disseram que seus pais ajudaram ou foram ajudados por outros patrícios no início da experiência migratória, mas também pelo que vimos nas práticas das lideranças dos clubes étnicos, uma forma de legitimação e de aquisição de poder simbólico fora e dentro do grupo como nos casos de Abdalla Creidy e Elias Dabdab, ambos filhos de imigrantes e portadores de diploma universitário.

¹⁷⁹ De acordo com um prontuário do Arquivo Nacional, Elias José Nesralla, nascido em 1895, no Líbano, chegou ao Brasil em 1910 com o irmão mais velho Abrahão. Em 1939 era residente à rua Demétrio Ribeiro, n.997, e proprietário de comércio à rua dos Andradas, n.1.411. Em 1943, transferiu sua loja para a rua Marechal Floriano, n.290, no Centro de Porto Alegre.

[abriu] uma loja bem maior, onde ele vendia seda, a loja Internacional na rua Marechal Floriano (Entrevista com Ivo Nessaralla).

A concentração étnica comercial, de acordo com o gráfico abaixo, mostra que os negociantes árabes começavam a atuar fora das áreas já consagradas pela comunidade, como as ruas General Andrade Neves e Voluntários da Pátria. No ano de 1924, pelo menos três estabelecimentos de comerciantes árabes figuravam na rua dos Andradas, a famosa rua da Praia, uma área de comércio mais sofisticada da cidade. Ali os patrícios abriram duas lojas de tecidos e uma de armarinhos.

Gráfico 10: Estabelecimentos comerciais sírios e libaneses no Centro de Porto Alegre (1924)



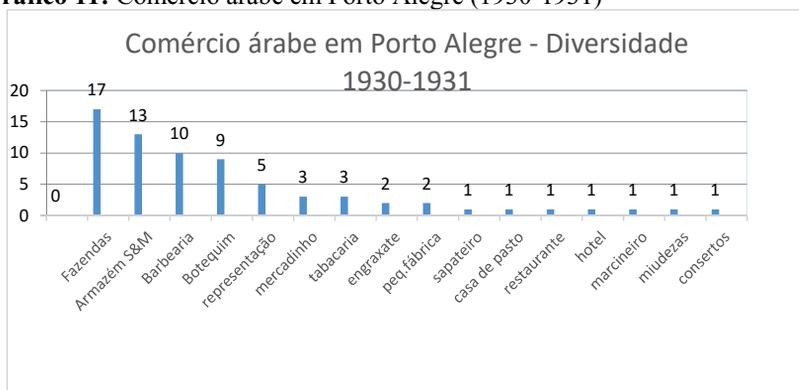
Fonte: O autor (2017).

Foi nessa época que a capital gaúcha suplantou outras praças comerciais do estado, como Pelotas e Rio Grande. De acordo com Medina (2010, p.47), “na gestão de Otávio Rocha (1924-1928) os desenvolvimentos urbanos de Porto Alegre, previstos havia 10 anos pelo intendente Maciel, começam a sair do papel”. A capital gaúcha teve a sua paisagem urbana radicalmente modificada pela realização de novas obras de infraestrutura, como a construção de avenidas, e o embelezamento de seus parques e praças (MONTEIRO, 2006).

Alguns anos mais tarde houve a canalização do Arroio Dilúvio, a urbanização da Zona Sul da cidade e o início da verticalização do Centro. Ainda segundo Monteiro, diversos fatores foram importantes para a incrementação do crescimento urbano e para tornar Porto Alegre ainda mais cosmopolita, como a migração interna de parte da população do interior, a reorganização administrativa e a construção de prédios públicos. Tudo isso modernizou a cidade e modificou a feição da estreita península onde Porto Alegre nasceu e espremeu-se até o final do século XIX. Além disso, teve forte impacto no comércio da capital, mas também nas estratégias comerciais dos comerciantes árabes da cidade.

O gráfico abaixo mostra a diversidade do comércio árabe na Porto Alegre do início da década de 1930, mas também uma concentração importante no ramo do comércio de produtos têxteis. Chama atenção, no entanto, a boa quantidade de barbearias, um setor típico de empreendedores individuais ou que trabalhavam por conta própria. Aqui, eles colocavam suas barbearias próximas a áreas comerciais e populares. Assim, através da comunicação oral com o povo, prestando serviços, o imigrante árabe exercia seu *mister* individualmente. Verifica-se a presença de comércio de imigrantes árabes e de seus descendentes por diversos bairros; no entanto, os livros a que tivemos acesso mostram a cobrança primordialmente no 1º Distrito (Centro de Porto Alegre).

Gráfico 11: Comércio árabe em Porto Alegre (1930-1931)



Fonte: O autor (2017).

No início da década de 1930, observa-se maior diversidade de locações comerciais sírio-libanesas fora do Centro da cidade, especialmente nas avenidas Benjamin Constant e Sertório, assim como na rua Dona Leopoldina e na avenida Germânia, atual Cairu, todas no bairro de São João. Contudo, a região central continuava sendo o principal local de reunião de estabelecimentos comerciais árabes na capital, conforme se pode ver no quadro abaixo:

Quadro 11: Comerciantes árabes em Porto Alegre por tipo de comércio (1930-1931)

Sobrenome/Nome	Tipo de Comércio	Ano	R. Vol. da Pátria	Imposto pago
Bijalda, Antônio	Sapateiro	1930	Rua Dr. Flores, nº307	\$25.000
Zogbi, Salomão	Tabacaria	1930	Rua Dr. Flores, nº18	\$192.000
Chalub, Elias	Botequim	1930	Rua Duque de Caxias, nº706	\$264.000
Kalil, Elias	Bar	1930	Rua D. de Caxias, nº1.174	\$264.000
Zaka, Rosa	Casa de Pasto	1930	Rua Gal. Paranhos, nº157	\$78.000
Jorge, J.	Armazém	1930	Rua Gal. Paranhos, nº159	\$52.000
Cecchin, Luiz	Armazém	1930	Rua Cabral, nº185	\$54.600
Maluf & Cia.	Arm. e Fazendas	1930	Nº433	\$720.000
Buchabiqui&Cia	Arm. e Fazendas	1930	Nº445	\$600.000
Simon, Jorge	Fazendas	1930	Nº645	\$390.000
Moysés, Pedro	Fazendas	1930	Nº1.105	\$195.000
Nasrallá, Abdalla	Armazém S&M	1930	Nº1.283	\$156.000
Maluf, Ayub Cury	Arm. e Fazendas	1931	Nº433	\$150.000
Buchabiqui& Cia.	Fazendas	1931	Nº445	\$445.000
Seadi, Antônio	Fazendas	1931	Nº455	\$76.000
Nasrallá, Abdalla	Armazém S&M	1931	Nº1.283	\$180.000
Jalfim, Rosa	Fazendas	1931	Nº1.099	\$163.000
Andre, Miguel	Armazém S&M	1931	Mercado Público nº9-10	\$252.000
Neme & Seade	Bar	1931	Mercado Público nº99	\$792.000
Buchain, Jorge J.	Barbearia	1931	Rua Moura Azevedo nº267	\$78.000
Maluf, Jorge	Representações	1931	Rua XV de novembro nº131	\$100.000

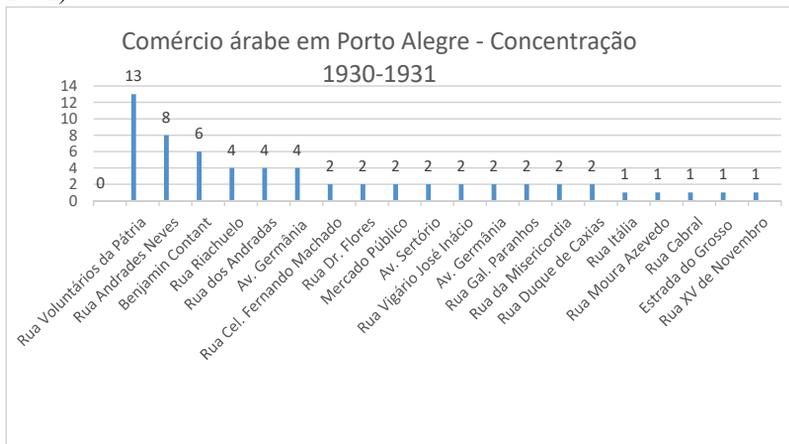
Fonte: O autor (2017).

Ivo Nesralla lembra assim do pai, Elias José Nesralla, estabelecido com loja de seda fina no Centro de Porto Alegre:

Nas férias, quando era guri, meu pai com medo que eu me extraviasse, fizesse bobagem, me obrigava a ficar na loja. Eu fazia a arrumação dos tecidos e, no fim do dia, o livro da fêria. Eu via os vendedores mostrando a mercadoria e ficava fascinado. Costumo dizer à minha mulher que, se não fosse cirurgião cardíaco, eu seria vendedor de tecidos! (Ivo Nesralla, entrevista em 20/07/2015)

Algumas ruas do 4º Distrito aparecem no gráfico abaixo, porém, as do Centro Histórico ainda eram as preferidas da comunidade sírio-libanesa porto-alegrense de então. Lá os compradores sabiam poder contar com variedade e bons preços devido à competição mais acirrada.

Gráfico 12: Áreas de concentração de comércio árabe em Porto Alegre (1930-1931)



Fonte: O autor (2017).

É oportuno destacar no gráfico acima, que representa o fim do período estudado, a presença de duas pequenas fábricas de roupas (camisas e meias) e de dois armazéns atacadistas – estes, ativos desde o início do período estudado no fim do século XIX –, o que evidencia a importância dos atacadistas de miudezas na base e na formação do comércio popular, mas também na criação de lojas especializadas em fazendas. Por fim, embora o ramo têxtil se destacasse como majoritário na preferência dos patrícios, havia uma grande diversidade de segmentos de negócios; todavia, a maioria continuava a constituir-se de pequenos negócios nas áreas centrais da cidade¹⁸⁰.

Apesar de não ter sido realizado recenseamento em 1930, os dados anteriores e posteriores indicam que, nessa época, de acordo com Medina (2010, p.60), “a população da capital girava em torno dos 250 mil habitantes, o que a colocava em terceiro lugar entre as cidades brasileiras, abaixo apenas do Rio de Janeiro e de São Paulo”. A crise de 1930, porém, também foi política, e um novo governo se instalou na Capital Federal, repleto de gaúchos que tinham ficado de fora do arranjo político articulado entre mineiros e paulistas nas últimas décadas da República Velha (FRANCO, 1983). A nova crise se abateu sobre as finanças mundiais com reflexos na economia da cidade, quando a arrecadação de impostos caiu drasticamente. Os anos que antecederam à crise mundial de 1929 foram de

¹⁸⁰ Não estão computados aí os bairros da Azenha e Cidade Baixa, dois locais com razoável presença de comerciantes de origem e língua árabes estabelecidos com lojas.

algum progresso para a economia da capital, porém, com os reflexos da crise, os números do comércio caíram.

Em Porto Alegre, imigrantes sírios e libaneses organizaram uma pequena rede de comércio que, apesar das dificuldades iniciais, logrou êxito e permitiu que eles mantivessem um bom padrão de vida. Talvez por isso tenham conseguido, em muitos casos, mesmo em momentos adversos, educar seus filhos nas melhores escolas da capital, como veremos no próximo capítulo, dando prosseguimento, na geração subsequente, a uma inserção social mais profunda. Assim, a geração posterior à dos imigrantes, que já nasceu brasileira, pôde exercer outros ofícios que não o de comerciante, principalmente as chamadas profissões liberais. Muhamed Baccar (2003, s.p.), filho de libanês, é um bom exemplo que está sendo dito aqui:

Tirei o científico em Porto Alegre. Depois eu fiz o vestibular e passei para engenharia química, na UFRGS. Em Porto Alegre eu conhecia os amigos de meu pai, que era gente de muito dinheiro e de muita importância lá. Eles eram árabes mesmo, da comunidade. Eram atacadistas de tecidos muito fortes. Eu tirei o curso muito novo. E quando eu me formei, tinha 21 anos.

A participação sírio-libanesa no comércio de varejo de Porto Alegre, durante as primeiras décadas do século XX, mostrou-se um fator importante para o desenvolvimento da capital e do estado, como se pode observar pelo gráfico abaixo. Foi graças a esta participação, e também a escolha por eles de um ramo de negócios específico, como o de tecidos e armarinhos, que eles conseguiram angariar certa proeminência e credibilidade no mercado porto-alegrense. O demonstrativo abaixo, embora seja apenas um indicativo e não tenha a pretensão de ser conclusivo, dá uma ideia do desenvolvimento dessa contribuição no início do século XX.

Gráfico 13: Arrecadação de imposto valor locatício pago por comerciantes árabes em Porto Alegre (1899-1931)



Fonte: O autor (2017).

O gráfico anterior mostra que a imigração sírio-libanesa na capital dos gaúchos foi, além de tudo, um fator econômico importante. De acordo com Monteiro (2006), no fim da década de 1930 observou-se expressivo incremento do comércio na capital, o que, segundo o autor, foi fortemente estimulado pela presença de imigrantes estrangeiros em seu território. Nestas primeiras décadas do século XX, eles ali trabalharam fornecendo mercadorias, vendendo bens e produtos, transportando coisas, atendendo a clientes e pagando impostos.

Apesar da estagnação de alguns que nunca passaram do pequeno comércio, uma parte desses imigrantes, embora não tenha enriquecido, conseguiu manter um padrão de vida que talvez não tivesse na origem, indicando que o comércio e os negócios foram o principal veículo de ascensão social. Contudo, não devemos esquecer que o grau de motivação pessoal não pode ser generalizado entre os imigrantes sírios e libaneses, faltando, na vida real, uma simetria entre aqueles que não conseguiram estabelecer exatamente um bom padrão, conforme nos lembrou em seu depoimento Rafique João (2015, s.p.), filho de um casal de imigrantes sírios:

O velho morreu pobre e doente e só deixou um terreno na [avenida] Cascata. Acho que ele não tinha muita paciência e não era tão atencioso como os outros patrícios. No seu caso foi diferente, teve comércio, mas não prosperou, e acabou como mascate vendendo mercadorias para armazéns. Eu mesmo não estudei, trabalhei com patrícios em lojas e confecções, mas perdi tudo que ganhei porque jogava, diferente do meu irmão Paulo, que se formou em direito e foi procurador do Estado. (Entrevista com Rafique João).

Fazendo uma análise sobre a variedade do comércio sírio-libanês no Centro da capital gaúcha, ainda que se observe uma tendência entre esses imigrantes em se dedicar a um segmento comercial específico, como o ramo de fazendas e armarinhos, alguns aspectos importantes, no entanto, quando nos referimos ao ramo de têxteis, podem passar despercebidas para quem não é familiarizado. O ramo de tecidos pode apresentar características e qualidades que se diferenciam substancialmente. Por exemplo: o negócio pode ser de fazendas finas, mais caras, de uma ou de outra variedade, como cortes para roupa feminina ou masculina; o lojista pode ser especializado na venda de seda ou linho, de cortes para que alfaiates confeccionem ternos e roupas femininas; de tecidos estampados para cortinas e até de lonas mais grossas e tapetes, que também são têxteis. Assim, cada nicho de produtos têxteis tem uma produção industrial específica, uma concorrência própria, uma capacidade de estocagem e também facilidades de importação peculiares.

A perda de espaço desse tipo de comércio, antes praticamente exclusivo, começa a se verificar com a industrialização de confecções e a entrada no mercado das microfibras e lojas de roupas prontas, por volta da segunda metade da década de 1940. Mesmo assim, a demanda pelo varejo de tecidos continua até hoje. Por isso, o conhecimento sobre o produto, fornecedores, preço obtido por metro, depois de livrados os custos, e sobretudo o atendimento aos clientes dentro da loja são ainda importantes diferenciais para cativar a freguesia, e no fundo determinam o êxito do empreendimento. Elias Dabdab (2015, s.p.) nos relatou assim a trajetória de seu pai nesse ramo do comércio árabe em Porto Alegre:

Meu pai, Raphael Dabdab, chegou ao Brasil em 1925, diretamente da Antíóquia, na Síria (hoje, território da Turquia). Ele veio para comunicar ao irmão que já estava no Brasil, a morte de nosso avô. Em Porto Alegre, nosso primeiro comércio foi aberto na rua da Ladeira (General Câmara). No final dos anos de 1940 viemos para a Voluntários [da Pátria]. Em 1952, chegamos à esquina desta mesma rua onde estamos até hoje. Posso dizer que comecei no ramo dos tecidos aos cinco anos, acompanhando meu pai, mas aos 14 anos comecei a frequentar diariamente a loja. Eu aprendi a identificar tecidos com o toque das mãos, mas também pelo caimento da roupa.

A trajetória do pai de nosso entrevistado, indica que alguns desses imigrantes já chegaram ao Brasil com conhecimento e capital. Quando ele aportou no Brasil, seus irmãos já eram médios proprietários em São Paulo e no Rio de Janeiro. Com o estabelecimento da loja no Sul, os empreendimentos formaram uma rede de cooperação, importando em conjunto mercadorias exclusivas da Europa que eram oferecidas aos seus clientes nas três capitais.

Um outro entrevistado, Gilberto Sada conta que seu tio e padraсто, Mário Sada, morava em Porto Alegre em 1940, e seu irmão (Abrahão, pai do entrevistado) convidou-o para montar uma sociedade. Dessa parceria surgiu, em 1941, a Casa X¹⁸¹: “Eu e meu irmão trabalharíamos juntos por pouco mais de um ano. Abrahão veio a falecer com pneumonia dupla, depois ter ficado internado no Hospital da Beneficência Portuguesa por mais de um mês”. (2009, p.43) A esposa de Abrahão, Georgette, ficou só com o filho de cinco anos, Gisberto Sada, nosso entrevistado e atual proprietário da Casa X. Gisberto Sada (2015) nos contou que a mãe acabou se casando com seu tio Mario em 1944. Uma reportagem do *Jornal do Commercio* de Porto Alegre, de 27 de fevereiro de 2012, conta, em breve passagem, a evolução do estabelecimento mantido pela família Sada:

O pai de Sada, que se manteve à frente do negócio até falecer em 2009, decidiu liquidar o estoque de mercadorias e abrir a loja que até hoje está no nº 86 da [Marechal] Floriano. No local, a operação cresceu com o aquecimento da busca por cortes que se mantiveram por décadas, seja para coser trajes completos do universo masculino, ou reproduzir a moda vestida por mulheres em cada época. A microfibras foi um divisor de águas no varejo de tecidos. Em Porto Alegre, no Brasil e no mundo. Ajudou a reduzir preços de cortes (mesmo que não se equipare em qualidade a muitas tecelagens) e foi uma frente de batalha ante confecções prontas cada vez mais baratas. (ANTIGA Casa X se atualiza. *Jornal do Comércio*, 27 fev. 2012¹⁸²).

Mesmo que acanhada frente à participação de outros grupos étnicos, como italianos e alemães, no progresso da capital, a contribuição de sírios e libaneses para o crescimento e o desenvolvimento de Porto Alegre esteve longe de ser insignificante, conforme revela o gráfico [13] de arrecadação de impostos que apresentamos acima¹⁸³. A atividade laboral e a localização geográfica onde este trabalho era exercido marcaram as identidades dos diversos grupos de imigrantes no Rio Grande do Sul. Os sírios e libaneses, precisamente por serem de origem semita¹⁸⁴, de língua e cultura árabes, frequentemente eram vistos pejorativamente como “turcos”, embora não fossem os únicos a padecer vítimas de preconceitos. É, contudo, razoável pensar que as fronteiras entre os diferentes grupos são tanto menos permeáveis quanto mais a organização de suas identidades étnicas esteja

¹⁸¹ Em suas memórias, Mário Sada conta que a enchente que atingiu Porto Alegre em 1941 foi um momento de grande oportunidade para ele. “Com a enchente, os comerciantes da rua Voluntários da Pátria ficaram com as mercadorias completamente molhadas, e eu comprei uma grande quantidade de tecidos pela metade do preço”. Mario anunciou o lote adquirido para a população, que rapidamente liquidou o estoque: “Quando acabou o estoque tivemos que molhar os tecidos secos e os vender, tamanha era a procura”. (SADA, 2009, p.46-47).

¹⁸² Disponível em: <<http://jcrs.uol.com.br/site/noticia.php?codn=87340>>. Acesso em: 23 nov. 2016

¹⁸³ Conforme dito, esses números correspondem à metade de uma quota semestral do imposto valor locatício. Esses números, conforme já alertamos, não servem como parâmetro de comparação, a não ser com eles mesmo. De todo modo, indicam certamente um forte crescimento dos negócios da etnia árabe no 1º Distrito, especialmente entre os anos de 1924 e 1931.

¹⁸⁴ Guarda certa semelhança com os latinos mediterrâneos (espanhóis, sicilianos, calabreses e portugueses), bem diferente, portanto, do fenótipo germânico ou dos “tirolezes”, como costumavam ser chamados muitos italianos do norte da Itália, majoritários no Rio Grande do Sul.

ligada à divisão diferencial das atividades no setor econômico. Conforme preconizam Poutignat e Streiff-Fenart (1998, p.155), “a fronteira étnica sobrepõe-se à fronteira social quando uma reforça a outra”.

A ascensão social pelo comércio marcou a imigração árabe na capital, formando uma espécie de barreira que amenizava e protegia esses imigrantes da discriminação. Além disso, ela proporcionou a inserção de seus descendentes no seio da sociedade gaúcha, facilitando a transposição da identidade de comerciantes para uma nova imagem adquirida por estes últimos, que, como profissionais liberais, criaram novos espaços dentro da sociedade porto-alegrense, lugar que mal poderia ter sido sonhado pelo imigrante que se estabeleceu na cidade no início do século XX.

Em relação aos fortes e tradicionais comerciantes alemães da capital é de se destacar a inserção e a sobrevivência dos comerciantes árabes, não só no setor de armarinhos e miudezas, mas principalmente no ramo têxtil. Este último segmento de negócios mostrou-se estratégico para a colônia, e foi responsável pela colocação de algumas famílias sírio-libanesas na praça comercial da capital com destaque.

Por outro viés, se por um lado a praça comercial porto-alegrense se apresentou como um desafio para os sírios, que tiveram de enfrentar forte concorrência, crises financeiras constantes, dificuldades de transportes, avidez na cobrança de impostos, e até o contrabando, por outro abriu para eles uma ocupação maciça de nichos de negócios onde havia mais dificuldade ou falta de interesse por parte do comércio organizado e disciplinado, típico da mentalidade e do *ethos* germânico, como por exemplo o comércio popular de varejo, quando o que vale mais é o preço ou a barganha e não a qualidade.

Como observa Jeffrey Lesser (2001), o caráter étnico de um grupo não se define apenas em termos de sua cultura social, mas também em relação à sua cultura econômica. Num ambiente marcadamente urbano, os sírios-libaneses se encaixaram em novas categorias socioeconômicas, forjando uma cultura cidadina para seu grupo, ao mesmo tempo em que iam tecendo relações e se inserindo na vida política e econômica da sociedade que os acolhera. (BRUM, 2009).

5. ASPECTOS SÓCIO-ANTROPOLÓGICOS DA IMIGRAÇÃO ÁRABE NO RIO GRANDE DO SUL

5.1 A MULHER IMIGRANTE ÁRABE

De acordo com Pierre Bourdieu (2003, p.41), as divisões constitutivas da ordem social e, mais precisamente, as relações sociais de dominação e de exploração que estão instituídas entre os gêneros, se inscrevem assim, progressivamente em duas classes de *habitus* diferentes. Ao abriremos essa discussão sobre gênero não pretendemos categorizar a mulher como uma exceção, isto é, como diz Foucault (1988), um efeito mistificador das relações de poder. Aqui vamos tão somente interpretar os dados que colhemos no campo, levando em conta o potencial que cada indivíduo tem em relação aos outros, sua capacidade de interagir no grupo e seu papel na manutenção da comunidade na qual está inserido. No caso da imigração de sírios e libaneses, a mulher representou, sobretudo, a família e a face sedentária do mascate, transformando o que era a princípio uma “aventura” num projeto de vida em comum, tendo em vista a assimilação e posterior inserção da família na sociedade hospedeira¹⁸⁵.

A seleção das 753 fichas de imigrantes sírio-libaneses cadastrados no Rio Grande do Sul entre 1939 e 1949, que fizemos no Arquivo Nacional, indicou a presença de 231 pessoas do sexo feminino, representando 31% do total, ou uma proporção de aproximadamente dois homens para cada mulher¹⁸⁶. Das 231 mulheres, 132 se declararam casadas, 61 solteiras, 34 viúvas e quatro desquitadas. Donas de casa eram a maioria. Entre as que declararam trabalhar, havia modistas, agricultoras, costureiras, ambulantes e comerciantes.

Confirmando os dados colhidos por Knowlton (1960), a disparidade entre homens e mulheres chama a atenção também em Porto Alegre. A tabela abaixo apresenta os dados de entrada e saída de pessoas de origem sírio-libanesa pelo porto da cidade no biênio 1922-1923, segundo o *Anuário Estatístico do Rio Grande do Sul* (1924). Sua análise revela que, ao menos no caso da capital gaúcha, a mobilidade masculina era muitas vezes superior à feminina.

¹⁸⁵ É claro que essa generalização não contempla a diversidade de situações existentes, mas na maior parte dos casos a mulher ficava normalmente reservado o espaço doméstico, onde ela cuidava (dos filhos e dos velhos), cozinhava (para todos, inclusive o farnel do mascate) e encaminhava o destino dos filhos. Ao marido cabia o papel de sair em busca de fazer negócios, de procurar recursos para o sustento da família.

¹⁸⁶ A assimetria de gênero figura entre as principais características das migrações tipicamente masculinas, na qual o imigrante manifestava o intuito de voltar à terra natal depois de fazer algum dinheiro na terra da imigração. Segundo Knowlton (1960, p.93-97), “a proporção dos sexos num grupo social influi diretamente nas relações sociais e econômicas, que dependem estreitamente do equilíbrio entre os sexos ou na sua falta.”

Tabela 3: Entrada e saída de imigrantes sírios e árabes em Porto Alegre (1922-1923)¹⁸⁷

	Entradas 1922	Saídas 1922	Entradas 1923	Saídas 1923
Mulher síria	10	20	30	8
Homem sírio	60	70	126	48
Mulher árabe	17	8	30	22
Homem árabe	65	43	106	56

Fonte: Anuario Estatístico do Rio Grande do Sul (1924).

Em relação aos casos que selecionamos no Arquivo Nacional, 136 mulheres do total de 231 imigrantes do sexo feminino fixaram residência em Porto Alegre. Destas, 86 eram casadas, 20 solteiras, 27 viúvas e três desquitadas. Entre as que não trabalhavam, 71 se disseram casadas, 14 solteiras e 24 viúvas. Entre as casadas, encontramos 15 trabalhadoras, nove delas empregadas no comércio, cinco como modistas e uma que se declarou ambulante. Entre as solteiras, quatro trabalhavam como costureiras, uma era modista e uma, comerciante. Já entre as viúvas encontramos uma costureira e duas comerciantes; entre as três desquitadas, duas atuavam como comerciantes e uma era dona de casa¹⁸⁸.

Na realidade, pouco sabemos sobre o cotidiano das mulheres imigrantes, uma vez que, talvez em razão dos homens formarem a maioria, os estudos sobre o tema em geral privilegiam o universo masculino. No caso das imigrantes levantinas, verificamos que a maioria mostrava claros sinais de que cumprissem jornadas duplas, às vezes até triplas, o que incluía, além dos cuidados com a casa e os filhos, a administração da loja do marido, quando este saía para mascatear. Isso talvez explique o fato de que “na família de tradição árabe a mãe tem menos poder do que o pai, mas é bastante respeitada e os preceitos morais dela são muito considerados” (KEMEL (2000, p.27).

Apresentamos abaixo um quadro que revela algumas informações sobre as mulheres que declaram trabalhar. As informações indicam, além de seus locais de residência e trabalho, o estado civil, ocupação, ano da chegada ao Rio Grande do Sul e a idade que tinham quando chegaram e em que foram cadastradas. Nota-se que a idade média dessas mulheres ao imigrar era de pouco menos de 18 anos de idade. A maioria emigrou junto com seus familiares, sendo que algumas já eram casadas. Há também uma viúva, uma solteira e uma desquitada.

¹⁸⁷ O quadro reflete duas tendências da época. A primeira, a excessiva intervenção do Estado no controle das instituições, e a segunda a separação entre sírios (sírios e libaneses) e árabes, o que coincide com o início do Mandato Francês no Levante e as divisões que estavam sendo propostas para a região.

¹⁸⁸ Esses números são apenas indicativos, uma vez que, entre as mulheres casadas, pelo menos a metade, conforme verificamos, diziam residir no mesmo local em que o marido possuía comércio, indicando uma possível ocupação não declarada.

Quadro 12: Cadastro de mulheres árabes em Porto Alegre e ramos de ocupação

Nome e idade (no cadastramento)	Data Nasc.	Local Nasc.	Filiação	Endereço: R: (residencial) E: (emprego) Ano do cadastro/atu alização	Mês/a no da chega da	Idade na chega da	Ocupação, estado civil e observações
FAYAD, Hind (36) Cadastro em 1949.	13/06/1913	Líbano	Nassif e Chafica FAYAD	Av. Farrapos, 31/2º andar (R e E). 1949. Rua Cel. Vicente, 382. Centro, Porto Alegre em 1963 ¹⁸⁹ . (R)	Junho de 1923.	10	Modista solteira., Passaporte em Trípoli, 1922 e visado p/ consulado bras. Marselha em junho de 1923. Registro de estrangeiro na DP de Bagé/RS, 1939.
FAYAD, Chafika (58) Cadastro em 1949.	09/05/1891	Líbano	Gabriel e Sarah AUDI	Av. Farrapos, 31/2º andar (R e E). Centro. Porto Alegre, 1949. Rua Cel. Vicente, 382. 1963. (R)	Junho de 1923.	30	Modista, casada, Passaporte, visa e registro idem acima.
SAPAG, Chemale (45) Cadastro em 1941.	02/07/1896	Líbano	Mansur Antônio e Maria CHEMALE	Rua Marquês do Pombal, 201 Porto Alegre (R e E). 1941. rua Felix da Cunha, 861. Auxiliadora Porto Alegre. (R) 1942	1912	16	Costureira, viúva, Em 1947 ateliê à rua Marquês do Pombal, 769, Auxiliadora Porto Alegre. (E). 1947.
ELIAS, Salma (24) Cadastro em 1939.	10/11/1915	Síria	Nacif e Haine Elias.	Rua Cel. Bordini, 380. (R) Auxiliadora, Porto Alegre, 1939.	1924	9	Costureira, solteira. Rua Quintino Bocaiuva, 419 (R). Rua Marquês do Pombal, 769, Floresta (E). 1945.
SARQUI S, Maria Nackle (45)	01/01/1894	Síria	Nakle Sarquis e Dezenia N.	Rua Riachuelo, 1.624 (R). 1939. Rua	1909	15	Desquitada, comerciante ambulante - 1939

¹⁸⁹ A data é relativa a atualização do endereço do prontuário junto a Polícia Federal, conforme exigência da Lei.

Cadastro em 1939.				Duque de Caxias, 1.570 (R). Centro, Porto Alegre. 1945			
KHALIL, Rahil Elias (36) Cadastro de 1942.	22/12/1906	Líbano	Elias Nassif e Cheme Khalil	Rua Benjamin Constant, 171, São João, Porto Alegre, 1942. (E, R)	1926	20	Casada, modista. Rua Marquês do Alegrete, São João, 1944. (E, R)
GALIA, Susana Nacussi (36) Cadastro em 1940.	20/11/1904	Síria	Vicente Mansur e Saada M.	Av. Dr. Carlos Barbosa, 4 (R e E). 1940. Rua da Azenha, 1.377. Porto Alegre, 1946. (R e E)	1919	15	Casada, modista. Apresentou certidão de casamento em 29 de junho de 1929.

Fonte: O autor (2017).

As mulheres que trabalhavam fora ou em casa, principalmente no ramo da costura e na profissão de modista, aparecem com mais nitidez nesta pesquisa, especialmente nos emergentes bairros da Auxiliadora e Floresta. Exemplos como os de Suzana Galia, casada com um comerciante do bairro da Azenha, e Rahil Kahlil, também casada, do bairro de São João. Ambas se declararam modistas. As profissões de costureira, modista, de comerciante de tecidos e aviamentos eram, de certa forma, complementares entre si, o que talvez explique o número de mulheres árabes nessas ocupações. Naff (1983) credita a influência francesa no Monte Líbano desde o século XIX, e na Síria, sobretudo no período do Mandato, pela introdução e difusão de revistas de moldes e manequins, assim como àquelas de moda feminina, como responsável pelo ingresso por muitas mulheres sírio-libanesas na profissão de modista e de costureira, tanto nesses países quanto na diáspora.

O comércio e o empreendedorismo também foram escolhas estratégicas de muitas mulheres levantinas para ganhar a vida por conta própria, ou seja, com autonomia. Alixa Naff (1983) e Nunes (1997), que fizeram trabalhos comparando a imigração na América do Norte e na América do Sul, contam que algumas mulheres chegavam a permanecer na “estrada” por semanas ou meses, percorrendo os estados¹⁹⁰, enquanto outras, juntamente com as crianças e velhos, ficavam na “base” ocupando-se de outras tarefas, como a reposição de

¹⁹⁰ Existem relatos de mulheres imigrantes que vieram para o Brasil por conta própria e que aqui se tornaram mascates para sustentar os parentes que ficaram no Líbano ou na Síria.

mercadorias. Além do comércio ambulante, muitas faziam crochê, rendas e costuravam roupas em casa para seus maridos venderem. Outras, ainda, trabalhavam em fábricas de vestimentas, algumas delas de propriedade de sírios.

No Brasil, a presença da mulher síria ou libanesa na tarefa da mascateação de todo modo foi reduzida. Truzzi (2001, p.186), comparando a ocorrência de mulheres na mascateação no Brasil e nos Estados Unidos, sugere ter sido a “cultura patriarcal e menos pragmática no Brasil, em termos de ganhar a vida, que contribuiu para que as mulheres persistissem na esfera do lar ou do trabalho anexo à casa”.

Entre as mulheres árabes que exerceram alguma atividade fora do ambiente doméstico, gostaríamos de mencionar o caso da mascate libanesa Proussine Chaufun, que, a exemplo de outros, prima pela falta de informações. O pouco que sabemos dela é que chegou a Porto Alegre em 1904 e trabalhou nas ruas durante quase 40 anos. Talvez tenha voltado ao Líbano ou morrido em Porto Alegre, pois não encontramos mais nenhuma referência e, aparentemente, também nenhum familiar seu na cidade.

José Najar (2011, p.134) sustenta que, aparentemente,

a ausência das mulheres dos recortes históricos apoia a ideia de que elas não se envolveram na mascateação como forma de ganhar a vida. Contudo, há evidências que sugerem que as mulheres sírio-libanesas, exceto as da elite, foram encontradas em ocupações tradicionalmente associadas aos seus homólogos masculinos.

Najar (2011, p.134) explica que os sírios, “como um grupo de imigrantes tido como ‘branco’, fizeram valer esse privilégio para participar do *boom* do mercado de trabalho emergente do capitalismo na virada do século”. Nesse cenário, as mulheres dessa etnia, apesar do preconceito de gênero existente na sociedade brasileira, escapavam ao menos do de cor, o que facilitou sua inserção social. O autor adverte que a maioria dos trabalhos sobre imigração árabe no Brasil têm saturado não só a historiografia, mas também a memória da comunidade como sendo o homem o único representante dessa imigração.

Osman (2000) diz que as mulheres árabes foram inseridas no processo migratório depois de casadas, acompanhando seus maridos e tornando-se esposas no Brasil. Segundo a autora, a imigração de mulheres libanesas era de apoio à masculina, e assim elas foram incluídas no processo migratório. Quando vinham solteiras era para ajudar a família, atendendo às necessidades de seus pais e irmãos¹⁹¹. A seguinte passagem, de Cecília Kemel (2000, p.58), corrobora essa interpretação:

¹⁹¹ Algumas vezes acontecia de a filha permanecer na casa dos pais mesmo depois de casada para tomar conta deles, ou de levá-los para morar consigo e seu companheiro, a fim de não interromper os cuidados que dispensava a eles. Também não são poucas as histórias de mulheres que abandonaram promissoras carreiras profissionais para não abandonar seus pais (KEMEL, 2000).

Como o regime familiar é essencialmente patriarcal, o conforto e o bem-estar do pai, quando este chega a casa é indispensável. A mãe, cujo papel é também manter a liderança do pai, empenha-se a que nada lhe falte e a que ele tenha à mesa as iguarias preferidas. As filhas organizam-se, também, para que nada perturbe o pai e nada lhe falte. (KEMEL, 2000, p.58).

Kemel (2000, p.44) se refere ao papel do homem como representante maior da esfera social e à família árabe, como de tipo patriarcal. Às mulheres cabia a coordenação de toda a família. “Em virtude do trabalho intensivo dos homens, diante da dificuldade de ganhar a vida, bem como de construí-la, eles se afastavam fisicamente da família; o contato com os filhos é pequeno ou insuficiente para o crescimento de uma intimidade real”, escreve a autora. Com isso, o afeto que faltava às crianças e aos velhos na ausência dos homens era preenchido pelas mulheres.

Osman (2000) lembra que a assimetria entre os papéis masculino e feminino na imigração árabe situava o homem, fosse ele solteiro ou casado, como uma espécie de desbravador e herói, moldando a imagem do imigrante libanês como homem corajoso e destemido, protagonista de verdadeiras epopeias e sagas incomparáveis. Nesse sentido, conforma salienta Sayad (2000), as mulheres somente adquiriram um papel relevante nessa imigração quando esta se transformou em familiar. Foram elas as responsáveis diretas pela mutação de uma imigração, a princípio provisória, numa imigração definitiva. E isso em função da necessidade de constituição familiar no país de destino. (OSMAN, 2000).

Um fato que certamente nós, brasileiros, devemos à mulher árabe foi a transmissão da herança culinária do Oriente Médio, que, depois de algum tempo, se popularizou no Brasil com o qualificativo de “comida árabe”, e cujo formato, sabor e ingredientes se adaptaram muito bem ao meio brasileiro. Na origem, os pratos dessa culinária eram preparados especialmente para os homens que atuavam como vendedores ambulantes e precisavam levar consigo um alimento versátil, cujo transporte se adaptasse facilmente aos bolsos de suas vestimentas ou que pudesse ser acondicionado junto à mala de mercadorias que carregavam¹⁹².

Outra instituição igualmente importante na qual as mulheres levantinas desempenharam papel de relevo foi a religião. Rocha Pinto (2010, p.109) destaca que, no início do século XX, à falta de instituições ligadas às igrejas do Oriente Médio no Brasil, estas foram substituídas pelas do catolicismo romano, “especialmente pelas mulheres sírias e libanesas, como um instrumento de

¹⁹² De acordo com Cruz (2016, p.233) “na primeira fase da imigração, essa comida étnica era consumida apenas no espaço privado e não havia interesse que fosse comercializada pelo estranhamento que alguns de seus pratos causavam na sociedade brasileira, como o exemplo do quibe cru, a quem muitos atribuíam ser carne humana.” Em diversas regiões do país em que não se conhecia pratos feitos a partir de carne crua, circulavam boatos de que os árabes seriam canibais, sendo por isso chamados pelo apelido de “turcos canibais” (CRUZ, 2016).

individualização, uma vez que a carreira religiosa era valorizada” no país. Além disso, ainda segundo Rocha Pinto, “através dessas instituições ligadas à igreja ou à caridade, a mulher da comunidade podia ter acesso à atuação social pública, adquirindo autonomia dentro da própria família, mas também na sociedade”. Em Porto Alegre, visando atender a essa demanda foi criada em setembro de 1946, ligada à Sociedade Libanesa, a Sociedade Beneficente de Senhoras Monte Líbano, tendo à frente Saide Allen, como presidente, e Joana Moussale, como secretária (SCHILLING, 2007).

A fim de exemplificar uma outra faceta da realidade social vivida pela mulher imigrante árabe, do início do século XX, no Brasil, localizamos um processo guardado no Arquivo Público do Estado, correspondente ao desquite litigioso de Amélia Elias Hatab (APERES, 1919). O caso teve lugar em Rio Grande, no sul do estado, em 1919, e serve para evidenciar a maneira como a mulher sírio-libanesa era tratada pela comunidade, principalmente nos momentos em que sua vontade e destino estavam em jogo. O processo de separação do casal (composto por Amélia, então com 27 anos de idade, e Nativo Nekio Bichara, de 25) começa com o depoimento da esposa, que dizia não mais querer “estar junto ao marido”. Ela o havia expulsado de casa, fato ao que o marido reagiu ingressando na Justiça com o objetivo de voltar ao lar e continuar convivendo com a mulher. Nativo indicou duas testemunhas que foram chamadas para prestar depoimento. A primeira delas, seu irmão Félix Nekio, um sírio de 30 anos, comerciante, disse recordar que quando visitava o casal costumava ouvir “a cunhada chamá-lo de ladrão” e que, a seu ver, ela “deveria aceitar Nativo de volta ao lar”. A segunda testemunha, Abdala Nader¹⁹³, negociante, então com 27 anos, disse em seu depoimento que Amélia “era sempre bem tratada pelo marido” e que “não via motivos para ela pedir a separação”. Apesar dos testemunhos desfavoráveis a Amélia, o juiz – talvez diante da firmeza revelada pela mulher, quando foi novamente interpelada, em não aceitar o marido de volta – decretou a separação.

O desquite de Amélia Hatab, inicialmente litigioso, se converteu depois em amigável. Amélia, não obstante todo o peso da tradição e dos costumes patriarcais árabes, bem como do conservadorismo da Justiça brasileira da época, logrou firmar um acordo favorável a seus interesses. Apesar disso, as posições assumidas pelos atores masculinos durante o processo sugerem o forte apelo do senso comum que reconhece um lugar determinado para a mulher no casamento e na sociedade, e no qual a extensão de sua liberdade é determinada pelo marido ou pelos homens de sua família.

¹⁹³ Nascido em Nabay, no Líbano, em 1894, Abdala Nader chegou a Rio Grande com 16 anos, em 1909. No decurso de sua vida se fez grande empresário, dinamizador da vida social e política da cidade e líder da comunidade libanesa do sul do estado. Faleceu em 1953. (NADER, 2005).

A este propósito, a escritora Joumana Haddad, em sua obra *Eu matei Scheherazade*, desafia ideias preconcebidas que o Ocidente tem sobre as mulheres árabes e descreve seu próprio desenvolvimento intelectual como um contraponto a esse senso comum:

Eu matei Sherazade com as mãos do professor de matemática da quarta série que queria me convencer de que os meninos têm jeito para a matemática e as meninas para a cozinha; (...) Sim, eu matei Sherazade. Eu a matei em mim. E estou completamente decidida a matar tudo e todos que, mesmo remotamente, lembrem ou se pareçam com ela em meu inconsciente, imaginação e mente (...). Pois há uma mulher árabe insubmissa em mim. Ela tem suas próprias histórias, cuja moral não é a negociação; tem sua liberdade e sua vida, que não lhe foram concedidas por ninguém. (HADDAD, 2011, s.p.).

A realidade, entretanto, nos mostra que a rebeldia de algumas mulheres não mudou a condição da maioria delas, que se mantiveram dentro do sistema e, não raro, ajudaram a mantê-lo. Aquelas foram as práticas a que elas estavam sujeitas, especialmente nas primeiras gerações, quando havia imensa pressão por parte dos parentes para se manter as relações familiares dentro da própria etnia. Kemel (2000) assinala que, muitas vezes, os noivos chegavam a ser prometidos um para o outro pelos pais sem que se conhecessem pessoalmente e independentemente de suas diferenças etárias. Os casamentos arranjados eram algo comum entre as famílias árabes, muitas vezes estabelecidos já desde o nascimento das crianças. No caso dos imigrantes, a distância que porventura pudesse separar os noivos também não era levada em consideração, existindo até casos em que um dos consortes deslocava-se até o Brasil somente com o intuito de se casar com a filha de algum parente ou com o amigo de seu pai¹⁹⁴. Assim, a estrutura familiar que funcionava na origem era reproduzida na terra da imigração. (CONSTANTINO, 2008).

Muitas vezes, porém, como observa Seyferth (1990, p.23), a conservação integral da cultura original do grupo e sua transmissão aos descendentes revelava-se praticamente impossível, “pois o fato de vivê-la em um contexto diferente e a necessidade de aprender sobre a cultura local [fazia] com que ela se [transformasse], absorvendo elementos da cultura hospedeira”.

Nesse sentido, trazemos aqui o exemplo de um entrevistado, que nos relatou que seu pai, Ahmed Baccar, ainda que muçulmano praticante, foi obrigado a fazer concessões ao se casar com uma mulher de origem cristã. Seu filho homem, embora soubesse rezar de cor o *Al Fathia*¹⁹⁵ em árabe, adquiriu também as

¹⁹⁴ Neste caso Kemel (2000, p. 94) relata que através de um depoimento soube de um caso em que o “noivo viu a foto da noiva em casa de um parente, interessou-se e veio para o Brasil a fim de conhece-la e acertar o possível casamento”.

¹⁹⁵ Este é o primeiro *sura*, capítulo do Alcorão, e o mais recitado pelos muçulmanos, pois está presente em todas as orações. (CASTRO, 1989, p.23)

credenciais do batismo cristão, talvez para conferir-lhe ferramentas para melhor se integrar à sociedade hospedeira. As filhas, no entanto, não foram entronizadas no batismo, quem sabe talvez pelo motivo inverso, ou seja, justamente a fim de preservá-las para seus futuros maridos muçulmanos (BACCAR, 2003, s.p.).

Kemel (2000) observa que a miscigenação dos árabes com brasileiros ou com membros de outras etnias tendeu a modificar seus hábitos. No caso feminino, muitas mulheres passaram a se preocupar em trabalhar fora e em adquirir uma educação superior. A fundação de clubes sociais e entidades beneficentes, muitas delas lideradas por mulheres, nas primeiras décadas do século XX, engendrou um espaço aberto de compartilhamento de experiências e de socialização para os sírios e libaneses.

Schilling (2007, p.27) argumenta que “mesmo antes da chegada das mulheres árabes, os núcleos associativos já estavam em formação”. De acordo com a autora, “essas mulheres contribuíram, ao chegar, com inúmeras outras organizações sociais femininas de diversas finalidades, desde a formação de escolas até a organização de órgãos de imprensa”. Não seria um despropósito supor que em suas trocas culturais com indivíduos de outras etnias, os árabes pudessem ter sofrido algum tipo de discriminação por não serem europeus, ou por qualquer outra ordem de diferenças. Contudo, a abertura desses espaços de socialização da etnia proporcionou uma aproximação gradativa por parte dos brasileiros e de outros imigrantes aos costumes, sotaques e sabores médio-orientais trazidos ao Rio Grande do Sul por eles, facilitando sua integração à sociedade rio-grandense.

Na época da fundação dos clubes étnicos árabes já havia uma geração de filhos de imigrantes que levava seus amigos, maridos e esposas brasileiros, assim como filhos de outros imigrantes, para participar de festas, reuniões e outros eventos nessas entidades, tudo sempre acompanhado de muita comida de origem sírio-libanesa. Isso decerto contribuiu, numa segunda fase da imigração, para a exploração comercial de sua culinária com a abertura de restaurantes, bares e botequins.

5.2 O HOMEM IMIGRANTE SÍRIO-LIBANÊS

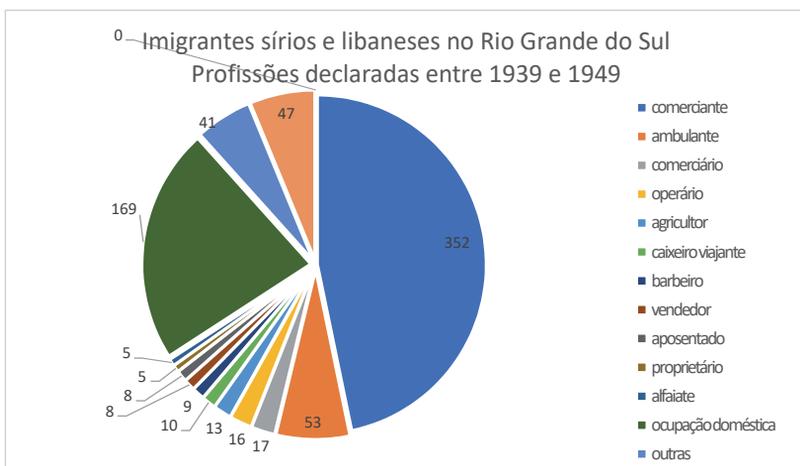
Os dados de nosso microcosmo construído no Arquivo Nacional mostram uma preponderância significativa de presença masculina se comparada ao número de mulheres imigrantes. Dos 753 casos levantados, 522 eram homens, 357 deles casados, 141 solteiros, 23 viúvos e um desquitado. As profissões de comerciante e ambulante, somadas, lideravam com folga (65%) o total das ocupações, especialmente entre os casados com registro de chegada anterior a 1920. As outras

profissões citadas no cadastro foram as de criador, agricultor, industrial, horticultor, operário, funcionário e empregado rural.

Em Porto Alegre, encontramos 187 comerciantes, dos quais 144 casados, 37 solteiros e seis viúvos. Entre os 51 homens que se declararam ambulantes, 26 eram casados, 22 solteiros e três viúvos.

No cômputo geral do estado, contamos 352 comerciantes (entre homens e mulheres), 17 comerciários, 16 operários, 13 agricultores, 10 caixeiros viajantes, nove barbeiros, cinco alfaiates, cinco proprietários, quatro fotógrafos e quatro garçons. Completam as profissões declaradas, com pelo menos dois representantes, as seguintes ocupações: confeiteiro, carpinteiro, carroceiro, jornaleiro, feirante, ferroviário, sapateiro, fiscal e condutor de bondes, padeiro, porteiro, quitandeiro, vendedor, além de um imigrante que se declarou capitalista. Importante frisar que em nosso demonstrativo, 169 mulheres se declararam donas de casa. O gráfico abaixo sintetiza visualmente os dados coletados:

Gráfico 14: Imigrantes sírios e libaneses no Rio Grande do Sul. Profissões declaradas (1939 e 1949).



Fonte: O autor (2017).

Analisando o gráfico acima, percebe-se que a maioria desses imigrantes trabalhava com o comércio, quer seja com loja própria, no comércio ambulante, ou como vendedores (comerciários). As profissões autônomas, como barbeiro, alfaiate e fotógrafo também aparecem com alguma frequência. Havia, porém, um número razoável de imigrantes trabalhando na função de operários, o que foge completamente do senso comum que indica que os imigrantes árabes se concentravam exclusivamente nas profissões de comerciantes ou mascates. Na

primeira geração de imigrantes a quantidade de homens superava em muito a de mulheres, fenômeno também observado em relação a sua naturalização como brasileiros: 4.163 dos homens contra 1.284 das mulheres (KNOWLTON, 1960)¹⁹⁶.

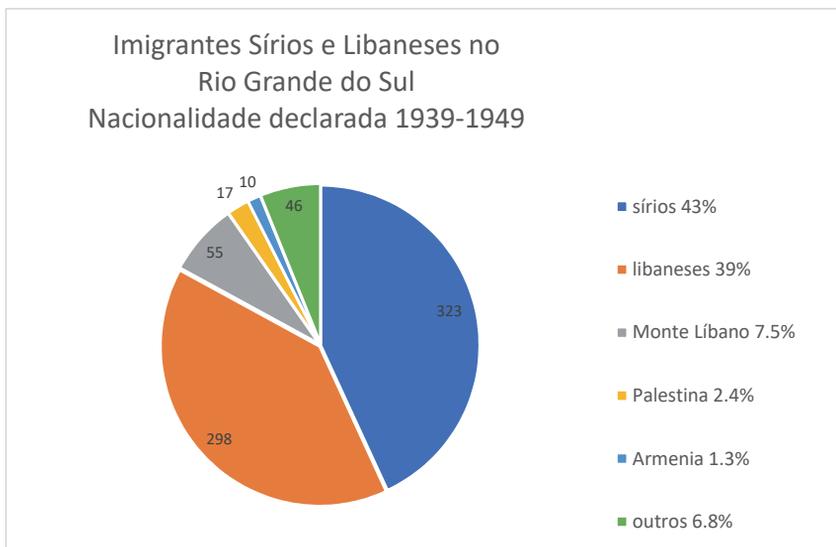
Do conjunto de 753 imigrantes sírios e libaneses, 323 pessoas se declararam sírias. Dessas, 18 pediram posteriormente a retificação para a nacionalidade libanesa através de processo administrativo¹⁹⁷. Disseram-se libanesas 298 pessoas. Outros 46 imigrantes declararam-se naturais do Monte Líbano, 17 da Palestina e 14 da Armênia (entre os quatro que se disseram da Turquia, pudemos deduzir, pelo sobrenome, que eram na verdade de origem armênia). Ainda foram contados oito argentinos e cinco uruguaios de origem árabe que entraram no Brasil pelo Rio Grande do Sul. Dois se identificaram como “árabes”: um oriundo da República Dominicana e outro do Grande Líbano, ambos com nomes e filiação claramente sírio-libanesa cristã. Trinta e três imigrantes não responderam ao item relativo à nacionalidade, embora seus sobrenomes, assim como os de seus pais, indicassem com certeza serem eles sírios ou libaneses, conforme constatamos nas fichas.

A ilustração abaixo resume graficamente o que dissemos acima:

¹⁹⁶ Com o avanço do processo migratório, esse quadro iria mudar. Em relação ao número de descendentes de segunda geração, por exemplo, já se pode perceber um grande equilíbrio: 53.769 homens contra 53.307 mulheres. (CORTES, 1958).

¹⁹⁷ Registre-se que muitas pessoas nascidas no Líbano ainda se consideravam sírias no sentido amplo do significado. Outras nasceram na Síria, porém, com a reconfiguração dos territórios da Síria e do Líbano e a consequente redefinição das fronteiras entre esses dois países, promovido pelo Mandato Francês, alguns sírios se tornaram libaneses.

Gráfico 15: Imigrantes sírios e libaneses no Rio Grande do Sul. Nacionalidade declarada (1939-1949)



Fonte: O autor (2017).

O campo destinado à nacionalidade teve um significado importante para a pesquisa na medida em que representava uma autoproclamação ou, no mínimo, traduzia as identidades dos imigrantes e de como eles se viam. Outra realidade foi notar a importância, para muitos imigrantes, da ratificação posterior da nacionalidade declarada inicialmente¹⁹⁸. Neste sentido lembramos que para Frederick Barth (1998, p.189), o grupo étnico “integra um campo de comunicação e interação”, e “conta com membros que se identificam a si mesmos e são identificados pelos outros como constituindo uma categoria não redutível a outras categorias de mesma ordem”.

Assim, se somarmos os que se declararam libaneses com aqueles que retificaram suas cidadanias, e ainda outros que disseram ter nascido no Monte Líbano, veremos que, de fato, ao Rio Grande do Sul vieram, ou ali se radicaram, mais libaneses do que sírios, pelo menos na amostragem que representa nosso microcosmo. Embora não houvesse informação nas fichas de cadastro sobre a

¹⁹⁸ Em 1920, depois de dividido o território da Grande Síria entre a França e o Reino Unido, o Alto Comissariado Francês criou os territórios do Líbano e da Síria, instituindo nesses países suas respectivas nacionalidades.

confissão religiosa desses imigrantes, mediante a análise de seus sobrenomes pudemos concluir que 5% deles eram muçulmanos e 1% judeu (árabe)¹⁹⁹.

5.3 DIFICULDADES DE INTEGRAÇÃO À SOCIEDADE RECEPTORA

A trajetória que vai de mascate a bacharel nunca foi um caminho rápido, nem fácil, uma vez que pressupondo esforços de duas gerações. O êxito final, na maioria das vezes, é o resultado do sacrifício de uma geração, que projeta na outra o fruto de suas ações. A maioria desses imigrantes chegou ao Brasil ainda muito jovem e se viu diante de grandes desafios para conquistar um lugar ao sol.

O primeiro exemplo do que estamos dizendo é exemplificado por uma história trágica encontrada no Arquivo Público do Estado. Ele revela-se emblemático por seu conteúdo e diz muito sobre alguns importantes aspectos da prática comercial desses imigrantes, não só em Porto Alegre e no estado gaúcho, mas por todo país. O caso diz respeito a um mascate chamado José Ganen, que foi assassinado em 1895.

Ele foi vítima, enquanto mascateava, de bandidos em Santo Antônio da Patrulha, no interior do estado. O caso ilustra o processo de divisão de trabalho, obtenção de crédito, sociabilidade e as formalidades entre os patrícios radicados e que operavam comercialmente na cidade. O processo-crime mostra como se dava o modelo de acumulação dos imigrantes árabes em Porto Alegre no fim do século XIX, mas também sua estratégia de inserção na comunidade de comerciantes estabelecidos da capital. O depoimento de duas testemunhas é elucidativo, clarificando como eles lidavam com suas finanças.

No dia 26 de outubro de 1895, Mansur Curi diz que, havendo sido assassinado no município de Santo Antônio da Patrulha, o seu companheiro de casa, José Ganen, quando mascateando, foi, por autoridade do prefeito, arrecadada e remetida a si a importância de 150\$000, que foi encontrada em seu poder, e como o dito assassinado tem em sua casa uma mala fechada na qual poderia ter algum valor, vem o inventariante pedir-vos ordenar que seja aberta a mesma e de seu conteúdo, caso exista, ter o suplicante pago a quantia de 1.327\$500 réis (um conto, trezentos e vinte e sete mil e quinhentos mil-rés) e o restante enviado a sua mulher na Síria, visto que o mesmo é casado. Este fato teve lugar no dia 10 de outubro de 1895, na mesma ocorrência feita pela autoridade do lugar. (APERS, 1895).

Anexada aos autos do inventário, uma nota de promessa de crédito de 6 de setembro de 1895, registrada em cartório, assinada por José Ganen em favor de Mansur Curi, na quantia um conto, trezentos e vinte e sete mil e quinhentos mil-réis “em mercadorias que lhe comprei a crédito e me obrigo a pagar de hoje a um

¹⁹⁹ Essa conclusão se deu através da análise dos sobrenomes junto ao cadastro do Arquivo Nacional. Creditamos serem islamitas nomes como Muhamad, Hussain ou Ali e judeus Cohen, Nigri ou Levi, por exemplo, que foram encontrados junto aos imigrantes de cultura e língua árabe.

mês, pagando na falta o juro de um 1% ao ano até o embolso, e por não saber escrever pedi ao senhor Assad Salem que fizesse este, e por mim assina-se com duas testemunhas. (APERS, 1895).

Em 28 de novembro, na sala de audiências da vara de órfãos, o advogado José Soares Jr., procurador do inventariante Mansur Curi e à revelia dos interessados, pelo juiz foram juramentados, e depois inquiridas a[s] testemunha[s] apresentada[s] para esta justificação, cujos nomes seguem:

1ª testemunha: José de Castro, 48 anos, brasileiro, sendo inquirido sobre o pedido de folha 2²⁰⁰, disse que conhecia o árabe José Ganen, de quem era freguês, e que tinha por costume hospedar-se em casa do depoente onde tinha muita intimidade. Que ultimamente, antes do referido árabe seguir para campanha, com destino a Santo Antônio da Patrulha, esteve com o depoente em conversa sobre seus negócios e nesta ocasião declarou que, se fosse feliz, pagaria em seu regresso a seu patricio Mansur Curi um conto, setecentos e cinquenta e tantos mil réis. Disse que era ele seu único credor, e assim ficaria folgado. Que mais tarde soube, por lhe haverem dito, que José Ganen não tinha regressado daquela viagem, tendo sido assassinado. (APERS, 1895).

Em 10 de janeiro de 1896, habilitaram-se no espólio, na qualidade de devedores, dois patrícios: Jorge Abile e Cafruni Lami; o primeiro no valor de 660\$000 e o segundo no de 450\$000, requerendo que as mesmas quantias sejam arroladas entre os bens pertencentes ao espólio do finado (APERS, 1895). Depois de aberta a mala na sala de audiências, o perito lavrou nos autos do inventário os valores de seus pertences que, entre medalhões de plaquet, correntes de ouro e patações de prata, além de um bom cobertor e roupas usadas, perfizeram o total de 650\$000 no leilão promovido.

O caso confirma que o crédito e a honra nos negócios eram parte de um código de honestidade, e que era inquebrantável entre a grande maioria deles. Mesmo com o credor morto, os patrícios devedores compareceram ao inventário consignando-lhe a quantia devida, e depois de satisfeito o seu único credor, Mansur Curi, o espólio do árabe ainda dispunha do crédito de aproximadamente quinhentos mil-réis, que seria enviado à viúva na Síria.

Observa-se que o brasileiro que prestou depoimento como testemunha declarou que era “íntimo” do árabe, que frequentava sua casa e também era seu confidente. Ora, isto é notável em termos de sociabilidades interétnicas. Frequentar a casa, além de ser “freguês” e confidente do árabe, mostra, enfim, como esses imigrantes granjeavam a confiança de brasileiros e árabes de forma quase semelhante.

²⁰⁰ Reembolso ao suplicante por ter emprestado “a quantia de 1.327\$500 (um conto, trezentos e vinte e sete mil e quinhentos mil-réis) e o restante enviado a sua mulher, na Síria, visto que o mesmo é casado.” (APERS, 1895).

Vemos também que o árabe divide uma casa com outro patrício e que usa Porto Alegre como base para seus deslocamentos ao interior para fazer negócios. É importante verificar que, mesmo morto, ainda havia uma quantia em dinheiro deixada junto ao corpo, segundo o Prefeito de Santo Antônio da Patrulha, que enviou a quantia a Porto Alegre. Isto induz a pensarmos numa emboscada, talvez de alguém que conhecesse o itinerário regular do árabe, que fazia, com certeza, sua última jornada. Notável pensar que naquela época um mascate, apenas com o fruto do seu trabalho e as economias que fazia com paciência e disciplina, um passo de cada vez, seguia na direção de se estabelecer ou, como disse nosso “investigado”, ficar “folgado”. A tragédia que se revelou como destino para Ganen, em sua arriscada profissão de mascate, serviu para pavimentar o caminho de outros que não caíram; e continuaram acreditando que o novo país era a terra da fortuna e da felicidade.

Trajetórias de êxito é lugar comum nos escritos sobre imigração, mas na vida real, como mostram os processos de falências arquivados, certamente nos induz a pensar que não havia espaço para todos. Um exemplo disso, nós encontramos no Arquivo Público do Estado, num pedido de *habeas corpus* de 1909 do árabe Abrahão Elias²⁰¹ (APERS, 1909), que se encontrava preso na qualidade de “falido”. O exame da documentação revelou algumas curiosidades. Assim que foi verificada a ausência de Elias em seu comércio, Washington Luiz²⁰², futuro presidente da República e um dos chefes do Partido Republicano em São Paulo, então à frente da Secretaria de Segurança do governo paulista, foi comunicado, provavelmente pelo credor de Elias, sobre seu possível paradeiro. De posse da informação, Washington Luiz entrou em contato com as autoridades policiais gaúchas em Porto Alegre nos seguintes termos:

Solicito a V. Ex.^a capturar o árabe – o negociante falido que se acha nessa capital, em casa de sua irmã, Maria Elias, em preparativos para o embarque para a Turquia. Oportunamente enviarei os papéis de extradição – Saudações, Washington Luiz. (APERS, FUNDO JUDICIAL/HABEAS CORPUS N. 4053 ABRAHÃO ELIAS 01/01/1909).

No dia seguinte ao da prisão, o advogado de Elias ingressou na Justiça com um pedido de *habeas corpus* em favor do árabe, que se achava “recolhido à prisão da chefatura de Polícia, sem nota de culpa há mais de 24h”. Na petição, informava o advogado que seu cliente estava sob a ameaça “de ser remetido pelo Saturno para São Paulo”. (APERS, 1909).

²⁰¹ APERS, Fundo Judicial/*Habeas Corpus* n. 4053 Abrahão Elias 01/01/1909.

²⁰² Washington Luiz deixou o cargo de deputado estadual para assumir, em 13 de março de 1906, a Secretaria Estadual de Justiça e Segurança Pública de São Paulo, na qual permaneceu até 1º de maio de 1912. Ocupou o cargo de presidente da República entre 1926 e 1930 (KOIFMAN, 2001).

O caso revela as conexões influentes que um emergente funcionário público de São Paulo mantinha com o Poder Executivo paulista, e, na outra ponta, com as autoridades e comerciantes gaúchos. Àquele, aparentemente, detinha o poder de mandar prender e encaminhar a expulsão de qualquer estrangeiro sem passar pelo crivo do Judiciário, empregando uma mera rotina administrativa como possível instrumento de limpeza social.

Outro processo-crime, este envolvendo violência nas relações entre os próprios imigrantes, se deu em Cachoeira do Sul, em 1911, quando:

Elias Félix Karubim prestou queixa contra Miguel e Rosa Naman, Leonel Elias José e João Domingo²⁰³, todos eles árabes, casados, os dois primeiros estabelecidos com negócio de fazendas e miudezas e os dois últimos, de profissão mascate, [ocupando espaços de depósito] no edifício do Mercado Público à Praça José Bonifácio, todos residentes em Cachoeira. Em 25 de janeiro de 1911, às 10h30min para 11h da manhã, Elias Karubim foi ao Mercado exigir o pagamento de quantia e foi brutalmente agredido e esbozado inopinadamente. (APERS, 1911).

No caso acima a promotoria pediu enquadramento dos réus como incurso no artigo 303 do Código Penal com agravantes previstos nos parágrafos 4 e 5 do artigo 39²⁰⁴.

Os dois casos que acabamos de relatar, ilustram esse “outro lado” da imigração, o qual não nos interessa perder de vista. Sabemos que acontecimentos como os descritos acima são próprios da vida real e não da vida romantizada. Eles são efeitos do transbordamento de relações conflituosas, exatamente como se dá no cotidiano da vida em geral. Sabemos que a realidade social e as oportunidades que ela oferece não são as mesmas para quem se situa no lado dos mais pobres e dos perdedores, que constituem a maioria, e para aqueles que, por maior capacidade de articulação, desempenho ou sorte, se localizam no campo minoritário dos privilegiados e bem-sucedidos.

Para quem se ocupa do comércio, como no caso da maioria dos imigrantes sírios e libaneses, alcançar prosperidade em tempos de crise e de mercado saturado, por exemplo, sempre foi para poucos, notadamente para os que encontraram os caminhos abertos. Houve um tempo em que os imigrantes sírios chegavam como hordas, jovens pobres e semianalfabetos, alguns fugidos até, mas ávidos por ganhar algum dinheiro vendendo suas mercadorias para depois voltar para casa e desfrutar do prestígio alcançado pela aventura. Desses, apenas alguns ficaram; quase todos estabeleceram comércio. Este foi o caso dos irmãos Elias e

²⁰³ Processo Judicial/Crime n. 89 MIGUEL NAMAN X ELIAS FELIX KARUBIM 01/01/1911

²⁰⁴ Artigo 303: “Ofender fisicamente alguém, produzindo-lhe dor ou alguma lesão no corpo, embora sem derramamento de sangue”. Artigo 39: “São circunstâncias agravantes: § 4º Ter o delinquente sido impelido por motivo reprovado ou frívolo; § 5º Ter o delinquente superioridade em sexo, força ou armas, de modo que o ofendido não pudesse defender-se com probabilidade de repelir a ofensa.

Francisco Botomé, pequenos comerciantes que resolveram abrir uma loja e não conseguiram quitar seus compromissos. Em processo de 1923, Elias foi considerado culpado com base no Código Penal e em seguida preso por ter falido de forma fraudulenta (ainda que não dolosa) o seu negócio. Ele foi condenado a quatro anos de prisão²⁰⁵. (Tendo a pena reduzida pela metade devido “a falta de conhecimento do mal e da intenção, mas também pela pouca idade do réu”, conforme o artigo 336§1º c/c artigo 42§ 1º e 11º do Código Penal)

5.4 EDUCAÇÃO E CASAMENTOS INTERÉTNICOS

Todos esses casos mencionados no item anterior servem para demonstrar como foi difícil e não desprovido de violências e arbitrariedades o duro processo de integração da comunidade árabe à sociedade rio-grandense.

Diversos autores (KNOWLTON, 1960; HAJJAR, 1985; TRUZZI, 1997; LESSER, 1998; ROCHA PINTO, 2010) têm como ponto pacífico que grande parte da colônia sírio-libanesa dava importância suprema à educação formal de seus filhos, e, dependendo da classe social e do nível de acumulação de seus integrantes, o objetivo sempre foi colocá-los em escolas de primeira linha. Truzzi (1999, p.351) indaga se não foi este, afinal, o caminho que levou “à prova de fogo” da assim chamada integração: “o momento em que filhos de patrícios disputaram ombro a ombro posições de prestígio antes reservadas às elites, tanto no sistema educacional (...), quanto posteriormente no mercado de profissões liberais.” Assim, os descendentes de imigrantes, principalmente aqueles matriculados nas escolas mais caras da capital, representaram para a comunidade levantina um passo à frente em seu caminho da integração à sociedade gaúcha em uma esfera mais alta, uma vez que era ali que os filhos das elites daquela sociedade se encontravam.

Embora as fontes que apresentaremos a seguir sejam de escolas particulares e as mais caras de Porto Alegre, algumas exclusivas para rapazes, como a antiga Escola dos Padres (Ginásio Anchieta) e o Colégio do Rosário, elas são representativas e servem para ilustrar o processo descrito no parágrafo acima.

O Colégio Anchieta, de Porto Alegre, por exemplo, é a única instituição de ensino do fim do século XIX que guarda registros daquela época. O Colégio do Rosário, também da capital, embora só tenha começado a arquivar seus registros em 1930, com a publicação da *Revista Ecos*, também representa tradição de ensino para a elite gaúcha, sendo que – e isso é importante frisar – foi de dentro dessa instituição que surgiu a primeira universidade católica privada, que passou a fazer um contraponto com as instituições estatais que emergiam na época.

²⁰⁵ APERG PROCESSO CRIME. N.2 ELIAS E FRANCISCO BOTOMÉ 01/01/1923.

Neste sentido, investigamos primeiramente, para as primeiras décadas do século XX, os alunos de ascendência sírio-libanesa matriculados no Colégio Anchieta²⁰⁶. A instituição situava-se no Centro de Porto Alegre, à rua Duque de Caxias, n.295, próximo de onde hoje fica o Museu Júlio de Castilhos.

Entre os 299 alunos matriculados em 1916, havia apenas um descendente de árabe²⁰⁷: Antônio Assad Chemale, que cursava a 2ª série preliminar. No ano seguinte, encontramos o nome de Waldemar Assmus, que prosseguia matriculado em 1919. Neste último ano, o Colégio ganhou um outro pavilhão, aumentando a capacidade e estrutura, que passou a funcionar com cerca de 500 alunos permanentes. Em 1920, apareceu o nome do aluno Jorge Maluf, matriculado no 1º ano do Ensino Médio e que no final do ano letivo recebeu uma menção honrosa por ter tirado a 15ª melhor nota final. Em 1921, os registros do Colégio apresentam mais um descendente de árabe: Moacyr Simon, matriculado nas séries elementares. No ano de 1922, conquistando menção honrosa pelo conjunto da obra, juntava-se aos nomes sírios Ignácio Amim, matriculado no 3º ano elementar. Em 1923²⁰⁸, localizamos Antônio Allem, do 1º ano elementar. Em 1924, Moacyr João Simon, do 1º ginásial, agraciado com um prêmio de honra, e Jorge Maluf, do 6º ano ginásial, que recebeu prêmio de aproveitamento. Além dos dois laureados, Antônio Allem completava o time de patricios.

Em 1926, o número de descendentes de sírios saltou para 11 alunos²⁰⁹. O primeiro colocado entre eles foi Antônio Saffi, menção honrosa em caligrafia, história do Brasil e português, com 785 pontos²¹⁰. Além dos nomes citados, ainda verificamos as presenças de Farid Zogbi, Alfredo Emílio Allem, Orlando Aidar, Kalil Miguel Kalil, Victor Jorge Simões, Fortunato Elias Kalil e Moacyr João Simon²¹¹. Em 1927, com 12 nomes sírios ou libaneses, a menção honrosa foi para Nesralla Abraão, do 3º ginásial, pelo conjunto da obra. Neste ano também se destacaram Chapchick Saadi e Haide Elias Aesse.

²⁰⁶ A fonte utilizada foi o *Relatório do Ginásio Anchieta em Porto Alegre, Rio Grande do Sul*. A publicação, editada ao fim de cada ano escolar desde 1890, trazia uma justificativa para o currículo adotado e um memorial para cada disciplina; uma pequena biografia de cada professor; regimento e regras internas da escola; preços e condições de matrícula; crônicas, fotografias diversas, divulgação de eventos variados como viagens, competições esportivas, exercícios militares, mas também relatórios e premiações dos alunos de cada ano letivo. Havia ainda uma lista nominal dos alunos matriculados em cada ano letivo.

²⁰⁷ A pesquisa foi feita por nome e sobrenome.

²⁰⁸ Neste ano aparece Moacyr Simon, do curso elementar, conquistando o prêmio de honra, e Jorge Maluf, do 5º ginásial, com o prêmio de menção honrosa pelo conjunto de matérias.

²⁰⁹ O internato funcionava no prédio ao lado da sede da escola. O custo anual de um aluno matriculado no Colégio era de um conto e 500 mil-réis.

²¹⁰ Logo atrás figuravam José Elias Kalil, com 687 pontos; Nesralla Mansur Abraão, com 685; e Anis Jorge Aidar, com 629.

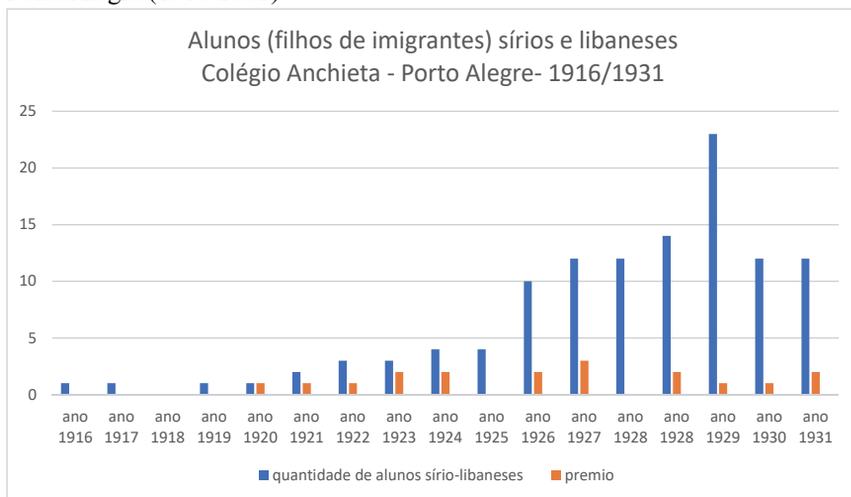
²¹¹ Uma parte desses sobrenomes era listada como proprietários de comércio árabe em Porto Alegre. Alguns nomes também figuram na lista de sócios-fundadores do Clube Sírio-Libanês (década de 1920), da Sociedade Libanesa de Porto Alegre (década de 1930) e da Sociedade Síria (década de 1940).

Em 1928, a instituição foi estadualizada, mesmo ano em que o filho de patricios Haid Elias Aesse ganhou o prêmio de excelência, 1º lugar do curso preliminar. Nos últimos anos da década de 1920, com a abertura do curso noturno, os alunos de ascendência sírio-libanesa do Colégio Anchieta eram contados em número de 23 pessoas.

Em 1930 e 1931, ainda em decorrência dos efeitos da crise mundial de 1929, este número estabilizou-se em 12 alunos. Novos nomes de descendentes, como Jorge Creidy, Miguel Kanaan, François Nehmé, Ely Eluf, João Dirani Rechden e Jorge Elias Thomaz abriram a década de 1930; porém, desta data em diante outros bons colégios da cidade, públicos e privados, começaram a fazer concorrência ao Anchieta. A miscigenação dos descendentes com outras etnias tornou a continuação da pesquisa inviável, principalmente após a década de 1940.

O gráfico abaixo ilustra a evolução do número de alunos de origem sírio-libanesa matriculados no Ginásio Anchieta entre os anos de 1916 e 1931:

Gráfico 16: Alunos (filhos de imigrantes) sírios e libaneses. Colégio Anchieta. Porto Alegre (1916-1931)



Fonte: O autor (2017).

Quanto ao Colégio do Rosário²¹², a instituição iniciou suas atividades no Centro de Porto Alegre, onde, junto a uma Igreja, começou a funcionar em 1904. Em 1927, os Irmãos Maristas, mantenedores do Colégio, transferiram sua sede para um amplo terreno no bairro da Independência, onde a instituição está localizada até hoje.

Em 1930, data em que a escola iniciou seu arquivo histórico, já contava com quase 1.000 alunos. Neste ano, havia 12 alunos com nomes árabes matriculados na instituição, entre eles alguns oriundos de famílias de Porto Alegre, como Eugênio Selaimen, José Chemale, Líbano Buchabique, Jorge Maluf e Elias Saadi, e outros de Rio Grande, como Alziro Salim Sessim e Jorge Feres. Frequentavam ainda a instituição os jovens da família Dibe, (Sabre e Invar), o primeiro tendo sido laureado como destaque de excelência daquele ano. Os alunos representantes das famílias que se estabeleceram em regiões de colônia eram Eduardo José Koff, Jorge Nelson Elias; Egídio Sequef e Danilo Davi.

Verificando a mesma fonte uma década depois, ou seja, em 1940, observamos semelhante média de alunos de origem árabe matriculados no Rosário, assim como a mesma distribuição desses alunos segundo a origem de suas famílias no estado. Em 1940, os representantes das famílias da capital eram José Buchabique, Nelson Allen e Adão Elias; do litoral e região sul do estado, Harry Cheuiche e Antônio Sessin Gil; e da Serra Gaúcha, os estudantes Rames Koff Nehmé e Henrique Zacher.

Os dados acima evidenciam existência de uma rede de coesão social que ligava diversas gerações de sírios e libaneses em todo Rio Grande do Sul, embora ela se mostrasse com muito mais força na capital. Essas redes funcionavam através da família, dos tios e dos primos, mas também dos clubes e dos contatos comerciais que os sírios promoviam uns com os outros. Ademais, o ingresso dos descendentes de imigrantes sírio-libaneses nas escolas da elite forneceu uma experiência de grupo, um antecedente intelectual comum entre o filho de imigrante e outros moços das camadas mais selecionadas da população. E também a primeira oportunidade, fora da família alargada, para que aqueles estabelecessem redes de amigos que em muitos casos depois se revelariam úteis socialmente no desenvolvimento de suas carreiras.

Conforme observa com Logroño-Narbona (2007, p.190), as escolas mais caras eram uma espécie de laboratório que treinava os meninos e os jovens para serem homens da elite. Ali eles foram socializados para se adequarem ao modo de vida da classe dirigente, para ocupar os cargos nas instituições formais do

²¹² Aqui, nossa fonte foi a revista *Ecos Rosariense*, editada pelo Colégio e disponível em: <http://colegiomarista.org.br/rosario/exalunos/versoes-mais-antigas-do-ecos-sao-publicadas-online>. Acesso em: 22 nov. 2016.

Estado - o partido político, a burocracia superior, os bancos, o corpo diplomático (...).

Em 2014, nós entrevistamos um descendente de imigrantes libaneses octogenário muito conhecido entre os sócios da Sociedade Libanesa e os descendentes de libaneses do bairro de São João. Ele nos relatou, de forma dramática, que seu pai era pobre e não podia pagar pela educação de todos os filhos. O entrevistado, que pediu para não ter seu nome revelado, caiu em prantos à nossa frente, quando lembrou as dificuldades que o pai enfrentou:

Depois do ensino fundamental, que era público, meu pai não podia sustentar a casa e manter todos os filhos na escola, que era particular. Eu, como era o mais velho, percebi sua aflição e pedi para sair do colégio para ajudá-lo na loja [de molduras e vidros para quadros e fotografias]. Hoje sou um dos únicos que não têm nível superior, mas possuo uma boa casa própria, apartamento na praia e formei todos os filhos.

Já outro entrevistado, Rafique João (2015, s.p.), nos conta que “não estudou porque não quis”. Para seus pais, entretanto, a maior satisfação de suas vidas era ver formados os filhos no Ensino Médio, como fez seu irmão mais velho, que se formou como técnico de contabilidade. O caçula graduou-se em direito e chegou a procurador do Estado: “A mãe ficava tão feliz vendo os filhos formados, e mandava emoldurar os diplomas para colocá-los expostos nas paredes da sala de casa”, completou Rafique.

Truzzi (1997) afirma que a proporção de filhos de sírios ingressando no ensino superior foi bem maior quando comparada com a de outras etnias. O autor explica o fato pela rápida ascensão econômica desses imigrantes, a qual foi propiciada pela cadeia que vai de mascate a comerciante e atacadista em um período relativamente curto de tempo. O entrevistado Mohamed Baccar (2003, s.p.) nos falou de sua experiência:

Meu pai pagou, na época, os melhores colégios de Porto Alegre. Me mandou para Porto Alegre estudar. Estudei no Colégio IPA. Que era um colégio caro na época. No IPA não tinha científico na escola. Na época minha mãe chorou muito porque queria que eu tirasse economia lá, economia não, guarda livros, mas ele não, ele disse que queria que eu tirasse faculdade. Então eu tinha que fazer científico em Porto Alegre. Então eu fiz científico. Eu era interno. Voltava para casa em cada Carnaval, Natal, essas coisas assim.

A imigração sírio-libanesa no Rio Grande do Sul nas primeiras décadas do século XX revelou simultaneamente facetas diversas. De fato, enquanto alguns descendentes estudavam, inclusive entrando nos cursos superiores²¹³, outros

²¹³ Na década de 1930 os primeiros descendentes de sírios formaram-se pela Faculdade de Medicina de Porto Alegre (futura UFRGS). Assim, por exemplo, Elias Buais e Elias José Kanan concluíram o curso em 1932; Chaphik Saadi, em 1934; Antônio Simão Saad Ralmae Allam; Elias Foedi Saadi; João Rechden; José Elias Kalil, em 1939. Na Faculdade de Direito, Brasil Seadi aparece em 1931, seguido por Abbadé dos Santos Ayub, formado em 1933, José Mansur Filho, formado em 1938 e Abelardo José Nácul, formado em 1939.

jovens imigrantes chegavam ao Brasil, igualmente no início de suas jornadas, e começavam suas trajetórias de mascate pelo interior, onde não raro se estabeleciam em cidades emergentes pela instalação de novas colônias ou nos distritos menores de cidades médias, depois de alguns anos trabalhando como ambulantes.

Em muitos desses rincões, na impossibilidade de voltar à terra natal para casar, como muitos fizeram, sem opção de se unir a uma mulher árabe, muitos casavam-se com brasileiras, descendentes de colonos italianos ou alemães. A este propósito, conforme destaca Truzzi (1997), apesar da desproporção entre os sexos dos imigrantes ser muito expressiva, em comparação a outras etnias, cerca da metade dos sírios e dos libaneses casaram-se dentro do próprio grupo. Em 1927, um relatório sobre esses grupos corrobora a afirmação do autor, mostrando que eles realizaram casamento dentro de suas colônias em 50,5% dos casos, indicando um “índice de fusibilidade” mais baixo do que o de italianos, espanhóis e portugueses (KNOWLTON, 1960; PITTS JR., 2006). Vilela (2011, p.171) argumenta que a endogamia étnica era vista pela comunidade como valor fundamental de preservação dos valores étnicos. A autora diz que a justificativa para a prática da endogamia aparece em um conjunto de estereótipos e preconceitos que, “com maior ou menor intensidade, desqualifica aqueles que não pertencem à colônia”.

De fato, para sírios e libaneses, homens ou mulheres, os brasileiros não eram considerados “bons partidos”. De acordo com Knowlton (1960), os libaneses e os sírios não desejavam o casamento com brasileiros, italianos ou membros de outras nacionalidades, pois os consideravam imorais, com costumes diferentes, maus cônjuges, “farristas e mulherengos” (TRUZZI, 1997). Além disso, a endogamia era reforçada pela atitude dos nativos, pois muitas famílias brasileiras também não aceitavam o casamento com “turcos”.

Alguns poucos exemplos de muitos que encontramos no Arquivo Público do Estado podem ser vistos no quadro abaixo, que mostram rapazes, imigrantes sírios, desposando noivas de outras origens étnicas.²¹⁴ Observamos que na lista abaixo há representantes de várias regiões do estado.

²¹⁴ Foram poucos os casos encontrados de mulheres sírias casando-se com homens de fora da etnia, mas, de qualquer forma, é importante ressaltar que aqui nos referimos a dados empíricos, uma vez que para se chegar a dados concretos, com estimativas e porcentagens, teríamos que analisar a totalidade das habilitações de casamentos dessas mulheres imigrantes, por sobrenome, no arquivo *online* do APERS.

Quadro 13: Habilitação de casamentos entre imigrantes árabes e membros de outras etnias²¹⁵

Noivo	Noiva	Ano	Município	Fonte
José Abibe Bichara	Eduarda Pinto	1898	Santo Ângelo	APERG
Jorge Elias Nicolau	Maria T. de Chaves	1902	Lagoa Vermelha	APERG
Elias Jorge	Felina A. da Cunha	1904	Pedras Brancas (POA) ²¹⁶	APERG
Miguel A. Abdalá	Ardelina Fernandes	1905	Jaguarão	APERG
Jorge Audi	Emília Binato	1907	Cruz Alta	APERG
José Manzur	Joanna Saldanha	1909	Santana do Livramento	APERG
José Jacob Nácul	Maria Luiza Moojen	1910	Lagoa Vermelha	APERG
José Elias Nedeff	Thereza Tarasconi	1911	Veranópolis/AntônioPrado	APERG
Camil Abud	João Romão de Souza	1911	Bagé	APERG
Abdo Jorge	Olívia Clara Hoffman	1913	São Leopoldo	APERG
Antônio A. Aude	Mercedes R. da Silva	1915	Cachoeira do Sul	APERG

Do ponto de vista sociológico, verificamos duas tendências principais entre os imigrantes árabes. Levando-se em conta dois conjuntos de imigrantes – os grupos familiares e os jovens independentes – observa-se os seguintes pontos em comum entre eles: (WEBER, 2010b)

a) a atividade comercial inserida em uma cadeia relacional caracterizada por uma rede de patrícios que procurava a sustentabilidade econômica, assim como marcar um nicho comercial de produtos e, se possível, afastar a concorrência;

b) o papel importante que tiveram outros árabes – seja como companhia de aventuras em busca de riquezas, seja no auxílio para uma inserção profissional mais estável, mais vantajosa ou simplesmente mais “familiar”, no sentido da constituição de “comunidades de descendência e cultura”. (FENTON, 2003, p.13).

Neste sentido, de acordo com os estudos de Soutelo Vásques (1998, p.103), o “capital relacional” facilitou a integração socioprofissional do imigrante sírio-libanês na sociedade receptora. Truzzi (1997, p.55) fala em relações de complementaridade e entajuda estabelecidas no interior da colônia, que se manifestam de diversas formas, “desde a acolhida dos recém-chegados pelos aqui

²¹⁵ Estes são apenas alguns exemplos que estão longe de se esgotar com o quadro, mas também não são parâmetro de comparação da preferência de união desses árabes com uma ou outra etnia, tão pouco em relação a própria colônia árabe. Mostra, no entanto, que a maioria dos municípios ou lugares listados eram, na época da amostragem, locais isolados e sem presença de uma comunidade árabe significativa.

²¹⁶ Uma ilha isolada no Lago Guaíba que já hospedou um presídio, foi paiol e fábrica de vacina.

residentes até a ponta das relações de complementaridade que se estabeleceram entre industriais e grandes comerciantes”.

5.5 UM ANCIÃO E A IMIGRAÇÃO ÁRABE NA CAPITAL

De acordo com Simone de Beauvoir (1990, p.17), “a lei da vida é mudar e a velhice não é um fato estático; é o resultado e o prolongamento de um processo”. A autora questiona o que é envelhecer e responde que a ideia está ligada ao conceito de mudança. Mas a vida do embrião, do recém-nascido, da criança, é uma mudança contínua. Caberia concluir daí, como fizeram alguns, que nossa existência é uma morte lenta? É evidente que não. Semelhante paradoxo desconhece a verdade essencial da vida: ela é um sistema instável no qual se perde e se reconquista o equilíbrio a cada instante; a inércia é que é o sinônimo de morte.

Norbert Elias (2001, p.69) acentua que a natureza especial da morte e sua experiência nas sociedades industriais não podem ser devidamente compreendidas sem o grande impulso da individualização estabelecida desde o Renascimento, que, “mesmo após muitas variações, permanece ainda hoje”. O caminho percorrido por este surto à individualização apresentou várias etapas. Nas fases iniciais, o sentido estava posto na ideia de vida sociável e morte solitária, pois se podia viver em alegria com os outros, porém o momento da morte deveria ser solitário. Elias assinala que uma pessoa ao perceber a aproximação da morte e que sua presença vai perdendo o sentido para os outros, experiência a vivência de estar verdadeiramente sozinho. Este estar sozinho, de que fala o autor, constitui uma das muitas variantes do conceito de solidão, que também pode significar o amor ferido de uma pessoa no passado, cuja lembrança no presente faz evocar as dores e suas marcas. “Desta forma, indivíduos assim atingidos, involuntariamente, ocultam seus sentimentos em relação aos outros, vivendo uma forma de solidão”. (ELIAS, 2011, p.69).

Elias Jorge, imigrante libanês que vivia sozinho, faleceu em Porto Alegre aos 82 anos de idade, em junho de 1940 (APERS, 1940). Antes, porém, doente, solicitou a presença em sua casa de um tabelião e de pessoas de sua confiança. Na presença do Dr. Tibúrcio de Azevedo Neto, de representantes do Clube Sociedade Libanesa – Nentalla Chemale, Abílio Allen e Miguel André, todos libaneses – e de uma testemunha, Luiz Bueno, brasileiro – escreveu o tabelião:

Recollido ao leito, mas no pleno uso de suas faculdades de inteligência e falando claramente, foi dito que desejava testar, e que, para isso, fazia as declarações constantes dos itens que seguem: que nasceu na cidade de Beirute, capital do Monte Líbano, a 25 de julho de 1858, sendo filho legítimo de Fadul Barket e Maria Fadul Barket, e que na sua terra usava o nome de Elias Fadul Barket, mas que, desde sua vinda para o Brasil, adotou o nome de Elias Jorge. (APERS, 1940).

Na ocasião, Elias também declarou que chegara ao Rio Grande do Sul em 1884, aos 25 anos de idade. Sem descendentes, tinha, no entanto, algum dinheiro e era proprietário de um único imóvel, cuja escritura juntou ao testamento (APERS, 1940).

No fim de agosto do mesmo ano, o testamento foi aberto e, na sala de audiências, perante o juiz, estavam presentes o menor Armando Martins do Vale²¹⁷, assistido por seu pai e representante legal, Alberto Martins do Vale, e os demais patrícios que compareceram ao ato da assentada do testamento. Conforme se verificou no testamento, o primeiro legado foi para a Sociedade Libanesa no valor de oito contos de réis, pagos em moeda nacional. Seu único imóvel, um terreno sobre o qual se erguiam três casas, Elias deixou para o menor citado (APERS, 1940).

Diante do testamento e da partilha dos bens de Elias Jorge, cabe indagar: O que pensa um imigrante depois de passadas quase seis décadas desde sua chegada à terra de acolhimento? Quais são as suas reais motivações e interesses no fim da vida? Vemos, neste caso, que o patrimônio acumulado em 57 anos de trabalho em Porto Alegre se resumiu em desejo e legado.

A este propósito, Norbert Elias (2001, p.76) aponta que “todos os grupos sociais e sociedades construíram ideias específicas e rituais correspondentes sobre a morte, que se tornam um dos aspectos do processo de socialização (...). A morte, seus significados e o tratamento dado aos moribundos seriam assim, segundo o autor, “parte de uma problemática relacionada à estrutura dos grupos e do tipo específico de coerção a que os indivíduos estão expostos”.

Ainda segundo Elias (2011, p.77),

há várias formas de os indivíduos lidarem com a ideia da finitude da vida: pode-se evitar a ideia da morte através da mitologização do final da vida, do encobrimento da ideia indesejada, pela crença na própria imortalidade ou encará-la como um fato da existência e ajustar a vida diante dessa realidade.

Foi assim, portanto, ajustando seus valores, que o árabe Elias deixou a vida. Para ele, o conceito de Nação passava pela rua Barbedo, na Tristeza, arrabalde da capital, mas também pela Sociedade Libanesa, no 4º Distrito de Porto Alegre. No fim da vida, o último desejo de um moribundo pode espelhar seus mais genuínos sentimentos de pertencimento e de justiça, que foram atendidos. Legando um bem imóvel a um menor, talvez um parente seu, quem sabe tenha promovido alguma espécie de justiça? Mas deixar dinheiro como herança para um clube étnico, ainda

²¹⁷ A escolha do menino com herdeiro talvez tivesse ligação com uma certa Sophia Martins, viúva de 51 anos, cujos dados encontramos nos prontuários do Arquivo Nacional referentes ao ano de 1941. Nascida no Líbano em 1890, Sophia chegou a Porto Alegre em 1907, aos 17 anos. Também com sobrenome Martins, um casal de libaneses chegou em 1904. Ele, João Benjamin Martins, aos 24 anos de idade; ela, Zulmira Mattar Martins, com 18 anos. Em 1940, residiam em São Francisco de Paula.

que na década de 1940 houvesse um forte sentimento nacionalista, nos parece que foi uma tentativa de reforçar a crença em seus valores, o sentimento de fazer parte de uma cultura, de um modo de vida. Com seu ato final, Elias apostou na perpetuação dessas ideias.

6. A IMIGRAÇÃO ÁRABE NO TEMPO, OS CLUBES ÉTNICOS E A SOCIABILIDADE DE SÍRIOS E LIBANESES

6.1 A PRIMEIRA LEVA DE IMIGRANTES

Como vimos ao longo deste trabalho, imigrantes sírios esparsos estavam presentes em caráter definitivo no Rio Grande do Sul desde as últimas décadas do século XIX. Nesse contexto, se levamos em conta que, entre os 753 nomes que selecionamos no Arquivo Nacional, estão incluídos em grande parte os imigrantes árabes vivos na década de 1940, quando o cadastramento foi realizado, verificaremos que, na verdade, a seleção indica com precisão que os mais velhos – os mesmos que chegaram ao Brasil nas últimas décadas do século XIX, com idades entre 16 e 22 anos, como supõe a média etária de sua chegada ao Brasil, estariam com idades entre 66 e 72 anos na época do cadastramento.

Certamente essas pessoas, se não pioneiras, foram parte de uma leva mais consistente de imigrantes médio orientais que chegaram ao estado gaúcho entre os anos de 1880²¹⁸ e 1900. Ainda há os casos de sírios que aqui chegaram nas últimas décadas do século XIX, permaneceram no Brasil parte de suas vidas e retornaram ao Oriente Médio no início do século XX. Foi este, por exemplo, o caso da família do entrevistado Antônio Karini, cujos avós, imigrantes libaneses com filhos nascidos em Pelotas no fim do XIX, voltaram ao Líbano por volta de 1930 com os filhos brasileiros já casados com descendentes. Karini nasceu no Líbano, mas é considerado brasileiro porque seus pais nasceram no Brasil. Ele veio pela primeira vez ao seu país de nacionalidade no fim da década de 1940, a tempo de prestar o serviço militar obrigatório. Aqui, ficou conhecido como Karini, o “soldado turco”.

Aqueles que chegaram antes, entre 1880 e 1890, imigrantes que foram parte da escassa leva de pioneiros, estariam com idades entre 72 e 78 anos na década de 1940. Contudo, a maior parte daqueles que chegaram um pouco mais velhos, entre os 25²¹⁹ e 30 anos de idade, nas mesmas duas últimas décadas do século XIX, provavelmente já estavam mortos quando do cadastramento²²⁰. Outra hipótese para o baixo índice de comparecimento ao cadastramento daqueles que chegaram antes da Proclamação da República, em 1889, é que esses imigrantes, segundo a Constituição de 1891, passaram a ser considerados naturalizados brasileiros automaticamente caso decidissem ficar no país e não manifestassem

²¹⁸ Embora nosso recorte temporal se inicie em 1890, a presença de imigrantes sírios e libaneses é registrada a partir de 1860.

²¹⁹ Este foi precisamente o caso do libanês Elias Jorge, visto no capítulo anterior, que em 1940, aos 82 anos de idade, alegou ter chegado a Porto Alegre em 1884.

²²⁰ Lembrando que, como sabemos, a expectativa de vida no Brasil na década de 1940 não passava dos 50 anos de idade.

desejo em contrário, estando por esse dispensados do comparecimento obrigatório à Polícia Federal.

Assim, revendo nossa listagem, encontramos nela apenas 26 indivíduos que chegaram ao estado nas últimas décadas do século XIX. A metade deles fixou residência na capital, enquanto a outra metade se espalhou pelas diversas regiões gaúchas. O Arquivo Público do Rio Grande do Sul guarda alguns processos de imigrantes sírios do século XIX que tiveram origem em algumas comarcas rio-grandenses da época, o que nos permitiu verificar para onde ao menos alguns daqueles imigrantes se dirigiram. Além da capital Porto Alegre, aparecem citados os municípios de Lagoa Vermelha, Cachoeira do Sul, Santa Maria, Cruz Alta, Santo Ângelo, Bagé, Rio Grande e Pelotas.

6.2 OS QUE CHEGARAM ENTRE 1900 E 1910

A leva de imigrantes que chegou ao Rio Grande do Sul entre 1900 e 1910 perfaz 23% da amostragem total, ou 152 pessoas entre os 753 nomes selecionados. Esses árabes compõem a geração que veio para o Brasil antes da Primeira Guerra Mundial, ainda no contexto das grandes levadas migratórias. Eles eram majoritariamente do sexo masculino: 100 homens e 52 mulheres. A média de idade na chegada ao Brasil, incluindo ambos os sexos, era de 17 anos de idade. Havia apenas dois nomes muçulmanos entre os 152 listados.

Entre os sírios que declararam ter chegado ao Rio Grande do Sul na primeira década do século XX, 100 deles estavam radicadas em Porto Alegre; 17 em Pelotas; 10 em Rio Grande; seis em Santa Maria; três em Uruguaiana; dois em Bagé; dois em Alegrete e dois em São Francisco de Paula. Com um imigrante apenas constavam os municípios de Herval, Canoas, Guaporé, Santo Antônio da Patrulha, Tapes, São José do Norte, Lajeado, Jaguarão e Livramento.

Em Pelotas, no ano de 1907, aos 17 anos, chegou João José Bainy. Dois anos mais tarde, veio o irmão Jorge, e por mais de 30 anos foram chegando à cidade membros da grande família Bainy, proveniente da cidade de Barsa, no Líbano. Quase todos eles foram empregados nas Lojas Bainy e Irmãos, localizada na rua Sete de Setembro, n.407, em Pelotas. Embora não muito comum em nossa amostragem, esse tipo de imigração que desloca de um país a outro famílias inteiras de um mesmo grupo de parentes caracterizou a trajetória dos Bainy.

A chamada “imigração em corrente” reproduz na terra da imigração a organização familiar da terra de origem (KNOWLTON, 1960). O termo “corrente” significa que o trânsito de ida e volta entre a terra de imigração e a de origem pode durar muito tempo. O quadro abaixo documenta a presença de familiares Bainy em Pelotas entre 1907 e 1937. Os dados pressupõem um tráfego

de duas mãos. Verificamos principalmente a chegada de jovens; de parentes nascidos no Líbano de pais brasileiros; de jovens casais que vinham do Líbano com filho de um ano; e de irmãos e primos que emigraram juntos.

No caso dos Bainy, verificamos que os mais antigos chegaram na primeira década do século XX. Contudo, é muito provável que a família já estivesse em Pelotas desde o fim do XIX. Verificamos, de toda forma, pelos nomes dos pais que formavam pelo menos quatro núcleos familiares, compostos por primos e tios. Vimos que alguns irmãos esperaram apenas a idade certa para atravessar o Atlântico em direção a Pelotas.

Quadro 14

Quadro 14 – Imigração em Pelotas – Família Bainy	Data chega da	Local	Idade chegada	Filiação	Nascimento
Nome					
João José BAINY	1907	Pelotas	17 anos	José e Eva Bainy	15/11/1890
Jorge João BAINY	1909	Pelotas	23 anos	João e Christina Jorge Alla Bainy	15/05/1886
Elias Jacob BAINY	1914	Pelotas	22 anos	Jacob Elias e Golhe Bainy	05/05/1892
Georgina BAINY	1914	Pelotas	22 anos	Jacob Elias e Golhe Bainy	05/05/1892
José Jacob BAINY	1918	Pelotas	12 anos	Jacob Elias e Cholia Hellal Bainy	19/09/1906
José A. BAINY	1922	Pelotas	20 anos	Alexandre Antônio e Rosa Bainy	28/10/1902
José João BAINY	1924	Pelotas	12 anos	João José e Ersúlia Bainy	21/01/1912
João Jacob BAINY	1925	Pelotas	24 anos	Jacob Elias e Golhe Bainy	27/06/1901
Rosa BAINY	1925	Pelotas	20 anos	Elias Abi Saab e Fatin A. S.	03/01/1905
Jacob BAINY	1926	Pelotas	1 ano	João Jacob e Rosa	15/09/1925
Antônio J. BAINY	1930	Pelotas	19 anos	Jacob Elias e Cholia Hellal Bainy	08/02/1911
Antônio BAINY	1937	Pelotas	14 anos	João Jacob e Rosa Bainy	02/10/1923

Fonte: O autor (2017).

Entre os sírios e libaneses que chegaram na primeira década do século XX e que constam da lista elaborada a partir das fichas do Arquivo Nacional, o que mais se notabilizou no plano das ideias foi, certamente, o libanês Abílio de

Nequete²²¹. De acordo com Rosito (1972), chegando à cidade de Rio Grande, Nequete, tomou contato com a comunidade árabe do lugar e, com as informações que obteve, se dirigiu para São Feliciano (atual cidade de Dom Feliciano), distrito de Encruzilhada do Sul. Dando prosseguimento à descrição da trajetória de Nequete, escreve Bartz (2008, p.169):

Neste local, Abílio de Nequete se tornou mascate, trabalhando junto a seu pai, mas a relação que tinha com ele parece ter sido muito conflituosa, até mesmo politicamente, já que Miguel era federalista e Abílio aderiu ao Partido Republicano. Em 1907 ou 1908 (quando ele tinha 19 ou 20 anos), Abílio mudou-se para Porto Alegre, onde aprendeu o ofício e começou a exercer a profissão de barbeiro.

Em Porto Alegre, na rua Eduardo (atual Franklin Roosevelt), n.1.106, Abílio de Nequete travou contato com trabalhadores das indústrias que surgiam em grande escala na região e começou a desenvolver o pensamento marxista e a militância na área trabalhista. O libanês foi o responsável pela fundação da primeira agremiação de caráter bolchevista estabelecida no Brasil, a União Maximalista de Porto Alegre. Em 1º de agosto de 1918, a união publicou um manifesto “em que clamava a classe operária apoderar-se do produto de seu trabalho” (FOSTER-DULLES, 1977 p.143).

De acordo com Bartz (2008), Nequete foi apresentado, em princípios de 1921, ao jornal dos socialistas uruguaios chamado *Justicia*, através do qual soube da intenção do grupo em se filiar à III Internacional. Ao tomar conhecimento do fato, estabeleceu correspondência com o deputado Celestino Mibelli, favorável à adesão, o que resultou na troca de informações e na criação de um laço da União Maximalista com os comunistas do Uruguai. Ao mesmo tempo, Nequete fez contato com o Grupo Comunista do Rio de Janeiro e também mudou o nome da sua agremiação para Grupo Comunista de Porto Alegre.

Com o material viajou até o Rio de Janeiro e lá fez contato com os anarquistas que, naquela época, representavam a vanguarda dos movimentos sociais no país. Abílio tentou convencer Otávio Brandão e Maurício de Lacerda a tornarem-se socialistas, usando como argumento pragmático a bem-sucedida Revolução Soviética de 1917²²² (FOSTER-DULLES, 1977).

²²¹ Nascido em 15 de fevereiro de 1888, na aldeia de Fih-el-Khoura, no norte do Líbano, no seio de uma família cristã ortodoxa, perdeu a mãe muito cedo e aos dois anos seu pai, Miguel Nakat, emigrou para o Brasil, ficando o jovem Obdo com uma irmã mais velha, que também emigraria alguns anos depois. Aos 14 anos, em 1903, sem notícias do pai, ele decidiu viajar a fim de encontrá-lo, embarcando em um navio cargueiro em direção ao Brasil.

²²² De acordo com Foster-Dulles (1977 p.149), Nequete citava Lenin sempre que possível e menosprezava o anarquismo, o que causou má impressão a Octávio Brandão. Segundo este, ao visitar os militantes do Rio, Nequete tinha o costume de se apresentar com as seguintes palavras: “Sou Abílio Nequete, secretário-geral do Partido Comunista”. Indagava a seu interlocutor se já havia lido Lênin, “recebendo geralmente uma resposta negativa, e em seguida perguntava: ‘O que faziam pela classe operária?’ No que os militantes se referiam às dificuldades impostas pela polícia e o grande número de greves que foram feitas entre 1917 e 1920 ‘como nunca iguais’.

Nequete, de Porto Alegre, e Astrogildo Pereira, representante comunista do Rio de Janeiro, fundaram com outras pessoas, inclusive um imigrante espanhol, Manuel Cendon, que era alfaiate, o Partido Comunista do Brasil (PCB), em Niterói, no ano de 1922, tendo sido Nequete eleito primeiro secretário-geral da agremiação. Foster Dulles (1977) conta em suas memórias que o libanês resolveu, subitamente, voltar ao Rio Grande do Sul depois de ter sido interpelado pela polícia do Rio de Janeiro que lhe ameaçou “moer de pancada”, caso não abandonasse a capital federal. Seu filho e biógrafo Edison Nequete (2008, p.35) escreveu sobre as prisões do pai:

Ele foi preso duas vezes: uma quando morava na rua Sertório, e outra, na avenida Eduardo. Na primeira, sob alegação de que ele seria um certo libanês acusado de vigarista. (...) A segunda foi causada por denúncia dos integralistas: a de que ele era perigoso agente comunista. Coube ao padrinho de Edison, Dr. Moyses Menezes, exigir que soltassem o compadre. De uma das vezes que Abílio foi preso, a polícia deu sumiço em vários objetos e livros. Mas, a fotografia! Aquela fotografia daquela mulher, Rosa, entre as rosas mais vermelhas do socialismo ficou perdida para sempre. Rosa, Rosa de Luxemburgo!

Em 1923, Nequete abandonou definitivamente o comunismo após tomar conhecimento da derrota dos trabalhistas ingleses. A partir daquele momento, passou a considerar que o operariado não era uma classe revolucionária

Em 1942, aos 54 anos, Nequete aparece nos registros do Arquivo Nacional, tendo declarado ser professor particular. De fato, foi professor da Escola de Comércio de Porto Alegre, atual Faculdade de Economia da UFRGS. De acordo com Bartz (2008, p.169), “Nequete foi também ortodoxo, republicano, espírita e, quando saiu do movimento operário, criou uma teoria política própria, a tecnocracia, e uma religião correspondente, o evidetismo”.

Embora a trajetória de Abílio de Nequete possa ser considerada apenas mais uma dentre tantas histórias de imigrantes que vieram para o Brasil, seu percurso foi notável. Tendo chegado ao país ainda adolescente, no início do século XX, seu maior mérito talvez tenha sido o fato de ter andado na contramão de seus patrícios, que, majoritariamente, pensavam a maior parte do tempo em comprar e vender. A esse respeito, observa Bartz (2008, p.171):

Mais que um emaranhado de ideias, a trajetória e as concepções de Abílio de Nequete são testemunhas de diversas tradições que se cruzaram. Desde a religiosidade dos cristãos orientais até o desejo de revolução social dos socialistas do Ocidente, passando pela crença em um mundo melhor, que poderia vir tanto por uma redenção do espírito, quanto pelo poder modernizador da técnica; sua militância foi marcada pela tentativa de amarrar estes diversos feixes de experiências que pareciam convergir, o que acabou por resultar não apenas em um

Nequete fazia pouco caso e dizia: ‘Você não fazem nada!’ Brandão salientou que Nequete nunca fora preso em Porto Alegre.

amontoado disforme de influências, mas em uma combinação bastante original, que certamente não encontraria expressão igual senão em Abílio de Nequete.

Nequete era barbeiro, morava em Porto Alegre e foi casado com Rafaela²²³, com quem teve os filhos Edison e Lenine²²⁴. Abílio teve uma vida simples e despreziosa, primeiro como mascate, depois como barbeiro e por fim como professor de escrituração mercantil, ofício que aprendeu com Jorge Bahlis, o que lhe permitiu abrir escola em 1929 e deixar a profissão de barbeiro. Morreu em Porto Alegre, aos 72 anos de idade. (ROSITO, 1972). Sobre a morte do pai, assim se expressou Edison Nequete (2008, p.95):

Abílio agonizava. Edison pressentiu que ele se recusava a morrer, enquanto Lenine não viesse despedir-se dele. Edison recorreu ao primo José, pedindo que ele convencesse Lenine, apesar do quanto vinha sofrendo, a aceitar o cálice de fel do adeus a seu ídolo. Tão logo Lenine entrou no quarto do hospital, ganhou de Abílio o último olhar.

6.3 OS QUE VIERAM ENTRE 1911 E 1920

A leva de imigrantes que chegou ao Rio Grande do Sul entre 1911 e 1920 perfaz 27% da amostragem total, ou 203 pessoas dos 753 nomes selecionados. Uma característica importante dessa nova onda migratória é que os imigrantes vieram no intervalo que corresponde ao antes e o depois da Primeira Grande Guerra. Entre 1914 e 1918 praticamente não houve ingresso de estrangeiros no país. O Rio Grande do Sul, no entanto, continuou recebendo imigrantes através da fronteira com a Argentina e o Uruguai. Verificamos junto aos prontuários do Arquivo Nacional da existência para essa época de casos de imigrantes e descendentes de sírio-libaneses que haviam nascido ou obtido cidadania do outro lado da fronteira, antes de entrar no Rio Grande do Sul.

Na década de 1910, a leva de sírios do sexo masculino que ingressou no estado gaúcho, segundo nosso levantamento, aumentou ligeiramente em relação à década anterior, totalizando uma média de 2,3 homens para cada mulher, ou 61 mulheres e 142 homens. A média de idade na chegada ao Brasil, entre homens e mulheres, foi de 19 anos, dois anos a mais do que no período precedente, o que evidencia a chegada de familiares mais velhos do que os que os antecederam.

²²³ Edison Nequete, em suas memórias (2008 p.38-39), assim se refere à própria mãe: “Ela casou com meu pai em segundas núpcias. Veio do Líbano casada com menos de 20 anos”. Edison conta que Rafaela veio com o primeiro marido do Líbano para Campinas (SP), onde nasceu sua primeira filha em 1906. Rafaela ficou viúva logo depois de mudar-se para Porto Alegre, onde moravam seus familiares, todos eles mascates.

²²⁴ Lenine nasceu na capital gaúcha em 1922, no mesmo ano em que o PCB foi fundado. Lenine, formado em direito em 1947, foi atuante na vida pública gaúcha, especialmente nas comarcas judiciais de São Leopoldo e Canoas onde atuou como juiz. Também professor e autor de livros jurídicos, foi um dos fundadores da Faculdade de Direito da Unisinos e membro da Academia Rio-Grandense de Letras, tendo sido ainda poeta e escritor de contos e peças de teatro. Fonte: *Correio do Povo*, 24 jun. 2005, p. 8. Disponível em: <<http://www.correiodopovo.com.br/jornal/A110/N267/PDF/Fim08.pdf>>. Acesso em: 22 jan. 2017.

Verificamos a presença nessa leva de duas pessoas de origem muçulmana e três de origem judaica (judeus sírios e/ou libaneses).

Uma característica da década de 1910 foi o nascimento de um número crescente de descendentes de imigrantes sírios. Da mesma forma, durante este período, vimos a chegada à vida adulta dos imigrantes que vieram ainda crianças, juntamente com os pais, nas levadas anteriores. Esse contingente, que não consta de nossa listagem, alimentou no Rio Grande do Sul o fenômeno das migrações internas conhecido como “enxamagem”. Esse processo ocorre quando “esgotados os espaços territoriais das migrações europeias nas ‘colônias velhas’, seus descendentes são estimulados a buscar novas fronteiras agrícolas, iniciando assim o ciclo da migração para as novas colônias”. (ZAMBERLAM et al., 2009, p.18).

Foi também durante esta década que encontramos alguns nomes de nossa listagem entre os sobrenomes de alunos matriculados nas melhores escolas da cidade, juntamente com os filhos de luso-brasileiros e descendentes de imigrantes alemães, italianos, espanhóis, portugueses e poloneses. O período corresponde a uma época de intensa movimentação, pois foi antes de estourar a Primeira Grande Guerra que se observou a maior movimentação de migrantes saindo do Oriente Médio em direção às Américas. Por causa da guerra, muitos sírios não puderam voltar a suas casas no Oriente Médio, sendo compelidos a se fixar no país enquanto o conflito mundial se desenrolava. Durante este tempo, formou-se em Pelotas, por exemplo, uma importante comunidade sírio-libanesa²²⁵.

Um personagem que se destacou nesta geração de imigrantes foi, sem dúvida, a figura do libanês Jorge Bahlis (1901-1952). Bahlis deixou a terra natal junto com os pais, Gabriel e Filomena, e o irmão Adolfo (NEQUETE, 2008). Ainda em Minhora²²⁶, no Líbano, casou-se com Vitória²²⁷. De acordo com Martins (2012), Bahlis foi alfabetizado em espanhol quando sua família tentou se estabelecer no México. Com o fracasso de se fixar no México a família veio tentar a vida no Brasil, primeiramente em Campinas, onde o jovem Bahlis estudou no Seminário Adventista (NEQUETE, 2008). Bahlis chegou a Porto Alegre no início da segunda década do século XX com diploma superior na área contábil, o que, segundo Martins (2012), teria sido providencial para o seu sustento, pois lhe permitiu abrir na cidade um curso técnico profissionalizante, o Curso Rápido Comercial, no qual dava aulas de contabilidade e de outras matérias similares.

²²⁵ O trabalho de Rosa (2005) ilustra em detalhes esse período em Pelotas.

²²⁶ Minhora fica ao lado de Cafrum, no Líbano, terra de ancestrais de primos de Lenine e Edison, filhos de Abílio de Nequete (MARTINS, 2012).

²²⁷ Vitória era irmã de Catar (Catarina), mulher de Salomão Sada, e parente de Edison Nequete, uma vez que era prima de sua avó e de sua mãe, Rafaela, mulher de Abílio. Todas elas (Catarina, Vitória e Rafaela) se encontraram em Porto Alegre, onde viviam (SADA, 2009; NEQUETE, 2008).

Jorge Bahlis, aos 19 anos em 1920, era fluente em árabe, espanhol e francês e escreveu sua primeira peça de teatro, que foi encenada no Teatro São Pedro. Ele se aproximou do PCB em 1927, tendo se tornado um militante político, entre os primeiros que no Brasil atuavam através da literatura. Sobre sua adesão ao comunismo, escreve Martins (2012, p.72).

Jorge Bahlis foi o primeiro literato a engajar-se na luta comunista passando a fazer parte de um universo pouco frequentado por intelectuais. Entre aqueles que dividiam com Bahlis a direção da entidade é possível destacar um dentista e um advogado, além de outros companheiros já com alguma história na agremiação partidária.

Em sua fase de militância política se notabilizou em Porto Alegre por escrever textos e tê-los publicados com seu ideário contra o imperialismo e a favor da luta de classes e em defesa de seus ideais comunistas (MARTINS, 2012). Sua aproximação com o PCB ocorreu de modo indireto, através da Liga Anti-imperialista Pró-México, uma entidade controlada pelo Partido com objetivos políticos e culturais. Foi através desta entidade e de sua amizade com o embaixador do México no Rio de Janeiro, que Bahlis foi nomeado, em 1932, cônsul honorário daquela República em Porto Alegre²²⁸. Conciliando habilmente a vida profissional e intelectual, e ainda se valendo das amizades que cultivou em Porto Alegre, conseguiu elevar-se a uma categoria de muito poder simbólico e prestígio, mas também de autonomia e imunidade para expressar seus pensamentos, uma vez que foi nomeado cônsul do México no Rio Grande do Sul, tendo permanecido como diplomata durante as décadas de 1930 e 1940. A morte prematura em 1952 não impediu que sua produção intelectual se destacasse na época, criando um perfil de imigrante médio-oriental difícil de ser comparado a outros sírios e libaneses no Rio Grande do Sul.

6.4 AS ÚLTIMAS GRANDES LEVAS DE IMIGRANTES

Os imigrantes árabes que chegaram em terras gaúchas entre 1921 e 1930 correspondem a 33% de nossa amostragem total, ou a maior fatia: 244 pessoas. Embora seja esse um período de declínio da imigração sírio-libanesa no Brasil em geral, verificamos, por nossa amostragem do Arquivo Nacional, um aumento desses imigrantes no Rio Grande do Sul. Entre os 244 sírios que declararam ter chegado na segunda década do século XX, 127 pessoas, pouco mais da metade, estavam radicadas em Porto Alegre. No interior do estado, as 117 pessoas restantes se distribuíam mais ou menos assim: 28 em Pelotas; 12 em Alegrete; nove em Rio Grande; sete em Bagé; três em Uruguaiana; três em São Sepé; e duas

²²⁸ Segundo Nequete, (2008 p.29), Jorge Bahlis, “se revelaria um homem de excelente cultura e que legou obra importante referente à Civilização Azteca”, motivos, pelos quais, talvez, o governo do México tenha lhe nomeado para o cargo de cônsul honorário do país em Porto Alegre.

em Uruguiana. Os municípios que registraram a entrada de um único imigrante foram os seguintes: Novo Hamburgo, Dom Pedrito, Cachoeira do Sul, Osório, Arroio Grande, Gravataí, Itaqui, Camaquã, Montenegro, Santa Vitória do Palmar, Rosário do Sul, São Francisco de Paula.

Nessa década, Rio Grande perdeu uma posição para Alegrete, passando de 3º colocado em número de patrícios para o 4º lugar (atrás de Porto Alegre, Santa Maria e Pelotas). A média etária dos imigrantes em relação ao período anterior subiu para 22 anos de idade. A disparidade entre os números de homens e mulheres também aumentou consideravelmente: 178 homens e 66 mulheres, ou seja, 2,7 homens para cada mulher, o maior índice em comparação com as outras décadas estudadas. Esses números indicam a importação de mão de obra qualificada, na maioria das vezes formada por homens solteiros que vieram na expectativa de trabalhar nas empresas de patrícios ou mesmo de brasileiros. Talvez o desemprego na Síria e no Líbano, já sob o Mandato Francês na época, estivesse na origem do fenômeno.

Entre as 244 pessoas, 119 se declararam libaneses e 96 sírios. Outras 29 vieram da Palestina, ou se declararam armênios. A proporção de judeus e muçulmanos, embora continuasse em franca minoria, cresceu significativamente desde a última década, subindo de 5% para 10% do total dos imigrantes. Em relação às mulheres, verificou-se um aumento das que se declararam desquitadas e das solteiras que trabalhavam. Assim foi o caso de Matilde Jorge Nassur. Ela chegou a Porto Alegre em 1927, aos 22 anos. Em 1945, aos 40 de idade, era proprietária de um pequeno comércio na frente de sua residência à rua Benjamin Constant, n.1.515, bairro Floresta, na capital. Outro exemplo era o de Suraya Kalil Curi, que chegou ao Rio Grande do Sul com 10 anos, acompanhando os pais, em 1923. Aos 32, solteira, completados em 1945, ela gerenciava a loja do pai José Kalil Curi na rua Andrade Neves, n.658, no Centro de Pelotas. Assim percebe-se o quanto o fenômeno imigratório cambiou ao cabo das primeiras décadas após a chegada dos pioneiros.

Verificamos como todo um perfil da imigração árabe foi capaz de mudar consideravelmente ao longo do tempo. Inicialmente formada por jovens solteiros, ele iria depois se transformar com a chegada também de famílias inteiras, composta por homens, mulheres crianças. Ao mesmo tempo, dependendo da posição social do imigrante, vimos como suas possibilidades e oportunidades de inserção social foram alargadas, à medida que o tempo foi passando. Num momento posterior, em que as oportunidades de afirmação no país tornaram-se mais escassas, principalmente quanto mais o século avançava em direção ao fim de sua primeira metade, o perfil do imigrante sírio-libanês iria novamente se

alterar, fruto de seu movimento de adaptação às novas demandas do meio hospedeiro.

Raphael Dabdab, sírio de 25 anos, um elegante alfaiate formado em uma escola síria da cidade de Antióchia, chegou ao Brasil em 1925, quando uma parte de sua família já estava estabelecida com comércio nas praças do Rio de Janeiro e de São Paulo. A decisão da família de enviar Raphael, primeiramente ao Rio de Janeiro e depois a Porto Alegre para ocupar o mercado do Rio Grande do Sul, nos pareceu um investimento meticulosamente calculado. Assim, as Organizações Dabdab, que vendiam tecidos finos no Rio de Janeiro e em São Paulo, passou a fazer o mesmo em Porto Alegre, preservando por meio dessa estratégia a autonomia e a liberdade dos diferentes ramos da família, formada por irmãos, primos e tios de Raphael. Pelo que nos disse Elias Dabdab²²⁹, a estratégia proporcionou às lojas Dabdab volume de vendas para viabilizar projetos industriais e comerciais comuns a todos os membros da família, como fabricação de estampa própria ou importação de tecidos finos em maior quantidade ou preços mais vantajosos.

Os que chegaram entre 1931 e 1939 revelaram um perfil bem diferente dos primeiros imigrantes sírios e libaneses que se estabeleceram no Rio Grande do Sul: nem sempre ligados ao comércio ou à mascateação e também nem sempre cristãos, ao contrário do observado no início do século. Em nossa amostragem verificamos que muitos deles eram operários e trabalhadores urbanos; outros ainda eram agricultores ou técnicos em busca de trabalho qualificado, uma vez que, no sistema de cotas implantado no Brasil a partir da década de 1930, essas ocupações tornaram-se as preferidas das autoridades na escolha dos candidatos a emigrar para o Brasil. Dessa formar, eram priorizadas as concessões de vistos de entrada aos imigrantes que detinham conhecimento técnico ou que trabalhavam na agricultura. Assim, muitos desses imigrantes, diferentemente dos primeiros árabes que chegaram ao Rio Grande Sul, já eram alfabetizados e muitos tinham uma profissão.

Nossas pesquisas, no cadastro de imigrantes do Arquivo Nacional, confirmaram amplamente esta realidade. O quadro abaixo exemplifica o que dissemos:

²²⁹ No Obituário do jornal Zero Hora, localizamos o nome de Elias Dabdab, que morreu aos 79 anos. Em uma breve referência, o necrológio a ele dedicado traz o seguinte texto: “Porto Alegre perdeu, na sexta-feira [19 de fevereiro de 2016], uma das grandes referências em alfaiataria da cidade”. Como nos disse na entrevista que nos concedeu em 2015, Elias era filho dos imigrantes sírios Raphael Kalil Dabdab e Rosa Borges Dabdab e dedicou sua carreira ao negócio da família. Elias assumiu a loja, que continua funcionando em uma esquina central e movimentada da capital. De acordo com o jornal, é o primeiro e mais elegante prédio da rua Voluntários da Pátria, esquina com a rua Marechal Floriano, no Centro de Porto Alegre.

Quadro 15: Imigrantes que chegaram ao RS entre as décadas de 1920 e 1940

Nome	Data de nascimento	Origem	Chegada ao Brasil	Profissão	Local de trabalho
Pedro Iscandar ISSA	07/05/1899	Síria	1920	Carpinteiro	Cia. Swift/Rio Grande
Raphael DABDAB	1900	Síria	1925	Empresário	Porto Alegre/RS
Jorge ABRAHAM	16/01/1912	Monte Líbano	1929	Industriário	Cia. Swift/Rio Grande
Georges A. SALEH	20/01/1904	Líbano	1929	Operário	Cia. Swift/Rio Grande
Simeão ISSA	02/09/1910	Síria	1930	Agricultor	Bom Jesus/RS
Elias Sleman. FADOUL	26/02/1926	Líbano	1931	Operário	Cia. Swift/Rio Grande
Sala Nicolas NEKETT	02/10/1911	Monte Líbano	1931	Operário	Cia. Swift/Rio Grande
Chames B. HANNA	15/02/1901	Líbano	1931	Operário	Porto Alegre/RS
Mohemed S. ASSAD	25/02/1916	Síria	1932	Comerciário	Porto Alegre/RS
Hanna Khalil SAFI	13/07/1904	Líbano	1933	Agricultor	Quaraí/RS
José M. CHAPUR,	19/03/1892	Síria	1934	Fiscal de Bondes	Porto Alegre/RS
José FATIMA	07/09/1907	Síria	1935	Operário	Porto Alegre/RS
Moussa Abi HABIB	1921	Líbano	1935	Alfaiate	Bagé/RS
Georges ZAKKA	1921	Líbano	1937	Condutor de Bondes	Porto Alegre/RS
Jamil ABISABB	21/08/1901	-	1938	Agricultor	Santa Vitória do Palmar/RS

Fonte: O autor (2017).

Ainda em relação aos imigrantes que chegaram ao estado sulino depois de 1930, notamos que um número considerável de pessoas e famílias vindas da Síria ou do Líbano na qualidade de “agricultores” eram, na realidade, vendedores ambulantes ou comerciários (empregados nas lojas de seus patrícios) que se declararam agricultores para “driblar” o regime de cotas e as novas regras de concessão de vistos para a entrada de estrangeiros no país. A fim de serem aceitos no Brasil na qualidade de agricultores, esses imigrantes não puderam se instalar em Porto Alegre e adotaram como estratégia de sobrevivência na nova terra a fixação de residência próximo à capital, especialmente nas cidades de Canoas, Gravataí, São Leopoldo e Novo Hamburgo.

6.5 AS SOCIABILIDADES E AS LIDERANÇAS ÉTNICAS E INTELECTUAIS DE SÍRIOS E LIBANESES NO RIO GRANDE DO SUL

Edward Said (1990) classificou como “orientalismo” a forma como o Ocidente enxerga e classifica a maneira de ser das pessoas orientais. Significa, invertendo essa lógica, que os conceitos trazidos do Oriente Médio por esses imigrantes eram muitas vezes radicalmente diferentes do modo de ser do homem ocidental, com reflexos profundos nas relações sociais, no casamento, nas questões de gênero, na religião, nas amizades e mesmo nos negócios (KEMEL, 2000).

Vale dizer, conforme preconizou Fanon (1979), que esses imigrantes cristãos médio-orientais estavam inseridos e enredados em uma espécie de discurso histórico, ou seja, espaços-ideias através dos quais circulam noções de pertencimento, história e identidade essencializadas, onde a negrofobia e o antissemitismo se equivaliam. Além disso, esses árabes eram provenientes de locais com longo histórico colonial, ainda que tal poder colonial fosse caracterizado pela autonomia local ligada à confissão de fé e à ausência de nacionalismos.

Como um povo não ocidental, não latino, muitos desses árabes que migraram para o Rio Grande do Sul no final do século XIX e início do século XX, tanto os da Síria quanto os do Líbano, apesar de toda a influência que sofreram do Ocidente em suas terras de origem, não eram pessoas que os brasileiros reconheciam como portadoras ou guardiãs do modo de vida ocidental. Pelo contrário, principalmente por causa de seus hábitos e cultura, pela forte ligação com a família ampliada e também por suas religiões ortodoxas do Oriente (KEMEL, 2000), muito conservadoras para os padrões locais, aos “turcos” se atribuiu todas as características negativas de um “Oriente” construído a partir de uma visão exotizante e depreciativa da cultura árabe, do cristianismo oriental e do islã (ROCHA PINTO, 2010).

Rocha Pinto oferece uma boa análise do fenômeno:

O estereótipo do turco estava associado, no imaginário cultural brasileiro do final do século XIX e início do século XX, à ganância, dissimulação e busca do lucro predatório (...). Essas características “impuras” eram atribuídas àquelas pessoas dedicadas à atividade comercial por uma sociedade ainda marcadamente rural e pautada por um *ethos* aristocrático. A presença nas cidades brasileiras de imigrantes racialmente ambíguos, de acordo com os critérios de classificação da sociedade brasileira, e que, ainda por cima, dedicavam-se a atividades consideradas pouco nobres, como o comércio ambulante, gerava uma profunda aversão nas elites brasileiras. (ROCHA PINTO, 2010 p.9).

Por não serem os imigrantes ideais – nem sempre cristãos e nem sempre considerados brancos –, havia no início do século, entre alguns intelectuais brasileiros, um movimento contrário à entrada desses árabes e à permanência deles no Brasil. Vivaldo Coaracy, numa crônica publicada num jornal de São Paulo, em 1929, foi um dos que exprimiu esse tipo de sentimento:

E a corrente semita dos levantinos de nariz adunco, cuja atividade essencial é a de comprar e vender, e não produzir. Mas não há somente o aspecto econômico a considerar, trazem estes indivíduos consigo a mentalidade oriental, a moralidade oriental, sinuosa e estranha aos nossos hábitos, às nossas tradições e à nossa educação de ocidentais. Trazem modos de pensar e modos de agir que vem daquele Oriente Próximo, tortuoso e sinistro, o Oriente pitoresco, talvez, mas perigoso sempre... do Oriente cujo contato todos os povos civilizados procuram evitar. (*apud* LESSER, 2001, p.115).

Assim, como forma de sobrevivência na terra da imigração, e a fim de realizar seus objetivos, os imigrantes árabes tiveram de elaborar estratégias de construção de novas identidades adaptadas ao meio que escolheram para viver. Um projeto decerto de longo prazo e que envolveria a participação de várias gerações.

Barth (1998) ensina que os grupos étnicos são alvo de constantes transformações de acordo com os fluxos culturais a que estão expostos. Sendo assim, “não há como entender a dinâmica das sociabilidades dos árabes sem analisar os processos de configuração das suas fronteiras, da construção e transmissão de suas tradições culturais e da codificação das mesmas em identidades étnicas”. (ROCHA PINTO 2010, p.18).

Desde o princípio da diáspora sírio-libanesa, iniciada na segunda metade do século XIX, essas pessoas eram impelidas a deixar o Oriente Médio em busca de melhores condições de vida em outros lugares e formaram uma rede que ligava o porto de Beirute (local da maioria das partidas desses árabes rumo à emigração) e suas vilas no interior a diferentes locais no Ocidente. Fosse em Buenos Aires, Dakar, Marselha, Nova York ou Rio de Janeiro era comum a esses viajantes conhecer um parente, um vizinho ou um amigo que pudesse lhe oferecer apoio, até mesmo financeiro, durante a travessia e ampará-lo na chegada, facilitando sua adaptação ao novo meio (KNOWLTON, 1960).

Referindo-se à capital gaúcha, Kemel (2000) diz que, no início, esses imigrantes, ao chegarem a Porto Alegre, uniram-se para enfrentar a nova realidade representada pela “pátria adotiva”. Núcleos centralizadores foram formados para reunir os imigrantes, ao mesmo tempo em que as famílias procuravam acolher os parentes e amigos e hospedar os recém-chegados. A passagem abaixo ilustra e amplia o que acabamos de dizer:

A similaridade dos relatos pessoais é, neste sentido, impressionante. As estratégias de compadrio, cuja função é facilitar a acomodação do imigrante, são complementadas por outras de natureza mais comunitárias. (...) Árabes criaram complexas e extensas redes de ajuda mútua e apoio social. Essas redes tinham o objetivo de cobrir o atendimento das necessidades específicas (...), fossem elas de natureza religiosa, educativa-cultural, de lazer, profissional ou filantrópica. As organizações vão se mostrar mais eficazes na primeira geração de imigrantes e, com o tempo, se adaptar às novas demandas ou ficar irremediavelmente obsoletas face às transformações na sociedade. (ROCHA PINTO, 2010, p.11).

Ao aportar no Rio Grande do Sul, sírios e libaneses optaram por uma estratégia simples a fim de garantir sua inserir na economia e na sociedade gaúchas: “Eles se integraram a setores da economia cujos requerimentos de investimento eram pequenos ou cujas barreiras à entrada eram limitadas.” (ROCHA PINTO 2010, p.10). Agruparam-se em áreas de aluguel barato, conjugando moradia e comércio em uma mesma localidade. Moradia próxima e atividade laboral compartilhada permitiram que os recém-chegados se beneficiassem da experiência dos pioneiros, a eles se vinculando na qualidade de empregados, fornecedores, auxiliares, mestres e, ao fim de alguns anos, sócios²³⁰ (TRUZZI, 1999).

É ponto pacífico na bibliografia sobre o tema que na gênese da diáspora sírio-libanesa estiveram os estímulos transnacionais. No entanto, esse foi também um processo marcado pela espontaneidade, pela tempestividade do movimento e pela cooperação entre os patrícios na terra de destino, mesmo que depois de instalados na sociedade que escolheram para atuar, alguns adotassem estratégias diversas das dos que os precederam (KNOWLTON, 1960; TRUZZI, 1997).

Mesmo os que desembarcavam sozinhos e solteiros “nunca abandonaram a ideia da família patriarcal ou da família grande” (KEMEL, 2000, p.28). De acordo com a autora, à medida que iam faturando no comércio, ou em alguma ocupação rentável, os imigrantes árabes mandavam trazer os outros membros de sua família e assim a comunidade começou a organizar suas instituições sociais, filantrópicas, religiosas, intelectuais, culturais, assistenciais e recreativas na nova terra.

Assim, o destino desses árabes estava ligado às sociabilidades que conseguissem produzir para sobreviver, primeiramente entre eles, e depois com os membros das sociedades locais e os integrantes de outras etnias. Os homens de recursos mais limitados também participavam das sociabilidades em entidades

²³⁰Segundo Truzzi (1999, p.350), “a existência e a profunda influência dessas redes de processos mais coletivos, no interior dos quais os imigrantes operavam, não significa, por outro lado, embarcar numa versão coesa, muitas vezes apresentada como história ‘oficial’. (...) O caso dos sírios e libaneses fornece-nos um expressivo exemplo de como os grupos étnicos estiveram distantes de se apresentar coesos”.

informais como cafês²³¹ e bares, lugares onde se reuniam para conversar e se inteirar das novidades trazidas pelos outros, não raro um parente, ainda que distante. Já os mais abastados certamente faziam projeções em termos de imagem e diferenciação, um investimento voltado para uma integração mais efetiva e uma maior participação na vida nacional (LOGROÑO-NARBONA, 2007).

Logroño-Narbona (2007 p.7) pesquisou a participação de imigrantes sírios e libaneses em instituições informais da colônia no início do século XX. Ela percebeu que tanto coletiva, quanto individualmente, esses imigrantes, principalmente os de padrão médio e os das classes superiores, “participavam de instituições sociais, sobretudo as informais, mas também as das elites brasileiras, como um dos meios para elevar suas posições sociais dentro da comunidade”. A pesquisadora aponta que as biografias escritas por Tawfik Kurban²³² (1933; 1937) sobre alguns imigrantes sírios e libaneses que enriqueceram em São Paulo destacam a intensa vida social desses indivíduos, tanto nas associações sociais brasileiras quanto nas sociedades recreativas e de caridade da colônia.

Num segundo momento, os libaneses formalizaram suas próprias associações, “que já existiam informalmente em bares, restaurantes, lugares para conversar, beber, tomar café, ler jornais ou praticar gamão e xadrez, seus jogos típicos” (SIQUEIRA, 2002 p.33). O aparecimento de lugares a princípio informais e sua posterior conversão em espaços formais de convivência pela organização da etnia resultou da necessidade que esses imigrantes sentiram, desde o início, de exercitar mais livremente seus hábitos, valores e costumes junto a seus semelhantes. Exercer o “direito” de falar a própria língua em público, ou de se alimentar à maneira árabe, por exemplo, significava para eles um sentimento de liberdade e poder, uma vez que, segundo Bourdieu (1989 p.247), “a sociedade dominante é etnocêntrica, sendo seu estilo de vida exemplar e largamente dominante”.

De todo modo, para a imigração levantina no Rio Grande do Sul conquistar espaços no seio da sociedade gaúcha foi, como diz Lesser (1997), preciso “negociar” até certo ponto sua identidade, ao mesmo tempo em que gradativamente ela foi conquistando a aceitação dos brasileiros por meio da disseminação de sua cultura e de seu modo de vida médio-oriental. Foi, portanto, o sucesso estratégico da cooperação desses imigrantes que tornou possível estabelecer, passo a passo, um caminho de conquistas em termos étnicos tanto

²³¹ Os cafês tiveram uma trajetória própria na Porto Alegre do início do século XX. Em uma primeira fase serviram como núcleos de cristalização de novos espaços existenciais e correspondiam a locais de distinção masculinos.

²³² Rocha Pinto (2010) cita diversas obras publicadas como o mesmo espírito, a saber: Hekmat Khodr (1987), de abrangência nacional; Asaad Zaidan (2001), para a Amazônia; Lygia Moura Rassi (2000), para o Pará; e Wilson de Lima Bastos (1988), para Minas Gerais.

para sírios como para libaneses e seus descendentes de primeira geração estabelecidos em solo gaúcho.

O ex-senador Pedro Simon, por exemplo, nos explica que o sentido que tomou sua carreira política, desde o início, foi a convergência com os “outros”. No depoimento que nos que concedeu, Simon conta que estabeleceu, por exemplo, com os italianos “uma relação de confiança”, frequentando tanto o Clube Juvenil de Caxias do Sul, sua cidade natal, quanto a Sociedade Libanesa de Porto Alegre. Foi assim que, aos poucos, no curso do século XX, árabes da capital, da fronteira, do litoral, da Serra Gaúcha e do Norte do estado logo se “aparentaram aos brasileiros e descendentes de outros imigrantes, tornando-se, nas gerações seguintes, mais híbridos”²³³. Bourdieu (1989 p.246) lembra que “numa sociedade diferenciada o efeito da universalização é um dos mecanismos, sem dúvida dos mais poderosos, por meio dos quais se exerce a dominação simbólica”.

Nossas pesquisas apontaram que o início do agrupamento dos imigrantes sírios e libaneses em associações, especialmente em locais com maior número de patrícios, esteve também ligado a questões transnacionais envolvendo os esforços de guerra da França no contexto da Primeira Guerra Mundial. Assim, em Pelotas e Porto Alegre, temos notícias da fundação de comitês patrióticos por iniciativa dos cônsules franceses em campanha no Rio Grande do Sul. Em Pelotas, o cônsul francês fundou em 1917²³⁴ um comitê patriótico em defesa da Síria e do Monte Líbano (ROSA, 2005, p.19). Com esses comitês, os franceses pretendiam atrair os imigrantes sírios para a luta contra a opressão do Império Turco e também promover o alistamento militar entre eles, a fim de engrossar um suposto “batalhão sírio” aquartelado na Ilha de Chipre que estava esperando ordens para embarcar de volta à Síria para lutar ao lado dos franceses contra os turcos no Oriente Médio²³⁵ (FERSAN, 2005). Certamente esses comitês reuniram um grande número de patrícios que, por sua vez, eram estimulados a organizar suas próprias agremiações. Foi assim que, em 30 de setembro de 1917, foi fundada a

²³³ O conceito de hibridismo não será problematizado aqui, uma vez que seria sair do foco principal de nossa tese, mas, como se supõe pelo contexto, a segunda geração de imigrantes é quase sempre portadora de uma identidade mais complexa, uma vez que divide parte dela com a dos luso-brasileiros de sua geração, quando não com imigrantes de outras origens.

²³⁴ Um telegrama enviado à sucursal de Pelotas e publicado na edição do jornal *Correio do Povo*, de 17 de setembro de 1917, trazia a seguinte notícia: “Chegaram aqui os Srs. Cezar Lakah e Marbam Bey, que andam tratando da independência da Síria, acompanhados do barão Lavaissiere, vice-cônsul da França nesta capital. Aqui foram eles recebidos por numerosos patrícios. Hoje, à noite, haverá uma reunião da colônia síria aqui domiciliada, na Biblioteca Pública, e na qual discursará o Sr. Janil Bey.

²³⁵ Pitts Jr. (2006), na análise que fez sobre o projeto francês de formar o tal batalhão sírio recrutando mascates nas Américas classificou a iniciativa como ineficaz. Primeiro porque esses árabes seriam péssimos soldados; depois, por terem outros projetos de vida, a carreira militar já havia sido descartada na origem. O autor relata que o único alistado não passou no exame médico, malgrado as correspondências da chancelaria chamando atenção para a qualidade dos alistados.

Sociedade Sírio-Libanesa de Pelotas em apoio ao comitê patriótico da cidade. Rosa (2005, p.19) descreve com mais detalhes a estratégia adotada pela França:

Os representantes franceses percorrem várias cidades brasileiras onde havia um maior número de imigrantes. Segundo o jornal *O Rebate*, de 18 de setembro de 1917, havia uma comissão designada para percorrer os estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. No Rio Grande do Sul, o cônsul francês comandava a ação de vice-cônsules encarregados de formar os comitês pelas cidades do interior e arregimentar os voluntários. O momento era propício para a formação de sociedades de defesa da pátria e comitês, pois o mundo estava em guerra. Com o desenrolar das batalhas travadas na Primeira Guerra Mundial, o sentimento de nacionalismo e antigermanismo estavam em alta, o que gerou muita euforia em torno desses comitês (ROSA, 2005 p.19).

Em Pelotas, no dia 12 de outubro de 1917, o jornal *O Rebate* divulgou a seguinte nota:

A Sociedade Libanesa, fundada nesta cidade em 30 de setembro último para intensificar a propaganda da independência da Síria, adquiriu personalidade jurídica. A sua diretoria está assim constituída: presidente: Demétrio Jorge; secretário: Álvaro Hzim; tesoureiro: José Mereb; procurador: Chedam Jeber.

O comitê patriótico de Pelotas deu também origem ao Clube Sírio-Libanês da cidade, o qual existiu de forma ativa até a década de 1950.

De acordo com Bellintani (2012), naquela época os franceses estavam atentos aos movimentos do governo alemão, especialmente no Rio Grande do Sul. Fersan (2005) explica que havia grande interesse das autoridades francesas em fazer dos sírios, especialmente aqueles que transitavam pelas fronteiras transnacionais do sul do estado, seus melhores propagandistas em terras onde a cultura germânica predominava. De fato, muitos imigrantes sírios cristãos haviam deixado o Oriente Médio sob o domínio otomano, um Império cujo estilo e filosofia de vida muitos desses imigrantes repugnavam. Por isso, grande parte dos sírios via na aproximação com os franceses novas oportunidades em termos de renovação de suas identidades coloniais, uma vez que, sob proteção da França, não seriam mais considerados “turcos”.

Muitos, não há dúvida, nutriam interesse em serem representados por uma potência mundial do mundo ocidental que gozava de prestígio nas esferas mais altas da sociedade brasileira. Esses árabes, assim como os brasileiros, viam na França e sua cultura sinônimo de civilização. Cabe pontuar que, de acordo com a visão de teóricos como Fenon (1979), os árabes em Porto Alegre, mas também os brasileiros natos, por suas condições históricas, compartilham com as instituições a que eram vinculados, e que foram citadas aqui, um caráter relacional e uma identidade pós-colonial. Essa visão encontra eco nos estudos de Foucault e nas

formulações que elaborou sobre o “sujeito” e as interpretações sobre o biopoder²³⁶ e a governamentalidade²³⁷. No sentido de compreender as forças sociais a que esses imigrantes e seus descendentes estavam submetidos, assim como o caráter neocolonial e as estratégias anticoloniais que podiam implementar, recorremos ao olhar crítico de Franz Fanon (1971; 1979) e ao pensamento de Michel Foucault (1988). O primeiro, em relação às formulações e os diversos usos para a noção de raça por parte do poder colonial nas estratégias e processos de subjetivação²³⁸; o segundo, pelas relações de poder que expõe, explicando pelo viés da dominação como se dão as formas de estabelecer controle. A proximidade conceitual entre Fanon e Foucault mostram-se inspiradoras para o nosso estudo, não apenas pela convergência entre esses dois autores, que tratam de temas como a liberdade e das estratégias para confrontar a opressão, mas pela centralidade das discussões sobre o corpo e o poder e para as formas mediante as quais tais noções têm sido evocada no debate contemporâneo sobre o neocolonialismo. Elas são relevantes para nosso estudo porque suas teorias convergem em dois pontos que reputamos fundamentais na experiência migratória desses árabes. A liberdade sobre seus próprios corpos e as estratégias que foram empreendidas por eles para ganhar a vida a partir disso.

Em Santa Maria, não temos notícia de intervenção de autoridades francesas nas socializações dos imigrantes árabes, que, no entanto, por iniciativa própria, fundaram o Clube Sírio-Libanês, em 1933. Seus principais líderes foram Felipe Monaiar, Jorge Sarkis, Felipe Bastane e Antônio Hajjar Seade (MORALES, 2004). De acordo com a autora, os sócios do clube de Santa Maria, em consonância com seu estatuto, se dividiam em várias categorias: fundadores, contados em número de 65 pessoas, com direito a voto; contribuintes, que somavam 39 associados, sem direito a voto; sócios honorários; sócios efetivos, para nascidos na Síria ou no Líbano; e sócios-correspondentes, em número de 30, para os que residiam fora dos limites do município.

Ainda de acordo com Morales, “no período entre 1934 e 1935 o número de sócios contribuintes teve significativo aumento, pois foram registrados 131 associados nessa categoria”. (MORALES, 2004 p.155-156). Em 1937, o Clube

²³⁶ Biopoder é um termo criado originalmente pelo filósofo francês M. Foucault para referir-se à prática dos estados modernos e a regulação dos que a ele estão sujeitos por meio de uma explosão de técnicas numerosas e diversas para obter a subjugação dos corpos e o controle de populações. (CUNHA, 2002).

²³⁷ Governamentalidade que Foucault se propõe a analisar, a soberania, as disciplinas e a gestão governamental estão articuladas. É um conjunto constituído pelas instituições, procedimentos, análises e reflexões, os cálculos e as táticas que permitem exercer essa forma de relação de poder. (CUNHA, 2002).

²³⁸ Por exemplo, parte da comunidade libanesa vê a subordinação passiva do Líbano à França como uma aliança estratégica que lhes protege dos muçulmanos do Oriente Médio em um processo civilizador daquele país no Líbano. Neste contexto, os libaneses se colocam culturalmente superiores aos sírios.

Sírio-Libanês de Santa Maria passou a contar com a participação de mulheres, somadas inicialmente em número de 12 pessoas (MORALES, 2004).

Em sua obra, Morales (2004) faz referência a um ponto que se tornou central na discussão sobre os clubes étnicos árabes no Rio Grande do Sul: a dicotomia entre libanês e sírio em suas relações sociais. No caso de Santa Maria, esse assunto foi enfrentado de forma pragmática. Em 1939, a entidade social passou a chamar-se Clube Libanês Brasileiro. De modo contraditório, eliminou de sua designação a referência à Síria, mas baniu de sua bandeira a figura verde do cedro, alusão iconográfica ao Líbano. Segundo a autora (MORALES, 2004 p.160), “o cedro era símbolo estrangeiro, incompatível com a norma constitucional da época. A inclusão do gentílico ‘brasileiro’ no novo nome da entidade reforçou a ideia de integração”.

A agremiação, que iniciou suas atividades sob a mais plena união entre os imigrantes e seus descendentes, assim permaneceria ao longo do tempo, uma vez que a retirada da referência à Síria do nome do Clube aparentemente não causou grandes controvérsias, tendo sido “encarada pelos sírios como se já fosse algo mais ou menos previsto no artigo 5º dos estatutos da agremiação”, no qual já se podem ver os elementos “potencializadores da cultura libanesa” (MORALES, 2004, p.160), formados, por exemplo, pela bandeira da entidade, ou seja, as cores vermelha, verde e branca, e o símbolo (o cedro). Nas palavras de Morales (2004 p.160),

a escolha da imagem de um cedro como elemento central da bandeira da entidade sírio-libanesa mostra-se bem significativa, parecendo indicar o predomínio de uma vinculação à cultura libanesa, apesar da duplicidade contida no nome do clube. A referência à Fenícia fornece elementos que se constituem em traços culturais tidos como libaneses, tais como a vocação comercial, adaptação às novas realidades culturais, o caráter aventureiro (o ir mais longe, típico dos navegadores) e uma grande invenção civilizadora: o alfabeto. No entanto, nos lembra da fala de Antun Saadé²³⁹, um intelectual libanês, que foi deputado no Líbano e viveu um tempo no Brasil, e que costumava ironizar a impropriedade existente na possibilidade de aceitar-se como verdadeiro que os limites do Líbano atual correspondam ao território de um país fenício existente há mais de 3 mil anos, traçados como foram numa mesa qualquer de um escritório ‘por um inglês e um francês’. (MORALES, 2004 p.160).

A autora, que é natural de Santa-Maria, esclarece que no início da imigração, “na dinâmica social do grupo, havia equidade entre as forças de aproximação e de afastamento”. No entanto, “o nome designativo do clube

²³⁹ Lesser (2001 p.114) descreve a vida de Antun Sa’adih como exemplo da trajetória da participação dos intelectuais da colônia na diáspora. “Nascido em uma família de intelectuais gregos ortodoxos do Líbano em 1904, o pai de Antun, o médico Kalil Sa’adih, mudou-se para o Egito e de lá para o Brasil, onde publicou o jornal *Al-jarida*. Antun juntou-se ao seu pai em 1920, em São Paulo, onde se tornou ativista e membro de uma sociedade secreta que visava a união dos povos árabes em torno de uma grande nação árabe unida”.

definiria, de uma vez por todas, a real identidade à qual a comunidade árabe se sentia pertencer: a identidade libanesa, definida pelo localismo natal e fortalecida pelo nacionalismo daquele período”. (MORALES, 2004 p.183).

O Clube Libanês Brasileiro de Santa Maria manteve-se em funcionamento até 1960, quando encerrou suas atividades, transformando-se numa sociedade de caráter cultural²⁴⁰. Segundo Morales, isso teria ocorrido devido ao decréscimo na participação dos associados e ao baixo quórum das assembleias, além das frequentes aberturas dos trabalhos em segunda chamada, o que culminou com uma proposta, que foi aprovada, para sua dissolução (MORALES, 2004). De acordo com Morales (2004, p.188), o fechamento do Clube marcou o “fim de uma época e de um símbolo recorrente na memória e para a elaboração identitária de muitas pessoas”.

Tal como ocorreu em Pelotas, o mesmo processo que levou à criação de comitês patrióticos durante a Primeira Guerra Mundial foi observado em Porto Alegre. Por volta de 1917, uma entidade desse tipo foi fundada na capital em apoio aos franceses em sua luta contra os otomanos. Schilling (2007) informa que, por volta de 1920, os árabes que moravam no Centro da capital, entre eles sírios, libaneses e demais imigrantes de língua e cultura árabe, se reuniam frequentemente nas casas de um desses árabes para conversar, encontrar amigos, enviar e receber encomendas, ouvir notícias da terra de origem. A autora relata que, com a evolução desses encontros, foi preciso alugar a sede de algum clube com disponibilidade de espaço em dias e horários marcados. Assim, foi fundada em agosto de 1922 a primeira agremiação social da comunidade árabe de Porto Alegre, a Sociedade Síria (BECKER, 1958).

O Clube Sírio, fundado informalmente em 1922, conforme acreditamos, construiu sua memória formalizando o que antes era informal pela intervenção do cônsul da França em Porto Alegre, pois, uma vez que se efetivava, nessa mesma época, o Mandato Francês na Síria, um conjunto de medidas de Estado, por parte da República francesa, foram implementados através de seus consulados²⁴¹. No início do Clube Sírio, havia franca união entre imigrantes sírios e libaneses, pouco contaminados pelos nacionalismos que tanto iriam dividi-los num breve futuro. As socializações entre os dois grupos permitiram inúmeros casamentos interétnicos entre eles, mas também entre maronitas e ortodoxos, cristãos e

²⁴⁰ O Clube Sírio-Libanês de Santa Maria passou por diversas fases ao longo de sua trajetória e por mudanças de nome entre o ano de sua criação em 1933 e 1960, quando houve o câmbio estrutural nos seus estatutos, missão e objetivos, sendo que até hoje mantém-se ativo em Santa Maria como uma entidade recreativa, esportiva e cultural da cidade.

²⁴¹ A França, neste momento, estava com o prestígio em alta junto ao governo brasileiro devido à vitória na Primeira Guerra Mundial.

muçulmanos, gente do interior e da capital, como confirmamos nas entrevistas que realizamos.

A exemplo do que ocorria no Oriente Médio, durante as décadas de 1920 e 1930, período no qual se consolidou o Mandado Francês nas duas das maiores colônias otomanas árabes da Grande Síria, na capital dos gaúchos a ação direta da chancelaria francesa auxiliou no alinhamento, mas também nas cisões verificadas posteriormente entre os imigrantes sírios e libaneses e seus descendentes, os quais terminariam por formar seus próprios núcleos independentes com posicionamentos, convicções políticas e visões de mundo distintas.

Assim, de acordo com Kemel (2000), a Sociedade Síria inicialmente procurou unir sírios e libaneses numa mesma entidade, porém logo apareceram as diferenças. Em 1924 foram criadas a União dos Jovens Libaneses e a Juventude Maronita, lideradas pelos irmãos Buchabiqui. No ano seguinte, era fundado o Clube Sírio-Libanês²⁴², aparentemente uma nova tentativa de unir todos os imigrantes em torno de uma única agremiação”. Até 1933, assim se manteve o Clube²⁴³. No entanto, neste ano, fruto “de um novo desentendimento entre a diretoria e alguns sócios, foi criado o Clube da Juventude Sírio-Libanesa, com sede na rua da Praia, e em 9 de agosto de 1934 (...) a Sociedade Sírio-Libanesa, que ficava na Rua dos Andradas, 1.624”. (BECKER, 1958 p.305).

Outros desentendimentos provocaram nova ruptura²⁴⁴ e, em 1º de setembro de 1936, dia da independência do Líbano, foi fundada a Sociedade Libanesa de Porto Alegre, constituída por dissidentes da Sociedade Sírio-Libanesa e da Juventude Maronita (BECKER, 1958). Assim, em Porto Alegre, durante algum tempo passaram a funcionar dois clubes, um no Centro e mais antigo, fundado em 1922, o Clube Sírio (depois Clube Sírio-Libanês, em 1925, e mais tarde,

²⁴² Cujo embrião fora lançado durante reunião, em setembro de 1917, convocada pelo vice-cônsul francês em Porto Alegre, barão Lavaissiere, e da qual participaram membros da comunidade e os emissários Lakah e Marban (Correio do Povo, 18 set. 1917). Anos mais tarde, em 1922, o novo vice-cônsul da França, Mangan de Belevue, conforme mencionado acima, reiterou a necessidade de organização da comunidade apoiando a criação do primeiro Clube Sírio da cidade.

²⁴³ O Clube Sírio-Libanês teve como local de suas primeiras reuniões, conforme impresso na capa de seu Livro de Atas, a rua Voluntários da Pátria, n.455. Neste local, segundo os dados que pesquisamos, existia em 1930 uma tabacaria, sendo também a residência de Miguel Nacif. Em 1940, Helon Fayad Nacif declarou ser ali sua residência e, em 1942, o local foi identificado como residência e comércio de Sada Botomé Seade. Numa ata de 1929, que acreditamos ter sido a primeira a ser formalizada pelo Clube, observamos que Abdalla Creidy, presidente da entidade, convocava uma Assembleia Geral Extraordinária para aprovar um empréstimo da diretoria para a aquisição de mobiliário e a autorização para o aluguel de um imóvel na Praça Parobé, n.62, onde iria ser instalada a futura sede da agremiação.

²⁴⁴ A respeito das desavenças entre sírios e libaneses, escreve Kemel (2000, p.40): “A emotividade quase passional, reconhecida pelos imigrantes e descendentes dos grupos sírio e libanês leva, facilmente, esses indivíduos a sentirem-se ofendidos uns com os outros, provocando por isso muitos rompimentos entre amigos e entre famílias, estendendo-se aos grupos como um todo.”

Sociedade Sírio-Libanesa, em 1934²⁴⁵); e a Sociedade Libanesa, inaugurada no bairro de São João, em 1936²⁴⁶.

A Sociedade Libanesa desde o início contou com a união dos moradores do bairro de São João, de origem libanesa, mas também com presença síria; dos dissidentes das agremiações sociais da juventude libanesa; e também com o discreto apoio e colaboração do cônsul francês na capital²⁴⁷.

Nessa época, Porto Alegre experimentava um acelerado processo de expansão, iniciado ainda nos anos 1920, marcado, entre outras iniciativas, pela abertura e urbanização de áreas ao norte da cidade (FRANCO, 1988). Para além das regiões vizinhas ao Centro, como Floresta e Navegantes, o bairro de São João tornara-se alvo do Poder Público, que incentivava os loteamentos e a abertura de novas ruas, a construção de residências e a implantação de comércio e pequenas indústrias no local. Para lá afluíram muitos patrícios desejosos de fugir do insalubre Centro da cidade em busca de uma melhor qualidade de vida, mas também atraídos pela oportunidade de adquirir um lote próprio, acessível inclusive aos trabalhadores com rendas mais baixas.

Uma dessas pessoas foi o imigrante Antônio Mansur Chamun, pai de Cirne Chamun. O descendente de libaneses, hoje com 82 anos e ainda residente no bairro, no depoimento que concedeu para a elaboração do livro comemorativo aos 80 anos da Sociedade Libanesa, em 2006, lembra os nomes dos seus patrícios que vieram do Centro e de outros locais da cidade para o bairro de São João durante a década de 1930. Eram eles, entre outros, Adaime Adam, Allem, André, Assaf, Bittar, Buneder, Botomé, Buchabiqui, Buaia, Burgel, Cafruni, Chamun, Chemale, Chika, Creydi, Feres, Helou, Iunes, Kalil, Maluf, Merode, Mousalle, Saliba, Sarquis, Satt, Satte, Seadi, Selaimen, Sfair, Simão, Tauil e Temes. Muitos eram

²⁴⁵ Conforme verificamos em nossa pesquisa, a primeira fase do Clube Sírio foi marcada por cisões e descontinuidades. A agremiação funcionou em locais diversos, começando pelas próprias casas dos patrícios, passando pela sede de outros clubes, como o Caxeiral, na rua da Praia, pelo prédio da importadora Karst, na rua Voluntários da Pátria, pela já citada Praça Parobé, n.62, entre outros locais no Centro de Porto Alegre, até chegar, em 1949, a sua sede definitiva na rua Riachuelo, n. 525, também no Centro da capital.

²⁴⁶ Estiveram presentes ao ato de fundação da Sociedade Libanesa, entre outros patrícios, Albert Nehmé; Michel Khoury Ganen; Salomão Malcon; Kalil Buaes; Elias Mousalle; Jamil Aiquel; Gibran Bahlis; Yunes Jorge; Antônio Jorge Achutti; Adid Pedro Tauil; Ruth Madeira; João Rechden; José Nesralla; Said Francis; Antônio e Jorge Merode; Alberto Chehin Maia; Jorge Helou, Nemtala Chemale; Luiz Satt; Taufik Saadi; Simão, Jorge, Elias e Roços Kali; Haguél e Elias Botomé; Jorge e Olmiro Chiká.; Brasil, José, Neme, João e Kersrouan Seadi; Allen, Amim, Calisto, Emílio, Oscar e Abílio Allen, Elias, Líbano, José e Pedro Buchabiqui; David, Jorge, Felipe, Mateus, Eduardo, Nicolau, Salin e José Cafruni; Júlio, Amim, Alberto e Tuffi André; Chehin, Fuad, Décio e Felipe Selaimen, Sady, Elias e Badiak Sffair (SCHILLING, 2007).

²⁴⁷ A participação francesa acontecia pelo apoio do vice-cônsul, barão Magnan de Bellevue, mas também pela instituição, por ele, de agentes que eram lideranças na comunidade árabe e que intermediavam questões de cadastramento, identificação e representação diplomática dos sírios e libaneses no estado. De certa forma, as agremiações sírio-libaneses assumiram também a função de atuar como uma espécie de extensão da chancelaria francesa durante o período dos mandatos (1923-1943), ocasião em que alguns associados obtinham 50% de desconto nos serviços prestados pelo consulado (SCHILLING, 2007).

libaneses natos e formaram o maior grupo de libaneses da capital (SCHILLING, 2007).

No ato de fundação da Sociedade Libanesa, conforme se lê nas consignações feitas em ata²⁴⁸, “foram arrecadados 14 contos em doações” (dos 50 necessários à aquisição e reforma de uma sede social), todas realizadas por membros de sua diretoria (SCHILLING, 2007, p.37). A Sociedade passou por dificuldades nos seus primeiros 10 anos de existência; porém, a dedicação de sua comunidade e a vontade e esforço de seus dirigentes permitiram que continuasse existindo²⁴⁹.

De acordo com Schilling, (2007 p.46),

em outubro de 1937, foi criada uma comissão formada por Mentala Chemale e Miguel André, presidente da Sociedade Libanesa (...), com o objetivo de percorrer o estado para obter fundos que auxiliassem na obra da sede social, bem como exortar os libaneses a se inscreverem no consulado francês nos termos do Tratado entre a França e a Turquia.

Pelo que se percebe da passagem acima, houve muita vontade e espírito associativo nos anos iniciais da Sociedade. Os antigos contam que se promoviam bailes, canastras de casais, jogos de bocha e havia interação com outros clubes, tudo no sentido de fazer funcionar o espírito associativo, colaborativo e de participação dos jovens. É importante pontuar ainda que, de acordo com os estatutos da Sociedade Libanesa, até 1943 apenas os libaneses e seus descendentes podiam ser votados. As mudanças promovidas em seu estatuto nessa época, tornando-o mais aberto a pessoas de todas as origens, foi significativa em termos de visibilidade e abertura do Clube a associados de dentro e de fora da comunidade²⁵⁰, o que pode ter exercido papel relevante para que continuasse funcionando, isso num período em que os clubes étnicos passaram por sérias dificuldades e muitos fecharam as portas.

Já o Clube Sírio-Libanês (antigo Clube Sírio), que adotou tal nome em 1925, conforme verificamos junto ao acervo histórico da Sociedade Libanesa, foi formalizado através de um Livro de Atas, que, entre outras anotações, traz a data

²⁴⁸ Dizia o estatuto da Sociedade Libanesa de Porto Alegre: “Art.º 1º- A Sociedade Libanesa de Porto Alegre, simplesmente denominada Libanesa, fundada em 1º de Setembro de 1936, nesta cidade de Porto Alegre, estado do Rio Grande do Sul, é uma entidade civil de direito privado, constituída por tempo indeterminado, por sócios de ambos os sexos, sem distinção de nacionalidade ou credo político religioso, sendo a finalidade especialmente social, esportiva cultural e beneficente e sua atividade orientada pelos meios legais (SOCIEDADE LIBANESA DE PORTO ALEGRE, 1936).

²⁴⁹ Segundo Schilling (2007 p.47), “a aquisição de uma sede própria na rua Ipyranga (atual D. Leopoldina), no bairro de São João, e a reforma feita no prédio foram assuntos que preocuparam a diretoria até o fim da década de 1940”. Em 1º de setembro de 1946, no aniversário de dez anos da Sociedade, o interventor do estado, Cilon Rosa, visitou a diretoria da agremiação e, em 5 de setembro do mesmo ano, as mulheres ligadas à diretoria fundaram a Sociedade Beneficente de Senhoras Monte Líbano (SCHILLING, 2007).

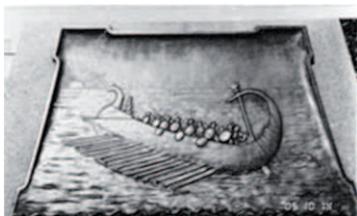
²⁵⁰ Um exemplo dessa abertura pode ser ilustrado pela figura de Lauro Reis, cidadão brasileiro que presidiu a Sociedade entre 1965 e 1967 (SCHILLING, 2007).

de fundação da entidade: 26 de abril de 1925; seu endereço: rua Voluntários da Pátria, n. 455; e ainda informações anotadas à mão com os nomes de aproximadamente 30 sócios, entre sírios, libaneses e brasileiros, além de alguns gregos e portugueses.

Na década de 1930, especialmente entre os anos de 1933 e 1935, observamos muita movimentação, especialmente quando esses imigrantes árabes assumiam posições conflitantes, ocasionando rupturas mais profundas em suas entidades associativas. Em 1934, substituindo o Clube Sírio-Libanês, foi criada em Porto Alegre a Sociedade Sírio-Libanesa, que, no ano seguinte, mandou erigir um obelisco no estilo *art déco* para oferecer ao estado gaúcho em homenagem ao centenário da Revolução Farroupilha (SARAIVA, 2007).

Nas laterais do monumento pode-se ver dois desenhos. O primeiro representa um cavaleiro tendo ao fundo a árvore símbolo do Líbano, o cedro. A ilustração (foto 1), ao nosso ver, remete a um elemento atávico ancestral que pretende ligar o Oriente Médio ao pampa gaúcho. Outra referência na mesma imagem remete ao binômio homem-cavalo como um elemento indígena da terra gaúcha, uma vez que o ginete se encontra montado a pelo e está seminu. Por outra perspectiva, as imagens evocam a narrativa do imigrante libanês como um elemento forte e civilizador e que veio dos “Cedros ao Pampa” para moldar com o indígena, o mestiço gaúcho, a cultura do Rio Grande do Sul.

A segunda imagem mostra em alto-relevo uma paisagem com um barco de guerreiros navegando em direção ao sol poente. Esta figura (foto 2), ao nosso ver, remete a um barco fenício, embora se pareça mais com uma embarcação viking. Talvez o propósito tenha sido explorar a ideia, muito em voga na época, de que os fenícios, que navegavam em direção ao Ocidente, ou seja, às terras que seriam iluminadas por sua presença dominadora e forte, seriam os desbravadores e guerreiros de uma “raça superior” que teria vindo ao Brasil para somar. Na base do monumento, em cada lado, avistava-se a cabeça de um leão, completando a simbologia de poder (SARAIVA, 2007).



Fonte: Saraiva (2007).

A Sociedade Sírio-Libanesa se esvaziou pouco depois do evento de 1935 e, no ano seguinte, com a fundação da Sociedade Libanesa, perdeu ainda mais associados. Sobreviveu assim até algum momento antes do início da década de 1940 e, sem deixar qualquer registro, se apagou.

Foi nesse cenário, que começa no início da década de 1930, passando pelos processos de independência da Síria e do Líbano, até chegar ao fim da Segunda Grande Guerra e o estabelecimento do Estado de Israel na Palestina, que os imigrantes sírios e libaneses de Porto Alegre começaram a ganhar contornos identitários mais nítidos, estabelecendo sobretudo as questões ideológica e confessional como suas fronteiras mais rígidas, defendidas, em alguns casos, com passionalidade e virulência pelos membros mais exaltados da comunidade. Junto com as ações de seus líderes, esse tipo de atitude foi em grande parte responsável pelas fragmentações e reagrupamentos observados na história de suas sociabilidades.

A consequência disso foi o surgimento e a consolidação, na década de 1940, de pelo menos dois grandes grupos de imigrantes e descendentes de árabes em Porto Alegre. Só é possível visualizar mais nitidamente esses dois perfis, se levarmos em conta, além dos aspectos já citados nesta tese, os projetos de representação das lideranças étnicas das duas entidades, o que determinou, em alguma dimensão, as opções dos imigrantes por um dos dois grupos.

Assim, no período que se seguiu ao vácuo deixado pelo esvaziamento da Sociedade Sírio-Libanesa, os sírios do Centro da cidade se reuniram informalmente em torno dos Dabdab (Raphael e Elias), ao mesmo tempo que se observava uma grande mobilização da diretoria da Sociedade Libanesa no sentido de ocupar esse espaço e manter a sua entidade funcionando.

No caso dos sírios, a mobilização em torno dos Dabdab teve como resultado a refundação do Clube Sírio, que passou a existir formalmente a partir de sua reorganização em 1949²⁵¹. Conforme nos parece, isso só foi possível, aparentemente, graças ao aporte financeiro de poderosos empresários sírios, após, portanto, da consolidação da independência da Síria (1946) e da instituição do Estado de Israel no Oriente Médio (1948). Nessa nova fase do Clube, uma sede própria foi adquirida em luxuoso casarão localizado na rua Riachuelo, n.525. Porém, com o passar do tempo, novamente faltou regularidade à agremiação e,

²⁵¹ A ata de (re)fundação da Sociedade Síria do Rio Grande do Sul, de 15 de abril de 1949, foi assinada por Raphael e Elias Dabdab, Elias Moussale; Camillo Issa; Jorge Simon; Sadik Kanan; Alfredo Emilio Alem; Sady, Luiz e Antônio Nejar, Salomão Malcon, Eduardo Cafruni, Fozi Habab, Taufik Abujanra; Gabriel Miguel Fadel; George Mudava; Gossen Gazul; Alcides Saffi; Said Amim Buede; Abdo Jorge e Esperidião Jorge Curi; José e Abrahão José Nesralla, Jamil e Angelito Aique, João Hiane, Jorge João Harb; Farid Beylonni, entre outros. Segundo informações da ata inaugural, a Sociedade Síria já contava com 135 sócios em seus quadros sociais no dia de sua reestruturação.

embora ela tenha marcado a vida social da cidade pelos bailes que promovia na década de 1950, a Sociedade Síria, que utilizava o estratégico nome de “União Sírio-Libanesa”, terminou seus dias de forma lúgubre, esquecida e abandonada por sua própria comunidade²⁵². Sobre o fim do Clube Sírio, assim nos disse Rafique João (2015, s.p.):

Não sei por que o Clube Sírio acabou abandonado. Lembro que cheguei a frequentar no início da década de 1950, quando era rapaz. Eu e o José Nesralla íamos juntos às festas. Ele ia me chamar em casa. Depois, quando era na rua Riachuelo, também havia bailes, mas no fim era frequentado por um grupo pequeno de sírios, quase todos eles velhos, que passavam os dias a jogar, até à noite jogando cartas, acho que era buraco, e nos fins de semana não tinha mais festa. Só eles jogando (...).

A Sociedade Síria, pelo que se pôde observar, era formada majoritariamente por sírios e libaneses, assim como por seus descendentes residentes ou donos de comércio na área central da cidade. Eram quase todos de origem cristã ortodoxa, porém também havia muçulmanos entre eles. Estes últimos viam a possibilidade de união entre sírios e libaneses na Sociedade Síria como uma brecha ou oportunidade mais vantajosa para sua participação na comunidade, pois ali sua aceitação era melhor do que entre os libaneses (majoritariamente maronitas) do bairro de São João.

Por outro lado, a descontinuidade da Sociedade Síria, que seria incorporada²⁵³ em 1996 à Sociedade Libanesa, pode ser atribuída ao desinteresse dos sócios, talvez por causa das modestas instalações que não permitiam a prática de esportes em piscinas ou quadras esportivas. Também eram poucos os serviços oferecidos pela Sociedade aos seus sócios, que invariavelmente reclamavam da falta de mobilização e empenho por parte da diretoria. Embora não seja tarefa simples determinar as causas exatas do desaparecimento da Sociedade Síria, tal fato não deve ser atribuído à escassez de recursos nem tampouco à ausência de patrimônio, uma vez que os cofres da Sociedade sempre estiveram cheios e a

²⁵² Na ata da reunião da diretoria do Clube Sociedade Síria, de 17 de junho de 1976, o presidente Fozi Habab “expôs aos presentes que a Sociedade vem de longa data passando por um recesso de suas atividades devido ao escasso número de sócios, à idade da maioria e outros fatos demais conhecidos dos presentes”. Também disse que “a atual diretoria, eleita há mais de nove anos, com heroísmo vem mantendo e até aumentando o patrimônio do clube, que além da sede própria contava com 180 mil, 640 cruzeiros e 35 centavos disponíveis.

²⁵³ Neste processo que incluiu conversas e negociações entre as diretorias dos dois clubes, iniciadas em 1960, e que se estenderia por 36 anos, “a palavra incorporação não era admitida por Elias Dabdab, presidente da Sociedade Síria, que preferia dizer ‘fusão’ ao invés”. (SCHILLING, 2007 p.80). O fim da Sociedade Síria em 1996 incluiu a entrega de sua valiosa sede da rua Riachuelo, além de seus 16 sócios remanescentes à Sociedade Libanesa. Em troca, aquela recebeu apenas uma placa fazendo menção à existência da Sociedade Síria e de sua diretoria, que foi pregada em uma das portas do salão nobre da Sociedade Libanesa. Esta última utilizou os recursos obtidos com a venda da antiga sede da Sociedade Síria para terminar a construção de sua nova e espaçosa sede no bairro Boa Vista, onde há estrutura para a prática de diversos esportes.

agremiação possuía sede própria²⁵⁴. Talvez uma pista possa ser encontrada nas assentadas de reuniões da diretoria, conforme se lê abaixo:

O sócio Nicolau Ache Waquil propôs protelar a decisão [sobre reformar a sede do Clube na rua Riachuelo, ampliando seus espaços] para melhor oportunidade, ressaltando que a Sociedade precisa, antes de uma iniciativa deste gênero, reformar seus estatutos, no sentido de modernizá-los e torná-los mais adequados ao reerguimento da entidade, e ainda fez sentir a necessidade de se aumentar o quadro social. Submetida, a proposta foi aprovada por unanimidade, transformando-se a resolução em apelo para que a diretoria se empenhe na reforma dos estatutos bem como na abertura para aquisição de novos sócios, principalmente jovens vinculados aos elementos do atual quadro social existente. Assina a ata o secretário Luiz Waldyr Nejar (SOCIEDADE SÍRIA DO RIO GRANDE DO SUL, 1976).

Em Porto Alegre, como vimos, foi impossível conciliar os interesses de compartilhamento de sociabilidades entre imigrantes e descendentes de libaneses e de sírios, embora tratativas neste sentido tenham sido recuperadas pela memória da comunidade, como se observa nos trechos a seguir. Elias Dabdab (2015, s.p.), que nos concedeu entrevista, lembrou que em setembro de 1946 “meu pai, Raphael Dabdab, fui procurado por Elias Botomé²⁵⁵ e Yunes Jorge que vieram até nossa loja propondo um acordo entre a Sociedade Libanesa e parte dos libaneses que não eram associados para com isso apaziguar a colônia”.

Outra iniciativa neste sentido foi relatada por José Japur, que foi diretor da Sociedade Libanesa entre os anos de 1974 e 1975. Segundo a entrevista que concedeu a Schilling (2007 p.99), ele confirmou que “havia uma divergência muito grande, e nós [os libaneses] queríamos fazer uma união com a Sociedade Síria” para acabar com as brigas, mas também, “com a rivalidade, com o orgulho existente”. Prossegue Japur:

Então eu propugnava pela união, fazia uma filosofia a respeito dessa matéria da união dos povos, da união nossa. Nós não temos nada que ficar alimentando ideias antigas, de rivalidades, que a Síria quer tragar o Líbano. (...) Em outros estados do Brasil sírios e libaneses mantêm a união, mas aqui [no Rio Grande do Sul] não havia²⁵⁶.

²⁵⁴ Observamos que a cada reunião de diretoria da segunda fase da Sociedade Síria (1949-1996) havia um pedido de auxílio por parte da União Beneficente Senhoras Monte Líbano, mantenedora da Casa de Amparo à Velhice, entidade ligada à Sociedade Libanesa. Não observamos nenhum caso em que esses pedidos fossem negados, sendo as solicitações pagas depois de aprovadas pela maioria dos membros da diretoria.

²⁵⁵ Elias Botomé foi diretor e presidente da Sociedade Libanesa entre 1950 e 1959. “Elias era proprietário da joalheria Cruzeiro e foi apontado como um dos comerciantes mais ricos do Clube, responsável por doar e angariar recursos para a instituição entre seus clientes”. (SCHILLING, 2007 p.61). Bastante conhecido no clube durante a década de 1960, Botomé costumava pagar cafês e lanches para seus amigos e sempre dizia, num misto de aviso e brincadeira: “Não enfrentem o capital!”. É provável que seja o mesmo que, segundo nossa investigação, esteve preso por dois anos, ainda jovem, em Cachoeira do Sul, depois de ter sido condenado em processo de falência de 1923. (APERS, 1923).

²⁵⁶ Investigando as atas das reuniões da diretoria da Sociedade Síria do Rio Grande do Sul, encontramos uma de 17 de julho de 1969, onde se lê: “Tivemos o prazer de receber a visita dos seguintes senhores: Lenine Nequete e José Japur, que estão interessados na instalação do Instituto Cultural Árabe Brasileiro, o que muito nos honrou pela grandeza do empreendimento, ou seja, pela união de todos os árabes e de seus descendentes e também pela

Outro fator importante para entender o que ocorreu em Porto Alegre entre as décadas de 1930 e as seguintes, em referência às relações entre sírios e libaneses, foi o papel decisivo das lideranças étnicas libanesas e sírias, que, articulando-se em relação a fatores de ordem econômica, ideológica e confessional, acabaram por moldar uma geografia das etnias com suas respectivas fronteiras, ou seja, entre o que é culturalmente sírio-libanês e árabe de um lado, e de outro, o que é culturalmente libanês maronita. De acordo com Regina Weber (2014), a presença de “líderes” no seio de comunidades étnicas é mais comum do que se costuma imaginar. Os líderes fundam associações e jornais, redigem textos, fazem discursos, buscam convencer os membros do grupo a aderir a determinadas ideias e a participar de entidades e eventos.

Um intelectual étnico que, ao nosso ver, combinou os encargos da representação e ações de liderança com a sua própria agenda pessoal neste contexto foi, inquestionavelmente, Abdalla Adalberto Creidy. Nascido no início do século XX em Porto Alegre, seu pai era imigrante libanês, um pequeno comerciante (açougueiro) residente no bairro de São João, e a mãe, de origem síria.

Em 1937, Abdalla Creidy defendeu a tese de bacharel²⁵⁷ em administração e finanças na Escola de Comércio da Capital. Creidy foi responsável pela elaboração da maior parte dos textos que definiam o Líbano e os libaneses no Rio Grande do Sul (1958) e elaborou teorias sobre a sutil diferença, que ele fazia questão de reforçar, entre libanês e árabe no âmbito do estado sulino. Tendo estado presente à fundação das primeiras associações étnicas dos árabes da cidade (1925, 1929, 1934 e 1936), Creidy foi se articulando e se reposicionando a cada mudança que essas associações promoviam.

Durante os anos da Segunda Grande Guerra, a comunidade sírio-libanesa porto-alegrense ainda permanecia dividida. Essa situação se estenderia até mesmo depois de encerrado o conflito, até que alguns acontecimentos ocorridos no Oriente Médio²⁵⁸, divulgados pouco a pouco pela mídia da época em matérias de jornal e chamadas radiofônicas, iriam dar outro rumo às relações entre sírios e libaneses na capital.

Estamos nos referindo aqui aos sangrentos combates envolvendo árabes e judeus na Palestina que culminaram, em maio de 1948, com a eclosão de uma

participação de todos os simpatizantes pelos assuntos árabes”. O documento ainda menciona um “Livro de Ouro” do Instituto, que teve seu prefácio escrito por Monoelito Ornellas.

²⁵⁷ Com o sugestivo título *Aspectos econômicos da função consular* (CORAZZA, 2009).

²⁵⁸ A Guerra de Independência (1948-1949) contrapôs o Exército israelense ao da Liga Árabe, este composto por efetivos de cinco países: Egito, Síria, Líbano, Iraque e Transjordânia (atual Jordânia), e ao Exército de Libertação Árabe, formado por árabes da própria Palestina. Sua causa imediata esteve ligada à não aceitação por parte dos árabes do plano de partilha da Palestina aprovado na Assembleia Geral das Nações Unidas em 1947 (BARTEL, 2006).

guerra entre os dois povos na Terra Santa. Os acontecimentos que se desenvolviam no Oriente Médio novamente projetaram reflexos na comunidade sírio-libanesa da capital, colocando em confronto alguns árabes e judeus de Porto Alegre.

O conflito ocasionou uma momentânea união da comunidade levantina da cidade em torno dos árabes na disputa com Israel por uma parte da Palestina. Foi nesse momento que surgiu nos jornais da capital a figura de Abdalla Creidy como legítimo representante da comunidade árabe, interpelado pela imprensa diante da crise de maio de 1948. A seguinte passagem, retirada de Bartel (2006, p.117), dá uma boa ideia da projeção que a figura de Creidy começou a tomar:

Conforme estava anunciado, realizou-se neste domingo último uma importante reunião da qual participaram elementos da colônia Sírio-Libanesa aqui radicada, tendo sido amplamente [debatido] o caso da Palestina e de seus reflexos no Brasil, e particularmente em Porto Alegre. Finda a reunião, que se prolongou pela tarde, ficou deliberada a organização de uma comissão diretiva que tratará do assunto, devendo ela, conforme ficou assentado, falar em nome dos árabes e seus descendentes, residentes nessa capital, quando assim for preciso. Tomou parte ativa nos trabalhos de domingo último, havendo sido designado para presidi-los, o Dr. A. Creidy, conhecido comerciante e industrial, figura de projeção na colônia Sírio-Libanesa porto-alegrense.

A crise com Israel de maio de 1948 mostrou-nos uma faceta diferente do Dr. Creidy. Ele, ainda que descendente de libaneses e de sírios, e na época muito engajado em representar os interesses dos libaneses no Rio Grande do Sul, aproveitou a ocasião para, de forma sutil, sair em defesa de todos os árabes quando estes, segundo dizia, foram atacados de forma indiscriminada pelos judeus de Porto Alegre e de todo o mundo, os quais naquele momento já saíam vigorosamente em defesa de um “lar” para seus conterrâneos no Oriente Médio.

O conflito refletia-se também nos meios de comunicação através de bravatas e injúrias proferidas por ambos os lados da disputa. Ao ser procurado pela mídia para falar em nome dos árabes, Creidy aproveitou-se do momento para enviar um recado de forma sutil, não só aos judeus, mas a todos que acompanhavam os acontecimentos na Palestina, qual seja: a existência de diferenças, ainda que falassem a mesma língua, entre árabes e libaneses. Bartel (2006, p.117) reproduziu o teor de uma desses pronunciamentos:

Em entrevista à imprensa, o economista de origem libanesa, Abdalla Adalberto Creidy, ‘representante dos árabes’, afirmava ‘possuir muitos amigos entre os judeus residentes em Porto Alegre, apreciando-os’; porém não concordava ‘com certos israelitas fanáticos, que queriam tratar o caso da Palestina insultando com palavras de baixo calão os inimigos’. Creidy ainda referiu que: ‘Na falta de palestínianos aqui, os descendentes de qualquer dos Estados árabes têm o dever de colaborar para essa informação, para que o conceito de distintos nacionais possa

ser explanado com justiça e para que unidos estejamos, e atentos, para revidar os insultos que nos sejam assacados”.

Mas nem tudo foi harmônico como parecia fazer crer as tentativas de conciliar os interesses dos libaneses com os de outros árabes levadas a cabo por Abdalla Creidy. As relações que estabeleceu com seu grupo de origem servem para ilustrar o quão complexa é a figura de um líder intelectual étnico. Este deve ser pessoa dotada de atributos próprios ao exercício deste tipo de liderança²⁵⁹. Em seu mister, o conjunto de exigências e demandas se configuram assuntos urgentes e controversos, o que exige rápida tomada de decisões, uma vez que, dependendo da conjuntura, as contradições e atitudes, sem o devido cuidado, podem gerar situações bastante complicadas. Em última análise, o que podemos supor ao avaliar a trajetória e o patrimônio que acumulou é que o que ele pretendia na verdade era harmonizar sua vida empresarial com a de representante de uma comunidade inteira.

Nesse sentido, observamos que em algumas ocasiões houve oposição ao comendador Abdalla dentro da comunidade libanesa de Porto Alegre. Supomos, com razoável grau de certeza, que fatores como a demissão dos irmãos Chemale, representantes da ala jovem maronita, da Sociedade Sírio-Libanesa em 1933, somada ao fator geográfico que polarizava grupos de sírio-libaneses em duas diferentes regiões da cidade, e ainda outros aspectos de ordem estritamente comercial²⁶⁰, nos quais Creidy e outros patrícios estavam inseridos, podem ter contribuído para a formação de uma dissidência irretroatável que criou a Sociedade Libanesa em 1936, entidade da qual Abdalla Creidy ficaria de fora até 1950.

Schilling (2007, p.56-57) lembra que, em 1947, Abdalla Creidy e Jorge Buchabiqui, que não eram sócios da Sociedade Libanesa, faziam restrições a sua diretoria²⁶¹. O presidente da Sociedade na época, Kersrouan Seadi (1946-1948), a fim de evitar maiores polêmicas, e “agindo em prol da sociedade”, colocou seu cargo à disposição, mas a diretoria da Libanesa, reunida em Assembleia Geral em julho de 1947, decidiu “não aceitar nenhum tipo de pressão de pessoas que fossem estranhas à Sociedade”. Além disso, decidiram, na mesma ocasião, “lavar um ato

²⁵⁹ Interpretando Bourdieu (1987, p.23) em sua teoria da ação, “um intelectual é aquele capaz de produzir conhecimento simbólico criando posições na estrutura do campo intelectual”. Segundo o autor, “sua obra deve estar inserida em relações sociais assumindo posição no campo de força”. Ele é dotado de legitimidade e em seu histórico “há atributos de agente que assume posição objetiva no campo relacionado ao capital e ao mercado, o que produz efeitos no campo intelectual”.

²⁶⁰ Nos referimos aqui ao protesto e cobrança feitos contra Felipe Selaimen por ordem da Creidy&Cia. em 1931 (APERS, 1931), e ao início da execução judicial do processo em 1936 (APERS, 1936). A família Selaimen foi pioneira no bairro de São João e, por serem proprietários de muitos terrenos e também fundadores da Sociedade Libanesa, gozam ainda hoje de muito prestígio junto à comunidade libanesa da região.

²⁶¹ “Eles e mais alguns outros dissidentes da colônia queriam fazer parte da sociedade, desde de que houvesse a renúncia da diretoria e uma nova eleição fosse realizada, pois acreditavam que o último pleito não teria sido legal, fato contestado pela diretoria”. (SCHILLING, 2007, p.56).

em louvor aos esforçados membros da diretoria que não mediam esforços para harmonizar os interesses da comunidade libanesa”.

Ainda segundo Schilling, que escreveu o livro oficial da entidade (2007), no ano de 1948, por iniciativa da Sociedade Libanesa, foi redigida uma correspondência para ser entregue à embaixada do Líbano no Rio de Janeiro, com um pedido de nomeação de um cônsul para o estado do Rio Grande do Sul. O pedido, aparentemente sem indicação de qualquer nome, se justificava, segundo a entidade, devido ao número de libaneses no extremo sul. Aconteceu, porém, que o ministro, no Líbano, acusou o recebimento de duas cartas oriunda da colônia libanesa do Rio Grande do Sul, ambas com assinaturas de membros da comunidade. Uma delas, no entanto, vinha com a indicação de um nome para o cargo de cônsul, justamente o de Abdalla Creidy. Diante disso, o ministro libanês pediu ao cônsul do país no Rio de Janeiro que se pronunciasse. Este, por sua vez, indicou um patricio para intervir e esclarecer a situação. De posse de uma correspondência do ministro, este último assim se apresentou em Porto Alegre:

Meu nome é David Saadi e sou portador de credenciais nesta missiva que também esclarece que o Sr. Ministro está autorizado a nomear um cônsul para Porto Alegre, mas não o fez ainda por notar certas divergências que aqui reinam no seio da coletividade libanesa, e é por isso que estou credenciado para tentar pôr um fim a tais desentendimentos, dando assim ensejo para a rápida nomeação do desejado cônsul. Peço com isso o auxílio da Sociedade Libanesa (SCHILLING, 2007 p.58).

Em sessão extraordinária, o presidente da Sociedade Libanesa, reunido com sua diretoria em outubro de 1948, colocou um fim às divergências dizendo, em nome da coletividade, “agir como o povo libanês amante da paz”. (SCHILLING 2007 p.59). Finalmente, em agosto de 1949, foi promulgado um decreto nomeando Abdalla Creidy, cônsul honorário do Líbano em Porto Alegre. Diante dessa realidade, no início de 1950, o cônsul do Líbano, em Porto Alegre adquiriu também o direito de ser considerado presidente honorífico da Sociedade Libanesa, cargo que ocuparia até sua morte, em 1966 (SCHILLING, 2007).

A diferença fundamental entre as sociedades Síria e Libanesa não pode ser dimensionada apenas pela mobilização de suas lideranças, pois grande parte delas, ao que nos parece, se ocupava mais dos aspectos externos das agremiações, ou em representá-las nas plataformas transnacionais às quais estavam ligadas, do que com as sociabilidades e o dia a dia de seus associados. Ademais, foi a participação do grupo e a identidade deste com a própria comunidade que alavancou a audiência e o apoio aos clubes que descrevemos, o que, como vimos, em última análise, foi o que os manteve abertos ou não.

CONCLUSÃO

Reunir em um trabalho acadêmico dados, fatos e trajetórias sobre a imigração sírio-libanesa no Rio Grande do Sul não foi tarefa simples, tampouco fácil. Em parte, porque a imigração árabe no estado entre fins do século XIX e as primeiras décadas do século XX foi um fenômeno relativamente pouco estudado entre os pesquisadores gaúchos. Nesse sentido, configurou-se de extrema importância para nossa investigação não só a leitura e análise da literatura existente sobre o tema, mas principalmente a realização de entrevistas com descendentes de imigrantes e a pesquisa em fontes primárias, muitas delas inéditas, nos arquivos e instituições públicas e privadas gaúchos e no Arquivo Nacional no Rio de Janeiro. A adoção dessa estratégia acabou por fim revelando-se fundamental para que pudéssemos suprir ao menos parcialmente a carência de informações – barreira que inicialmente nos parecia praticamente intransponível – sobre a imigração levantina no extremo sul do Brasil.

Historicamente, a maior parte da literatura existente sobre o fenômeno migratório no Rio Grande do Sul concentrou-se no estudo da contribuição dos diferentes grupos de imigrantes europeus, notadamente portugueses, alemães, espanhóis e italianos. Devido às características que essa imigração assumiu, e também por força de uma importante herança cultural rio-grandense, a inserção desses grupos no campo e em projetos de colonização rural preenche grande parte dessa produção. Nas pesquisas que têm o meio urbano como objeto, em geral os enfoques adotados orientam-se pela análise das relações de trabalho predominantes no ramo fabril ou da atuação desses imigrantes no movimento operário. Seyferth (1990) destaca a importância desse tipo de estudo lembrando que a concentração de imigrantes em áreas urbanas deu feições características a cidades como São Paulo, Curitiba e Porto Alegre, além de ter contribuído significativamente para a dinamização e desenvolvimento da vida cultural no país.

Sem desconsiderar a relevância dessa bibliografia, ela, entretanto, pouco tem a oferecer a quem pretende se dedicar ao estudo da imigração levantina, esta um fenômeno predominantemente urbano e concentrado, num primeiro momento, no comércio de mercadorias e, mais tarde, também em profissões de natureza liberal, revelando pouquíssima incidência de ocupações na indústria fabril²⁶².

Apesar de voltados para outros grupos imigrantes, alguns poucos trabalhos como os de Núncia Constantino (2008) e Regina Weber (2008; 2010b) sugerem uma abordagem que guarda uma relação mais próxima como os nossos objetivos

²⁶² A exceção mais evidente fica por conta de pequenas confecções de roupas, sendo a maior delas a do imigrante libanês Kalil Sehbe, em Caxias do Sul.

nesta tese. Tal como o observado no caso da imigração sírio-libanesa, Constantino, Weber e outros autores dedicaram suas pesquisas ao estudo de grupos de inserção urbana, autônomos (não-assalariados), muitos não-subsidiados pela política imigratória oficial ou por outra iniciativa particular e que chegaram ao país por conta própria e de forma espontânea. Constantino, na análise que faz sobre os moroneses (imigrantes de Morano, na Calábria), traça como fio condutor de sua abordagem as questões ligadas à ascensão social e aos caminhos que permitiram a construção de uma identidade ítalo-brasileira em Porto Alegre.

Quanto a Regina Weber, ela é autora de artigos originais dedicados aos imigrantes alemães, poloneses e espanhóis no Rio Grande do Sul. Num desses artigos, a autora trata especificamente de um grupo originário da Galícia. Muitos desses imigrantes eram agricultores na terra de origem, mas quando emigraram preferiram investir em oportunidades disponíveis nos centros urbanos. Weber (2010b) narra a história desses indivíduos de origem ibérica e descreve suas estratégias de mobilidade econômica e social ascendentes nas dinâmicas migratórias²⁶³.

Certamente, em nosso trabalho, alguns desses aspectos, além de outros, estiveram presentes, mas eles não formam o eixo central de nossa narrativa. Aqui a finalidade também foi a de investigar a inserção e assimilação desses imigrantes no Rio Grande do Sul, mas primordialmente, e pela primeira vez, levar a cabo uma pesquisa sistemática que procurou mapear a presença desses primeiros imigrantes árabes no estado, unificando neste trabalho quase tudo o que foi dito e o que se sabia de forma esparsa sobre a imigração dos sírios e libaneses na região. Adicionalmente, buscamos perceber de que forma eles procuraram preservar suas identidades – libanesa ou síria – em solo gaúcho. Nesse sentido, ao longo de nossa pesquisa, tornou-se evidente que a via do comércio e mais tarde a da educação – opção disponível em proporção muito maior para os filhos homens – foram fundamentais para tais propósitos. Esse caminho nos levou a conhecer a trajetória de alguns de seus líderes, responsáveis pela elaboração e administração da memória desses grupos no estado sulino.

Assim, também foi importante conhecer a história recente do Oriente Médio, envolvido que estava em questões transnacionais no sentido de perceber o impacto direto que exerceu na fragmentação das identidades síria, libanesa e

²⁶³ Presentes em Porto Alegre, Pelotas, Santa Maria, Erechim e Passo Fundo, os imigrantes judeus também podem ser enquadrados em perspectiva similar a essa. Eles foram estudados por diversos autores que se ocuparam em examinar seus modos de inserção e integração à sociedade gaúcha, assim como as estratégias que adotaram visando a preservação das tradições e da memória de suas comunidades no estado. Um desses autores é Moacyr Scliar, autor de *Caminhos da esperança: a presença judaica no Rio Grande do Sul* (1990). Na verdade, todas essas narrativas têm praticamente o mesmo roteiro. Discute-se os fatores de expulsão e de atração que motivaram a decisão de emigrar, a chegada e as dificuldades de adaptação na nova terra, e de como esses imigrantes foram auxiliados por suas comunidades em seus processos de adaptação à sociedade receptora.

árabe no sul do Brasil, cuja realidade é diferente, em termos étnicos, mas também social e econômico da maior parte do país.

Verificamos, entretanto, que ocorreu no Rio Grande do Sul, ainda no período de inserção desses imigrantes árabes, um incipiente processo de diferenciação entre sírios e libaneses. Alguns árabes apostaram na distinção entre eles e outros imigrantes de fala e cultura árabe de forma muito semelhante ao que estava acontecendo no Líbano, quando, patrocinado pela França, no período que se seguiu ao fim da Primeira Guerra Mundial, o Líbano cristão foi separado da Síria muçulmana, ambas sob Mandato Francês, para se fazer do primeiro um confiável aliado do Ocidente. Muitos libaneses, então, procuraram se diferenciar dos sírios e de outros povos árabes, ora evocando suas raízes fenícias, ora vinculando suas identidades a instituições pré-islâmicas como a Igreja Maronita libanesa.

Observamos assim um processo histórico de “libanização” da figura do imigrante de cultura e língua árabe no Rio Grande do Sul. Isso pode ser explicado pela imagem que os libaneses elaboraram de si mesmos como imigrantes cristãos, brancos²⁶⁴, empreendedores e respeitáveis comerciantes, características que não foram idealizadas pelas elites nacionais do século XIX para imigrantes não europeus, mas que foram pensados e elaborados por eles. Em terras gaúchas, os libaneses foram capazes de incorporar o estereótipo do “bom-imigrante” gerador de impostos e renda através seu trabalho, identificado com os valores ocidentais e com lugar reservado entre os “construtores da nacionalidade”.

No Rio Grande do Sul, os que se identificavam como sírios se “libanizaram”, aceitando, depois de algum embate, a estratégia que se mostrou exitosa em termos identitários e de assimilação dos imigrantes árabes à cultura local. Além disso, ser de origem libanesa, no Rio Grande do Sul, significou para muitos escapar do estigma de “turco”.

Por outro viés, analisando os caminhos que esses imigrantes trilharam no Rio Grande do Sul, percebemos o quanto o fenômeno migratório árabe em terras gaúchas cambiou desde a chegada dos primeiros árabes no final do século XIX, até a estabilização do processo em meados do século seguinte. Foi possível notar, por exemplo, as mudanças no perfil dessa imigração, que, a princípio caracterizava-se pela presença majoritária de jovens solteiros, passou com o tempo a ser constituída por famílias inteiras de homens, mulheres, crianças e idosos chegando à terra da imigração. Isso deixa evidente um exitoso processo de

²⁶⁴ De acordo com Lesser (2001), esses imigrantes provenientes do Oriente Médio desafiaram a concepção simplista de raça, acrescentando à mistura um elemento novo: a etnicidade. Todos os 4.55 milhões de imigrantes que entraram no Brasil entre 1872 e 1949, trouxeram consigo uma cultura pré-imigratória e criaram novas identidades étnicas, entretanto, foram os 400 mil asiáticos árabes e judeus, considerados não brancos, não pretos, que puseram em xeque as ideias das elites sobre a identidade nacional.

inserção econômica e de integração social desses estrangeiros no sul do país. Acompanhando essa trajetória, também o perfil profissional dos imigrantes foi se alterando de acordo com as demandas do meio hospedeiro. Inicialmente no comércio por conta própria, depois pequenos comerciantes, mas também empregados majoritariamente no ramo do comércio, ao findar a primeira metade do século XX já se podia ver árabes empregados como técnicos, artesãos, médicos, advogados e em outras profissões liberais exigidas por uma sociedade gaúcha que se tornava mais complexa e sobretudo mais urbanizada²⁶⁵.

Outra constatação alcançada por nossa pesquisa foi a percepção de que no início de seu movimento migratório a mobilidade árabe no Rio Grande do Sul foi particularmente intensa. Era bastante comum a presença e o deslocamento de mascates e comerciantes pela fronteira seca com o Uruguai, no interior do estado ou pelos arrabaldes das grandes cidades. Em menor número, era possível vê-los também acompanhando as colônias no centro e na metade norte do estado, onde normalmente se estabeleciam com pequenos entrepostos para atender aos imigrantes europeus. Como mascates ou pequenos comerciantes eles foram seduzidos a permanecer no país no início do século XX, usaram o lucro obtido em suas atividades para ampliar seus negócios e, já estabelecidos, participaram da emergente sociedade gaúcha.

De todo modo, a inserção e assimilação dos sírios em um ambiente dominado por comerciantes de outras etnias, principalmente alemã, certamente representou para eles um enorme desafio, pois, como sabemos, a maioria chegou sem muito estudo ou capital. Mesmo assim, alguns empreendimentos comerciais por eles fincados no início do século XX ainda persistem na paisagem do Centro de Porto Alegre, a exemplo das Lojas Raphael Dabdab e a Antiga Casa X, ambas até hoje administradas pelas famílias de seus fundadores.

Foi graças à atividade mercantil, não obstante as crises e situações adversas que enfrentaram, como os processos de falência que investigamos nos arquivos, que muitos imigrantes sírios e libaneses conseguiram educar seus filhos nas melhores escolas da capital. Tal fato criou as condições adequadas para que a geração subsequente à dos pioneiros da imigração se enraizasse mais profundamente no seio da sociedade gaúcha. Assim, a geração posterior às primeiras levas de imigrantes, que já nasceu brasileira, teve oportunidade de se ocupar em outras atividades que não as do comércio, dedicando-se principalmente

²⁶⁵ Embora em escala menor, não se pode menosprezar a presença de intelectuais entre os sírios e principalmente libaneses que também chegaram desde as primeiras levas de imigrantes. Alguns eram médicos, escritores e jornalistas e foram responsáveis por escrever poemas e divulgar suas posições políticas em livros e colunas de jornais voltados para a comunidade árabe no Brasil.

às profissões liberais e chegando, em alguns casos, à representação política em todos os níveis da organização institucional da República.

Como vimos nos depoimentos de alguns descendentes que entrevistamos, com frequência, numa mesma família de imigrantes, muitos filhos seguiam trajetórias diferentes das dos pais. Isso ocorria principalmente como os mais novos, uma vez que os primogênitos, nascidos num contexto ainda de afirmação econômica da família, tendiam a reproduzir a atividade comercial do pai. Para estes, a chance de dedicação a uma carreira acadêmica era bastante reduzida. Quanto mais se avançava no tempo, porém, os novos rebentos da família árabe se deparavam com condições mais favoráveis para abraçar uma educação superior. Muitas vezes esse desnível educacional entre os membros de uma mesma família – e que, naturalmente, iria se refletir nos campos econômico e cultural – transformava-se num fator de diferença e de desunião entre eles, gerando conflitos no interior do grupo. Há relatos de filhos comerciantes que se dizem injustiçados em relação ao irmão que conseguiu formação superior, uma vez que, parte do sucesso deste, pode ser creditado ao esforço e sacrifício dos primeiros na atividade comercial.

Para boa parte dos entrevistados, que reconhecem o papel desempenhado pela profissão de seus pais em suas vidas, a ocupação em profissões liberais, como medicina e advocacia, possibilitou a continuidade do processo de inserção social iniciado ainda na primeira geração de imigrantes. Mesmo entre aqueles que podiam contar com a opção de continuar a atividade comercial de sua família, a preferência, em geral, foi pelos bancos escolares.

Nossa pesquisa revelou ainda que os filhos que optaram por dar continuidade ao comércio aberto pelos pais não experimentaram, com o mesmo vigor, o prestígio social obtido por aqueles que decidiram pelas profissões liberais. Mais comum foram os casos de manutenção e até de lenta decadência do estabelecimento. Os que mantiveram os negócios originais tiveram que se adaptar a novas realidades e muitos tiveram de fechar suas lojas. Outros descendentes, que herdaram uma rede de lojas, hoje procuram manter, com dificuldade, um único estabelecimento aberto. Por outro lado, os filhos de imigrantes que resolveram iniciar seus próprios empreendimentos, independentemente da trajetória comercial dos pais, foram relativamente exitosos, demonstrando que as lições de austeridade e economia que aprenderam com os pais, ou aquilo que os mais velhos haviam alcançado por puro esforço, eles transformaram em técnica e conhecimento aplicados em seus negócios.

Um outro aspecto da imigração levantina que chamou nossa atenção no decorrer da pesquisa foi a importância da família para os imigrantes sírios e libaneses. Desde a terra da origem, o apoio da família árabe revelou-se

fundamental para o êxito da empreitada imigratória. Quando chegaram ao Brasil, essas pessoas continuaram contando com o apoio de seus parentes mais próximos ou do grupo de conterrâneos formado por primos, amigos e vizinhos. Essa rede – fadada ao desaparecimento na terceira geração – constituía o que se convencionou chamar de a “grande família”, uma comunidade atuante no âmbito das relações pessoais e no trabalho e que atualmente foi ressignificada pelos clubes étnicos principalmente em Porto Alegre.

No seio da família árabe, como vimos, a mulher, que por suas características únicas merecia um estudo à parte, desempenhava função essencial para a preservação e transmissão da cultura do grupo. Incumbida da educação e cuidado com os filhos e circunscrita aos afazeres domésticos, era ela a responsável por perpetuar a visão de mundo da família e propagá-la às gerações seguintes (CAMPOS e LUNARDELO, 2003). Embora algumas trajetórias fugissem a essa regra, ao menos parcialmente, na grande maioria dos casos, à mulher ficava reservado o papel de esposa e de mãe na divisão de tarefas observada nos lares das famílias levantinas.

De forma geral, as mulheres árabes não estudavam além do ciclo básico da educação formal e as poucas que conseguiam passar disso não chegavam a exercer uma carreira que lhes conferisse prestígio econômico ou social. O que mais chama a atenção, porém, foi a energia com que elas atuaram no âmbito da casa, no comércio do marido e a maneira como conseguiram resguardar e reproduzir a cultura dos pais, traduzindo seus valores para o contexto brasileiro.

O maior exemplo disso manifestou-se na culinária. A mulher imigrante e descendente foi a grande responsável pela difusão da cozinha árabe, que, sem dúvida, caiu no gosto popular do brasileiro. Como as comidas são associadas a povos em particular, e muitas delas consideradas inequivocamente nacionais (MINTZ, 2001), aqui, de novo, estamos lidando com a questão da identidade.

A discussão de gênero nos remeteu quase que naturalmente à avaliação do processo histórico que caracterizou as escolhas matrimoniais dos descendentes dos primeiros imigrantes árabes. Assim, foi fácil concluir que o “sangue árabe”, tal como o português ou o espanhol, sofreu um rápido processo de diluição na hibridez representada pelo cadinho étnico brasileiro contemporâneo. Isso se deveu, de fato, à integração completa desses imigrantes urbanos à cultura nacional, mas também à ausência de imposições expressas de uniões endogâmicas (quando os imigrantes mais antigos esperam que seus filhos casem dentro da própria comunidade) e de novos núcleos coloniais depois do esgotamento do modelo migratório na década de 1930.

Isso não quer dizer, contudo, que iniciativas de preservação do modo de vida árabe e de sua memória não tenham existido. Neste sentido, os clubes étnicos

sírio-libaneses tiveram importância fundamental para manter esses imigrantes unidos na geração que se seguiu à dos pioneiros, fortalecendo seus costumes, identidade e fronteiras étnicas. Mais recentemente, ações na mesma direção, no Brasil, parecem estar ligadas à crescente “busca” por parte de muitos descendentes, não só de árabes, mas de diversos grupos étnicos, de suas origens estrangeiras, fenômeno que pode ser observado, por exemplo, na promoção e frequência de encontros de família, no interesse pelos estudos genealógicos, na motivação que muitos demonstram em “revisitar” suas origens através da participação em clubes e igrejas étnicas, entre outras atividades²⁶⁶.

Em solo gaúcho, aparentemente, a predominância da imigração libanesa é uma realidade, principalmente se levarmos em conta o discurso dos descendentes que se dizem libaneses em oposição aos que se autodenominam sírios. Alguns autores, como Morales (2004) e Kemel (2000), de fato mencionam a superioridade libanesa em relação aos sírios no estado, porém, é quase impossível determinar com segurança essa afirmação, especialmente entre os descendentes²⁶⁷, uma vez que muitos deles são fruto de uniões entre pessoas das duas origens. Muitos dos que nasceram no Líbano não aceitam a vinculação com a religião maronita de forma automática, da mesma forma que os sírios, principalmente os que vieram ao Brasil, rejeitam ser confundidos com muçulmanos por não serem libaneses²⁶⁸.

O conjunto de informações que reunimos nesta tese com o objetivo de conhecer um pouco mais sobre a história da imigração sírio-libanesa no Rio Grande Sul nem de longe esgota o fenômeno estudando. De todo modo, esperamos que nossa contribuição ajude a preparar caminho para outros pesquisadores e que, a partir das referências que reunimos, eles possam dar continuidade à pesquisa, ampliando os conhecimentos sobre um tema tão pouco estudado entre nós.

Em termos de investigação, ainda resta por verificar dentro do mesmo fenômeno migratório a presença levantina em regiões nas quais nossa pesquisa mal conseguiu encontrar representantes, como na fronteira oeste do estado. Isso se torna importante na medida em que permitirá configurar um quadro mais completo da imigração árabe no interior das fronteiras gaúchas. Da mesma forma, se faz importante observar essa imigração em um contexto regional e transnacional que inclua as províncias vizinhas do Rio Grande do Sul no interior

²⁶⁶ Escrever uma tese de doutorado sobre sírios e libaneses também é uma forma de recuperar esses laços.

²⁶⁷ A própria “invenção” do binômio “sírio-libanês” já é uma forma negociada que unificou as duas etnias, lhes descolando do gentilício “árabe”, mais genérico, e diferenciando-as de quaisquer outras denominações.

²⁶⁸ Outro fator importante nessa equação é que as fronteiras dos atuais Líbano e Síria foram demarcadas depois da chegada de grande parte desses imigrantes ao Rio Grande do Sul, de forma que, algumas regiões da Síria onde nasceram esses imigrantes se tornaram depois parte do Líbano.

da Argentina e do Uruguai. Outra dimensão que merece um maior aprofundamento é a questão da mulher árabe, principalmente por sua importância e protagonismo no fenômeno migratório.

Na paisagem cultural e social de nosso estado, certamente um lugar foi conquistado tanto por árabes, quanto por sírios e libaneses. Estes, em Porto Alegre, por exemplo, passaram de meros figurantes, inseridos numa espécie de gueto étnico na rua Andrade Neves, a protagonistas ao longo da primeira metade do século XX. Na capital do estado, eles montaram uma pequena rede de comércio que, apesar das dificuldades iniciais, possibilitou a alguns comerciantes manter um bom padrão de vida e educar seus filhos que entraram com vigor nas classes dirigentes. Oportuno destacar que, em Porto Alegre, os libaneses lograram organizar seu próprio clube e instituições sociais na década de 1930, erguendo posteriormente um templo católico maronita. Como dissemos e reiteramos, essas conquistas marcaram toda a comunidade levantina em termos identitários.

O Clube Sociedade Libanesa e a Igreja Maronita se constituíram enquanto espaços de ininterrupta oportunidade de valorização de elementos da cultura libanesa, mas também de aproximação com os membros de outras etnias. Nesses locais da capital, brasileiros, imigrantes libaneses e descendentes de estrangeiros residentes na cidade festejam a diversidade ouvindo missa em português na igreja libanesa, rezada por padre alemão²⁶⁹, tomando chimarrão na Sociedade Libanesa, ou saboreando um quibe com tabule – tudo isso ao som de uma boa música regional gaúcha.

²⁶⁹ Monsenhor Urbano Zillis, de origem alemã, desde 1982, até 2016, quando se aposentou, foi pároco da Paróquia Maronita Nossa Senhora do Libano, em Porto Alegre, tendo recebido a posse das mãos do bispo auxiliar de Porto Alegre, Dom Antônio do Carmo Cheuiche, este de origem libanesa.

REFERÊNCIAS

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

A INDEPENDÊNCIA da Syria. **Correio do Povo**, Porto Alegre, p.1, 12 set. 1917.

ABREU, Alzira Alves de et al. (Coord.). **Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930**. 2. ed. revista e ampliada. Rio de Janeiro: Editora da FGV/CPDOC, 2001.

ABREU, Arlene M. de; GIRON, L. Slomp; GIROTTO, Magali G. Paim **Lembranças de Vacaria**. Vacaria: Secretaria Municipal de Educação, 2013.

AB'SÁBER, Aziz Nacib O intercâmbio cultural entre o Brasil e os países árabes. **Revista da Pontifícia Universidade Católica de Campinas**, v. 6, n. 17, p. 80-101, 1958.

ALMEIDA, José Carlos. Imigração e identidade nacional: considerações sobre etnicidade, modernidade e ressentimento. In: **Actas dos Ateliers do Vº Congresso Português de Sociologia Sociedades Contemporâneas**. Lisboa: Reflexividade e Acção Atelier: Migrações e Etnicidades, 2004.

ALMEIDA, Ludmilla Savry. Sirios e libaneses: redes familiares e negócios. In: BORGES, Celia Maria (Org.). **Solidariedades e conflitos: histórias de vida e trajetórias de grupos em Juiz de Fora**. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2000.

ALVES, Cinara Neumann. **Cultura árabe e desenvolvimento econômico em regiões fronteiriças do sul do Brasil**: a presença árabe no comércio de Santana do Livramento (Brasil) e Rivera (Uruguai). 2014. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional). Universidade de Santa Cruz do Sul, 2014.

ALVIN, Zuleika. O Brasil italiano (1880-1920). In: FAUSTO, Boris. **Fazer a América**: a imigração em massa para América Latina. São Paulo: Edusp, 1999.

AMADO, Janaína.; FERREIRA, Marieta. (Org.) **Usos & abusos da história oral**. 4. ed. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ARAÚJO, Valmir Freitas de. **Memória da imigração sírio-libanesa nos vales dos rios Acre e Purus (1900-1975)**. 2015. Tese (Doutorado em História Social). Universidade de São Paulo, 2015.

AS RUAS de São Leopoldo. **VS Jornal**, São Leopoldo, set. 2013.

ASADE, Daniel. **El Líbano en Buenos Aires**. Buenos Aires: Ciudad, 2011.

ASSMANN, Jan. Kollektive Gedächtnis und Kulturelle Identität. In: ASSMAN, Jan; HOLSCHER, Tonis (Hrsg.). **Kultur und gedachtnis**. Frankfurt am Main Surkamp, 1988, p. 9-19.

ATIYAH, Edward. **Os árabes: as origens e perspectivas do mundo árabe**. Lisboa: Ulisseia, 1958.

BAHLIS, Jorge. **Coração e dever**. Porto Alegre: Livraria Gutenberg, 1920.

_____. **No vendaval da vida**. Porto Alegre: Tipografia do Bom Fim, 1925.

BARBOSA, Fidelis. **Nova história de Lagoa Vermelha**. Porto Alegre: Est, 1981.

_____. **Vacaria dos Pinhais**. Caxias do Sul: Escola Superior de Teologia de São Lourenço de Brindes/Universidade de Caxias do Sul, 1978.

BARROSO, Vera Lúcia; BERNARDI, Claudir. **Raízes de Sananduva**. Porto Alegre: Est, 2004.

BARROSO, Vera Lúcia; DAROS, Marília (Org.). **Raízes de Gramado**. 2. ed. Porto Alegre: Est, 1995.

BARTEL, Carlos Eduardo. **Os emissários sionistas e o nacionalismo judaico no Rio Grande do Sul (1945-1952)**. 2006. Dissertação (Mestrado em História). Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2006.

BARTH, Fredrik. Grupos étnicos e suas Fronteiras. In: STREIFF-FENART, Jocelyne; POUTIGNAT, Philippe. **Teorias da etnicidade**. São Paulo: Editora Unesp, 1998.

BARTZ, Frederico Duarte. Abílio de Nequete (1888-1960): os múltiplos caminhos de uma militância operária. **História Social**, v.14-15, p.157-173, 2008.

BASTANI, Tanus Jorge. A emigração libanesa para o Brasil. In: JORGE, Salomão. **Álbum da colônia sírio-libanesa no Brasil**. São Paulo: Sociedade Imprensora Brasileira, 1946.

_____. Breve história da imigração libanesa-síria e de outros povos de origem árabe, para o Rio Grande do Sul. Conferência do dr. Tanus Jorge Bastane. In: **Anais da Semana Árabe: Biênio da Colonização e Imigração**. Porto Alegre: Cia. Rio-grandense de Artes Gráficas, 1974, p.29-34.

_____. **O Líbano e os libaneses no Brasil**. Rio de Janeiro: F. Briguet, 1945.

BASTOS, Wilson de Lima. **Os sírios em Juiz de Fora**. Juiz de Fora (MG): Edições Paraibuna, 1988.

BAUER, Martin; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

BEAUVOIR, Simone. **A velhice**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

BECKER, Klaus. Sírios e outros imigrantes árabes. In: _____. **Enciclopédia rio-grandense**. Canoas (RS): Editora Regional, 1958.

BELLINTANI, Adriana. A disputa franco-germânica por influência no Brasil (1920-1930). **Examãpaku**, v.5, n.1, 2012.

BELTRÃO, Romeu. **Cronologia histórica de Santa Maria e do extinto município de São Martinho: 1787-1930**. 3. ed. Santa Maria (RS): Editora UFSM, 1979.

BERGSON, Henri. **Os pensadores**. São Paulo: Nova Cultural, 1989.

BINDÉ, Ademar. **Os árabes**. Ijuí: Editora Unijuí, 2008. (Coleção as etnias de Ijuí, v.9).

BLUMENTHAL, Gladis Wiener (Org.). **Em terras gaúchas: a história da imigração judaico-alemã**. Porto Alegre: Sociedade Israel-Brasileira de Cultura e Beneficência, 2001.

BORGES, Stella. **Italianos: Porto Alegre e trabalho**. Porto Alegre: Est, 1993.

BORGES, Vavy Pacheco. O “eu” e o “outro” na relação biográfica: algumas reflexões. In: NAXARA, Márcia; MARSON, Isabel; BREPOHL, Marian (Org.). **Figuração do outro**. Uberlândia (MG): EDUFU, 2009.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

_____. A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta de Moraes. **Usos & abusos da história oral**. 8. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p.183-191.

_____. **As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2005

_____. **O poder simbólico**. Lisboa: Difusão Editorial, 1989.

_____. What makes a social class? On the theoretical and practical existence of groups. **Berkeley Journal of Sociology**, n.32, p.1-49, 1987.

_____. Sociologia IN: ORTIZ, Renato **Coleção Grandes Cientistas Sociais** Vol. 39, São Paulo, 1983.

BRANDÃO, Gilbert Anderson. **História, territórios e fronteiras: sírios e libaneses em Cuiabá – imigração, especializações e sociabilidade**. 2007. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2007.

BRUM, Rosemary. **Uma cidade que se conta: imigrantes italianos e narrativas no espaço social da cidade de Porto Alegre nos anos 20-30**. São Luiz: EDUFMA, 2009.

CABRAL, Cláudia. **Tipologias comerciais em Porto Alegre**: da rua comercial ao shopping center. 1996. Dissertação (Mestrado em Arquitetura). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1996.

CALLAGE, Roque. **No fogão gaúcho**. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1929.

CAMPOS, Míntaha Alcuri. **Turco pobre, sírio remediado, libanês rico**: a trajetória do imigrante libanês no Espírito Santo (1910-1940). Vitória: Instituto Jones dos Santos Neves, 1987.

CAPELLO, Ernesto. Carrying the past: the Syrio-Lebanese emigration to Brazil. **Marshif**, v.3, n.9, p.76-86, 2004.

CARONE, Edgar. **A República Velha**. 4. ed. Rio de Janeiro: Difusão Editorial, 1978, v.1 (Instituições e classes sociais).

CARVALHO, Edgar. Influência do sangue germânico no povo brasileiro. **Boletim do Instituto Teuto Brasileiro de Alta Cultura** n.1, jan-jul 1937.

CARVALHO, Liliane Edira Ferreira. **Do balcão à mesa**: imigrantes e descendentes de sírios e libaneses na construção de uma identidade na grande – Florianópolis (1910-1950). 2002. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.

CASTRO, Francisco Lyon de (Ed.) **Alcorão**. 2. ed. Mem Martins (Portugal): Publicações Europa-América, 1989.

CHAIIEB, Fuad. **Syria**. v.1. Damasco: Dirección General de Informaciones, 1956.

CHEGUEM, Sonia. **Quaraí histórico “I”**. Quaraí: [s.n.], 1991.

CHEUICHE, Alcy **Jabal Lubnàn**: as aventuras de um mascate libanês. Porto Alegre: Sulina, 2003.

CLEMENTE, Elvo; UNGARETTI, Maura. **A história de Garibaldi**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1993.

COLEGIO ANCHIETA DE PORTO ALEGRE. **Relatório do Ginásio Anchieta em Porto Alegre, Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Colégio Anchieta, 1890.

CONSTANTINO, Núncia. **O italiano da esquina: imigrantes meridionais na sociedade porto-alegrense**. Porto Alegre: Est, 2008.

COOK, Terry; SCHWARTZ, Joan. Arquivos, documentos e poder: a construção da memória moderna. **Revista do Arquivo Público Municipal de Indaiatuba**, v. 3, n.3, p.15-30, jul. 2002.

CORAZZA, Gentil (Org.). **História centenária da Faculdade de Ciências Econômicas (1909-2009)**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

CORBINOS, Lorenzo Agar. El comportamiento urbano de los imigrantes árabes em Chile. **EURE**, v. IX, n.27, 1983.

CORTES, Geraldo Menezes. **Migração e colonização no Brasil**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1958.

COSTA, Ely (Org.). **Revista do Imigrante**. 2. ed. Universidade da Região da Campanha, Campus Alegrete: 2008.

COSTA LEITE, Joaquim. O Brasil e a emigração portuguesa (1855-1914). In: FAUSTO, Boris. **Fazer a América: a imigração em massa para América Latina**. São Paulo: Edusp, 1999.

CREIDY, Abadalla. Os libaneses e o Líbano. In: BECKER, Klaus. **Enciclopédia rio-grandense**. Canoas: Editora Regional, 1958.

CRUZ, Rodrigo Ayupe Bueno da. A importância da comida árabe na construção da etnicidade árabe em Juiz de Fora. **Revista Antropológica**, n.40, p.230-251, 2016.

CSORDAS, Thomas. Asymptote of ineffable: embodiment, alterity, and theory of religion. **Current Anthropology**, v.45, n.2, p.163-165, 2004.

CUNHA, Olívia Maria Gomes da. Reflexões sobre biopoder e pós-colonialismo: relendo Fanon e Foucault. **Mana – Estudos de Antropologia Social**, v.8, n.1, p.149-163, abr. 2002.

DALMÁZ, Mateus. **A imagem do Terceiro Reich na Revista do Globo (1933-1945)**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.

DE BONI, Luís; COSTA, Rovílio. **Os italianos do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Est, 1984.

DERRIDA, Jacques. **Memórias de cego: o auto-retrato e outras ruínas**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2010.

DIEGUES JR., Manuel. **Imigração, urbanização e industrialização: estudo sobre alguns aspectos da contribuição cultural do imigrante no Brasil**. Rio de Janeiro: Centro de Pesquisas Educacionais, 1964.

DORFMAN, Adriana. **Contrabandistas na fronteira gaúcha: escalas geográficas e representações textuais**. 2009. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

DREHER, Martin. O suíço Johann Jakob Von Tschudi e suas leituras da América do Sul. **Estudos Ibero-americanos**, v.38, p.50-60, nov. 2012. (Suplemento).

DUOUN, Taufik. **A emigração sírio-libanesa as terras da promessa**. São Paulo: Tipografia Editora Árabe, 1944.

_____. **Confissões e indiscrições da minha vida: meio século de experiências em quatro continentes**. São Paulo: Editora Árabe, 1943.

DUVOISIN, Lauro. **Arrozeiros no Rio Grande do Sul na crise da 1ª República (1926-1930)**. 2010. Dissertação (Mestrado em História Social). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

EDDÉ, Emile. **A Igreja Maronita e o Líbano**. Rio de Janeiro: Missão Maronita do Brasil, 1989.

ELIAS, Norbert **A solidão dos moribundos**. Tradução: Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001. 107 p.

ELMIR, Claudio Pereira. As armadilhas do jornal: algumas considerações metodológicas de seu uso para pesquisa histórica. **Cadernos de Estudos**, n.13, dez. 1995.

FAHMY, Khaled. **All the Pasha's Men**: Mehmed Ali, his army and the making of modern Egypt. Cairo: American University in Cairo Press, 1997.

FANON, Franz **Os condenados da terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

_____. **Peau noire, masques blancs**. Paris: Éditions du Seuil, 1971.

FARINA, Geraldo. **História de Veranópolis**. Veranópolis: Prefeitura Municipal de Veranópolis, 1992.

FAUSTO, Boris. (Org.) **Fazer a América**. São Paulo: Edusp, 1999.

FAY, Claudia Musa; RUGGIERO, Antônio de. (Org.) Imigrantes empreendedores na história do Brasil: estudos de casos. In. FAY, Claudia Musa; RUGGIERO, Antônio de. **Introdução**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2014.

FENTON, Steve. **Etnicidade**. Lisboa: Instituto Piaget, 2003.

FERSAN, Eliane. **Les immigrés syro-libanais au Brésil de 1920 a 1926**: perception du corps consulaire français. Beiruth: Notre Dame University, 2005.

FINK, Bruce. **O sujeito lacaniano**: entre a linguagem e o gozo. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

FLORES, Hildas. **História da imigração alemã no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Est, 2004.

FLORES, Moacyr. **A história do Rio Grande do Sul**. 9. ed. Porto Alegre: Martins Livreiro, 2013.

FONSECA, Pedro Costa Dutra. **RS: economia & conflitos políticos na República Velha**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983. (Série documenta, 18).

FORTES, Alexandre. **Nós do Quarto Distrito**: a classe trabalhadora porto-alegrense e a Era Vargas. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

FOSTER-DULLES, John W. **Anarquistas e comunistas do Brasil (1900-1935)**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977.

FOUCAULT, Michel. **Arqueologia do saber**. 7. ed. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves.

Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

_____. **História da sexualidade: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

FRANCISCO, Júlio Bittencourt. **Cidadania e expulsão: sírios e libaneses no Brasil no início do século XX**. Trabalho apresentado no Curso de Pós-Graduação em História do Direito no Brasil da Universidade Estácio de Sá. Rio de Janeiro, 2007.

_____. Festas, danças, família e memórias: sírios e libaneses em Porto Alegre. In: RAMOS, Eloisa Helena; ARENT, Isabel Cristina; WITT, Marco Antônio (Org.) **Festas, comemorações e memórias na imigração**. São Leopoldo: Oikos, 2014.

_____. Sírios e libaneses no Rio de Janeiro. In: KOIFMAN, Fábio (Org.) **Coleção Memórias da Imigração**. Rio de Janeiro: Editora Rio, 2005.

_____. **Sírios e libaneses no Rio de Janeiro: trajetórias coletivas e escolhas individuais**. 2005. Dissertação (Mestrado em Memória Social e Documento). Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro 2005.

_____. **Turco de cuia e bombacha: sírios e libaneses no Rio Grande do Sul**. In: VII ENCONTRO REGIONAL SUL DE HISTÓRIA ORAL. Foz do Iguaçu (PR), 2013.

FRANCO, Ariovaldo. **De caçador a gourmet: uma história da gastronomia**. São Paulo: Senac, 2001.

FRANCO, Sérgio. A política de colonização no Rio Grande do Sul. **Revista Brasiliense**, n.25, 1959.

_____. **Porto Alegre: guia histórico**. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1988.

_____. **Porto Alegre:** guia histórico. 2ª ed. Porto Alegre: Ed Universidade/UFRGS, 1992.

_____. **Porto Alegre e seu comércio.** Porto Alegre: Associação Comercial de Porto Alegre, 1983.

FRANCO, Sérgio; SOARES, Eduardo (Org.). **Olhares sobre Jaguarão.** Porto Alegre: Evangraf, 2010. (Trechos da autobiografia de Pedro Vergara).

FRANKLIN, Ruben Maciel. Galegos, imigrantes e comerciantes: sírio-libaneses no Ceará (1888- 1930). In: ANAIS DO XXV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA: HISTÓRIA E ÉTICA, 2009, Fortaleza. São Paulo: ANPUH, 2009.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & Senzala:** formação da família brasileira sob regime da economia patriarcal. 20. ed. São Paulo: José Olympio, 1980.

GANS, Magda Roswita. **Presença teuta em Porto Alegre no século XIX (1850-1889).** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

GATTAZ, André Castanheira. Líbano uno e diverso: as múltiplas identidades entre imigrantes libaneses no Brasil. **História Oral**, v.10, n.1, p. 43-62, jan.-jun. 2007.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas.** Rio de Janeiro: LTC, 1989.

GELVIN, James. **The Middle East and the United States.** Boulder (EUA): Westview Press, 1999.

GIARETTA, Jane Goreti Seminotti. **O grande e velho Erechim:** ocupação e colonização do povoado de Formigas (1908-1960). 2008. Dissertação (Mestrado em História). Universidade de Passo Fundo, 2008.

GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes.** São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

GOLIN, Tau. **O povo do pampa.** Porto Alegre: Sulina, 1999.

GOMES, Laurentino. **1889:** como um imperador cansado, um marechal vaidoso e um professor injustiçado contribuíram para o fim da Monarquia e a Proclamação da República no Brasil. São Paulo: Globo, 2013.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Departamento Estadual de Estatística. **Anuário estatístico do estado do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, 1924.

GRANDE conflito. **Correio do Povo**, Porto Alegre, p.1, 13 jan. 1898.

GREIBER, Betty. MALUF, Lina. MATTAR, Vera **Memórias da imigração: libaneses e sírios em São Paulo**. São Paulo: Discurso Editorial, 1998.

HADDAD, Joumana. **Eu matei Sherazade: confissões de uma árabe enfurecida**. Rio de Janeiro: Record, 2011.

HADJAB, Patrícia Dario El-Noor. **Alimentação, memória e identidades árabes no Brasil**. 2014; Tese (Doutorado em Sociologia). Universidade de Brasília, 2014.

HAJJAR, Claude. **Imigração árabe: 100 anos de reflexão**. São Paulo: Ícone, 1985.

HALL, Stuart. **Identidades culturais na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 1992.

HALL, Stuart; CHEN, Kuan-Hsing. A formação de um intelectual diaspórico. In: SOVIK, Liv (Org.) **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2003.

HARLAN, David. Intellectual history and the return of literature. **The American Historical Review**, v.94, n.3, jun. 1989.

HEREDIA, Vania. A imigração europeia no século passado: o programa de colonização no Rio Grande do Sul. **Scripta Nova – Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**, n.94, 2001.

_____. Imigrantes empreendedores na História do Brasil. In: FAY, Claudia; RUGGIERO, Antônio (Org.). **Imigrantes empreendedores na história do Brasil**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2014.

HERRLEIN JR., Ronaldo. A transição capitalista no Rio Grande do Sul. **Economia e Sociedade**, v.13, n.1 (22), p.175-207, jun.-jul., 2004.

HITTI, Philip. **The Syrian in America**. New York: George H. Doran Company, 1924.

HOLMES, Richard. **Foot steps: adventures of a romantic biographer**. New York: Vintage Books, 1985.

HOURANI, Albert. **Uma história dos povos árabes**. São Paulo: Companhia do Bolso, 2006.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Anuário estatístico do Brasil**. Rio de Janeiro, v.56, 1996.

IOTTI, Luiza Horn. Os estados brasileiros e italiano e a imigração italiana no Rio Grande do Sul. IN: ANAIS DO XXVI SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, São Paulo, 2011. **São Paulo**: ANPUH, 2011.

JACKSON, Simon. Diaspora politics and developmental empire: the Syro-Lebanese at the League of Nations. **Arab Studies Journal**, 2013.

JARDIM, Denise Fagundes. **Palestinos no extremo sul do Brasil**: identidade étnica e os mecanismos de produção da etnicidade. 2000. Tese (Doutorado em Antropologia). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2000.

JORGE, Salomão. **Álbum da colônia sírio e libanesa no Brasil**. São Paulo: Soc. Imprensa Brasileira, 1946.

_____. O árabe na civilização brasileira. In: _____. **Álbum da colônia sírio libanesa no Brasil**. São Paulo: Sociedade Imprensa Brasileira, 1946.

KALIL, Luiz. **Salim faz preço, freguês, Samuel também faz, senhor**. Porto Alegre: Evangraf, 2007.

KARAM, John Toufic. **Um outro arabesco**: etnicidade sírio-libanesa no Brasil neoliberal. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

KASSIR, Samir. **Histoire de Beyrouth**. Paris: Fayard, 2003.

KAUFMAN, Asher. Phoenicianism: the formation of an identity in Lebanon in 1920. **Middle Eastern Studies**, 37-1, 2001, p. 173-194.

KAUFMAN, Will; MACPHERSON, Heidi (Ed). **Britain and the Americas: culture, politics, and history**. Santa Barbara (EUA), ABC-CLIO, 2009.

KEMEL, Cecília. **Sírios e libaneses: aspectos da identidade árabe no sul do Brasil**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2000.

KHATER, Akram Fouad. **Inventing home: emigration, gender and the middle class in Lebanon, 1870-1920**. Berkeley (EUA): University of California University Press, 2001.

KHATLAB, Roberto. **Árabes cristãos?** São Paulo: Ave Maria, 2009.

KLEIN, Herbert. Migração internacional na história das Américas. In: FAUSTO, Boris (Org.). **Fazer a América**. São Paulo: Edusp, 1999.

KNOWLTON, Clark. **Sírios e libaneses em São Paulo: ascensão social e mobilidade espacial**. São Paulo: Anhembi, 1960.

KOIFMAN, Fábio. **Presidentes do Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Rio, 2002.

KURBAN, Taufik. **Ensaio e biografias**. São Paulo: Sociedade Imprensa Paulista, 1937.

_____. **Os sírios e libaneses no Brasil**. São Paulo: Sociedade Imprensa Paulista, 1933.

LABAKI, Boutros. L'émigration libanaise en fin de période ottomane (1850-1914). **Hannon Revue Libanaise de Géographie**, v.19, 1987.

LACAZ, Carlos da Silva. **Médicos sírios e libaneses do passado: trajetória em busca de uma nova pátria**. São Paulo: Almed, 1982.

LAMARÃO, Sergio Tadeu de Niemeyer. Identidade étnica e representação política: descendentes de sírios e libaneses no parlamento brasileiro, 1945 -1998. In: OLIVEIRA, Marco Aurélio Machado de (Org.). **Guerras e imigrações**. Campo Grande: Ed. UFMS, 2004.

LAYTANO, Dante de. Os portugueses. In: BECKER, Klaus. **Enciclopédia rio-grandense**. Canoas: Editora Regional, 1958.

LEITE, Joaquim da Costa. O Brasil e a emigração portuguesa. In: FAUSTO, Boris. **Fazer a América: a imigração em massa para América Latina**. São Paulo: Edusp, 1999.

LEJEUNE, Philippe. **O pacto autobiográfico: de Rousseau à Internet**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2008.

LESSER, Jeffrey. **A negociação da identidade**. São Paulo: Edusp, 2001.

_____. From pedlars to proprietor: Lebanese, Syrian and Jewish immigration in Brazil In: HOURANI, Albert; SHEHADI, Nadim. **The Lebanese in the world: a century of emigration**. London and New York: I.B.Tauris and St.Martins Press, 1992.

_____. **Negotiating the national identity: immigrations, minorities and the struggle for ethnicity in Brazil**. Durham: Duke University Press, 1999.

LISBOA, Karen Macknow. **Mundo novo, mesmo mundo: viajantes de língua alemã no Brasil (1893-1942)**. São Paulo: Hucitec, 2011.

LOGROÑO-NARBONA, Maria Del Mar. **The development of nationalist identities in French Syria and Lebanon: a transnational dialogue with Arab immigrants to Argentina and Brazil, 1915-1929**. Santa Barbara: University of California, 2007.

LOPES NETO, João Simões. **Contos gauchescos e lendas do sul**. 3. ed. Porto Alegre: Globo, 1965.

LOVE, Joseph L. **O regionalismo gaúcho e as origens da Revolução de 1930**. São Paulo: Perspectiva, 1971.

MACEDO, Francisco Riopardense de. **Porto Alegre: história e vida da cidade**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1973.

MAGALHÃES, Marcelo Vieira. Sírios e libaneses na cidade de São Luís no início do século XX: relações de alteridade e a busca pelo lugar ideal. IN: XXVI SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, São Paulo, 2011. **Anais... São Paulo:** ANPUH, 2011.

MANARA, Soraya Maihub. Contribuições de famílias sírio-libanesas à colonização de Gramado. In: DAROS, Marília; BARROSO, Vera Lúcia M. (Org.). **Raízes de Gramado:** 40 anos. Porto Alegre: Est, 1995.

MARQUES, Emerson Marques de. **Do Oriente Médio a Pelotas:** análise da imigração sírio-libanesa em Pelotas. 2000. Monografia (Licenciatura em História). Universidade Federal de Pelotas, 2000.

MARQUES, Gabriel. **Ruas e tradições de São Paulo.** São Paulo: Conselho Estadual de Cultura, 1966.

MARTINEZ, Elda Evangelina. O Brasil como país de destino para os imigrantes espanhóis. In: FAUSTO, Boris (Org.) **Fazer a América:** A imigração em massa para América Latina. São Paulo: Edusp, 1999.

MARTINI, Cyro. **A cidade risonha de Aquiles Porto Alegre:** Porto Alegre Séc. XIX. Porto Alegre: Martins Livreiro, 2013.

MARTINS, Marisângela. **À esquerda de seu tempo:** escritores e o Partido Comunista do Brasil (Porto Alegre, 1927-1957). 2012. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

MAUCH, Cláudia; VASCONCELOS, Naira. (Org). **Os alemães no sul do Brasil.** Canoas: Editora da ULBRA, 1994.

MEDINA, Sinval. **A batalha de Porto Alegre:** 3 de outubro de 1930. São Paulo: Martins Livreiro, 2010.

MEIHY, Murilo Sebe Bon. “Arabia Brasiliensis”: os estudos árabes e islâmicos no Brasil **Hamsa - Journal of Judaic and Islamic Studies**, n.1, p.18-28, 2014.

MEIHY, Murilo Sebe Bon. **Os libaneses.** São Paulo: Contexto, 2016.

MELLO, Frederico Pernambucano de. **Benjamin Abrahão: entre anjos e cangaceiros**. São Paulo: Escrituras, 2012.

MENDES, José Sacchetta Ramos. **Laços de sangue: privilégios e intolerância à imigração portuguesa no Brasil**. São Paulo: Edusp, 2011.

MINTZ, Sidney. Comida e antropologia: uma breve revisão. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, n.16, p.31-41, 2001.

MOCCELIN, Mía Clara. **Trajetórias em rede: representações da italianidade entre empresários e intelectuais na região de Caxias do Sul**. 2008. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Universidade Estadual de Campinas, 2008.

MONASTERIO, Leonardo; ZELL, Davi. **Estimativa de renda per capita no Rio Grande do Sul de 1872**. Pelotas: Universidade Federal de Pelotas, 2004. Mimeografado.

MONTEIRO, Charles. **História concisa de Porto Alegre**. Porto Alegre: Museu Felizardo, 2013.

_____. **Porto Alegre e suas escritas: história e memória da cidade**. Porto Alegre, EDIPUCRS, 2006.

MONTENEGRO, Sílvia. O olhar da mídia sobre o Islã. **Mana – Estudos de Antropologia Social**, v8, n.1, abr. 2002.

MORAES, Nilson. Memória e mundialização: algumas considerações. In: LEMOS, Maria Tereza; MORAES, Nilson (Org.). **Memória, identidade e representação**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2000.

MORALES, Neida Regina Ceccim. Imigração e memória: histórias de imigrantes sírio-libaneses no Rio Grande do Sul. 2004. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais e Humanas), Universidade Federal de Santa de Maria, 2004.

MOYA, José. Los inmigrantes y sus asociaciones: uma perspectiva histórica y global. **Journal of Ethnic and Migration Studies**, 2005.

NADER, Fuad. **Abdalla Nader, de mascate a general do ar e amigo da cultura**. Rio Grande: Fundação Universidade Federal de Rio Grande, 2005.

NAFF, Alixa. Arab in America: an historical overview. In: ABRAHAM, Sameer Y; ABRAHAM, Nabeel; AHDAB-YEHIA, Nay. **Arab in the new world: studies on Arab American communities**. Detroit (EUA): Wayne State University, Center for Urban Studies, 1983.

NAJAR, José. Raça, gênero e trabalho: mulheres sírio-libanesas na São Paulo da virada do século XX. **Al-Raida Journal**, Spring/Summer, 2011.

NEJAR, Carlos. **Os viventes**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1979.

NEQUETE, Edison **Herança da luta de Abílio Nequete**. Porto Alegre: Martins Livreiro, 2008.

NOAL FILHO, Valter Antonio; FRANCO, Sérgio Costa. **Os viajantes olham Porto Alegre**. Porto Alegre: Anatterra, 2004.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História – Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo**, v.10, p.7-28, dez. 1993.

NUNES, Heliane Prudente. **A imigração árabe em Goiás: 1880-1970**. 1986. Dissertação (Mestrado em História). Universidade de São Paulo, 1986.

_____. A imigração síria e libanesa nos Estados Unidos e no Brasil: uma perspectiva comparativa. *História Revista*, v.1, n.2, p.131-156, jan.-jun., 1997.

OLIVEIRA, Márcia R. C. **Sírios e libaneses em Campo Grande e o Clube Libanês**. 2010. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados (MS), 2010.

ORNELLAS, Manoelito de. **Gaúchos e beduínos: origens étnicas e a formação social do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1999.

ORTIZ, Renato. **Mundialização e cultura**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1998.

_____ **Grandes Cientistas Sociais Vol.39** São Paulo, 1983.

PALMER, Alan. **Declínio e queda do Império Otomano**. São Paulo: Globo Livros, 2013.

PARIS, Assunta de. **Memórias**: Bento Gonçalves. Bento Gonçalves: Prefeitura Municipal, 1999.

PEREIRA, Luiz Felipe Patrícios. A Saga da Imigração Árabe-Libanesa em Alegrete. In: COSTA, Ely (Org.). Tributo ao Imigrante. 2ª ed. **Revista do Imigrante**. Alegrete, 2008.

PESAVENTO, Sandra. **História do Rio Grande do Sul**. 7. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1994.

_____. **Memória Porto Alegre**: espaços e vivência. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1991.

_____. Trabalho livre e ordem burguesa no Rio Grande do Sul: 1780-1900. **Revista de História**, n.120, p.135-151, jan.-jul., 1989.

PETERS, Roberta. **Imigrantes palestinos, famílias árabes**: um estudo antropológico das tradições através das festas e rituais de casamento. 2006. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

PIAZZA, Walter; **Dicionário político catarinense**. Florianópolis: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, 1985.

PIMENTEL, Fortunato. **Aspectos gerais de Porto Alegre**. Porto Alegre: Oficinas gráficas da Imprensa Oficial, 1945.

PIMENTEL, Valderéz Cavalcante. **A aculturação do imigrante sírio no Piauí**. Teresina: Projeto Petrônio Portela, 1986.

PITTS JR., Montie Bryan. **Forging ethnic identity through faith**: religion and the Syrian-Lebanese community in São Paulo. 2006. Thesis (Graduate in Latin American Studies). Faculty of the Graduate School, Vanderbilt University, Nashville (EUA), 2006.

PORTOCARRERO, Nilza Pereira da Silva **Breve história do minúsculo Grande Líbano**. Brasília: Senado Federal, 1985.

POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. **Teorias da etnicidade**. São Paulo: Editora Unesp, 1998.

PRIMO, Judite. Museus, hibridização cultural e territorialidades. **Cadernos de Socio- museologia**, v.46, n.2, 2013.

PROCÓPIO, Oscar Siqueira. **Aprendendo com o outro**: os árabes em Floriano. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2006.

QUATAERT, Donald. **O Império Otomano**: das origens ao século XX. Lisboa: Edições 70, 2014.

RASSI, Lygia de Moura. **Dos cedros às palmeiras**. Goiânia: Genealogia História, 2000.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

ROCHA PINTO, Paulo Gabriel Hilu da. **Árabes no Rio de Janeiro**: uma identidade plural. Rio de Janeiro: Cidade Viva, 2010. (Série Imigrantes no Rio de Janeiro).

ROCHE, Jean. **A colonização alemã e o Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Editora do Globo, 1969.

ROSA, Carla Rosane Silveira da. **Primeiros imigrantes sírios e libaneses na cidade de Pelotas**: final do século XIX e início do século XX. 2005. Monografia (Especialização em História do Brasil) Pelotas: Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, 2005.

ROSITO, Maria Irene Haas. **O pensamento político de Abílio de Nequete**. Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 1972. Datilografado. (Trabalho apresentado para a disciplina de ciência política do Curso de Ciências Sociais).

SADA, Mario Salomão **Do Líbano ao Brasil**: construindo sonhos. Porto Alegre: Salles, 2009.

SAFADY, Jamil. O café e o mascate. In: _____. **Obras completas**. v.2. São Paulo: Editora Comercial Safady, 1973.

SAFADY, Jorge. **A imigração árabe no Brasil (1880-1971)**. 1972. Tese (Doutorado em História). Universidade de São Paulo, 1972.

SAID, Edward. **Orientalismo**: o Oriente como invenção do Ocidente. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

SANTOS, Antônio Augusto M. dos. **Prefeitos de Porto Alegre**: cotidiano e administração da capital gaúcha entre 1889 e 2012. Porto Alegre: Verbo Jurídico, 2012.

SANTOS, Maria Luiza Silva. **O quibe no tabuleiro da baiana**: uma reflexão sobre a imigração síria e libanesa e o turismo cultural em Ilhéus. 2003. Dissertação (Mestrado em Turismo), Universidade Estadual de Santa Cruz, Ilhéus (BA), 2003.
SARAIVA, Márcia Raquel de Brito. **Penduricalhos da memória: usos e abusos dos obeliscos no Brasil (séculos XIX, XX e XXI)**. 2007. Dissertação (Mestrado em História). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

SARLO, Beatriz **Tempo Passado**: Cultura da Memória e Guinada Subjetiva. Tradução Rosa Freite d'Aguiar São Paulo: Cia das Letras e Belo Horizonte, Editora da UFMG, 2007

SAYAD, Abdelmaleck. O retorno: elemento constitutivo da condição do imigrante. **Travessia – Revista do Imigrante**, ano XIII, jan. 2000. (Edição especial).

SCHILLING, Suzana. **Sociedade Libanesa de Porto Alegre**: uma história a ser lembrada. Porto Alegre: Sociedade Libanesa de Porto Alegre, 2007.

SELAIMEN, Rosi Maria Reis. **A presença árabe no Rio Grande do Sul**. 1987. Monografia (Graduação em Ciências Sociais). Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 1987.

SEYFERTH, Giralda. As identidades dos imigrantes e o *melting pot* nacional. **Horizontes Antropológicos**, ano 6, n.14, p.143-176, 2000.

_____. **Imigração e cultura no Brasil**. Brasília: Editora UnB, 1990.

SILVA, José Carlos L. **Povoamento do município de São João Batista de Camaquã**: aspectos da história, genealogia e biografias. Florianópolis: Secco, 2005.

SILVA, Moacir M. F. Geografia das estradas de ferro brasileiras em seu primeiro centenário (1984-1954). In: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA; CONSELHO NACIONAL DE GEOGRAFIA. **I centenário das ferrovias brasileiras**. Rio de Janeiro: 1954, p.1-85.

SIQUEIRA, Márcia Dalledone. **Da imigração à fundação do Clube Sírio-Libanês do Paraná**. Curitiba: Edição do Coordenador, 2002.

SOARES, Jurandir. **Israel X Palestina**: as raízes do ódio. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

SOBRAL, José Manuel. Memória e identidades sociais: dados de um estudo de caso num espaço rural. **Análise Social**, v.30, n.131/132, 1995.

SOUTELO VÁZQUEZ, Raúl. Memoria oral e identidade étnica da inmigración española a latinoamérica no século XX: os galegos en Brasil, 1880-1970. **Estudios Migratorios**, n.6, p.97-124, 1998.

SOUZA, Nali de Jesus de. **Desenvolvimento econômico do Rio Grande do Sul das origens aos dias atuais**. Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2007. (Texto para discussão, 8).

SPALDING, Walter. **Pequena História de Porto Alegre**. Porto Alegre: Sulina, 1967.

STAWINSKI, Alberto Vitor. **Primórdios da imigração polonesa no Rio Grande do Sul (1875-1975)**. Porto Alegre: Est, 1976

SYMANSKI, Luiz Claudio. **Espaço privado e vida material em Porto Alegre**. Porto Alegre: Edipucrs, 1998.

TEDESCO, João Carlos; BATISTELLA, Alessandro; NEUMANN, Rosane (Org.). **A formação étnica de Passo Fundo**: história, memória e patrimônio. Erechim (RS): Allprint Varela, 2017.

TEDESCO, João Carlos; VANIN, Alex. Sírios e libaneses em Passo Fundo: final do século XIX, início do século XX In: TEDESCO, João Carlos; BATISTELLA, Alessandro; NEUMANN, Rosane (Org.). **A formação étnica de Passo Fundo**: história, memória e patrimônio. Erechim (RS): Allprint Varela, 2017.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado**: história oral. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

TRUZZI, Oswaldo. Sociabilidades e Valores: Um Olhar sobre a Família Árabe Muçulmana em São Paulo. **Revista Dados** Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, Vol. 51, no 1, 2008, pp. 37 a 74.

_____. O lugar certo na época certa. Sírios e libaneses no Brasil e nos Estados Unidos: um enfoque comparativo. **Estudos Históricos**, n. 27, 2001.

_____. **Patrícios**: sírios e libaneses em São Paulo. São Paulo: Hucitec, 1997.

_____. Sírios e libaneses e seus descendentes na sociedade paulista. FAUSTO, Boris. **Fazer a América**: a imigração em massa para América Latina. São Paulo: Edusp, 1999.

UNIVERSIDADE DO BRASIL. **Publicações avulsas da Faculdade de Geografia**. Rio de Janeiro, 1950.

VALLENTIN, Wilhelm Julius. **In Brasilien**. Berlin: Hermann Paetel, 1909.

VANSINA, Jan. **Oral tradition as history**. London: James Currey, 1985.

VERGARA, Pedro. Autobiografia. In: FRANCO, Sérgio; SOARES, Eduardo (Org.). **Olhares sobre Jaguarão**. Porto Alegre: Evangraf, 2010. (Trechos da autobiografia de Pedro Vergara).

VERÍSSIMO, Érico. **Contos**. Narração: Paulo Autran. Manaus: Luz da Cidade, 2005. (Compact Disc).

VILELA, Elaine Meire. Sírios e libaneses: redes sociais, coesão e posição de *status*. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v.26, n.76, 2011.

VILHENA, Marco Aurélio. **Carcamanos**. 2001. Monografia (Licenciatura em História). Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2001.

VILLAR, Valter Luciano. **A presença árabe na literatura brasileira**. 2012. Tese (Doutorado em Letras). Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2012.
WEBER, Regina. **Etnicidade no sul do país**. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul/Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, 2010a. (Projeto de pesquisa).

_____. Galegos no sul do Brasil: alternativas na América. **Anos 90**, v.17, n.31, p.83-109, jul. 2010b.

_____. Grupos étnicos, estratégias étnicas. In: SIDEKUM, Antonio; GRUTZMANN, Imgart; ARENDT, Isabel Cirstina (Org.). **Campos múltiplos**. São Leopoldo: Oikos, 2008.

_____. Líderes, intelectuais e agentes étnicos: significados e interpretações. **Diálogos**, v.18, n.2., p.703-733, maio-ago. 2014.

WEBER, Regina; BOSENBECKER, Patrícia. Disputas pela memória em São Lourenço do Sul: uma visão histórica de representação étnica. **Cadernos do CEOM**, ano 23, n.32, 2010.

WELLER, Wivian; ZARDO, Sinara Pollom. Entrevista narrativa com especialistas: aportes metodológicos e exemplificação. **Revista da Faceba – Educação e Contemporaneidade**, v.22, n.40, p.131-143, 2013.

WONSOWSKI, João Ladislau. **Nos Peraus do Rio das Antas**: núcleo de imigrantes poloneses da ex-colônia Alfredo Chaves. Porto Alegre: Est, 1976.

ZAIDAN, Assaad. **Raízes libanesas do Pará**. Belém: [s.n.], 2001.

ZAMBERLAM, Jurandir et al. **Desafios das migrações: buscando caminhos**. Porto Alegre: CIBAI Migrações, 2009.

ZÉGHIDOUR, Slimane. **A poesia árabe moderna e o Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1982. (Coleção Tudo é História, 50)

REFERÊNCIAS ELETRÔNICAS

ABREU, Maria Youssef. Arabismos sírio-libaneses no português brasileiro: a língua como fator histórico da relação entre Brasil e Líbano. **Ciências & Letras**, n.50, p.83-102, jul.-dez., 2011. <Disponível em: <http://seer1.fapa.com.br/index.php/arquivos>>. Acesso em: 21 dez. 2016.

ACHUTTY, Aloysio. Histórias que meu pai contava. Disponível em: <http://amicorextension.blogspot.com.br/2012/10/bortolo-achutti-1898-1977.html>. Acesso em: 11/03/2017.

ASSEF, Liane Chipollino. Um olhar sobre a presença árabe na fronteira. **Estudios Historicos**, año VI, n.12, jul. 2014. Disponível em: <<http://www.estudioshistoricos.org/12/artigo%20liane%20chipollino%20julio%202014.pdf>>. Acesso em 23.11.2016.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE IMPRENSA (ABI). **Morre no Rio o jornalista Edison Nequete**. Rio de Janeiro, 23 nov. 2010. Disponível em: <<http://www.abi.org.br/morre-no-rio-o-jornalista-edison-nequete/>>. Acesso em 23.11.2016.

BARRAQUI, Douglas. **Isto é História**. Blogdodoug 11 de novembro de 2009. Disponível em: <http://doughistoria.blogspot.com.br/p/sobre-mim.html>. Acesso em: 13.08.2016.

BENTO, Claudio Moreira. **Canguçu Reencontro com a História**: um exemplo de reconstituição de memória comunitária. Canguçu: Instituto Estadual do Livro, 1983. Disponível em: <http://www.ahimtb.org.br/cangureenchist.htm#povo>. Acesso em: 18.09.2015.

BORGES, Jorge Colombo. **Mario Salomão Sada e a maçonaria**. Porto Alegre, 5 nov. 2007. Disponível em: <<http://jusper1178.blogspot.com.br/2015/04/mario-salomao-sada-e-maconaria.html>>. Acesso em: 22 nov. 2016.

BRASIL. **Decreto 6948 de 14/05/1908**. Brasília: Anais da Câmara dos Deputados. Disponível em: http://www2.camara.gov.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-6948-14-maio-1908_516012-publicacaooriginal-1-pe.html. Acesso em: 13.02.2017.

CANOAS homenageia jurista ilustre. **Correio do Povo**, Porto Alegre, p.8, 24 jun. 2005. Disponível em: <http://www.correiodopovo.com.br/jornal/A110/N267/PDF/Fim08.pdf>>. Acesso em: 22 nov. 2016.

DABDAB é raridade em meio à explosão da roupa *commodity*. **Jornal do Comércio**. Porto Alegre, 14 nov. 2011. Disponível em: <http://jcrs.uol.com.br/site/noticia.php?codn=78528>>. Acesso em: 23 nov. 2016.

DINIZ NUMISMÁTICA. **Conversão hipotética dos réis para o atual real**. Brasília, 3 nov. 2015. Disponível em <http://diniznumismatica.blogspot.com.br/2015/11/conversao-hipotetica-dos-reis-para-o.html>>. Acesso em: 24 nov. 2016)

ECOS ROSARIENSE. Porto Alegre: Colégio Marista Rosário, 1930- . Anual. Disponível em: <http://colegiomarista.org.br/rosario/exalunos/versoes-mais-antigas-do-ecos-sao-publicadas-online>>. Acesso em: 22 nov. 2016.

EDÚ, Mauro. A imigração sírio-libanesa do Rio Grande do Sul. **Jornal O Momento**. Publicado em 10/08/2009. Disponível em: <HTTP://www.jornalomomento.org/exibenoticia.php?id=416>. Acesso em: 28.09.2015.

FAHRENTHOLD, Stacy. **Transnational Modes and Media: the Syrian press in the mahjar and emigrant activism during world war I mashriq & mahjar 1**, nº 1 (2013), 30-54. Disponível em: <http://lebanesestudies.ojs.chass.ncsu.edu/index.php/mashriq/article/view/4/62>. Acesso em: 12.02.2017.

FALLAS-KERR, Amy From the Cedars to the Frontlines: Danbury's Greater Syrian Immigrants and the Great War **Connecticut History Review Journal** 55 (2) 2016, p.140-153. Disponível em:

[https://www.academia.edu/30143874/From the Cedars to the Frontlines Danburys Greater Syrian Immigrants and the Great War](https://www.academia.edu/30143874/From_the_Cedars_to_the_Frontlines_Danburys_Greater_Syrian_Immigrants_and_the_Great_War) Acesso em 21.02.2017.

FERSAN, Eliane. **Syro-Lebanese Migration (1880-Present): “Push” and “Pull” Factors.** Middle East Institute, Apr 19, 2010. Disponível em: [http://www.mei.edu/content/syro-lebanese-migration-1880-present-%E2%80%9Cpush%E2%80%9D-and- %E2%80%9Cpull%E2%80%9D-factors](http://www.mei.edu/content/syro-lebanese-migration-1880-present-%E2%80%9Cpush%E2%80%9D-and-%E2%80%9Cpull%E2%80%9D-factors). Acesso em: 15.11.2015.

FRANCISCO, Júlio Bittencourt. **Brasileirando: Pedidos de cidadania de imigrantes sírios e libaneses nas primeiras décadas do século XX.** **Acervo.** Rio de Janeiro, v. 29, nº 1, p. 189-206, jan./jul. 2016. Disponível em: <http://revista.arquivonacional.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/628> Acesso em: 29.01.2017.

GATTAZ, André C. **Líbano uno e diverso: as múltiplas identidades entre imigrantes libaneses no Brasil.** *História Oral*, v. 10, nº 1, p. 43-62, jan.-jun. 2007. Disponível em: http://www.correios.com.br/selos/selos_postais/selos_2005/selos2005_03.cfm. Acesso em: 11.03.2015.

KESSEL, Zilda. **Memória e Memória Coletiva, SD.** Disponível em: http://www.museudapessoa.net/public/editor/mem%C3%B3ria_e_mem%C3%B3ria_coletiva.pdf. Acesso em: 03.08.2015.

MODAFFAR, Edmundo Al Alam, **Morre ex-presidente da CDL. Pelotas 13 Horas.** Pelotas, 26 jul. 2013. Disponível em: <http://www.pelotas13horas.com.br/noticia/morre-edmundo-modaffar-al-alam--ex-presidente-da-cdl-7ec05614-b4e6-452d-bc58-823e78f8a368>>. Acesso em: 22.11. 2016.

MONASTÉRIO, Leonardo e ZELL, Davi C. **Uma Estimativa de Renda Per Capita Municipal na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul em 1872.** Disponível em: <http://ich.ufpel.edu.br/economia/arquivos/monasteriozell2004.pdf>. Acesso em: 03.03.2017.

NAAMAT. **Revista do 54º Bazar 2013.** Disponível em: http://www.naamat.org.br/site/wp-content/uploads/2013/03/NAAMAT-54_WEB.pdf. Acesso em: 18.08.2015.

NASCIMENTO, Welci **Um sonho 1954-2014** [recurso eletrônico] Passo Fundo, 2014 E-book (formato PDF) Acesso em: 21.02.2017
http://www.projetopassofundo.com.br/principal.php?modulo=pessoa&detalhe=S&descricao=P&pes_codigo=49&pes_nome=Welci%20Nascimento Acesso em 10.10.2017

OBITUÁRIO: Fuad Abdalla Nader. **Jornal de Santa Catarina.** Blumenau, 17 jun. 2013. Disponível em: <http://jornaldesantacatarina.clicrbs.com.br/sc/obituario/fuad-abdalla-nader-61502.html>. Acesso em: 22.11. 2016.

OSMAN, Samira Adel. Mascates árabes em São Paulo: concentração urbana e inserção econômica. **Revista Cordis:** Revista Eletrônica de História Social da Cidade, 2009. Disponível em: www.pucsp.br/revistacordis. Acesso em: 12.12.2015.

PORTAL LUA. **Tecidos Diversidade.** Disponível em: <http://www.luagrupo.com/index.php/luapedia/textil/107-tabela-de-composicao-textil-dos-tecidos>. Acesso em: 12.12.2016.

RIGON, Roni. Kalil Sehbe: Ícone da elegância em vestir, transformou a indústria têxtil em Caxias do Sul. **Pioneiro.** Edição eletrônica de 21.04.2017. <http://pioneiro.clicrbs.com.br/rs/cultura-e-tendencias/noticia/2017/04/icone-da-elegancia-em-vestir-kalil-sehbe-transformou-a-industria-textil-em-caxias-9776547.html> Último acesso em 12.10.2017.

ROCKENBACH, Sylvio. **Porto Alegre, a Cidade dos Alemães Durante um Século.** Texto em homenagem à Imigração Alemã em 10/07/2013 na Câmara de Vereadores de Porto Alegre. Disponível em: http://www.brasilemanha.com.br/novo_site/noticia/porto-alegre-a-cidades-dos-alemaes-durante-um-seculo-por-silvio-aloyzio-rockenbach/2239#. Acesso em: 21.11.2015.

RODRIGUES, Luiz Odilon Pereira de. **Mamando a Caducando**: caminhando e palpitando. Turcos e Gringos. Disponível em: http://www.boibao.com.br/newww/caducando/AI_turcos_gringos.htm. Acesso em: 12.11.2015.

SOUZA, Roney Salina de. **Imigração árabe no Pantanal**. Maringá: Anais do IV Congresso Internacional de História, 2009. Disponível em: <http://www.pph.uem.br/cih/anais/trabalhos/284.pdf>. Acesso em: 17.09.2017.

THIBAUT, Jaulin. **Démographie et politique au Liban sous le Mandat, Histoire & Mesure**. Paris: Edition Ehess, 2009. Disponível em: <http://histoiresmesure.revues.org/3895>. Acesso em: 13.09.2015.

TRUZZI, Oswaldo. **Redes em Processos Migratórios Tempo Social**. Vol. 20, nº 1. São Paulo, 2008. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-20702008000100010&script=sci_arttext. Acesso em: 01.01.2015.

ZACHS, Fruma. **Cross-Glocalization**: syrian women immigrants and the founding of women's magazines in egypt middle eastern studies, 2014. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/00263206.2013.863757>. Acesso em: 22.11.2016.

FONTES DOCUMENTAIS

ARQUIVO NACIONAL. **Arquivo referente ao Ministério da Justiça, Série Agricultura IA6 173**. Rio de Janeiro: Processo do Gabinete do Ministro da Agricultura, 1889.

_____. **Arquivo referente ao Ministério da Justiça, Série Naturalização IJJ 6N 1650**. Rio de Janeiro: Processo do Gabinete do Ministro da Justiça, 1931.

_____. Fundo Polícia Federal. **Prontuários de imigrantes**. Rio de Janeiro, 1939-1949.

_____. **Registro de ingressos de estrangeiros na capital**. Rio de Janeiro, v.1, coleção 415, folha 106, S/D.

ARQUIVO HISTÓRICO DE PORTO ALEGRE MOYSÉS VELLINHO. Fundo Valor Locatício. **Livros de impostos**. Porto Alegre, 1899-1905.

_____. _____. **Livros de impostos**. Porto Alegre, 1899-1931.

_____. _____. **Livros de impostos**. Porto Alegre, 1924.

_____. _____. **Livros de impostos**. Porto Alegre, 1930-1931.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (APERS). **Habilitação de casamentos em Cachoeira do Sul**. Porto Alegre, [s.d.]. Disponível em: <http://www.apers.rs.gov.br>. Acesso em: 12 out. 2015.

_____. **Habilitação de casamentos em Ijuí**. Porto Alegre, [s.d.]. Disponível em: <http://www.apers.rs.gov.br>. Acesso em: 12 out. 2015.

_____. **Processo de cobrança**. Jorge Monair X Miguel Curi. Porto Alegre, 1º jan. 1902.

_____. **Processo judicial n.6**. Miguel Curi. Porto Alegre, 1º jan. 1903.

_____. **Processo judicial n.349**. Felipe Selaimen X Creidy&Cia. Porto Alegre, 1º jan. 1931.

_____. **Processo judicial n.695**. Felipe Selaimen X Creidy&Cia. Porto Alegre, 1º jan. 1936.

_____. **Processo judicial. Crime n.2**. Elias Botomé. Porto Alegre, 1º jan. 1923.

_____. **Processo judicial. Crime n.89**. Karubin X Miguel Naman. Porto Alegre, 1º jan. 1911.

_____. **Processo judicial. Crime n.3.836**. Elias Jorge Tigre X Calile Abrão Nedir. Porto Alegre, 1º jan. 1893.

_____. **Processo judicial. Desquite n.51**. Amália Elias Atab X Biahara Nativo Néquio. Porto Alegre, 1º jan, 1919.

_____. **Processo judicial. Habeas-corpuz n.4.053**. Abrahão Elias. Porto Alegre, 1º jan. 1909.

_____. **Processo judicial. Inventário n.94.** Inventário de Georges H. Naaman. Inventariante: Albertina Naaman. Porto Alegre, 1º jan, 1945.

_____. **Processo judicial. Inventário n.610.** Elias Jorge Tigre X Chehin Selaimen, Porto Alegre, 1º jan. 1940.

_____. **Processo judicial. Inventário n.830.** Inventariante: Mansur Curi. Inventariado: José Ganen. Porto Alegre, 1º jan, 1895.

_____. **Processo judicial. Inventário n.842.** Inventariante: Jorge H. Naamann. Inventariada: Luiza Voges. Porto Alegre, 1º jan, 1916.

_____. **Processo judicial. Testamento n.241.** Elias Jorge Tigre X Chehin Selaimen, Porto Alegre, 1º jan. 1940.

SOCIEDADE LIBANESA DE PORTO ALEGRE. **Ata n.1.** Porto Alegre, 1º set. 1936.

SOCIEDADE SÍRIA DO RIO GRANDE DO SUL. **Ata n.212.** Porto Alegre, 16 jun. 1976.

FONTES ORAIS

ABDUCH, Habib. **[Depoimento ao autor]**. Rio de Janeiro, 2004.

BACCAR, Muhamed. **[Depoimento ao autor]**. Rio de Janeiro, 2003.

DABDAB, Elias. **[Depoimento ao autor]**. Porto Alegre, 2015.

JOÃO, Rafique. **[Depoimento ao autor]**. Porto Alegre, 2015.

KARAM, Antônio. **[Depoimento ao autor]**. Pelotas (RS), 2015.

KARINI, Antônio. **[Depoimento ao autor]**. Pelotas (RS), 2015.

NESRALLA, Ivo. **[Depoimento ao autor]**. Porto Alegre, 2015.

PAULO, Salim Sessim. **[Depoimento ao autor]**. Porto Alegre, 2015.

SADA, Gilberto. **[Depoimento ao autor]**. Porto Alegre, 2015.

SIMON, Pedro. **[Depoimento ao autor]**. Porto Alegre, 2015.

**More
Books!** 



yes
I want morebooks!

Buy your books fast and straightforward online - at one of the world's fastest growing online book stores! Environmentally sound due to Print-on-Demand technologies.

Buy your books online at
www.get-morebooks.com

Compre os seus livros mais rápido e diretamente na internet, em uma das livrarias on-line com o maior crescimento no mundo! Produção que protege o meio ambiente através das tecnologias de impressão sob demanda.

Compre os seus livros on-line em
www.morebooks.es

OmniScriptum Marketing DEU GmbH
Bahnhofstr. 28
D - 66111 Saarbrücken
Telefax: +49 681 93 81 567-9

info@omniscrptum.com
www.omniscrptum.com

OMNIScriptum



